



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público para o provimento de cargos efetivos de servidores e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
661000926	Alex Sandro Silva Araújo	Analista Judiciário - Administrador
661007869	Aline Oliveira Caetano	Analista Judiciário - Administrador
661009262	Aline Soares Silva	Analista Judiciário - Administrador
661013642	Artur Virgílio Simpson Martins	Analista Judiciário - Administrador
661014251	Bruna Laís Javarini Alves	Analista Judiciário - Administrador
661052564	Bruno Alex De Souza	Analista Judiciário - Administrador
661020888	Daniel Lucas Malta Matos Lopes	Analista Judiciário - Administrador
661001601	Daniele Reis Macedo	Analista Judiciário - Administrador
661010634	Danielle Fabiane Rocha Moraes	Analista Judiciário - Administrador
661082137	Edicarlos Da Silva Matos	Analista Judiciário - Administrador
661046407	Evelin Najara Silva De Sales Castro	Analista Judiciário - Administrador
661054533	Francisco Éfisson Figueira	Analista Judiciário - Administrador
661038178	Gabriel Milhomem Melo Marinho	Analista Judiciário - Administrador
661020995	Gesiely Lacerda Negrini	Analista Judiciário - Administrador
661001287	Gilmar Lima Ferreira Filho	Analista Judiciário - Administrador
661082134	Gumercindo Campos Cruz	Analista Judiciário - Administrador
661078036	Iraildo Wellington Do Nascimento Firmo	Analista Judiciário - Administrador
661027215	Jardyane Palhano Santos Lemos	Analista Judiciário - Administrador
661001003	Jheysiele Ferreira Dantas	Analista Judiciário - Administrador
661049821	João Victor Ricart De Campos	Analista Judiciário - Administrador
661043803	Joice Vieira De Carvalho	Analista Judiciário - Administrador
661080409	Jose Nilton Moura Da Rocha	Analista Judiciário - Administrador
661043417	Lais Maria Da Costa Alexandre Guyss	Analista Judiciário - Administrador
661002947	Leandro Alves Dos Anjos	Analista Judiciário - Administrador
661002008	Leticia Ferreira De Sousa	Analista Judiciário - Administrador

661003001	Leticia Manvailer Vieira De Araújo	Analista Judiciário - Administrador
661007787	Letícia Thamires Gonçalves Ferraz	Analista Judiciário - Administrador
661049875	Luciana Caldeiras Simões Da Silva Nobre De Souza	Analista Judiciário - Administrador
661000611	Macicleia Marinho Silva	Analista Judiciário - Administrador
661055675	Maisa Oliveira Nascimento	Analista Judiciário - Administrador
661004088	Maria Rosangela Da Silva Lopes	Analista Judiciário - Administrador
661002483	Michele Strey Frederico	Analista Judiciário - Administrador
661003470	Milena Buback Ronquetti	Analista Judiciário - Administrador
661038215	Pablo Henrique De Souza Neres	Analista Judiciário - Administrador
661043867	Poliana Santana De Paula	Analista Judiciário - Administrador
661015182	Sandra Maria Da Silva	Analista Judiciário - Administrador
661050226	Vangela De Souza Rocha	Analista Judiciário - Administrador
661046555	Vilson Pereira Dos Santos	Analista Judiciário - Administrador
661052526	Willian Lelo Ferreira	Analista Judiciário - Administrador
661011083	Abdias Amorim Junior	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661035703	Ageilson Rodrigues Da Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661041922	Alan Cristian Caldas De Freitas	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000570	Aldair Jose Do Carmo	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661002503	Aldinei Neimog Kiil	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661018190	Aline Januário Campos	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661023937	Allan Tito Leite Ratts	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661007894	Anderson Anele Kruse	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661017758	Andre Luiz De Oliveira Barros	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661016989	Antonio Carlos Leite	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661029271	Artur Ramos De Almeida Da Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661001449	Axel De Oliveira Jansen	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661015093	Bruno Felipe Da Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661017909	Caio Henrique De Oliveira Botelho	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661018453	Carlos Normando Nascimento Carvalho	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661001172	Clauber Pereira Teles	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661044646	Claudio Pereira Da Costa	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661004035	Cleber Rogério Franco	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661037536	Cristiano Batista Ramos	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661044571	Danilo Pereira Escudero	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661012375	Dhonatan Matheus Marques Cavalcante	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661030193	Diego Reis Marques	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661054650	Edoardo Colares de Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661079608	Eduardo Baia Da Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661040645	Eduardo Baganemi Botelho	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661038385	Elivelton Silva De Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661034136	Elyon Ortiz Costa	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661030266	Evandro Souza De Paula Cordeiro	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661040651	Ewerton Rodrigues Andrade	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661021461	Fabio Leite Dias	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661055210	Fabício Da Cunha Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661044329	Filipe Teixeira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661025742	Francelly Wallace Tome	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661014438	Gabriel Penha Bidá	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661008547	Gilvan Da Silva Ribeiro	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661001664	Guilherme Alves De Luna Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas

661050364	Hálife Alencar Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661056855	Henrique Ferreira Dantas	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661052423	Hoslleann Rennan De Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000247	Italo Henrique Inacio Dos Santos	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661027414	Juliano Heber Domingues Mariano	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661036789	Kellison Luan Lopes De Souza	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661071643	Kim Rober Leite De Lima Sampaio	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661017618	Leandro Moreira De Medeiros	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661004264	Leonardo Cavalcante Batista	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661049724	Lucas Nóbrega Policarpo Andrade	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661013552	Lucas Pereira Tavares	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000638	Luciano Da Fonseca Calheiros	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661046406	Luis Antonio Oliveira Maia	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661038773	Luiz Felipe Accioly Cavalcante	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661019307	Maicon David Matos Bruch	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661020511	Maicon Takeshi Kamiya	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661053090	Marcelo Dos Santos Saraiva Junior	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661036519	Margefson Machado Barros	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661048320	Michelle Lohany Coutinho Noronha	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661045708	Nathan Wesley Santos Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661006426	Rafael Madson Pereira Muniz	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000773	Regiscllei Rodrigues Mendes	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661047967	Renaldo De Oliveira Scheel	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661020983	Ricardo Fernandes Neto Da Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661008099	Robson Da Costa Farias	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661039566	Rodrigo Avelino Araujo	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661057287	Rodrigo Dantas De Andrade	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661036253	Rogério Adriano Santin	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661039386	Rubens Castelo Branco	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661053706	Salatíel Dos Santos Silva	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661022798	Sandro Luiz Gomes Braga	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661008308	Sebastiao Jose Araujo De Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661014934	Sidnei Mazito Da Mota	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661024619	Simone Soares Sena De Oliveira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000430	Thiago Alves De Oliveira Pereira	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661023381	Thyago Alves Santiago	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661000700	Victor Nunes Dos Santos	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661069463	Wederson Rodrigues De Souza	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661029573	Willian Ferreira Coutinho	Analista Judiciário - Analista de Sistemas
661058767	Bruno Uhlmann Chollet	Analista Judiciário - Arquivologista
661036095	Daniele Cristina Rio De Oliveira Freitas	Analista Judiciário - Assistente Social
661024488	Diana Souza Dos Santos	Analista Judiciário - Assistente Social
661032635	Ednilson Carvalho Brito	Analista Judiciário - Assistente Social
661025811	Elisangela Da Conceição Patrício Suárez	Analista Judiciário - Assistente Social
661033894	Elizia Correia Dos Santos	Analista Judiciário - Assistente Social
661019015	Fabício Cunha Celante	Analista Judiciário - Assistente Social
661008928	Franquilane Ferreira Da Silva	Analista Judiciário - Assistente Social
661004678	Gerlane Ramos Alecrim	Analista Judiciário - Assistente Social
661059287	Graciete Meireles Lima Menezes Dos Santos	Analista Judiciário - Assistente Social
661001514	Iara Jovelina Da Cruz Pereira	Analista Judiciário - Assistente Social

661041895	Jean Claudio Silva Santos	Analista Judiciário - Assistente Social
661048605	Joiselita De Almeida Fazio	Analista Judiciário - Assistente Social
661022133	Juslei Rosa Dias De Souza	Analista Judiciário - Assistente Social
661010866	Keyla Domingos Pereira Madruga	Analista Judiciário - Assistente Social
661000441	Lidianne Maria Dantas	Analista Judiciário - Assistente Social
661020528	Lucilene Knakievicz Rozanski	Analista Judiciário - Assistente Social
661019951	Lucineia Silva De Freitas	Analista Judiciário - Assistente Social
661002334	Maria Das Dores Ribeiro Dos Anjos	Analista Judiciário - Assistente Social
661025943	Mônica Marina Custódio De Lima	Analista Judiciário - Assistente Social
661004238	Patricia Gomes Da Silva	Analista Judiciário - Assistente Social
661027402	Robson Correa Rodrigues	Analista Judiciário - Assistente Social
661007751	Thalia Aparecida Monteiro Milanez	Analista Judiciário - Assistente Social
661000939	Wendel Sarmento Da Silva	Analista Judiciário - Assistente Social
661021228	Ana Cristina Enis	Analista Judiciário - Biblioteconomista
661007144	Lissandro Lima E Lima	Analista Judiciário - Biblioteconomista
661003334	Aldilene Alves Da Silva	Analista Judiciário - Contador
661065062	Allan Christian Pereira Furlan	Analista Judiciário - Contador
661077731	Brenda Giovana Reboucas Ferreira	Analista Judiciário - Contador
661014080	Bruno De Lima Silva	Analista Judiciário - Contador
661006473	Cauane Moraes Lopes	Analista Judiciário - Contador
661042839	Chailton Alves De Oliveira	Analista Judiciário - Contador
661067437	Claudinei De Souza Santos	Analista Judiciário - Contador
661024071	Cyro Freitas Uchoa	Analista Judiciário - Contador
661003116	Dérica Joseane Roque Linhares	Analista Judiciário - Contador
661027701	Fernando Santos Pedraça	Analista Judiciário - Contador
661070532	Gabriel Gomes Freitas Silva	Analista Judiciário - Contador
661011203	Geisiele Moraes Santos	Analista Judiciário - Contador
661011203	Geisiele Moraes Santos	Analista Judiciário - Contador
661042799	Gleiciane Ribeiro Da Silva	Analista Judiciário - Contador
661054925	Guilherme Freitas De Aguiar	Analista Judiciário - Contador
661050780	Hernan Humassa Lopes Filho	Analista Judiciário - Contador
661012778	Joabe Maturama Matos Viveiros	Analista Judiciário - Contador
661001272	Joana Darc Gomes De Souza	Analista Judiciário - Contador
661000279	José Hainner Uliana	Analista Judiciário - Contador
661015762	Juliana Ramos Da Silva Franco	Analista Judiciário - Contador
661018791	Laudyane Vieira Santos	Analista Judiciário - Contador
661027051	Levi Mendes De Oliveira	Analista Judiciário - Contador
661023786	Lilian De Oliveira Gouveia	Analista Judiciário - Contador
661005624	Lucas Soares Da Silva	Analista Judiciário - Contador
661017075	Marcelle Chagas Da Costa	Analista Judiciário - Contador
661022270	Marcelo Rodrigues Fagundes	Analista Judiciário - Contador
661007709	Matheus Barros Noé	Analista Judiciário - Contador
661000755	Melissa Nogueira Horn	Analista Judiciário - Contador
661001635	Odair Gonçalves Ferreira	Analista Judiciário - Contador
661021951	Paulo De Oliveira Campos Barbosa	Analista Judiciário - Contador
661075302	Pedro Henrique Da Silva Ferreira	Analista Judiciário - Contador
661019972	Priscila Da Costa Mendes	Analista Judiciário - Contador
661064794	Ronaldo Maia Barbosa Júnior	Analista Judiciário - Contador
661068434	Rosilene Pires Dos Santos Da Silva	Analista Judiciário - Contador
661083341	Tassiane Hupalo	Analista Judiciário - Contador

661062125	Elizeu Matias Dos Santos	Analista Judiciário - Economista
661001342	Leandro Do Vale Da Silva	Analista Judiciário - Economista
661010257	Loreta Costa Irmão	Analista Judiciário - Economista
661059830	Lourenço Fernandes Costa Júnior	Analista Judiciário - Economista
661059826	Lucas Muniz Andre	Analista Judiciário - Economista
661059722	Marcos Vinnícios Carneiro Freitas	Analista Judiciário - Economista
661049042	Queliane Cristina Castro Costa Batista	Analista Judiciário - Economista
661037676	Randolfo Moreira De Melo Neto	Analista Judiciário - Economista
661054447	Róger Martins Cardoso	Analista Judiciário - Economista
661025457	Rondinelia Alves Chaves De Albuquerque	Analista Judiciário - Economista
661012273	Adriano Pinheiro Da Costa	Analista Judiciário - Enfermeiro
661017305	Ariane Ferreira Lima	Analista Judiciário - Enfermeiro
661033676	Dafynie Dutra De Abreu	Analista Judiciário - Enfermeiro
661064608	Daniele Nascimento Da Rocha	Analista Judiciário - Enfermeiro
661067550	Duemi Paiva Pereira	Analista Judiciário - Enfermeiro
661070132	Elisangela Xavier Andrade	Analista Judiciário - Enfermeiro
661066197	Jussara Luana Guimarães De Souza	Analista Judiciário - Enfermeiro
661050432	Luana Sousa Dos Santos	Analista Judiciário - Enfermeiro
661010422	Lucas Cavalcante Do Nascimento	Analista Judiciário - Enfermeiro
661010422	Lucas Cavalcante Do Nascimento	Analista Judiciário - Enfermeiro
661080550	Tiago Moreira Dos Santos	Analista Judiciário - Enfermeiro
661078841	Ualace Alberto Vieira	Analista Judiciário - Enfermeiro
661018153	Adonis Carneiro Da Silva	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661007681	Anderson Batista De Carvalho	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661003321	Andrey Allef Oliveira Andrade	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661017646	Angelo Yury Pereira De Souza	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661007705	Anneva Kaninka Kuipers Rodrigues	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661037800	Denis Lopes De Brito	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661023693	Diego Exedito Martins De Oliveira	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661063301	Felipe Faustino Kunz	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661050885	Heder Alves De Alencar	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661033123	Illgner Moreira Araujo	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661062469	Julianna Cardoso Fraga	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661054666	Leandro Rodrigo Momente	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661021294	Lucas Araujo Pereira	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661071393	Luiz Otávio De Paula Da Cunha	Analista Judiciário - Engenheiro Civil
661023892	Alessandro Gabriel Campos De Oliveria	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661004151	Clerismar Fernandes Da Silva	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661057999	Douglas Castro Casseano Furtado	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661031449	Francir Lanndher Paes Crispim	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661070254	Pedro Luiz Caracará De Oliveira	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661016657	Renato Luiz Dos Santos	Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista
661016940	Hilquias Alexandre Silva Dos Santos	Analista Judiciário - Engenheiro Eletrônico
661019179	Leandro Levy Andrade Wan Burk	Analista Judiciário - Engenheiro Eletrônico
661028638	Oséias Henrique Oliveira Alexandre De Caires	Analista Judiciário - Engenheiro Eletrônico
661000807	Lucas Roberto De Castro	Analista Judiciário - Estatístico
661010375	Aline Do Nascimento	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661001751	Fernanda Vieira Alves	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661019411	Geiziane De Fátima Fabian	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661028997	Jaine Cavichioli Rossi	Analista Judiciário - Fisioterapeuta

661005316	Jéssica Almeida De Oliveira	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661055861	Lya Mollulo Da Silva	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661050396	Maria Juliana Vasconcellos Bragado	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661023749	Silviane Passos Monteiro	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661039065	Tatiana Martins Pruciano Vicentin	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661071551	Tuany Maria Coelho Do Amaral Alves Sampaio	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661005472	Vanessa Dos Santos Lemos	Analista Judiciário - Fisioterapeuta
661021116	Giselle De Carvalho Nogueira Lima	Analista Judiciário - Fonoaudiólogo
661010564	Ruana Maiara Cunha Alves Mendanha	Analista Judiciário - Fonoaudiólogo
661008194	Anderson Moronha Soares	Analista Judiciário - Historiador
661008992	Cleber Silva E Moura	Analista Judiciário - Historiador
661049950	Danilo Rodrigues Do Nascimento	Analista Judiciário - Historiador
661022067	Edles Rodrigues Das Chagas	Analista Judiciário - Historiador
661035304	Emilly Nayra Soares Albuquerque	Analista Judiciário - Historiador
661038840	Júlio Cesar Pedro	Analista Judiciário - Historiador
661005040	Maycon Roberto Gomes Menezes	Analista Judiciário - Historiador
661037380	Sostenes Da Silva Mendes	Analista Judiciário - Historiador
661082688	Airton Silva Oliveira	Analista Judiciário - Jornalista
661007334	Amabile Geovana Casarin	Analista Judiciário - Jornalista
661017010	Andréia Mara Costa Fortini	Analista Judiciário - Jornalista
661037551	Crisbele De Sousa Sena Damasceno	Analista Judiciário - Jornalista
661073137	Daniel Alves Monteiro	Analista Judiciário - Jornalista
661030242	Edilene Tavares Pessoa Santiago	Analista Judiciário - Jornalista
661001440	Jônatas Luiz Boni	Analista Judiciário - Jornalista
661030155	Moisés Selva Santiago	Analista Judiciário - Jornalista
661001482	Stanismar De Sena Brito	Analista Judiciário - Jornalista
661000073	Virgínia Duan Araújo De Alcântara E Lima	Analista Judiciário - Jornalista
661000965	Willyandre Soares Dos Santos	Analista Judiciário - Jornalista
661081987	Adriano Do Nascimento Azevedo	Analista Judiciário - Matemático
661015840	André De Araújo Neves	Analista Judiciário - Matemático
661050062	Franceni Bezerra Da Silva	Analista Judiciário - Matemático
661039624	Marlon Lopes Coêlho Júnior	Analista Judiciário - Matemático
661049463	Rozelaine Alves De Souza Alencar	Analista Judiciário - Matemático
661050227	Wellington Natalino Inacio Rodrigues	Analista Judiciário - Matemático
661019485	Juliano Colombo Mendes	Analista Judiciário - Médico Clínico Geral
661034117	Luiza Carla Alves De Souza	Analista Judiciário - Médico Clínico Geral
661038909	Stella Aparecida Alves Leite De Andrade	Analista Judiciário - Médico Clínico Geral
661032380	Taynne Kelly Pinto Alves Da Silva	Analista Judiciário - Médico do Trabalho
661026136	Elcimar Neves De Araujo Furtado	Analista Judiciário - Médico Pediatra
661057498	Luciana Silveira Nina De Azevedo	Analista Judiciário - Médico Pediatra
661042702	Bruno Iezzi Freire Mota	Analista Judiciário - Médico Psiquiatra
661038133	Alessandra Pereira Lago	Analista Judiciário - Nutricionista
661032248	Alicia Hanna Barros Rocha	Analista Judiciário - Nutricionista
661042049	Alinne Bodenstein Barbosa	Analista Judiciário - Nutricionista
661056255	Ana Paula Candeira Alves	Analista Judiciário - Nutricionista
661059082	Jaqueline De Sousa Medeiros E Silva	Analista Judiciário - Nutricionista
661042337	Jussara Rocha Nogueira	Analista Judiciário - Nutricionista
661049395	Karla Manuela Costa De Oliveira	Analista Judiciário - Nutricionista
661037626	Lais Maria Gomes Da Silva	Analista Judiciário - Nutricionista
661072384	Laura Da Costa Arruda	Analista Judiciário - Nutricionista

661030050	Lohanny Kiister Simas	Analista Judiciário - Nutricionista
661010350	Suziane Casemiro Da Silva Pedrosa	Analista Judiciário - Nutricionista
661002155	Amizael Ferreira Barros	Analista Judiciário - Odontólogo
661021285	Brendo Benzecry Silva De Lima	Analista Judiciário - Odontólogo
661007714	Bruna Fernanda Costa Ferreira	Analista Judiciário - Odontólogo
661073691	Fernanda Vieira Heimlich	Analista Judiciário - Odontólogo
661049011	Giulia Damico Nascimento Da Cruz	Analista Judiciário - Odontólogo
661029247	Graziela Santana De Souza	Analista Judiciário - Odontólogo
661009678	José Felipe De Freitas Gomes	Analista Judiciário - Odontólogo
661019757	Sammy Priscila Minozzo Gonçalves	Analista Judiciário - Odontólogo
661008117	Aime Sousa De Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005523	Alan Daniel Pereira Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661009411	Alberto Junior De Souza Caldeira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661032741	Álefe Lucas Teixeira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661078610	Alex Marques De Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661043567	Alex Penazzo Tavares	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661064809	Alexandre Martins Maciel	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661029147	Aline Felipe Nogueira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661027590	Aline Guterres De Azevedo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018489	Álisson Barbalho Marangôni Correia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001411	Allan Keneddy Da Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661037353	Allan Muniz Carneiro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014817	Allexandre Raffael Tres	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006406	Amanda Almeida Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661042803	Amanda Oliveira Dantas	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661016715	Ana Carolina Pereira Teles	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661021199	Ana Gabrielly De Lima Lopes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661057406	Ana Lucia Alves Campos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661055994	André Costa De França	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005544	Andre Da Silva Correia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661055832	Andressa Ramos Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661004298	Andrey Oliveira Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014165	Antonio Anderson Ferreira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661045904	Antonio Rodrigo Chaves Maia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001507	Antonio Rogerio De Almeida Crispim	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661064304	Arthur Coelho De Melo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008883	Augusto De Almeida Maia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661028909	Benedito Cecinio Correa Filho	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661032857	Bianca Cristina De Oliveira Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661007458	Bianka Esthefane Leão Miorelli	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661015102	Braulio Machado Pinheiro De Moraes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661064581	Bruna De Olinda Alencar Chiamulera Campanerutti	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014157	Bruna Pissolatto Grochevski	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026260	Bruno Rubens Fernandes Kliemann	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014903	Caio Cesar Politano Tiago	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661037736	Camila Karem Pereira Bueno	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661025679	Carolina Calil Mendivil	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661047047	Caroline Abreu Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000826	Caroline Melissa Silva Do Amaral	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003863	Cassio Nascimento Rodrigues	Analista Judiciário - Oficial de Justiça

661000796	Celso Douglas Orbem	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661009383	Charles Vinícius Oliveira Aguiar	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661049287	Cinara Salvi De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661036717	Cintia Cavalcante Do Nascimento	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661038233	Clarice De Lourdes Cunha	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661054129	Cynthia Emilly De Souza Andrade	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661059422	Daiana Araújo Santos Gravatá	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661012140	Daniele Corlette Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026496	Danilo Toro Vieira Caldeira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661063181	Danubio Ernesto Ferreira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661021860	David Daniel Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003789	Débora Cristina Cesário	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661022475	Demerson Souza De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661027549	Diana Aparecida Rodrigues Dias	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661032662	Diana Bonazoni Sol Sol De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661057454	Diego Do Prado Ferreira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661055274	Diego Virgulino Guimarães	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661048190	Ebenézer Moreira Borges	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661042853	Edemilso Cenci Junior	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001902	Elaine Barbosa Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661022595	Elaine Cristina Silva Duraes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661017038	Elielton Ponhe Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661025820	Eliger Lira De Castro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661025050	Elton Libanio Wrege	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661039415	Emerson De Oliveira Lira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001149	Emmanoel Joaquim Barreto De Aguiar	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661077338	Emmanuel De Jesus Bispo Ferreira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003541	Enio Lucena Vaz	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014966	Erick Roberth Freitas Ramires	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661061381	Esequias Nogueira Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018746	Evelly Da Silva Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008106	Everaldo Braun	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661061626	Everton Anderson De Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661019952	Eziel Malaquias Da Fonseca	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000126	Fábio De Oliveira Carvalho	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661029251	Fabíola De Jesus Pereira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661015916	Felipe De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661035778	Felipe Godinho Crevelaro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661053066	Fernanda Mendes De Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661056243	Fernanda Viana Regis	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661044688	Fernando Klitzke	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661016977	Flaviane Lopes Santana	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661062578	Flávio Inácio Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661019133	Gabriel Henrique Jardim	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661021429	Geonisvaldo Pedro Da Silva Júnior	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661010059	Geovana Assunção Kerdy Do Casal	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661042258	Geovana Racki Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003766	Giovana Fideles Pereira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661047466	Gislaine De Oliveira Sousa Graebin	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005403	Glaucia Cleia Da Silva Borges	Analista Judiciário - Oficial de Justiça

661064826	Gleison Santana Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001560	Hélen Pereira Gonzaga Dos Reis	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026112	Helliny Rodrigues Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018959	Henry Fabrício Do Carmo Araújo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006405	Igor Apolinário Marinho De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026099	Ildete Goncalves Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661064937	Ingrid Thais De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661031502	Isabelle Galvão Maia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661007517	Isabelly Borges Chiamulera	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661002508	Isaque De Souza Sampaio	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661012600	Ivone Gomes De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661029689	Jackline Rhanna Ribeiro Do Nascimento	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661043091	Jair Carvalho Junior	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661030981	Jéssica Borges Dos Reis Trapé	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661019893	Jéssica Koch	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661011605	Jessica Marcris Couto Pereira Alencar	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661058899	Jessica Vogel Rosso	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661041754	Jheniffer Bueno Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661059893	Jhonatan Correia Motta	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006414	Jó Cruz Brito	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008132	Joao Carlos Alexandre Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661077601	João De Deus Aguiar Filho	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661028340	João Gabriel Cordeiro De Moraes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661031984	Joao Marcos De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026646	João Pedro Rêgo De Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018112	João Pedro Roque Gonçalves	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006122	João Ricardo Lima Brito	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661046701	Joilma Ferreira De Brito	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661030090	José Batista De Santana Junior	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661010757	Jose Da Silva Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661002561	Jose Jorge Pereira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003950	Jose Lucas Cezário Maciel	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661060780	Juliano César Melo Aleixo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661050458	Júnior Da Silva Garcez	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661014132	Karina Andrade Ribeiro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661013184	Kethelin Caroline Borgart	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661034372	Kleycielli Xavier Carlos Gois	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661072305	Larissa Gabriely Da Rocha Machado	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661025261	Leidiane Dos Santos Vitoriano	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006927	Leonam Ricardo Vasques Lopes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006323	Leticia De Almeida Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661023446	Letícia Pimentel Sampaio	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661034203	Letícia Vitória Santos Dantas	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661007691	Lidia Rocha Brandt Sandres	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661004621	Linda Ines Da Silva Dantas	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661003551	Liziane Silva Novais	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661042490	Lorrana De Lima Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661021639	Luan Felipe Rodrigues Campos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661058410	Luana Ferreira da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005751	Lucas Almeida Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça

661016676	Lucas Dos Anjos Barbosa Da Cunha	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661049930	Luiz Carlos Bezerra Salton	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661041205	Luria Melo De Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661039979	Marcele Tavares Mathias Lopes Nogueira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661038046	Marcelo Antonio Dos Santos Nascimento	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018227	Marcelo De Oliveira Cidade	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661051234	Marcelo Lacerda Lino	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661002167	Marcus Filipe Araújo Barbedo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661066539	Maria Eliene Rodrigues Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661048317	Mariana Batista Batisti	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008317	Mariana Cociuffo Villela	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661041796	Mariana Cristina Lino Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661030441	Mariane Brigido De Castro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661016251	Marla Gabrielle Dos Santos Souza Gama	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661044602	Marques Vinicius Jordão Moreira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000602	Mateus Cruz Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661041402	Matheus Costa De Freitas	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661053619	Matheus Messias Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661027894	Mauro Junior Costa De Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661042234	Maycon Douglas Siqueira Correia	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661025485	Michele Marques Rosato Gallina	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661044589	Miqueias De Souza Pena	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661039653	Morgana Martins Cruz	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661016602	Natalie Santiago De Sena	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018822	Nicolas Jonatan Oliveira De Almeida	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661049785	Nubia Gracielly Souza Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661055801	Pablo De Souza Moura	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661035375	Pâmella Patrícia Ribeiro De Oliveira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661063258	Patricia Andrade De Abreu Arriada	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661023448	Paula Carolina Do Nascimento Martines	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000425	Paulo André Balarez Regis	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661079555	Pedro Ernesto Imthon Andrezza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661052987	Pedro Henrique Leal Casa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661072431	Poliana De Moraes Silva Gasqui Perreta	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661043675	Poliana Pereira Neves Vieira	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661049944	Priscylla Gabriella Gonçalves Rezende	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661033827	Rafael Inacio Aleixo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661007395	Rafael Moraes Prata	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661001498	Rafaela Cunha Medeiros	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661058799	Raiane Evelin Afonso Rosas	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661056374	Raimundo Gonçalves Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661012528	Raissa Oliveira Andrade	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661063558	Rayana Vedana Scarmocin Felber	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661009079	Rebeca Vieira Albuquerque	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008416	Regiane Oliveira De Paula Lopes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661017386	Rémolo Barbosa Rodrigues	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661015926	Rhaiza Cristina Sá Costa	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661019353	Rhaniel De Brito Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661050120	Rharissa Lais Lima Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661006433	Ricardo Cesar Lopes Lima Filho	Analista Judiciário - Oficial de Justiça

661019287	Ricardo José Gouveia Carneiro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661057297	Ricelly Santiago Rocha Lima Guterres	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661008126	Roberta Marcante Rodrigues	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661055633	Roberto Costa Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661044572	Robson Araujo Leite	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661004459	Rosângela Rodrigues Cordeiro	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661031693	Rosiane Da Silva Simão	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000034	Sara Alves Sampaio	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661031680	Sara Milena Gois Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661011966	Sebastião Lucas Alves De Sá	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661057311	Shase Costa De Azevedo	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661050285	Sheila Karina Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661065381	Silmara De Jesus Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661034975	Sofia Aparecida Cavalcanti Paulino	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661032994	Talma Reis Neto	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661009977	Tauana Tais Espinoso	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661015785	Thainá Louise Gonçalves Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661033871	Thaís Soares Guimarães Bueno	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661045485	Thiago Ribeiro Campos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661024826	Thiago Yuri Borcat Luiz Dos Santos	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661013512	Tiago De Almeida Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661043947	Tiago Fernandes Lima Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661026868	Tiago Takashi Tomal	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005146	Valdemir Scarpari Rozin	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661013071	Vanderlei Queiroga Da Cruz	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661018510	Vania Gaede Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661064163	Vitor Felipe Bilio Dias	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661040863	Welisson Basilio De Souza	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661005860	Wendeu Matheus Rabelo Do Nascimento	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661017787	Willian Araújo Da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661017015	Yara Regina Alves Machado	Analista Judiciário - Oficial de Justiça
661000055	Ariane Pereira Nascimento	Analista Judiciário - Pedagogo
661033082	Cleidineia Vilarim Felipe	Analista Judiciário - Pedagogo
661007400	Diones Soares Andreoli	Analista Judiciário - Pedagogo
661062772	Edson Goncalves Ribeiro Junior	Analista Judiciário - Pedagogo
661059353	Elen Kayonara Cruz Santos	Analista Judiciário - Pedagogo
661002034	Francisco Damiana	Analista Judiciário - Pedagogo
661021068	Gelma Rosa Dias Dourado	Analista Judiciário - Pedagogo
661018717	Ionice Porfilia Da Cruz Araujo	Analista Judiciário - Pedagogo
661050722	Iuri Vanessa Krenkel Santin	Analista Judiciário - Pedagogo
661003532	Jacson Luca Dos Santos	Analista Judiciário - Pedagogo
661067893	Kauane Da Luz	Analista Judiciário - Pedagogo
661061698	Kemily Poggere De Moura	Analista Judiciário - Pedagogo
661058274	Leandro De Jesus Silva	Analista Judiciário - Pedagogo
661061182	Luma De Oliveira Silva	Analista Judiciário - Pedagogo
661023787	Maria Jucely Pessoa Barroso Sarkis	Analista Judiciário - Pedagogo
661023250	Naiara Do Nascimento Moreira Mendes	Analista Judiciário - Pedagogo
661035941	Rafael Marques Armini	Analista Judiciário - Pedagogo
661017383	Rosana Machado Da Silva	Analista Judiciário - Pedagogo
661034379	Andreza Barbosa Guerra	Analista Judiciário - Psicólogo

661053845	Dalvimara Souza Da Silva	Analista Judiciário - Psicólogo
661055025	Dayane Garcez Lopes Silva	Analista Judiciário - Psicólogo
661052409	Douglas Sola De Melo	Analista Judiciário - Psicólogo
661001911	Felipo Dos Santos Sobreira De Oliveira	Analista Judiciário - Psicólogo
661065818	Gabriela Nogueira Vieira Mendonca	Analista Judiciário - Psicólogo
661006789	Giovanna Carvalho Dantas	Analista Judiciário - Psicólogo
661033981	Íris De Moura Ribeiro Brum	Analista Judiciário - Psicólogo
661060901	Jeovânia Vieira De Lima	Analista Judiciário - Psicólogo
661027522	Jessica Raphaella Roque Barbosa Santos	Analista Judiciário - Psicólogo
661059652	Karla Regina Alves Da Costa	Analista Judiciário - Psicólogo
661046930	Keila Renata De Brito Frederichi	Analista Judiciário - Psicólogo
661019960	Kerolim Mayara Rocha Sousa	Analista Judiciário - Psicólogo
661042555	Lidia Miler Martins	Analista Judiciário - Psicólogo
661020385	Maria Enilsa Januário Falcão	Analista Judiciário - Psicólogo
661007080	Mayara Dombroski Mendes	Analista Judiciário - Psicólogo
661026883	Monique Joana Darc Alves Garcia	Analista Judiciário - Psicólogo
661018271	Raphaella Assem Lima Torres	Analista Judiciário - Psicólogo
661052497	Thayná Caroline Fucks Cardoso	Analista Judiciário - Psicólogo
661021485	Uilson Lourenço Firmo De Oliveira	Analista Judiciário - Psicólogo
661004936	Victória Liz De Oliveira Nascimento	Analista Judiciário - Psicólogo
661063972	Woston Sérgio Magalhães Santos	Analista Judiciário - Psicólogo
661003713	Alexandre Lúcio Fernandes	Analista Judiciário - Publicitário
661011125	Abdias Amorim Junior	Técnico Judiciário
661024410	Adalberto Ponciano Souza Junior	Técnico Judiciário
661060751	Adalto Ferreira Oliveira	Técnico Judiciário
661045182	Adriana Rui Da Silva	Técnico Judiciário
661007921	Adriane Dalpra Santos	Técnico Judiciário
661014799	Adriano Santos De Lima	Técnico Judiciário
661033615	Aksa Dascalakis Fernandes Carreiro	Técnico Judiciário
661003615	Alaf Jonas De Sousa Silva	Técnico Judiciário
661009601	Alberto Junior De Souza Caldeira	Técnico Judiciário
661000524	Aldair Jose Do Carmo	Técnico Judiciário
661038893	Alessandro Gabriel Campos De Oliveria	Técnico Judiciário
661001249	Alex Sandro Silva Araújo	Técnico Judiciário
661060597	Alexandre Benicio Alves Alexandre	Técnico Judiciário
661064822	Alexandre Martins Maciel	Técnico Judiciário
661024156	Aléxia De Souza Jacinto	Técnico Judiciário
661056503	Aline Cirilo Caldas	Técnico Judiciário
661010503	Aline Do Nascimento	Técnico Judiciário
661014804	Aline Dos Reis	Técnico Judiciário
661029202	Aline Felipe Nogueira	Técnico Judiciário
661027572	Aline Guterres De Azevedo	Técnico Judiciário
661018235	Aline Januário Campos	Técnico Judiciário
661021218	Aline Nunes De Souza Vieira	Técnico Judiciário
661007895	Aline Oliveira Caetano	Técnico Judiciário
661004055	Aline Perez Krause	Técnico Judiciário
661060219	Aline Sumeck Bombonato	Técnico Judiciário
661001429	Allan Keneddy Da Costa	Técnico Judiciário
661002832	Allan Santos Marques	Técnico Judiciário
661004526	Aloine De Jesus Siqueira	Técnico Judiciário

661006410	Amanda Almeida Costa	Técnico Judiciário
661001694	Amanda Caroline Granemann De Oliveira	Técnico Judiciário
661037239	Amanda Karolina Cardoso Carvalho	Técnico Judiciário
661009233	Amanda Kelly Pinho Souza	Técnico Judiciário
661000046	Amanda Nogueira Oliveira De Moraes	Técnico Judiciário
661042808	Amanda Oliveira Dantas	Técnico Judiciário
661018000	Amaris Dos Santos	Técnico Judiciário
661006504	Ana Beatriz Araújo Damas Ferreira	Técnico Judiciário
661006907	Ana Clara Pereira Rufino	Técnico Judiciário
661021208	Ana Gabrielly De Lima Lopes	Técnico Judiciário
661001034	Ana Leticia Reis De Oliveira	Técnico Judiciário
661057402	Ana Lucia Alves Campos	Técnico Judiciário
661013575	Ana Luisa Matos Nascimento	Técnico Judiciário
661023141	Ana Luiza Nunes Galdino	Técnico Judiciário
661026752	Ana Paula Garda Lemes	Técnico Judiciário
661083712	André Costa De França	Técnico Judiciário
661005708	Andre Da Silva Correia	Técnico Judiciário
661031191	Andre Do Carmo Mendes	Técnico Judiciário
661051638	Andre Felipe Do Nascimento Ferreira	Técnico Judiciário
661045415	Andre Manoel Da Silva	Técnico Judiciário
661009168	André Marcos Gonçalves Da Silva	Técnico Judiciário
661017023	Andréia Mara Costa Fortini	Técnico Judiciário
661046081	Andreonei Americo Lopes Dos Santos	Técnico Judiciário
661006403	Andressa Da Cruz Zanol	Técnico Judiciário
661043928	Andressa Dias Tavares	Técnico Judiciário
661055022	Andressa Moraes De Castro Benfica	Técnico Judiciário
661012377	Angela Fernanda Trento	Técnico Judiciário
661002275	Angela Gomes De Almeida	Técnico Judiciário
661030001	Anne Beatriz Barroso Dos Santos	Técnico Judiciário
661006359	Anne Hevelyn Guimarães Lopes	Técnico Judiciário
661042434	Anne Katarine Luna Novais	Técnico Judiciário
661000466	Antonio Muniz Ferro Neto	Técnico Judiciário
661052100	Antonio Paulo Dos Santos Filho	Técnico Judiciário
661013438	Aparecida Elaine Goncalves Campezzatti	Técnico Judiciário
661025024	Ariadne Stephany Souza Costa	Técnico Judiciário
661017309	Ariane Ferreira Lima	Técnico Judiciário
661000103	Ariane Pereira Nascimento	Técnico Judiciário
661006806	Arianna Goncalves Costa	Técnico Judiciário
661045770	Arthur Coelho De Melo	Técnico Judiciário
661007449	Asdra Pietra Camacho Soli	Técnico Judiciário
661013555	Aurea Vieira Teixeira	Técnico Judiciário
661001720	Axel De Oliveira Jansen	Técnico Judiciário
661051036	Ayke Kauã Silva De Souza	Técnico Judiciário
661006523	Bárbara Rubya Chaves Silva	Técnico Judiciário
661020512	Beatriz Valeria Dos Santos	Técnico Judiciário
661055167	Bianca Raquel De Souza Cardoso	Técnico Judiciário
661052391	Bianca Taís Santos De Almeida	Técnico Judiciário
661032852	Bianca Viana Savegnago	Técnico Judiciário
661015140	Braulio Machado Pinheiro De Moraes	Técnico Judiciário
661015377	Brenda Taynah Siepamann Veloso	Técnico Judiciário

661002459	Brendo Guilherme Fernandes Da Silva	Técnico Judiciário
661002293	Breno Henrique Alves De Souza	Técnico Judiciário
661065358	Bruna Natali Guarnieri Rozin	Técnico Judiciário
661035753	Bruna Nunes Galdino	Técnico Judiciário
661034985	Bruna Pereira Nogueira	Técnico Judiciário
661032832	Bruna Rayrauna Muniz Lima	Técnico Judiciário
661004228	Bruno Alves Dos Santos	Técnico Judiciário
661067061	Bruno Rafael Costa De Freitas	Técnico Judiciário
661027576	Bryan Andrade Amorim	Técnico Judiciário
661005504	Caena Rodrigues De Moura Oliveira	Técnico Judiciário
661003570	Caio Albuquerque Moraes	Técnico Judiciário
661004153	Caio Vinícius Ramalho Oliveira	Técnico Judiciário
661027520	Caique Clemente Imperiano	Técnico Judiciário
661005360	Camila Cristiane Miranda Lacerda	Técnico Judiciário
661021555	Camila Ferreira Ribeiro	Técnico Judiciário
661035971	Camila Pereira De Andrade	Técnico Judiciário
661042998	Camila Queiroz Federigi Martins	Técnico Judiciário
661071029	Camila Sá Moreira Carvalho	Técnico Judiciário
661054431	Carlos Antonio Rodrigues Dos Santos	Técnico Judiciário
661000996	Carlos Eduardo Menezes Ferro De Souza	Técnico Judiciário
661027101	Carlos Eugenio Sousa Silva Junior	Técnico Judiciário
661013713	Carlos Henrique Cardoso Dos Santos	Técnico Judiciário
661007212	Carlos Henrique De Melo Wronski	Técnico Judiciário
661041740	Carlos Magnum Ferreira De Sá	Técnico Judiciário
661032104	Carlos Santos Moreira Junior	Técnico Judiciário
661011015	Carolina Da Silva Alves	Técnico Judiciário
661047048	Caroline Abreu Da Silva	Técnico Judiciário
661000860	Caroline Melissa Silva Do Amaral	Técnico Judiciário
661032311	Castiel Ferreira De Paula	Técnico Judiciário
661022472	Cesar Ferreira Gomes Junior	Técnico Judiciário
661009342	Charles Vinícius Oliveira Aguiar	Técnico Judiciário
661040248	Christiélen Rodrigues Da Costa	Técnico Judiciário
661067905	Cilso Mendes Gomes	Técnico Judiciário
661070790	Cinara Monteiro Manasfi Da Silva	Técnico Judiciário
661027631	Cíntia De Oliveira Fernandes	Técnico Judiciário
661011198	Cirlina Carla Sarmiento Santos	Técnico Judiciário
661010891	Clara Dos Anjos Rego De Menezes	Técnico Judiciário
661007185	Claudia Mara Dos Santos	Técnico Judiciário
661005462	Cláudio César Conceição Silva Souza	Técnico Judiciário
661021783	Cleuma Marcilene Lagassi Da Silva	Técnico Judiciário
661060692	Creuza Teixeira De Souza Ribeiro Vaz	Técnico Judiciário
661037485	Crisbele De Sousa Sena Damasceno	Técnico Judiciário
661002738	Damaris Gonçalves Dos Reis Ribeiro	Técnico Judiciário
661016948	Daniel Ramos Relvas	Técnico Judiciário
661015368	Daniela Barbosa De Paula	Técnico Judiciário
661027404	Daniela Cristina Augusta Silva Ferreira	Técnico Judiciário
661026011	Daniele De Almeida Myczkovski	Técnico Judiciário
661024063	Daniele Ferreira Da Silva	Técnico Judiciário
661026521	Danieli Da Silva Boy	Técnico Judiciário
661002028	Daniella Thamara Da Silva Tavares	Técnico Judiciário

661010623	Danielle Fabiane Rocha Moraes	Técnico Judiciário
661002743	Danilo Rosa De Souza	Técnico Judiciário
661020840	Darlan Kazuo Moraes Hamada	Técnico Judiciário
661052347	David Junio Da Silva Conrado	Técnico Judiciário
661068281	Dayanne Dos Santos Cavalcante Frigo	Técnico Judiciário
661003728	Débora Cristina Cesário	Técnico Judiciário
661003728	Débora Cristina Cesário	Técnico Judiciário
661003383	Deivison Hurtado De Moraes	Técnico Judiciário
661040826	Demerson Souza De Oliveira	Técnico Judiciário
661037807	Denis Lopes De Brito	Técnico Judiciário
661006950	Dhienyffer Cristina Moraes Santos	Técnico Judiciário
661032664	Diana Bonazoni Sol Sol De Oliveira	Técnico Judiciário
661003140	Diego De Sousa Salgado	Técnico Judiciário
661013414	Dielma Rodrigues De Almeida	Técnico Judiciário
661028452	Dimer Suegty Silva Mendonça	Técnico Judiciário
661024182	Douglas Moura E Silva	Técnico Judiciário
661006680	Eclesia De Freitas Pacó	Técnico Judiciário
661005919	Edenilson Do Nascimento Araújo	Técnico Judiciário
661065108	Edgar De Araujo Pessoa Junior	Técnico Judiciário
661082090	Edicarlos Da Silva Matos	Técnico Judiciário
661032405	Edieren Rocha Budniak	Técnico Judiciário
661001379	Edilson Elias Nascimento	Técnico Judiciário
661022036	Edles Rodrigues Das Chagas	Técnico Judiciário
661074110	Edson Goncalves Ribeiro Junior	Técnico Judiciário
661014263	Eduarda Ângelo Goes Souza	Técnico Judiciário
661032016	Eduardo Costa De Freitas	Técnico Judiciário
661054376	Eduardo Frederichi Alves	Técnico Judiciário
661006578	Eduardo Sarges De Souza	Técnico Judiciário
661016139	Edvania Rayane De Aguiar	Técnico Judiciário
661001925	Elaine Barbosa Da Silva	Técnico Judiciário
661012477	Eliana De Moraes Do Nascimento	Técnico Judiciário
661001745	Eliane Da Silva Elias	Técnico Judiciário
661004237	Eline Esmeraldina Rocha De Oliveira	Técnico Judiciário
661017518	Elineide Araujo De Souza	Técnico Judiciário
661063946	Elis Shinkoda Silva	Técnico Judiciário
661016931	Elivanete Vicente Infante	Técnico Judiciário
661048803	Eliza Victória Mühl Oliveira	Técnico Judiciário
661011012	Elizeu De Oliveira Nunes	Técnico Judiciário
661035385	Elton Paranhos Albuquerque	Técnico Judiciário
661004048	Érica Costa Da Silva	Técnico Judiciário
661009042	Erielton Pereira Da Silva	Técnico Judiciário
661000326	Erika Brenda Do Nascimento Arantes	Técnico Judiciário
661013263	Evandro De Souza Freitas Filho	Técnico Judiciário
661000812	Evelim Thauana Diniz Barbosa	Técnico Judiciário
661018813	Evelly Da Silva Lima	Técnico Judiciário
661040399	Fábio Castelani Vilas Boas	Técnico Judiciário
661032957	Fabio Junio Paula Pigoli	Técnico Judiciário
661000646	Fábio Ribeiro Da Silva	Técnico Judiciário
661019022	Fabício Cunha Celante	Técnico Judiciário
661036000	Felícia Dos Santos Cordeiro De Oliveira	Técnico Judiciário

661001038	Felipe Jardel Silva Tavernard	Técnico Judiciário
661010275	Felipe Vinícius Dias Dos Santos	Técnico Judiciário
661015911	Felix Dos Anjos Tedesco	Técnico Judiciário
661006590	Fernanda Ferreira Costa	Técnico Judiciário
661015759	Fernando Araújo Da Silva	Técnico Judiciário
661044696	Fernando Klitzke	Técnico Judiciário
661053278	Fernando Penafiel	Técnico Judiciário
661067594	Filipe Magdiel Dos Santos Reis	Técnico Judiciário
661038280	Filipe Rodrigo Freitas Da Silva	Técnico Judiciário
661031750	Flaviana Pereira Da Silva	Técnico Judiciário
661030530	Francelly Wallace Tome	Técnico Judiciário
661044544	Francielli Sunta Turra	Técnico Judiciário
661003905	Francinei Pereira Neves	Técnico Judiciário
661054646	Francisco Éfisson Figueira	Técnico Judiciário
661061074	Francislene Da Silva Gonzaga	Técnico Judiciário
661051206	Gabriel Antonio Xavier Lima De Carvalho	Técnico Judiciário
661016895	Gabriel Arcanjo De Miranda	Técnico Judiciário
661004100	Gabriel Da Rocha Barboza	Técnico Judiciário
661025569	Gabriel Henrique Ortiz Aguiar	Técnico Judiciário
661038450	Gabriel Lima Costa	Técnico Judiciário
661003872	Gabriel Natan Da Cruz Silva	Técnico Judiciário
661036988	Gabriel Portela De Lima	Técnico Judiciário
661000839	Gabriel Reis Rosa	Técnico Judiciário
661000397	Gabriel Simões Prado	Técnico Judiciário
661015880	Gabriel Valentim Pena	Técnico Judiciário
661022893	Gabriele Pereira De Souza	Técnico Judiciário
661038992	Gabrielly Proença Fonseca	Técnico Judiciário
661017626	Gabriely Talita Dos Santos Silva	Técnico Judiciário
661011270	Geisiele Moraes Santos	Técnico Judiciário
661042259	Geovana Racki Dos Santos	Técnico Judiciário
661028064	Geovane Gasparim Alves	Técnico Judiciário
661003661	Gessicléi Eliézer Bezerra Siqueira	Técnico Judiciário
661021607	Ghabriely Xisto Ricardo	Técnico Judiciário
661045220	Gilberto Naimaier Duarte Filho	Técnico Judiciário
661001388	Gilmar Lima Ferreira Filho	Técnico Judiciário
661005089	Gilvania Lemes Dos Santos	Técnico Judiciário
661042489	Gisele Aparecida Barbosa Neves Selhorst	Técnico Judiciário
661021126	Giselle De Carvalho Nogueira Lima	Técnico Judiciário
661050403	Glennes Gabriel Benarrosh Pontes	Técnico Judiciário
661000820	Golden Fernandes Campos	Técnico Judiciário
661055752	Grieco Da Costa Lidoni	Técnico Judiciário
661064326	Guelberli Francisca Manhães	Técnico Judiciário
661050721	Guilherme Baia Araujo	Técnico Judiciário
661054930	Guilherme Freitas De Aguiar	Técnico Judiciário
661054930	Guilherme Freitas De Aguiar	Técnico Judiciário
661038137	Guilherme Paula Candido	Técnico Judiciário
661021770	Guilherme Valentim Fernandes Santos	Técnico Judiciário
661005684	Gustavo Queiroz Da Cruz	Técnico Judiciário
661023620	Hanalise Lima De Oliveira	Técnico Judiciário
661002216	Helen Camily Da Silva Gil De Oliveira	Técnico Judiciário

661001666	Hélen Pereira Gonzaga Dos Reis	Técnico Judiciário
661036796	Heloisa Hellen De Araújo Sampaio	Técnico Judiciário
661000343	Hendrio Loan Nunes De Lima	Técnico Judiciário
661037839	Henrique Eduardo Da Costa Soares	Técnico Judiciário
661004633	Henrique Paixão Machado	Técnico Judiciário
661018966	Henry Fabrício Do Carmo Araújo	Técnico Judiciário
661043468	Hiago Da Cunha Silva	Técnico Judiciário
661003812	Hian Henrique Batista Botelho	Técnico Judiciário
661000084	Iaslana Carolina Pereira	Técnico Judiciário
661018573	Iely Priscila Amorim Ferreira	Técnico Judiciário
661021434	Igor Henrique Gonçalves Barbosa	Técnico Judiciário
661026127	Ildete Goncalves Dos Santos	Técnico Judiciário
661022094	Ingrid Danielly Correia	Técnico Judiciário
661025994	Ionir De Sousa Vieira	Técnico Judiciário
661025310	Isabella Vettorazi Leite	Técnico Judiciário
661031548	Isabelle Galvão Maia	Técnico Judiciário
661000217	Isaque Augusto Silva Nery	Técnico Judiciário
661000698	Isly Tresman Schumacker	Técnico Judiciário
661004557	Ítalo Costa De Miranda	Técnico Judiciário
661002544	Italo De Melo Nogueira Borges	Técnico Judiciário
661049272	Itamar Barbosa	Técnico Judiciário
661005959	Iuri Da Silva Sousa	Técnico Judiciário
661003261	Iury Peixoto Souza	Técnico Judiciário
661012611	Ivone Gomes De Oliveira	Técnico Judiciário
661053059	Izadora Ferreira Purcino	Técnico Judiciário
661020669	Izaías Queiroz Cavalcante Junior	Técnico Judiciário
661029679	Jackline Rhanna Ribeiro Do Nascimento	Técnico Judiciário
661003800	Jackson De Sousa Oliveira	Técnico Judiciário
661003559	Jacson Luca Dos Santos	Técnico Judiciário
661007737	Jaine Oliveira Costa	Técnico Judiciário
661008835	Jaine Silva Barbosa Aguilera	Técnico Judiciário
661049222	Janaína Berger Pereira	Técnico Judiciário
661002773	Janaina Da Silva Rocha	Técnico Judiciário
661035847	Janara Lima Dantas Sousa	Técnico Judiciário
661034777	Janieli Dos Santos Feliciano	Técnico Judiciário
661041707	Jarina Lima Gonçalves	Técnico Judiciário
661039031	Jefferson Lemes Pinto	Técnico Judiciário
661002303	Jennifer Fernandes Da Silva	Técnico Judiciário
661014845	Jéssica Albuquerque Roque	Técnico Judiciário
661005298	Jéssica Almeida De Oliveira	Técnico Judiciário
661030989	Jéssica Borges Dos Reis Trapé	Técnico Judiciário
661053223	Jéssica Cristina Cardoso Valério	Técnico Judiciário
661024096	Jessica Gomes Bessa	Técnico Judiciário
661019889	Jéssica Koch	Técnico Judiciário
661020158	Jéssica Passos De Figueiredo	Técnico Judiciário
661000722	Jéssica Santos Schurmann	Técnico Judiciário
661046082	Jhennifer Soares Damatta	Técnico Judiciário
661001039	Jheysiele Ferreira Dantas	Técnico Judiciário
661012405	Jianluca Souza Mendonça	Técnico Judiciário
661004143	Jiovane Souza Mendonça	Técnico Judiciário

661005221	João Lucas Gonçalves De Albuquerque	Técnico Judiciário
661041932	João Luiz Nessimian	Técnico Judiciário
661005673	João Marcos Nogueira Liberato	Técnico Judiciário
661059860	João Miguel Zantut De Matos	Técnico Judiciário
661028387	João Pedro Trajano Do Nascimento	Técnico Judiciário
661005346	João Victor Abreu Do Nascimento	Técnico Judiciário
661044219	João Victor Silva De Souza	Técnico Judiciário
661007601	Jocielma Regiany Nogueira Ferreira Taveira	Técnico Judiciário
661031529	Jocyéle Monteiro De Araújo Suckel	Técnico Judiciário
661007306	Joid Cristina Rodrigues Reateque	Técnico Judiciário
661001903	Jônne Dutra Tavares Júnior	Técnico Judiciário
661065479	José De Arimatéia Rodrigues Da Silva	Técnico Judiciário
661051861	José Henrique Alves Da Silva	Técnico Judiciário
661013566	Jose Nilton Moura Da Rocha	Técnico Judiciário
661017555	José Rafael De Souza Consalter	Técnico Judiciário
661005675	José Vinicius Miranda Sampaio	Técnico Judiciário
661028019	Josiel Da Silva Neris	Técnico Judiciário
661044256	Josué Thaykinã Da Silva Frota	Técnico Judiciário
661002845	Joyce Conceição Nascimento Carboni	Técnico Judiciário
661013376	Julia Catarina Machado Ramos	Técnico Judiciário
661018460	Juliana Maia Correa	Técnico Judiciário
661038841	Júlio Cesar Pedro	Técnico Judiciário
661053083	Julle Evlin Fernandes Gonçalves	Técnico Judiciário
661020967	Júllia Verena De Oliveira Faria	Técnico Judiciário
661055010	Kaíki Barbosa Dos Anjos	Técnico Judiciário
661041126	Kalline Vasconcelos Carvalho Cavalcante	Técnico Judiciário
661066933	Kamila Aparecida Da Silva	Técnico Judiciário
661054923	Karen Borges Dos Santos	Técnico Judiciário
661034196	Karen Lohanna Pontes De Sousa	Técnico Judiciário
661003080	Karen Rak	Técnico Judiciário
661006076	Karime Lobo	Técnico Judiciário
661014209	Karina Andrade Ribeiro	Técnico Judiciário
661054721	Karina De Oliveira	Técnico Judiciário
661032935	Karina Vitoria De Souza Torres	Técnico Judiciário
661003227	Karine Reis Da Silva	Técnico Judiciário
661003552	Karllinton Rodrigo Pereira Do Amaral	Técnico Judiciário
661066148	Karoline Ramos Magdalena	Técnico Judiciário
661003183	Katyanne De Oliveira Silva	Técnico Judiciário
661015090	Kauã Reidysson Alexandre Brandão Dos Santos	Técnico Judiciário
661067854	Kauane Da Luz	Técnico Judiciário
661007972	Kaysinee Kalindra Monyse Schulze Sachini	Técnico Judiciário
661002436	Keila Batista Silva Augusto	Técnico Judiciário
661042595	Keila Samara Oliveira Pereira	Técnico Judiciário
661049799	Kelcilene Valerio Dos Santos	Técnico Judiciário
661019949	Kelly Cristina Da Silva	Técnico Judiciário
661001448	Kennedy Wesley Alves De Sousa	Técnico Judiciário
661005118	Kesia De Oliveira Vieira	Técnico Judiciário
661013204	Kethelin Caroline Borgart	Técnico Judiciário
661016513	Keven Kaltty De Torres	Técnico Judiciário
661006632	Khetley Nay Queiroz Da Silva	Técnico Judiciário

661053909	Kivian Clíce Santos De Souza	Técnico Judiciário
661034367	Kleycielli Xavier Carlos Gois	Técnico Judiciário
661043413	Lais Maria Da Costa Alexandre Guyss	Técnico Judiciário
661020075	Laise Santos Azevedo	Técnico Judiciário
661043572	Lara Vitória Lima Mozer	Técnico Judiciário
661010481	Larissa Gabrielle Carvalho De Sá	Técnico Judiciário
661064807	Larissa Kelly Nogueira Vieira	Técnico Judiciário
661013919	Larissa Macedo Da Silva Marinho	Técnico Judiciário
661013490	Laryssa Catherine Pinheiro Rocha	Técnico Judiciário
661018237	Laura Brandhuber Cardoso	Técnico Judiciário
661018237	Laura Brandhuber Cardoso	Técnico Judiciário
661009258	Laura Dos Santos Silva	Técnico Judiciário
661008286	Lavínia Gomes Ferreira Toledo	Técnico Judiciário
661047798	Layane Eluane De Assis Santos	Técnico Judiciário
661003013	Leandro Alves Dos Anjos	Técnico Judiciário
661061616	Leandro Gonçalves Cordeiro	Técnico Judiciário
661054669	Leandro Rodrigo Momento	Técnico Judiciário
661037350	Leonardo Mesquita Aragão	Técnico Judiciário
661000800	Leonardo Reis Santos	Técnico Judiciário
661020175	Letícia Do Nascimento Clímaco	Técnico Judiciário
661004723	Leticia Gomes Dutra	Técnico Judiciário
661003094	Leticia Manvailer Vieira De Araújo	Técnico Judiciário
661005671	Letícia Nogueira Barbosa	Técnico Judiciário
661023432	Letícia Pimentel Sampaio	Técnico Judiciário
661018256	Leticia Rodrigues Bernardino	Técnico Judiciário
661014071	Leticia Saldanha Benvindo Boscoli	Técnico Judiciário
661007619	Letícia Thamires Gonçalves Ferraz	Técnico Judiciário
661034204	Letícia Vitória Santos Dantas	Técnico Judiciário
661077958	Levi Rodrigues Da Silva	Técnico Judiciário
661029924	Liana Alves Saboia Ferreira	Técnico Judiciário
661014454	Liberalina Silva De Oliveira Vale	Técnico Judiciário
661000732	Líliá Ojopi Da Costa Cândido	Técnico Judiciário
661023807	Liv Oliveira De França	Técnico Judiciário
661003537	Liziane Silva Novais	Técnico Judiciário
661014660	Lorainy Goncalves Escobar	Técnico Judiciário
661004608	Lorena Márcia Rodrigues Alencar	Técnico Judiciário
661036672	Lorena Sote De Elage Braga Garcia	Técnico Judiciário
661003073	Lorenzo Cappelli Savaris	Técnico Judiciário
661031186	Louise Cristine Vedovoto Neto Gervásio	Técnico Judiciário
661069216	Lowranna De Oliveira Coutinho Rodrigues	Técnico Judiciário
661021635	Luan Felipe Rodrigues Campos	Técnico Judiciário
661012927	Luana Faria Mendonça	Técnico Judiciário
661011404	Luana Ramos Santos	Técnico Judiciário
661037452	Lucas Breitenbach De Sá	Técnico Judiciário
661016685	Lucas Dos Anjos Barbosa Da Cunha	Técnico Judiciário
661002307	Lucas Felipe Maia Bonfim	Técnico Judiciário
661007574	Lucas Francisco Moura De Sousa	Técnico Judiciário
661028200	Lucas Oliveira Barros	Técnico Judiciário
661007699	Lucas Rodrigues De Souza	Técnico Judiciário
661056524	Lucenildo Silva De Carvalho	Técnico Judiciário

661030404	Lucianne Nahmias De Miranda	Técnico Judiciário
661014032	Luis Felipe Steckert Victorio	Técnico Judiciário
661033244	Luis Fernando Negri	Técnico Judiciário
661019782	Luis Ricardo Mendes Lopes	Técnico Judiciário
661006308	Luiz Gregório Eleutério Junior	Técnico Judiciário
661044736	Luiz Gustavo Rogério Braga	Técnico Judiciário
661014561	Luiz Henrique Bentes Fortes	Técnico Judiciário
661013408	Luiza Fernanda Silva Pavanello	Técnico Judiciário
661041203	Luria Melo De Souza	Técnico Judiciário
661003847	Maciel Oliveira Magalhães	Técnico Judiciário
661001970	Maiara Oliveira Silva	Técnico Judiciário
661000840	Marcelo Gomes	Técnico Judiciário
661015606	Márcio Aparecido De Lima	Técnico Judiciário
661003798	Marcos Elizeu Sa Teles Filgueiras	Técnico Judiciário
661050596	Marcos Silva Oliveira	Técnico Judiciário
661034773	Marcos Vinicius Palma Cardoso	Técnico Judiciário
661069132	Marcos Vínicius Carneiro Freitas	Técnico Judiciário
661002198	Marcus Filipe Araújo Barbedo	Técnico Judiciário
661008378	Maria Da Conceição Lima Da Silva Kruse	Técnico Judiciário
661003432	Maria Daiana Barroso Serpa	Técnico Judiciário
661024234	Maria De Fatima Lins Silva	Técnico Judiciário
661010087	Maria Eloiza Ferreira Teles	Técnico Judiciário
661023860	Maria Jucely Pessoa Barroso Sarkis	Técnico Judiciário
661031161	Maria Talissa Araujo Pereira	Técnico Judiciário
661042351	Mariana Albuquerque De Lima	Técnico Judiciário
661000660	Mariana Batista Batisti	Técnico Judiciário
661032748	Mariana Clara Vassoler Panuci	Técnico Judiciário
661008283	Mariana Cociuffo Villela	Técnico Judiciário
661002668	Mariana Précoma	Técnico Judiciário
661030427	Mariane Brigido De Castro	Técnico Judiciário
661022155	Mariani Rodrigues Furtado Aguiar	Técnico Judiciário
661056178	Marina Beatriz Barroso Dos Santos	Técnico Judiciário
661046037	Marina Vanessa Maia Brasil De Oliveira	Técnico Judiciário
661034050	Mariza Dos Santos	Técnico Judiciário
661041221	Marklany Kamily Souza Moreira	Técnico Judiciário
661016244	Marla Gabrielle Dos Santos Souza Gama	Técnico Judiciário
661043186	Marlon Breno Goncalves Pereira	Técnico Judiciário
661039626	Marlon Lopes Coêlho Júnior	Técnico Judiciário
661004388	Marlon Thiago França Lima	Técnico Judiciário
661023865	Marlon Vieira Gomes	Técnico Judiciário
661001369	Mateus Da Cruz Costa	Técnico Judiciário
661002951	Matheus Ribeiro De Moura	Técnico Judiciário
661007032	Mayara Dombroski Mendes	Técnico Judiciário
661042233	Maycon Douglas Siqueira Correia	Técnico Judiciário
661004256	Mayra Gomes Dos Reis	Técnico Judiciário
661027564	Maysa Tavares Ponti Belizario	Técnico Judiciário
661020970	Mayumi Ferreira Sakata	Técnico Judiciário
661015002	Meiriane Sousa Duarte Araújo	Técnico Judiciário
661025534	Michele Marques Rosato Gallina	Técnico Judiciário
661004896	Micheli De Freitas Soares	Técnico Judiciário

661045380	Michelle De Lima Sousa	Técnico Judiciário
661026003	Miguel De Souza Felicio	Técnico Judiciário
661030719	Milena Nascimento Souza	Técnico Judiciário
661029148	Milene De Castro Melo Guimarães	Técnico Judiciário
661056114	Milene De Jesus Nogueira	Técnico Judiciário
661000013	Milton Frota Lira	Técnico Judiciário
661032510	Míriam Do Nascimento Ernica	Técnico Judiciário
661033876	Monica Nunes De Carvalho	Técnico Judiciário
661018098	Monike Izzo Martins	Técnico Judiciário
661039656	Morgana Martins Cruz	Técnico Judiciário
661034592	Naiara Do Nascimento Moreira Mendes	Técnico Judiciário
661002917	Natanael Do Carmo Mendes	Técnico Judiciário
661000318	Nathanny Lutiane Vilhena Santana	Técnico Judiciário
661007063	Nícolas Kuhn Feijó	Técnico Judiciário
661003317	Núbia Ribeiro De Souza	Técnico Judiciário
661024499	Nycollas Henrique Barbosa	Técnico Judiciário
661006791	Pablo Javan Silva Dantas	Técnico Judiciário
661035382	Pâmella Patrícia Ribeiro De Oliveira	Técnico Judiciário
661010761	Pamella Viviany Cordeiro De Souza	Técnico Judiciário
661063350	Patricia Andrade De Abreu Arriada	Técnico Judiciário
661037411	Patricia Briel Felix	Técnico Judiciário
661003217	Patrícia De Sá Cruz Santos	Técnico Judiciário
661023400	Paula Carolina Do Nascimento Martines	Técnico Judiciário
661076157	Paulo Gabriel De Sousa Guerra	Técnico Judiciário
661015748	Paulo Henrique Xavier Costa	Técnico Judiciário
661004194	Paulo Júnior Ruviaro Alcantara	Técnico Judiciário
661059736	Pedro De Oliveira Nunes Neto	Técnico Judiciário
661044837	Pedro Porto Moreira De Oliveira	Técnico Judiciário
661045778	Philippe Thiago Ferreira Costa	Técnico Judiciário
661031983	Pietra Simonir Moreira Reis	Técnico Judiciário
661019938	Priscila Da Costa Mendes	Técnico Judiciário
661000283	Priscila De Campos Okimoto Nunes	Técnico Judiciário
661040759	Priscila Okada Araujo	Técnico Judiciário
661049946	Priscylla Gabriella Gonçalves Rezende	Técnico Judiciário
661021856	Pryscilla Karoliny Santos De Oliveira	Técnico Judiciário
661012719	Queila Santos Melo	Técnico Judiciário
661053438	Rafael Cristiano Saraiva Fernandes	Técnico Judiciário
661022331	Rafael De Oliveira Neves	Técnico Judiciário
661016703	Rafael Thales Agostini Neves	Técnico Judiciário
661003592	Raiara Oliveira Borges Salgado	Técnico Judiciário
661012555	Raissa Oliveira Andrade	Técnico Judiciário
661003681	Raquel Raenger	Técnico Judiciário
661070615	Raquel Ramos Sobreira	Técnico Judiciário
661004746	Raquel Santos De Souza	Técnico Judiciário
661008445	Regiane Oliveira De Paula Lopes	Técnico Judiciário
661047986	Renata Caroline Figueiredo Barbosa	Técnico Judiciário
661004310	Rennan Gomes Feitosa	Técnico Judiciário
661050121	Rharissa Lais Lima Santos	Técnico Judiciário
661013961	Rian Vitor Cruz Santos	Técnico Judiciário
661078764	Ricardo Augusto Schaedler Bastos	Técnico Judiciário

661002410	Ricardo Giovani Vieira Cardoso	Técnico Judiciário
661019288	Ricardo José Gouveia Carneiro	Técnico Judiciário
661001898	Rikelmy Rodrigues Quimas	Técnico Judiciário
661017396	Rita De Cássia De Brito Silva	Técnico Judiciário
661000052	Rivaldo Neves Xavier	Técnico Judiciário
661056328	Robert Da Silva Vieira	Técnico Judiciário
661055165	Roberto Paes De Farias Junior	Técnico Judiciário
661082520	Robson Venancio De Souza	Técnico Judiciário
661040028	Rodivan Avelino Araujo	Técnico Judiciário
661016802	Rodrigo Alves Figueiredo	Técnico Judiciário
661022640	Rodrigo Bentes Silva Bezerra	Técnico Judiciário
661046969	Rodrigo Lemos Gonçalves	Técnico Judiciário
661020529	Romário Queiroz Da Silva E Silva	Técnico Judiciário
661000276	Romildo Silva Da Silveira	Técnico Judiciário
661051034	Ronaldo Calixto	Técnico Judiciário
661024435	Rone Silva Do Nascimento	Técnico Judiciário
661061023	Rosane Da Silva Cruz	Técnico Judiciário
661018781	Rosimere Moreira	Técnico Judiciário
661018976	Samuel David Da Silva	Técnico Judiciário
661003369	Samuel De Souza Gomes	Técnico Judiciário
661000109	Sara Alves Sampaio	Técnico Judiciário
661000863	Sara Caroline Alves	Técnico Judiciário
661020092	Sara De Souza Barbosa	Técnico Judiciário
661012711	Sara Lais Castro De Melo	Técnico Judiciário
661017583	Sara Midiã Gomes Pascoal	Técnico Judiciário
661059278	Sarah Alessandra Lima De Araújo	Técnico Judiciário
661042064	Sarah Reinoso Cunha	Técnico Judiciário
661017878	Sarianne Delfino Da Silva Costa	Técnico Judiciário
661021226	Saulo Freires Lima	Técnico Judiciário
661060981	Sayne Keila Santana Pereira Guido	Técnico Judiciário
661011963	Sebastião Lucas Alves De Sá	Técnico Judiciário
661027307	Shara Gomes Rogerio De Carvalho Aguiar	Técnico Judiciário
661050282	Sheila Karina Da Silva	Técnico Judiciário
661047610	Sheilla Gomes Tavares	Técnico Judiciário
661021369	Silas Andrey Da Silva Santiago	Técnico Judiciário
661034977	Sofia Aparecida Cavalcanti Paulino	Técnico Judiciário
661000016	Sostenes Da Silva Mendes	Técnico Judiciário
661013913	Stefany Santos	Técnico Judiciário
661071070	Stenio Roger Colombo Corá	Técnico Judiciário
661001945	Suelen Antunes Da Silva	Técnico Judiciário
661035426	Suellyn Cristina Da Silva Alves	Técnico Judiciário
661051989	Suzy Mitiko Yamazaki Watanabe	Técnico Judiciário
661037891	Taina Chaves Dos Santos	Técnico Judiciário
661045862	Taisa Fernandes Pereira	Técnico Judiciário
661019732	Talita Clara Pires Silva	Técnico Judiciário
661023429	Talma Reis Neto	Técnico Judiciário
661000768	Talyria Amud Martinez	Técnico Judiciário
661060574	Tássia Marjorie Cardoso Oliveira	Técnico Judiciário
661038480	Tatiane Ferreira Da Silva Olimpio	Técnico Judiciário
661009997	Tauana Tais Espinoso	Técnico Judiciário

661044171	Taylla Cristina Dos Reis Alves	Técnico Judiciário
661015531	Teresa Cristina Duarte Tabosa	Técnico Judiciário
661064897	Tereza Raquel Santana	Técnico Judiciário
661015621	Thais Gabrielle Nascimento Macena	Técnico Judiciário
661021350	Thais Nogueira De Oliveira Frohlich	Técnico Judiciário
661019582	Thaís Satiê Borges De Lima	Técnico Judiciário
661033872	Thaís Soares Guimarães Bueno	Técnico Judiciário
661031846	Thassyla Andrade Marques Moraes	Técnico Judiciário
661015445	Thauany Dos Santos Lesniesky De Oliveira	Técnico Judiciário
661002089	Thayane Dos Santos Vera Braga	Técnico Judiciário
661017507	Thayani Fontes Pereira	Técnico Judiciário
661019874	Tháys Amanda Mendes Beserra	Técnico Judiciário
661030852	Thiago De Oliveira Guimarães	Técnico Judiciário
661050413	Thiago Ramos Pinheiro	Técnico Judiciário
661011614	Thiago Vinycio Martins Barboza	Técnico Judiciário
661024900	Thiago Yuri Borcat Luiz Dos Santos	Técnico Judiciário
661010050	Tiago Bacury Domingos	Técnico Judiciário
661043998	Tiago Fernandes Lima Da Silva	Técnico Judiciário
661026879	Tiago Takashi Tomal	Técnico Judiciário
661035445	Tuan Luc Cavalcante Ramalho	Técnico Judiciário
661048151	Ueliton Farias Brito	Técnico Judiciário
661048654	Vagner Barbosa Almeida De Souza	Técnico Judiciário
661016556	Valéria Nazário Santos	Técnico Judiciário
661018572	Vanessa Maria Reis Pedrosa	Técnico Judiciário
661029888	Vania Luciano	Técnico Judiciário
661007672	Verônica Mendonça De Freitas	Técnico Judiciário
661006816	Victor Augusto Oliveira Carvalho Loura	Técnico Judiciário
661008560	Victor Rafael Dos Anjos Da Silva	Técnico Judiciário
661029539	Victor --- Lobato Lima	Técnico Judiciário
661002629	Vinicius Frota Gomes	Técnico Judiciário
661038438	Vinícius Magno Freire	Técnico Judiciário
661038161	Virgínia Duan Araújo De Alcântara E Lima	Técnico Judiciário
661006499	Vito Oliveira Mazzola	Técnico Judiciário
661046469	Vitória Belem De Noronha	Técnico Judiciário
661004988	Vitoria Valentine Jacobs Almeida	Técnico Judiciário
661000056	Walisson Vinicius Moreira Goncalves	Técnico Judiciário
661011109	Wallace Silva Da Costa	Técnico Judiciário
661006415	Wallasson Freitas De Souza	Técnico Judiciário
661036325	Wéslei Cordeiro Tenório	Técnico Judiciário
661036081	Wesley Roberto Da Silva	Técnico Judiciário
661012721	Weverton Motta Oliveira De Mattos	Técnico Judiciário
661052561	Willian Lelo Ferreira	Técnico Judiciário
661001005	Willyandre Soares Dos Santos	Técnico Judiciário
661029962	Wilson Coimbra Di Berti	Técnico Judiciário
661009823	Winne Caroline Martes Ferreira	Técnico Judiciário
661018921	Yasmin Evaristo Zanella	Técnico Judiciário
661037142	Yasmin Rodrigues Lopes De Sousa	Técnico Judiciário
661001044	Zaqueu Ferreira De Jesus	Técnico Judiciário

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Analista Judiciário - Administrador

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático “interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como

correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um

supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização". O verbo "condenar" exige a preposição "a" antes de um verbo no infinitivo ("pagar"). Em "pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem", o verbo "pagar" pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição "a". Portanto, em ambos os casos, a preposição "a" introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa "B) Complementos verbais." também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Observe o período "A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:", a alternativa "D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem." foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. "O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." Em "Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo" há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por "acusado de furtar" exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa "C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem." não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa "E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado." não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa "A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título." não pode ser indicada como correta. Em "A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa "B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss

da Língua Portuguesa.

- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado

chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o expresso anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou

coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que precisamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo’.” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa”.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo". Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando”.” não pode ser indicada como correta. A expressão "não identificando a normalidade" não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a" ou "a" inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de "normalidade". "Identificar" é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, "a normalidade"). "Normalidade" é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição "a" (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" que acompanha o substantivo "normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por "quando" (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: *“CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) *“Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.”*

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) *“Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.”*

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) *“Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”*

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração

os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) “Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais pautam-se em ausência de alternativa correta ou erro na divulgação do gabarito, pleiteando, diante disso, a anulação da questão.

Contudo, a resposta apresentada como correta, qual seja, a letra “B” (O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.) encontra-se correta.

Inicialmente cumpre destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988), o meio ambiente é um bem de interesse comum e exige proteção de todos os entes federativos (art. 225). Ademais, com o novo regime assegurado aos municípios, trazido com o advento da CRFB/1988, diante da maior proximidade com os cidadãos e conhecimento dos interesses locais, ampliou a competência legislativa deste ente federado, em seara ambiental. Assim, em que pese o município não constar, expressamente, no art. 24 do texto Constitucional vigente, possui, este ente federado a prerrogativa da competência legislativa concorrente sobre questões ambientais, bastando analisar, sistematicamente, o artigo 24, incisos VI, VII e VIII, com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal. O artigo 30 da Carta Magna de 1988 assegura aos municípios a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, o que torna natural a inclusão da proteção ambiental nesse escopo. Nesse mesmo raciocínio, Sarlet e Fensterseifer trazem que, “muito embora o marco constitucional que assegura a autonomia municipal, a CF/1988 não arrolou o Município no caput do art. 24, ou seja, no dispositivo que trata da competência legislativa concorrente, mas tão somente a União, os Estados e o Distrito Federal. Com relação à competência legislativa dos Municípios, há a previsão do art. 30, I e II, ao assegurar, respectivamente, que compete aos Municípios: “legislar sobre assuntos de interesse local”; e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”” (2023, p. 516).

Isso significa que os municípios podem criar regulamentações locais que complementem as normas gerais editadas pela União e pelos Estados, desde que observem os limites legais e não contravenham normas de caráter geral determinantes pelos demais entes federados. Dessa forma, a regulamentação ambiental por parte do município, conforme descrito no caso, é possível e constitucional, desde que respeitados os limites impostos pela legislação federal e estadual.

A título de esclarecimento, de maneira mais didática, tem-se que a competência legislativa ambiental abrange a seguinte classificação:

a) concorrente: é a competência prevista no art. 24 da Constituição Federal, a qual se caracteriza pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais. Trata-se, pois, de uma maneira didática de evidenciar a exclusão das hipóteses em que compete privativamente à União legislar sobre algumas temáticas, constantes do art. 22 da CRFB/1988.

b) suplementar: correlata à concorrente, sendo a que atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislar sobre normas que complementem o conteúdo de princípios e normas gerais. Na seara do Direito Constitucional, há abalizada doutrina que defende que a competência legislativa suplementar é gênero, do qual derivam as competências legislativas suplementar complementar e supletiva (art. 24, §§ 3º e 4º), todas correlatas à competência constitucional concorrente.

Diante disso, apesar do termo “suplementar” ser mencionado no art. 30 da CRFB/1988, a questão versa sobre conteúdo do art. 24, o que justifica a redação da alternativa apontada no gabarito, como correta, haja vista tratar-se de competência legislativa complementar, em que complementar é espécie do gênero suplementar, correlata à competência concorrente.

Sarlet e Fensterseifer (2023) ainda trazem que, em prol de “reforçar tal entendimento, o inc. II do art. 30 da CF/1988 foi preciso ao assinalar a competência legislativa do Município para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, tratando de forma específica sobre o espaço legislativo municipal no âmbito do exercício da competência legislativa concorrente em termos gerais. Aqui também não há razão para rejeitar a aplicação de tal norma à matéria ambiental, de modo que está o Município autorizado constitucionalmente a legislar concorrentemente em tal seara, seguindo os parâmetros legislativos delineados no art. 24 da CF/1988” (2023, p. 516).

Reforçando as fundamentações acima apresentadas, há, ainda, o Tema 145 da Repercussão Geral (STF) que aduz:

“O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal)” (STF, Repercussão Geral, Tema 145).

Lado outro, quanto à alegação recursal de impossibilidade de exigência de conhecimento do candidato acerca de jurisprudências e demais normas jurídicas além dos textos de lei, razão não assiste, tendo em vista a própria redação do comando da questão: “Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.” (Grifo nosso). Com o devido respeito, as doutrinas, as jurisprudências, enunciados, Temas de Repercussão

Geral etc, são exímias ferramentas interpretativas do direito, a favor dos operadores desta ciência, sendo, pois, fontes do direito. Além disso, o edital inaugural, em seu subitem 13.1.3.1 preleciona que “Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.”

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “B”.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO
Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.
§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:
...
II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e
Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)
Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:
...
IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independerá da existência de distrito administrativo.

§ 1º Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2º Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita, com base no mapa e no cabeçalho, que o candidato assinale a alternativa INCORRETA. Assim:

A alternativa A está CORRETA porque registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção.

A alternativa B está CORRETA porque a partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se

introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia.

A alternativa C está CORRETA porque em Rondônia, o rio Madeira se transformou (...), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de commodities constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

A alternativa D está CORRETA porque atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demanda recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohidronegócio* (...), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*.

A alternativa E está INCORRETA porque, a partir da referência utilizada para elaborar a questão, a organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização (assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Fonte:

- RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista GEONORTE, vol 8, num. 28, pp 16-30, 2017. pp 19.

Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3506/pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Juary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovia Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovia Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovia redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e

produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e *inselbergs*. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade,

à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no Uti Possidetis, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das

outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fonte:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	39	44	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva 4, que trata do desenho de carreiras, afirma que essa prática não abrange a identificação e a sistematização das competências essenciais para as diferentes trajetórias dentro da organização, além de classificá-la como uma atividade exclusiva da gestão de desempenho. No entanto, conforme Maximiano (2014), o desenho de carreiras envolve, sim, a identificação e a sistematização de competências, sendo uma atividade voltada para o desenvolvimento de pessoas. Dessa forma, a afirmativa apresenta dois equívocos: ao negar a inclusão da identificação e sistematização das competências essenciais e ao restringir essa prática exclusivamente à gestão de desempenho. Portanto, a assertiva é falsa.

Fonte:

- MAXIMIANO, A. C. A. Recursos humanos: estratégia e gestão de pessoas na sociedade global. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	41	39	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme apontado por Enap (2017), uma das principais contribuições do *Design Thinking* para o setor público é o alinhamento e o engajamento da equipe. Esse processo envolve considerar diferentes perspectivas, fomentar a colaboração, definir papéis e engajar as pessoas em um propósito comum. Nesse contexto, a colaboração e o trabalho em equipe são elementos fundamentais dessa abordagem. Diante disso, a afirmativa incorreta é aquela que menciona: "*Define critérios claros e rígidos de inovação e controle, cria uma cultura organizacional voltada à individualidade no processo de decisão*". A individualidade não é um princípio do *Design Thinking*, que, ao contrário, valoriza a cocriação e a participação coletiva.

Fonte:

- ENAP. Kit de ferramentas: Design Thinking aplicado ao setor público. 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3138>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	43	45	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Pereira (2023), as audiências públicas são espaços de debate que reúnem diversos atores sociais, incluindo a população em geral e o governo. Garantidas pela Constituição Federal de 1988 e regulamentadas por legislações federais, estaduais e municipais, essas audiências têm como principal objetivo estimular a busca por soluções para problemas públicos. Além disso, elas podem servir como meio de coleta de informações e provas, como depoimentos, pareceres de especialistas e documentos, contribuindo para a tomada de decisão. No entanto, é importante destacar que o caráter consultivo das audiências públicas não substitui o papel das autoridades, como magistrados, nem transfere a responsabilidade decisória para representantes de associações civis. Outro ponto fundamental é que as audiências públicas são abertas à participação da sociedade como um todo, sem restrições a especialistas ou autoridades. Por terem um caráter consultivo, e não deliberativo, seu propósito é colher opiniões e sugestões, enquanto a decisão final permanece sob responsabilidade dos gestores e autoridades competentes. Diante disso, a única alternativa correta é: *"Criar um espaço para que a sociedade civil, priorizando os mais afetados, apresente opiniões e contribua para a tomada de decisão, promovendo maior transparência e inclusão."*

Fonte:

- PEREIRA, B. Audiências públicas: saiba como participar. Politize!. 2023. Disponível em: https://www.politize.com.br/audiencias-publicas-como-participar/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAuou6BhDhARIsAlfgrn7AXcjRuiCmu1JcAN7-wDKvbAHwA2SgqITyxCiMiEU6P_yzJTgyiOQaAo_9EALw_wcB

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	44	38	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Presidência da República (2018), a governança pública se fundamenta em seis princípios: Capacidade de Resposta, Integridade, Confiabilidade, Melhoria Regulatória, Prestação de Contas e Responsabilidade, e Transparência. A questão apresentada está diretamente relacionada ao princípio da Confiabilidade, definido pela OCDE (2017c, p. 24) como a capacidade das instituições de minimizar incertezas para os cidadãos nos âmbitos econômico, social e político.

Ainda segundo a Presidência da República (2018, p. 37), a confiabilidade se fortalece por meio do estabelecimento de metodologias de planejamento, acompanhamento da execução orçamentária, desenvolvimento de métodos de avaliação de processos e resultados, apropriação de custos e preocupação constante com a qualidade do gasto público. Nesse contexto, a definição de indicadores de desempenho, monitoramento e avaliação dos efeitos dos serviços e das políticas públicas são essenciais para a promoção da boa governança.

Embora a confiabilidade esteja associada à responsabilidade e à prestação de contas, o enunciado destaca que o foco da equipe está no aprimoramento contínuo da infraestrutura tecnológica, com o objetivo de implementar um sistema de gestão de riscos. Esse sistema busca identificar, avaliar e mitigar ameaças à segurança dos dados e ao funcionamento do sistema eletrônico de tramitação de processos. Para garantir a efetividade dessa iniciativa, foi criado um comitê de governança para avaliar as ações implementadas, assegurando a confiabilidade do processo e a obtenção de resultados. Vale ressaltar que as ações corretivas não estão relacionadas às condutas dos agentes, mas sim à implementação de mecanismos de mitigação de riscos.

Dessa forma, o princípio predominante na questão é claramente o da Confiabilidade, tornando os recursos improcedentes.

Fonte:

- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da política de governança pública. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/guia-da-politica-de-governanca-publica_versao-defeso.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	45	37	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Richard L. Daft (2014), existem quatro tipos de cultura organizacional. A cultura adaptativa é caracterizada pela “colocação do foco estratégico no ambiente externo por meio da flexibilidade e de mudanças para satisfazer as necessidades dos clientes. A cultura encoraja valores de empreendedorismo, normas e crenças que sustentam a capacidade da organização em detectar, interpretar e traduzir sinais do ambiente em novos comportamentos reativos” (p. 387). Já a cultura de missão é caracterizada pela “ênfase em uma visão clara do objetivo da organização e no alcance de metas, como o crescimento das vendas, lucratividade ou participação no mercado. Empregados individualmente podem ser responsáveis por um nível específico de desempenho, e a empresa promete prêmios específicos em troca. Busca-se a estabilidade na organização” (p. 387). Como observado no enunciado da questão, há um direcionamento claro para o empoderamento dos funcionários, no sentido de autonomia e buscar coisas novas, a implementação de soluções inovadoras e o monitoramento do ambiente externo, características da cultura adaptativa, de identificar tendências e incorporá-las no ambiente organizacional. Não há um direcionamento claro para resultados, metas e eficiência, características de uma cultura de missão. Sendo assim, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- DAFT, R. L. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	40	42	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Chiavenato (2024), o modelo de QVT proposto envolve cinco fatores macro, cada qual constituído de vários fatores micro, a saber:

-Fatores de Primeira Ordem: são os fatores imediatamente relacionados com o papel do indivíduo enquanto atua na organização. Constituem a atividade em si e referem-se às características do trabalho, ou seja, da atividade que a pessoa exerce na organização. Representa a atividade cotidiana que a pessoa executa dentro da empresa: Trabalho (atividade em si): representa a atividade básica e cotidiana que a pessoa executa dentro da organização. Neste sentido, refere-se a: “Atividade básica e cotidiana que a pessoa executa dentro da organização, que pode ser o cargo ocupado ou o papel exercido na equipe de trabalho”.

-Fatores de Segunda Ordem (entorno imediato): são os fatores relacionados com o entorno imediato ao redor do indivíduo. São os relacionamentos sociais imediatos, diretos e circundantes da atividade da pessoa, como: Superior imediato: pessoa que supervisiona diretamente o trabalho do indivíduo; Fornecedor interno: pessoa que fornece insumos para o trabalho do indivíduo; Cliente interno: pessoa que recebe as saídas do trabalho do indivíduo; Subordinados: pessoas que se subordinam diretamente ao indivíduo e que dele recebem supervisão direta. Neste caso, é representado por: “Relacionamento com o supervisor imediato, influenciando a maneira como o colaborador age e reage frente às circunstâncias do seu trabalho”.

-Fatores de Terceira Ordem (entorno mediato): são os fatores que se referem ao entorno mediato que circunda o indivíduo enquanto atua na organização, tais como: Diretrizes e políticas da empresa: e sua vinculação direta ou indireta com a QVT; Amizades e colegas: na medida em que afetam a percepção da QVT; Ambiente psicológico: e sua parcela de influência na QVT; Ambiente físico: e sua parcela de influência na QVT; Remuneração fixa ou variável e benefícios auferidos: na medida em que afetam a QVT; Clientes externos: na medida em que a pessoa entra em contato com eles. No caso, é representado por: “Ambiente físico da organização, compreendendo todos os equipamentos, salas e recursos disponíveis para a atuação dos colaboradores”.

-Fatores de Quarta Ordem (percepções individuais): são os fatores decorrentes das percepções, atitudes, comportamento do indivíduo em função de suas expectativas, necessidades e objetivos pessoais e quanto às suas atividades na organização: Imagem da empresa: corresponde à maneira pela qual o indivíduo percebe sua organização como satisfatória ou insatisfatória; Satisfação pessoal: é o grau de adequação entre as expectativas do indivíduo e as da organização; Autonomia: representa o grau de independência e de critério pessoal que o indivíduo tem para planejar e executar seu trabalho; Variedade das tarefas: representa o grau de diversidade de habilidades que o indivíduo pode utilizar no desempenho de seu trabalho; Identidade com o trabalho: significa o grau em que o indivíduo executa uma unidade integral do trabalho, ou seja, uma tarefa completa e abrangente e, com isso, poder identificar claramente os resultados de seus esforços como uma realização sua. Na questão é representado por: “Grau de

independência e de critério pessoal que o colaborador tem para planejar e executar o seu trabalho”.

-Fatores de Quinta Ordem (entorno organizacional): são os fatores internos mais distantes do dia a dia do indivíduo, mas que exercem poderosa influência em seu comportamento e atitude: Missão organizacional: grau de conhecimento e percepção da congruência da missão corporativa com seu projeto de vida; Visão organizacional: grau de percepção entre a visão de futuro da organização e a sua própria visão individual de futuro; Cultura organizacional: grau de percepção da congruência da cultura corporativa com seus ideais pessoais; Estrutura organizacional: grau de percepção do seu lugar ou espaço na empresa; Estilo de gestão: maneira como os líderes tratam as pessoas; Estratégia organizacional: maneira pela qual a organização busca alcançar seus objetivos principais. Na questão é representado por: *“Grau de conhecimento e percepção da congruência da missão organizacional com o projeto de vida do colaborador”.*

Neste sentido, a sequência correta é representada por: 5,2,1,3,4. Há apenas uma resposta correta.

Fonte:

- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	42	36	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seguindo os procedimentos de cálculo, de acordo com Fenili (2013), o primeiro passo é verificarmos qual o valor total de consumo relativo a cada um dos itens.

Material	Consumo	Valor unitário	Valor do consumo
MAT1	10	100	1.000
MAT2	2	150	300
MAT3	1	500	500
MAT4	5	1000	5.000

De posse dos valores de consumo, podemos dispor os itens de maneira decrescente, com relação a esse valor:

Material	Consumo	Valor unitário	Valor do consumo
MAT4	5	1000	5.000
MAT1	10	100	1.000
MAT3	1	500	500
MAT2	2	150	300
Valor total			6.800

Finalmente, podemos verificar o percentual do valor de consumo que é relativo a cada um dos itens. Esse valor é obtido dividindo-se cada um dos valores de consumo (por item) pelo valor total (R\$ 6.800,00), multiplicando-se, em seguida, por 100%.

Material	Consumo	Valor unitário	Valor do consumo	% do consumo (Valor do consumo/Valor total x 100%)	% acumulado
MAT4	5	1000	5.000	73,5%	73,5%
MAT1	10	100	1.000	14,7%	88,2%
MAT3	1	500	500	7,4%	95,6%
MAT2	2	150	300	4,4%	100%
Valor total			6.800		

Neste sentido, o critério de classificação ABC determina aquele produto que representa cerca de 75% do valor total da demanda. Sendo assim, ao observar o acumulado, tem-se que somente o MAT4 é classificado como A. Neste sentido, é a única resposta correta e o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- FENILI, R. R. Gestão de materiais. Brasília: ENAP, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	36	40	38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão em análise trata do Business Process Management (BPM), especificado no edital, na página 43, traduzido como “Gerenciamento de Processos de Negócios (BPM): ferramentas e técnicas para a otimização de processos administrativos”. Dessa forma, não há incompatibilidade com o conteúdo programático, uma vez que o ciclo é uma ferramenta do BPM.

No que se refere à descrição das fases, o enunciado da questão solicita que se assinale a alternativa correspondente à fase em que os objetivos e entregas do processo são definidos formalmente, estruturando as atividades em um fluxo lógico, considerando os relacionamentos entre elas, bem como a identificação das competências e recursos necessários para sua execução. Conforme o CBOK 4.0, citado por Colaboragov (2024, p. 13), a fase denominada “Desenho do Processo” consiste na definição formal de objetivos e entregas, incluindo o ordenamento das atividades em um fluxo, com base nos relacionamentos entre elas e na identificação e associação das competências e dos recursos necessários para sua execução. Portanto, essa fase corresponde ao que está descrito no enunciado da questão.

Por outro lado, a fase de “Planejamento”, segundo o material consultado (p. 12), envolve a “identificação do contexto e do escopo do processo de negócio, buscando seu alinhamento aos objetivos estratégicos da organização. O principal propósito dessa fase é a elaboração do Plano de Projeto de Melhoria do Processo, incluindo sua abertura, formalização e planejamento”.

Diante disso, observa-se uma ambiguidade e inter-relação entre as fases, o que pode ter gerado dificuldades de interpretação para os candidatos. A ação de “definir formalmente os objetivos e entregas do processo”, mencionada no enunciado, também pode ser associada à formalização do projeto de melhoria, que ocorre na fase de planejamento. Dessa forma, para preservar o princípio da objetividade, considera-se prudente a anulação da questão.

Fonte:

- COLABORAGOV. Guia prático de gestão de processos: aprenda a gerenciar processos organizacionais com mais eficiência e com foco na geração de valor público. 1 ed. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	54	51	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao recurso impetrado contra a Questão, observa-se que, sobre a afirmativa referente à segunda linha de defesa é argumentado que ela é tratada apenas como “suporte”, o que é impreciso pois sua função também é estratégica e orientada à gestão de riscos, mas conforme o Modelo das Três Linhas publicado pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA, 2020), verifica-se que a segunda linha de defesa, de fato, tem um papel de suporte à primeira linha. Além disso, a alternativa extrapola unicamente a função de “suporte”, definindo que ela abrange “colaboradores com funções relacionadas ao suporte e ao gerenciamento dos riscos organizacionais, como controle interno, compliance e segurança da informação”. Assim, a afirmativa está correta. Por fim ressalta-se que o termo “suporte” não reduz a importância da segunda linha, mas a caracteriza corretamente dentro da estrutura do modelo. Já sobre a argumentação acerca da terceira linha de defesa, é sustentado que ela está descrita corretamente na questão e que o gabarito deveria considerá-la verdadeira. No entanto, a questão afirma que a auditoria interna “mantém relação direta de interdependência com os gestores operacionais”, o que é incorreto, pois conflita com o princípio da independência deste nível, tornando a afirmativa falsa. Conforme o Instituto dos Auditores Internos (IIA, 2020), a terceira linha se caracteriza por sua independência das funções operacionais e da gestão dos riscos, reportando-se diretamente ao conselho de administração ou comitê de auditoria.

Diante do exposto, as argumentações apresentadas nos recursos não são suficientes para justificar a alteração do gabarito da questão, que está correto, pois reflete adequadamente os princípios do Modelo das Três Linhas conforme estabelecido pelo IIA (2020).

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

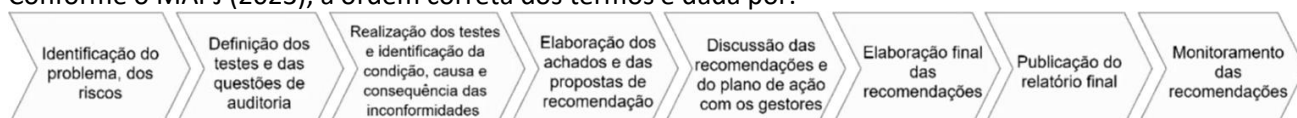
- COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PATROCINADORAS DA COMISSÃO TREADWAY (COSO). Gerenciamento de riscos corporativos integrado com estratégia e performance – Sumário Executivo. 2017. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/74040/1/Coso_portugues_versao_2017.pdf. Acesso em: 09 fev. 2025.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL (Trad.) Modelo das Três Linhas do IIA 2020: Uma atualização das Três Linhas de Defesa. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758glob-th-editorHTML-00000013-20082020141130.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- MATIAS-PEREIRA, J. Governança do setor público. São Paulo: Atlas, 2010.
- ROCHA, A. C.; QUINTIERE, M. M. R.; PACHECO, J. E. C. Auditoria Governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	46	52	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ordem das etapas está certa conforme o Manual de Auditoria do Poder Judiciário (2023) e a sequência correta das ações no Ciclo de Recomendações segue a estrutura definida na alternativa B.

Conforme o MAPJ (2023), a ordem correta dos termos é dada por:



Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário, p. 89.

Fontes:

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Manual de Auditoria do Poder Judiciário. Brasília (DF), 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/manual-de-auditoria-pjr-23-05-24-1.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	53	47	55

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa E.

Em análise do recurso apresentado contra a questão, verifica-se que ele é procedente, pois conforme ensinam Machado (2015) e Giacomoni (2017), as doações recebidas são ingressos definitivos que aumentam o resultado patrimonial e financeiro da entidade pública sem gerar passivos compensatórios, caracterizando-se, portanto, como receitas efetivas.

Assim, ao contrário do que algumas interpretações podem sugerir, o ingresso de bens em doação não se enquadra como receita extraorçamentária ou meramente permutativa, e, dado que ele gera um acréscimo permanente no patrimônio da entidade pública, deve ser considerado uma receita de capital efetiva. Apesar de serem menos comuns, algumas receitas de capital são efetivas, tais como os bens recebidos em doação ou transferências de capital sem exigência de contrapartida.

No que tange à dívida ativa tributária, esta não é uma receita efetiva, pois representa apenas um direito a receber e não um ingresso financeiro imediato. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2023), a dívida ativa tributária é registrada como um crédito a receber até que haja seu efetivo pagamento. Para Giacomoni (2017), o reconhecimento da dívida ativa tributária ocorre quando a obrigação é formalizada como crédito a receber, mas essa receita só se torna efetiva quando ingressa nos cofres públicos.

Dessa forma, o bem recebido em doação é um ingresso patrimonial que deve ser reconhecido como receita efetiva, pois incrementa de maneira definitiva o patrimônio da entidade, sem a contrapartida de uma obrigação ou passivo correspondente, a não inclusão desse item no cálculo das receitas efetivas levou a um erro no gabarito preliminar,

devendo ser retificado o gabarito.

Portanto, deve ser feita a alteração do gabarito da alternativa “B) R\$ 25.800,00” para “E) R\$ 33.400,00”.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- _____. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-estendido-atualizado-no-sigeconfi/2022/114>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10 ed., Brasília (DF), 2023.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KHOAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15 ed., São Paulo: Atlas, 2016.
- MACHADO, L. P. Gestão Orçamentária no Setor Público. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	48	53	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os Restos a Pagar, conforme definido no artigo 36 da Lei nº 4.320/64, são despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício correspondente, podendo ser classificados como processados (liquidados e não pagos) ou não processados (não liquidados e não pagos). Do ponto de vista contábil, essas despesas são registradas como passivos financeiros no balanço patrimonial do ente público, pois correspondem a obrigações assumidas com empenho válido e saldo suficiente no orçamento do exercício anterior. Considerando a perspectiva orçamentária, os Restos a Pagar já estavam previstos no orçamento do exercício em que foram empenhados, assim, seu pagamento não exige nova dotação orçamentária, pois já havia crédito disponível no orçamento original.

Já as Despesas de Exercícios Anteriores referem-se a obrigações que não foram empenhadas ou processadas no exercício de origem, mas que ainda precisam ser reconhecidas e pagas. Contabilmente, essas despesas são classificadas como passivos contingentes antes do reconhecimento e, após o reconhecimento, como passivos financeiros. Já do ponto de vista orçamentário, as Despesas de Exercícios Anteriores exigem uma dotação específica no orçamento vigente para serem pagas, pois não foram corretamente empenhadas no exercício a que pertenciam. Essa dotação é prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício em que ocorrerá o pagamento.

Diante disso, fica evidente que a assertiva II é falsa, pois parte da premissa equivocada de que ambas as despesas possuem a mesma classificação orçamentária.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10 ed., Brasília (DF), 2023.
- GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- KHOAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15 ed., São Paulo: Atlas, 2016.
- MACHADO, L. P. Gestão Orçamentária no Setor Público. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	50	46	52

Recurso Procedente. Gabarito Alterado para alternativa C.

O item IV menciona a possibilidade de o Poder Executivo aplicar a limitação de empenho e movimentação financeira aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público em caso de descumprimento pelos órgãos competentes. Entretanto, contra a afirmativa é apresentado o argumento de que o fundamento legal utilizado (art. 9º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000), foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2238/DF, relatada pelo Ministro Alexandre de Moraes e julgada em 24 de junho de 2020. A decisão do STF estabeleceu que a limitação de empenho e movimentação financeira por ato unilateral do Poder Executivo, quando os demais Poderes não realizam os cortes necessários, viola o princípio da separação de Poderes. Dessa forma, o item IV da questão encontra-se de fato incorreto, pois fundamenta-se em dispositivo legal considerado inconstitucional pelo STF.

Ainda em relação ao item IV, é alegado que ele está incompleto por não mencionar o prazo de 30 dias estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, essa omissão não compromete a essência da informação, pois o cerne do enunciado é tratar da competência para a limitação de empenho, não necessariamente do prazo exato para sua implementação. A menção ao prazo na LRF é relevante em um contexto normativo, mas sua ausência no enunciado não gera ambiguidade suficiente para invalidar a afirmativa.

Assim, com base no primeiro argumento ao apontar corretamente que em razão da inconstitucionalidade do fundamento utilizado para a opção IV, conforme decidido pelo STF na ADI 2238/DF, ela não pode ser considerada válida e o recurso deve ser provido para excluí-lo da alternativa correta.

Portanto, deve ser feita a alteração do gabarito da alternativa “E) II, III e IV” para “C) II e III”, visto que os itens II e III estão corretos.

Fontes:

- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 2238/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 24 de junho de 2020.
- CONTI, J. M. A autonomia financeira do poder judiciário. 2 ed., São Paulo: Blucher, 2019

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status supralegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta

- Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas (considerando o TIPO 1 – BRANCA):

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”. foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”. não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”. não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”. não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional

inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	07	14	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” (3º§), a expressão “havia sido comprado” só NÃO pode ser substituída por:”, a alternativa “B) “fosse comprado”.” foi adequadamente indicada. “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” Teríamos: “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” A frase “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” não apresenta coesão, a forma verbal “fosse” está sendo usada de maneira incorreta no contexto da oração. O verbo “fosse” está no pretérito imperfeito do subjuntivo, mas a frase não tem a estrutura que justifica o uso desse tempo verbal. A coesão ocorreria com o emprego do pretérito perfeito do indicativo (“foi”) ou diante da reescrita da frase para o modo subjuntivo, caso haja uma condição implícita. “O calçado fosse comprado” sugere uma situação que depende de algo para ocorrer, mas não há nenhum contexto condicional ou de dúvida que justifique o uso do subjuntivo. A alternativa “C) “teria sido comprado”.” não pode ser indicada. “O calçado teria sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.”, pois, utiliza uma construção verbal adequada que expressa uma ação anterior a outro evento de maneira clara, com o tempo e modo verbais corretamente empregados.

O verbo “teria sido” está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto, que indica uma ação que teria acontecido em um momento anterior a outro evento no passado, mas que não se concretizou ou está sendo considerada uma hipótese. O uso de “teria sido” sugere uma situação hipotética ou condicional, ou seja, algo que poderia ter ocorrido, mas não aconteceu. Há concordância verbal e uma sequência lógica de tempos verbais. O uso do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (teria sido) está correto para uma ação hipotética anterior a um evento passado, e isso torna a frase clara e coerente no contexto. Seria, portanto, uma substituição possível.

Fonte:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furto chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furto” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral "consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmção, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade. A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir

um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função ‘lembrar’. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo ‘este’ é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e ‘esse’ é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que precisamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4º§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)”

não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo.’” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo". Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando.” não pode ser indicada como correta. A expressão "não identificando a normalidade" não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a" ou "a" inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de "normalidade". "Identificar" é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, "a normalidade"). "Normalidade" é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição "a" (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" que acompanha o substantivo "normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por "quando" (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:”, a alternativa “D) critérios, indivíduo, distúrbio.” foi adequadamente indicada como correta. As palavras “critérios”, “indivíduo” e “distúrbio” são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa “B) contrário, é, também.” não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em “em”. A alternativa “C) indício, cível, aparência.” não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em “i”. A alternativa “A) é, já, vítima.” não pode ser considerada correta: monossílabo e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “*Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.*”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “*Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.*”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) “*Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.*”

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não

confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) *“Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”*

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda a Resolução nº 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO, prevista no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar da questão apontou a alternativa que diz que “[s]ão agentes públicos para a referida resolução, dentre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório”. De fato a assertiva é correta, conforme art. 2º, I, da Resolução 307/2023. As demais alternativas, todas incorretas, são a seguir apresentadas com seus respectivos trechos iniciais e fundamentos:

- “Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.”

- Incorreto. O art. 14, §2º, dispõe que é vedado o anonimato no encaminhamento do relato de assédio ou discriminação.
 - “Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.”
 - Incorreto, pois conforme parágrafo único do artigo 8º, qualquer conduta que, direta ou indiretamente, de maneira intencional ou não, adeque-se ao conceito previsto no art. 2º, VII da Resolução, produzindo o efeito discriminatório, caracterizará discriminação.
 - “A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.”
 - Quando se tratar de notícia envolvendo magistrados, o tratamento deve se dar conforme parágrafo único do art. 12 da Resolução.
 - “Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.”
 - Incorreto, pois conforme art. 2º, II, o âmbito do PJRO compreende qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus, administração, ensino, pesquisa, extensão e cultura, em meio presencial e virtual, bem como fora das dependências físicas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.
- Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Resolução n. 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO. Disponível em <https://atos.tjro.jus.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta. Inicialmente, sabe-se que a infância é um momento crucial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e no qual as informações recebidas do ambiente podem deixar marcas. Segurança, confiança, autoestima, autonomia, iniciativa, sociabilidade e criatividade, são alguns exemplos de capacidades adquiridas nesse momento da vida quando a criança é atendida em suas necessidades e estimulada adequadamente. A orientação sexual costuma ser percebida pela primeira vez no final da infância, mesmo que não verbalizada nesse momento, enquanto a identidade de gênero tende a ser demonstrada a partir dos 3 a 5 anos de idade (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Destaca-se que não enxergar uma criança como ela é, mas como se quer que ela seja, é uma vivência frequente de LGBTQIA+, no entanto, como todas as outras, ela tem suas especificidades e suas necessidades, que devem ser percebidas e respeitadas (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Considera-se que a adolescência é a transição da infância para a vida adulta, caracterizada por transformação, mudança de estilo e de personalidade. Durante essa fase, a busca da identidade e da independência são os principais objetivos, e para conquistá-las o adolescente passa por uma fase de experimentação, testando comportamentos diferentes, modificando suas relações familiares, descobrindo o próprio corpo e desenvolvendo novas habilidades (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Aqueles que não se comportam de acordo com as regras da sociedade e da família, que têm atitudes diferentes das tidas como tipicamente masculinas ou femininas, frequentemente são objeto de brincadeiras e humilhação.

Diversos estudos têm mostrado o quanto as vivências da infância e da adolescência repercutem nos adultos. O fato de pessoas LGBTQIA+ passarem por experiências negativas com uma frequência elevada quando comparada à população cis heterossexual, torna mais comum o envolvimento desses em situações de risco para a saúde física e mental. Dentre essas experiências, chamam a atenção as situações estressantes ou traumáticas que incluem abuso, negligência, disfunção da dinâmica familiar e ter algum parente que não o aceite, que frequentemente o xingue, humilhe ou insulte.

Estudos populacionais demonstram que adolescentes cisgêneros LGB apresentam taxas de comportamentos suicida

muito elevadas quando comparadas aos seus pares heterossexuais, sendo consequência da LGBTIfobia, do isolamento social, do abuso de substâncias, abuso parental e sexual. Embora as sociedades ocidentais tenham visto uma mudança com relação à inclusão desses jovens, eles ainda enfrentam grande dificuldade em se impor dentro das comunidades heterocisnormativas. Muitos adolescentes que tentaram o suicídio associam o evento com as memórias que trazem das suas experiências após a “saída do armário”, vivenciadas no núcleo familiar, no seu ciclo de amigos, nas escolas e nos centros religiosos, com o surgimento de sentimentos negativos, como solidão e isolamento, medo de bullying e assédio moral (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Com a chegada da puberdade os caracteres sexuais secundários começam a se desenvolver, causando em pessoas cisgênero um estranhamento inicial e uma aceitação e até orgulho posterior. A curiosidade pelo próprio corpo migra para o interesse pelos outros e a orientação sexual se torna mais clara, por meio da sensação de atração e desejos. A comparação, a identificação e a necessidade de aceitação de outros adolescentes é uma forte característica dessa fase; e ser diferente, em qualquer aspecto que seja, pode causar sofrimento. A padronização traz conforto ao adolescente e facilita o enfrentamento de todas as novidades que envolvem seus sentimentos e corpos. Olhar para o outro e identificar a semelhança traz alívio para suas angústias. E isso muitas vezes é negado ao adolescente LGBTQIA+ (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Fonte:

- CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais pautam-se em ausência de alternativa correta ou erro na divulgação do gabarito, pleiteando, diante disso, a anulação da questão.

Contudo, a resposta apresentada como correta, qual seja, a letra “B” (O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.) encontra-se correta.

Inicialmente cumpre destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988), o meio ambiente é um bem de interesse comum e exige proteção de todos os entes federativos (art. 225). Ademais, com o novo regime assegurado aos municípios, trazido com o advento da CRFB/1988, diante da maior proximidade com os cidadãos e conhecimento dos interesses locais, ampliou a competência legislativa deste ente federado, em seara ambiental. Assim, em que pese o município não constar, expressamente, no art. 24 do texto Constitucional vigente, possui, este ente federado a prerrogativa da competência legislativa concorrente sobre questões ambientais, bastando analisar, sistematicamente, o artigo 24, incisos VI, VII e VIII, com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal. O artigo 30 da Carta Magna de 1988 assegura aos municípios a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, o que torna natural a inclusão da proteção ambiental nesse escopo. Nesse mesmo raciocínio, Sarlet e Fensterseifer trazem que, “muito embora o marco constitucional que assegura a autonomia municipal, a CF/1988 não arrolou o Município no caput do art. 24, ou seja, no dispositivo que trata da competência legislativa concorrente, mas tão somente a União, os Estados e o Distrito Federal. Com relação à competência legislativa dos Municípios, há a previsão do art. 30, I e II, ao assegurar, respectivamente, que compete aos Municípios: “legislar sobre assuntos de interesse local”; e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”” (2023, p. 516).

Isso significa que os municípios podem criar regulamentações locais que complementem as normas gerais editadas pela União e pelos Estados, desde que observem os limites legais e não contravenham normas de caráter geral determinantes pelos demais entes federados. Dessa forma, a regulamentação ambiental por parte do município, conforme descrito no caso, é possível e constitucional, desde que respeitados os limites impostos pela legislação federal e estadual.

A título de esclarecimento, de maneira mais didática, tem-se que a competência legislativa ambiental abrange a seguinte classificação:

a) concorrente: é a competência prevista no art. 24 da Constituição Federal, a qual se caracteriza pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais. Trata-se, pois, de uma maneira didática de evidenciar a exclusão das hipóteses em que compete privativamente à União legislar sobre algumas temáticas, constantes do art. 22 da CRFB/1988.

b) suplementar: correlata à concorrente, sendo a que atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislar sobre normas que complementem o conteúdo de princípios e normas gerais. Na seara do Direito Constitucional, há abalizada doutrina que defende que a competência legislativa suplementar é gênero, do qual derivam as competências legislativas suplementar complementar e supletiva (art. 24, §§ 3º e 4º), todas correlatas à competência constitucional concorrente.

Diante disso, apesar do termo “suplementar” ser mencionado no art. 30 da CRFB/1988, a questão versa sobre conteúdo do art. 24, o que justifica a redação da alternativa apontada no gabarito, como correta, haja vista tratar-se de competência legislativa complementar, em que complementar é espécie do gênero suplementar, correlata à competência concorrente.

Sarlet e Fensterseifer (2023) ainda trazem que, em prol de “reforçar tal entendimento, o inc. II do art. 30 da CF/1988 foi preciso ao assinalar a competência legislativa do Município para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, tratando de forma específica sobre o espaço legislativo municipal no âmbito do exercício da competência legislativa concorrente em termos gerais. Aqui também não há razão para rejeitar a aplicação de tal norma à matéria ambiental, de modo que está o Município autorizado constitucionalmente a legislar concorrentemente em tal seara, seguindo os parâmetros legislativos delineados no art. 24 da CF/1988” (2023, p. 516).

Reforçando as fundamentações acima apresentadas, há, ainda, o Tema 145 da Repercussão Geral (STF) que aduz:

“O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal)” (STF, Repercussão Geral, Tema 145).

Lado outro, quanto à alegação recursal de impossibilidade de exigência de conhecimento do candidato acerca de jurisprudências e demais normas jurídicas além dos textos de lei, razão não assiste, tendo em vista a própria redação do comando da questão: “Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.” (Grifo nosso). Com o devido respeito, as doutrinas, as jurisprudências, enunciados, Temas de Repercussão

Geral etc, são exímias ferramentas interpretativas do direito, a favor dos operadores desta ciência, sendo, pois, fontes do direito. Além disso, o edital inaugural, em seu subitem 13.1.3.1 preleciona que “Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.”

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “B”.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO
Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.
§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:
...
II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e
Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)
Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:
...
IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independerá da existência de distrito administrativo.

§ 1º Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2º Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita, com base no mapa e no cabeçalho, que o candidato assinale a alternativa INCORRETA. Assim: A alternativa A está CORRETA porque registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização

dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção.

A alternativa B está CORRETA porque a partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia.

A alternativa C está CORRETA porque em Rondônia, o rio Madeira se transformou (...), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de *commodities* constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

A alternativa D está CORRETA porque atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demanda recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohidronegócio* (...), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*.

A alternativa E está INCORRETA porque, a partir da referência utilizada para elaborar a questão, a organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização (assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Fonte:

- RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista GEONORTE, vol 8, num. 28, pp 16-30, 2017. pp 19. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3506/pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	32	33	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Exploração ilegal de madeira de elevado valor comercial.

CORRETA. A exploração ilegal de madeira, em particular aquela realizada em RESEX, terras indígenas ou pertencentes a comunidades tradicionais é um elemento que acentua os conflitos socioambientais na Amazônia e em particular, no estado de Rondônia.

Alternativa B - Aumento de atividades de mineração em terras indígenas.

CORRETA. O aumento da mineração (especialmente a ilegal) em terras indígenas é um fator que contribui para o aumento dos conflitos socioambientais na região amazônica e se observa sua ocorrência em Rondônia.

Alternativa C - Disputas em torno de diferentes usos para as bacias hidrográficas.

CORRETA. Na região amazônica, assim como em Rondônia, observa-se um acirramento dos conflitos socioambientais decorrentes de diferentes projetos de uso para as águas das bacias hidrográficas (geração de energia, transporte, irrigação, piscicultura etc.).

Alternativa D - Extrativismo de produtos florestais e manejo florestal sustentável.

INCORRETA. O extrativismo de produtos florestais e o manejo sustentável do ambiente podem ser considerados como aspectos que podem auxiliar na redução de conflitos socioambientais na região amazônica como um todo, Rondônia inclusa. O extrativismo sustentável e o manejo florestal são práticas que visam a preservação ambiental e a economia sustentável. O manejo florestal sustentável permite o uso dos recursos naturais sem degradar o meio ambiente e sem provocar grandes disputas por terras. O extrativismo de produtos florestais, como a coleta de castanha-do-pará, borracha e açaí, é tradicionalmente realizado por comunidades ribeirinhas, indígenas e seringueiros, sem gerar conflitos violentos. Por outro lado, os outros fatores listados na questão estão diretamente relacionados aos conflitos sendo que a única alternativa que não está associada aos conflitos socioambientais na Amazônia e em Rondônia é a D, pois o manejo florestal sustentável não gera violência, mas sim busca equilibrar conservação e economia.

Alternativa E - Cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários.

CORRETA. Outra tipologia de conflitos que notadamente explodiu nesses últimos anos na região amazônica refere-se aos cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários: 95.558 famílias foram afetadas por movimentos externos de invasão de seus territórios (CPT, 2022).

Fonte:

- MATOS, L. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia. Terra Livre, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 683-719. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3340>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.
Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandrantos, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresentam-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas

superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e inselbergs.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do

período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no Uti Possidetis, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	39	45	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar conceitos sobre virtualização e o gerenciamento de sistemas operacionais, e assinalar a afirmativa INCORRETA. A alternativa E, descrito “O gerenciamento de atualizações em sistemas operacionais na nuvem é irrelevante, já que os provedores de nuvem gerenciam automaticamente todas as atualizações.” é a opção INCORRETA.

O edital trata de “Fundamentos e tipos de virtualização” e “Gestão de hypervisores”, abordando conceitos fundamentais sobre gestão de sistemas operacionais em ambientes virtualizados. O Cloud-Init é uma tecnologia amplamente utilizada para configuração inicial de máquinas virtuais, sendo diretamente relevante ao conteúdo de gestão de instâncias em nuvem. Além disso, o conceito de automação na implantação de sistemas operacionais é essencial para a administração de ambientes virtualizados modernos, o que justifica a presença dessa alternativa na questão.

A integração em ambientes multi-cloud realmente apresenta desafios, pois cada provedor de nuvem implementa suas APIs de maneira própria, com diferenças em autenticação, gestão de identidades, formatos de armazenamento e implementação de serviços gerenciados. Embora existam padrões abertos (como OpenAPI, Kubernetes e Terraform) que visam facilitar a interoperabilidade, tais soluções ainda exigem camadas de abstração e adaptação para lidar com especificidades de cada provedor. Portanto, afirmar que há incompatibilidades é válido e não configura ambiguidades que justifiquem a anulação da questão.

A alternativa afirma que “o gerenciamento de atualizações é irrelevante, já que os provedores de nuvem gerenciam automaticamente todas as atualizações”. Essa afirmação é equivocada independentemente do modelo de serviço adotado:

- Em IaaS, o gerenciamento do sistema operacional é responsabilidade do usuário, logo as atualizações não são gerenciadas automaticamente pelo provedor.
- Em PaaS, as atualizações podem ser gerenciadas pelo provedor para componentes da plataforma, mas o desenvolvedor ainda pode ter responsabilidade sobre bibliotecas e aplicações.
- Em SaaS, embora o provedor cuide das atualizações do software, isso não significa que todas as atualizações são irrelevantes, pois configurações de segurança e integrações externas ainda podem exigir atenção.

Portanto, a letra E está INCORRETA, sendo o gabarito mantido.

Fontes:

- MULDER, Jeroen. *Multi-Cloud Strategy: Building a Resilient and Flexible Cloud Infrastructure*. 2023.
- SMITH, J. *Automating Cloud Deployments with Cloud-Init*. O'Reilly Media, 2021.
- VELTE, T.; VELTE, A.; ELSENPETER, R. *Cloud Computing: A Practical Approach*. McGraw-Hill Education, 2010.
- VMWARE. *VMware vSphere Documentation*. VMware, 2023. Disponível em: <https://www.vmware.com/support/pubs/vsphere-esxi-vcenter-server-7-pubs.html>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	36	40	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar as características do Scrum e Kanban, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa D, com a sequência “V, F, V, V” é a opção CORRETA baseado em [PMI, 2021], com o item III verdadeiro, como descrito a seguir:

A eficiência e o uso responsável de recursos são preocupações legítimas da governança de TIC, ainda que também sejam abordadas na gestão.

A afirmação analisada não contém erro conceitual que justifique sua invalidação. A distinção entre governança e gestão não implica que a governança ignore a eficiência e o uso responsável de recursos; pelo contrário, ela define diretrizes estratégicas para que esses fatores sejam implementados adequadamente pela gestão.

Fonte:

- PMI. *A guide to the project management body of knowledge (PMBOK® guide)*. 7. ed. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	41	41	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar a complexidade dos algoritmos de ordenação, busca e respectivas estruturas de dados, e assinalar a afirmativa INCORRETA. A alternativa B, descrito “*As tabelas hash oferecem uma busca com complexidade $O(1)$ no pior caso.*” é a opção CORRETA baseado em [CORMEN, 2009], como descrito a seguir:

A questão trata da complexidade das tabelas *hash* de forma genérica, e não especificamente do caso particular do *hashing* perfeito. O *hashing* perfeito é uma técnica específica aplicada quando o conjunto de chaves é estático e conhecido previamente, permitindo garantir $O(1)$ no pior caso. Contudo, no contexto geral das tabelas *hash*, que frequentemente utilizam funções de espalhamento convencionais e resolução de colisões por encadeamento separado ou endereçamento aberto, o pior caso é $O(n)$, quando todas as chaves colidem em um mesmo índice da tabela.

A alternativa B está INCORRETA no contexto geral das tabelas *hash*, pois é coerente com o conhecimento fundamental sobre a complexidade de algoritmos de busca em tabelas *hash*. Portanto, existe uma alternativa INCORRETA na questão, letra B, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. Introduction to Algorithms. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	37	38	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar os conceitos fundamentais de SOLID e padrões de projeto, e assinalar a afirmativa CORRETA. A alternativa C, descrito “*O padrão Singleton é utilizado para criar objetos que podem ser instanciados várias vezes durante a execução do programa.*” é a opção CORRETA. De acordo com a solicitação do recurso, deve-se anular a questão, pois o conteúdo abordado na questão está ausente no conteúdo programático. No entanto, o conteúdo da questão está dentro do conteúdo programático, como descrito a seguir:

O edital menciona o tópico “*Padrões de projeto*” sem especificar quais devem ser abordados. Os padrões do Catálogo GoF (Gang of Four) são amplamente utilizados e representam a base do estudo de padrões de projeto em desenvolvimento de software. Como não houve restrição quanto aos padrões a serem cobrados, é razoável e esperado que a banca inclua padrões clássicos, como Factory Method e Singleton. Os princípios SOLID, mencionados, estão intrinsecamente ligados à utilização de padrões de projeto. O princípio da Responsabilidade Única (SRP), por exemplo, está diretamente relacionado a padrões como Factory Method e Singleton, já que estes visam estruturar melhor o código e evitar acoplamento excessivo. Assim, a questão está coerente com o conteúdo programático previsto no edital. A ausência da expressão “GoF” no edital não é suficiente para justificar a anulação, pois a expressão “Padrões de projeto” já engloba tais conceitos.

Além disso, a previsibilidade de conteúdo em concursos não requer uma lista exaustiva de tópicos, mas sim a delimitação de grandes áreas do conhecimento. Como os padrões de projeto fazem parte da formação técnica exigida para o cargo, a questão está dentro do escopo esperado.

Portanto, a questão não deve ser anulada, sendo o gabarito mantido. Letra C é a alternativa CORRETA.

Fonte:

- MARTIN, Robert C. Clean Architecture: A Craftsman's Guide to Software Structure and Design. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	55	49	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Foi apresentada uma situação hipotética na qual o profissional de tecnologia deveria aplicar o endereço CIDR IPv4 ao endereço de rede apresentado no item, com intuito de expandir o número de hosts se comparado ao sistema de endereçamento clássico. Nesse sentido, ao aplicar a regra do CIDR, o prefixo /16 indica que os primeiros 16 bits do endereço são utilizados para identificação da rede e o restante para identificação dos hosts, sendo assim ao efetuar o cálculo é gerado 2^{16} que resulta no total de 65.536 possibilidades, porém os endereços 192.168.0.0 e 192.168.255.255 devem ser descartados por se tratarem respectivamente do endereço de identificação da rede e endereço de broadcast que não são considerados endereços válidos que podem ser atribuídos aos dispositivos, logo o total resultante de endereços válidos é **65534**.

Address (Host or Network) Netmask (i.e. 24) Netmask for sub/supernet (optional)

192.168.0.0 / 16 move to:

Calculate Help

```

Address: 192.168.0.0      11000000.10101000 .00000000.00000000
Netmask: 255.255.0.0 = 16 11111111.11111111 .00000000.00000000
Wildcard: 0.0.255.255    00000000.00000000 .11111111.11111111
=>
Network: 192.168.0.0/16  11000000.10101000 .00000000.00000000 (Class C)
Broadcast: 192.168.255.255 11000000.10101000 .11111111.11111111
HostMin: 192.168.0.1      11000000.10101000 .00000000.00000001
HostMax: 192.168.254      11000000.10101000 .11111111.11111110
Hosts/Net: 65534          (Private Internet)

```

Por fim, é importante ressaltar que o comando da questão apresentou *de forma explícita* que os endereços de **rede** e **broadcast** deveriam ser desconsiderados do número de possibilidades ao aplicar o CIDR, sem nenhum prejuízo ao racional do cálculo.

Fontes:

- <https://aws.amazon.com/pt/what-is/cidr/>
- <https://jodies.de/ipcalc?host=192.168.0.0&mask1=16&mask2=>
- https://www.cisco.com/c/pt_br/support/docs/ip/routing-information-protocol-rip/13790-8.html

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	49	51	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme apresentado *explicitamente* no comando da questão, o ambiente a ser considerado para a execução dos comandos é o SGBD Microsoft SQL Server 2017 (configuração padrão), em um cenário sem registros e com um usuário com permissões de administrador; considerando essa especificação, cabe ressaltar que o “*dbo.*” É um esquema padrão do SQL Server que é utilizado automaticamente quando não é especificado um outro esquema, logo o fato da imagem com o nome da tabela apresentar o prefixo e alguns comandos utilizados nas alternativas não apresentar, não gera nenhum erro de sintaxe e de execução dos comandos, considerando o cenário descrito para o item.

Outro ponto abordado é sobre a impossibilidade de alterar uma coluna de NOT NULL para NULL; para esse item esclarecemos que em uma tabela sem registros, como apresentado no cenário inicial da questão, o comando apresentado pela alternativa é perfeitamente válido.

Por fim, a banca esclarece que dentre todas as alternativas apresentadas, apenas o comando descrito em “*O comando ALTER TABLE LOG REMOVE COLUMN DATAHORA é válido para remover a coluna DATAHORA da tabela.*” está incorreto, por apresentar um erro de sintaxe. Segundo a documentação da Microsoft o comando correto para essa ação deveria ser **DROP** aplicado da seguinte forma “*ALTER TABLE LOG DROP COLUMN DATAHORA*”.

Fontes:

- <https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/relational-databases/tables/add-columns-to-a-table-database-engine?view=sql-server-ver16>
- <https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/relational-databases/tables/modify-columns-database-engine?view=sql-server-ver16>

- <https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/relational-databases/tables/view-the-table-definition?view=sql-server-ver16>
- <https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/relational-databases/tables/rename-tables-database-engine?view=sql-server-ver16>
- <https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/relational-databases/tables/delete-columns-from-a-table?view=sql-server-ver16>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	52	53	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para uma melhor compreensão do item, a banca apresenta abaixo o racional de cada assertiva, segundo a literatura utilizada para a elaboração do mesmo:

“Aumenta o tamanho do endereço IP de 32 bits para 128 bits, além de introduzir um novo tipo de endereço denominado anycast.”

O item é **verdadeiro**, pois o IPv6 aumenta o tamanho do endereço IP de 32 bits para 128 bits. Isso garante que o mundo não ficará sem endereços IP. Agora cada grão de areia do planeta pode ter um endereço IP. Além dos endereços multicast e unicast, o IPv6 introduziu um novo tipo de endereço, denominado endereço anycast, que permite que um datagrama seja entregue a qualquer hospedeiro de um grupo. (Kurose, página 266)

“Os vários formatos do endereço de 128 bits do IPv6 são descritos no RFC 4291.”

O item é **verdadeiro**, pois os vários formatos do endereço de 128 bits do IPv6 são descritos no RFC 4291 que é um documento que define a arquitetura de endereçamento do protocolo IPv6. (Kurose, página 266)

“O cabeçalho de comprimento fixo de 32 bytes resultante permite um processamento de pacotes maiores do datagrama IP”

O item é **falso**, pois vários campos IPv4 foram descartados ou tornaram-se opcionais. O cabeçalho de comprimento fixo de 40 bytes resultante permite processamento mais veloz do datagrama IP. Uma nova codificação de opções permite um processamento de opções mais flexível. (Kurose, página 267)

Conforme apresentado no racional acima a banca esclarece que apenas as afirmativas I e II estão corretas pelos motivos expostos, portanto a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fontes:

- Kurose, James F. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down / James F. Kurose e Keith W. Ross; tradução Opportunity translations; revisão técnica
- Wagner Zucchi. -- 5. ed. -- São Paulo: Addison Wesley, 2010. Páginas 265, 266 e 267.
- <https://www.facom.ufu.br/~sequincozes/referencias/kurose2010.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	53	55	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca apresenta a fundamentação técnica e a referência utilizada para a composição do item Kurose, James F. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down.

“A) Impõe uma política para o modo como são determinados os pesos dos enlaces.”. Essa afirmativa está incorreta, pois o protocolo não impõe uma política para o modo como são determinados os pesos dos enlaces; essa é uma tarefa do administrador de rede. O que o protocolo faz é promover mecanismos para determinar o caminho de roteamento de menor custo para um dado conjunto de pesos de enlaces. (Kurose, página 288)

“D) Um roteador transmite informações de roteamento a todos os outros roteadores no sistema autônomo e não apenas a seus roteadores vizinhos.” está correta, pois, com o OSPF, um roteador transmite informações de roteamento a todos os outros roteadores no sistema autônomo e não apenas a seus roteadores vizinhos; para realizar essa operação o OSPF utiliza o mecanismo de *flooding de LSA*, fazendo com que a informação chegue a todos roteadores na mesma área OSPF (outros roteadores do sistema autônomo) e não apenas aos vizinhos diretos. (Kurose, página 288).

É importante ressaltar que o item em momento algum afirma que as informações de roteamento serão transmitidas com qualquer roteador, pelo contrário, é apresentado que as informações serão transmitidas a todos os outros

roteadores do sistema autônomo, como foi devidamente explicado no tópico anterior.

Por fim, é importante salientar que a norma que a norma citada no comando da questão “RFC 2178 Versão 2” foi utilizada na especificação do OSPF, conforme consta na literatura apresentada.

Fontes:

- Referência: Kurose, James F. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down / James F. Kurose e Keith W. Ross ; tradução Opportunity translations ; revisão técnica
- Wagner Zucchi. -- 5. ed. -- São Paulo: Addison Wesley, 2010. Páginas 288, 289 e 290.
- <https://www.facom.ufu.br/~sequincozes/referencias/kurose2010.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	46	48	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É possível observar que o tópico abordado “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” está devidamente descrito no tópico 11, página 46, do edital 001 de 25 de outubro de 2024, previamente previsto para os candidatos.

Concomitantemente a banca esclarece que o texto foi reproduzido literalmente da legislação pertinente que afirma no seu artigo 5º, inciso XIX, que “*autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional*”, sendo a assertiva verdadeira.

Considerando os argumentos apresentados a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1246/6_773454.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	54	46	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo a banca apresentar a análise técnica de cada preposição, segundo a documentação oficial do *Docker* disponibilizada eletronicamente:

“I. O *Buildx* suporta o driver *remote* que cria um container *BuildKit* dedicado usando o *Docker*.” está **incorreta**, pois o driver “**remote**” conecta-se diretamente a um daemon *BuildKit* gerenciado manualmente. O complemento, adicionado a assertiva, de que o *Buildx* cria um container *BuildKit* dedicado usando o *Docker*, torna essa preposição **incorreta** porque, segundo a documentação oficial, quem realiza essa ação é outro driver conhecido como **docker-container**.

“II. Na execução do *Docker*, no *Linux*, o comando *tmpfs mount* é utilizado para armazenar arquivos na memória do sistema do *host*.” está **correta**, pois o comando é utilizado para armazenar arquivos diretamente na memória da máquina *host*; nesse tipo de armazenamento os dados são perdidos quando o contêiner é parado/reiniciado ou quando o *host* é reinicializado.

“III. O *Docker Compose* é uma ferramenta para definir e executar aplicativos de vários containers, proporcionando uma *melhor*” está **correta**, pois o *Docker Compose* é uma ferramenta para definir e executar aplicativos *multi-contêineres*. É a chave para desbloquear uma experiência de desenvolvimento e implantação simplificada e eficiente.

Conforme apresentado acima, apenas as preposições II e III estão corretas, segundo a documentação oficial do objeto material da questão, em conformidade com o gabarito preliminar divulgado, portanto a banca julga o recurso improcedente.

Fontes:

- <https://docs.docker.com/build/builders/drivers/>
- <https://docs.docker.com/engine/storage/>
- <https://docs.docker.com/compose/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	47	54	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o embasamento referencial utilizado na produção do item, portaria do CNJ nº 162 de 10 de junho de 2021, a banca esclarece que foram utilizados os textos literais publicados no documento eletrônico, portanto a análise técnica de cada alternativa é apresentada a seguir:

“Aprova os manuais de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC e Gestão de Identidades.”

Item verdadeiro. O artigo 2º aprova quatro manuais, dentre eles os que foram citados.

“Os protocolos e manuais aprovados serão objeto de atualização a qualquer tempo por indicação do Comitê Gestor de Segurança Cibernética do Poder Judiciário”

Item verdadeiro. O artigo 4º traz a previsão legal para atualizações do documento.

“Aprova o protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ) e o glossário de termos técnicos.”

Item verdadeiro. O artigo 1º aprova três protocolos, dentre eles o que foi citado e artigo 3º aprova o glossário de termos técnicos constante do Anexo VIII, aplicáveis nos documentos de Segurança Cibernética produzidos pelo Comitê Gestor de Segurança Cibernética do Poder Judiciário e de quaisquer discussões acerca deles.

“Os protocolos e manuais aprovados deverão ser implementados por todos os órgãos do Poder Judiciário.”

Item falso. O artigo 5º apresenta o escopo de aplicação da portaria e apresenta uma exceção de aplicação para todos os casos, que é o Supremo Tribunal Federal que por previsão legal não precisa aplicar as determinações do decreto em questão.

“Aprova o protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ) e revoga as portarias CNJ nº 290/2020, nº 291/2020 e a nº 292/2020.”

Item verdadeiro. O artigo 1º aprova três protocolos, dentre eles o que foi citado e o artigo 6º revoga as três portarias mencionadas.

Fonte:

- <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3982>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	51	47	50

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que, após análise de cada assertiva, a alternativa correta deveria ser “D) I e II.”, no entanto a banca esclarece que o gabarito preliminar divulgado aponta justamente para esse item como a alternativa correta, não havendo nenhuma inconsistência a ser reparada.

Considerando os argumentos apresentados a banca julga o recurso prejudicado mantendo o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	50	52	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca esclarece que o conhecimento abordado encontra-se devidamente expresso no item “13 - Autenticação” do edital de abertura 001 de 25 de outubro de 2024 publicado previamente aos candidatos. Dessa forma a banca apresenta abaixo a análise técnica detalhada de cada alternativa com a sua devida justificativa:

“O valor do tipo de concessão do código do dispositivo é *urn:ietf:params:oauth:grant-type:device_code*”. Item **verdadeiro**, pois esse código de concessão é utilizado por dispositivos sem navegador ou com restrição de entrada no fluxo de dispositivos para trocar um código de dispositivo obtido anteriormente por um token de acesso. Como no exemplo abaixo:

```
POST /token HTTP/1.1
Host: authorization-server.com

grant_type=urn:ietf:params:oauth:grant-type:device_code
&client_id={CLIENT_ID}
&device_code=xxxxxxx
```

“Clientes especiais são aplicativos que conseguem se autenticar com segurança no servidor de autorização”. Item **falso**, pois o tipo de cliente que possui essa finalidade é **cliente confidencial** e não especial como é apresentado no item.

“MTLS é uma extensão do fluxo do Código de Autorização para evitar ataques de CSRF e injeção de código de autorização”. Item **falso**, pois o nome correto da extensão com essa finalidade é PKCE.

“A extensão Token Reverse define um mecanismo para clientes indicarem ao servidor de autorização que um token de acesso não é mais necessário”. Item **falso**, pois o nome correto da extensão para essa finalidade é Token Revocation segundo a RFC 7009.

“Os JWTs podem ser usados como tokens de portador do OAuth 2.0 para codificar algumas partes relevantes de um token de acesso desde que não seja no próprio token de acesso”. Item **falso**, pois os JWT podem ser utilizados para codificar todas as partes relevantes de um token de acesso no próprio token de acesso, em vez de armazená-las em um banco de dados.

É importante ressaltar que o embasamento teórico utilizado para a produção do item é a própria documentação oficial do protocolo, disponibilizada eletronicamente, com as definições mais recentes de cada recurso abordado.

Pelos motivos expostos a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar publicado.

Fontes:

- <https://oauth.net/2/grant-types/device-code/>
- <https://oauth.net/2/token-revocation/>
- <https://oauth.net/2/client-types/>
- <https://oauth.net/2/jwt-access-tokens/>
- <https://oauth.net/2/pkce/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	48	50	52

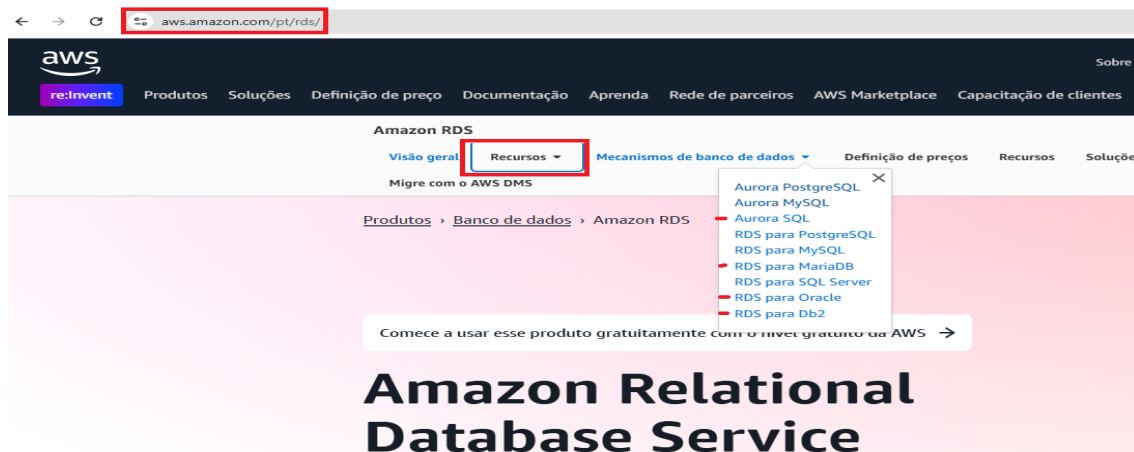
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item aborda os conhecimentos sobre o serviço Amazon RDS, fabricado e comercializado pela *Amazon*. O comando do item solicita o apontamento do mecanismo de banco de dados que **não é suportado**; segundo o fabricante, dentre as opções apresentadas, apenas o **RDS para Firebird** não está disponibilizado na lista oficial do fabricante. As demais opções estão previstas e disponibilizadas conforme observa-se abaixo:

- O *Amazon Aurora* oferece alta performance e disponibilidade incomparáveis em escala global com compatibilidade total com o MySQL e o PostgreSQL, a um décimo do custo dos bancos de dados comerciais;
- O *MariaDB* é um banco de dados relacional de código aberto conhecido no mercado, que foi criado pelos desenvolvedores originais do MySQL;
- O *Oracle* é um banco de dados comercial totalmente gerenciado que facilita a configuração, operação e escalabilidade de implantações do Oracle na nuvem;
- O *Db2* é um banco de dados relacional da IBM que oferece suporte a workloads transacionais e analíticas em grande escala. O Amazon Relational Database Service (Amazon RDS) para Db2 facilita a configuração, a operação e a escalabilidade das implantações do Db2 na nuvem.

Conforme solicitado explicitamente no comando da questão, o único mecanismo de banco de dados apresentado que não está disponibilizado na página oficial da fabricante do serviço, *Amazon*, é RDS para *Firebird*. Além disso é importante salientar que o item delimita o escopo de resolução ao recurso RDS da *Amazon* que está devidamente previsto no tópico 10, página 45, do edital 001 de 25 de outubro de 2024.

Abaixo é possível observar os mecanismos de banco de dados disponibilizados pelo fabricante:



<Acessado em 07 de fevereiro de 2025 às 06:48>

Fontes:

- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1246/6_773454.pdf
- <https://aws.amazon.com/pt/rds/>
- <https://aws.amazon.com/pt/rds/aurora/>
- <https://aws.amazon.com/pt/rds/mariadb/>
- <https://aws.amazon.com/pt/rds/oracle/>
- <https://aws.amazon.com/pt/rds/db2/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status supralegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta

- Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação

da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre ("ele diz que...", "ela afirma que...", "ele perguntou...", "ela interrogou...", dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: "Não vou sair hoje!" O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa "E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela." não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa "C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida." não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa "D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer." não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras

no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa "D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa." não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa "C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo." não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa "A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia "Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;", sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, "Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.". Quanto ao item IV, os juizes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO
Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.
§ 4º Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:
...
II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e
Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)
Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

- a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;
- b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juizes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juizes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a

multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	44	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta, na primeira afirmativa, literalmente, o que é abordado no art. 25 da mesma Resolução:

"Art. 25. A eliminação dos autos de ações judiciais transitadas em julgado, processos e documentos administrativos arquivados nos órgãos do Poder Judiciário será precedida de publicação do extrato do edital de eliminação em diário oficial do órgão e de seu inteiro teor na sua página na rede mundial de computadores.

§ 1º Será consignado o prazo de quarenta e cinco dias após a publicação do edital para o atendimento a solicitações de documentos ou processos pelas suas partes."

Além disso, pode ser consultado o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, em sua página 54, que diz, no tópico 8.5.1. Eliminação:

"Deve ser consignado um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do edital para o atendimento a possíveis solicitações de documentos ou processos pelas suas partes (Artigo 25, § 1º da Resolução CNJ nº 324/2020). O prazo em questão é contado em dias corridos."

Dessa forma, a primeira afirmação da questão está correta, o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2021.
Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual_de_Gestao_Documental_v16-04-2021.pdf.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	50	47	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo das afirmativas serão apresentadas as suas respectivas fundamentações de acordo com a Resolução do CNJ n. 335/2020:

(F) A política de governança e gestão da PDPJ-Br será regulamentada em ato da Presidência do TJRO.

Justificativa: A afirmativa é FALSA, pois de acordo com o Art. 7º da referida Resolução, a política de governança e gestão será regulamentada pelo CNJ e não por ato do Presidente do TJRO.

"Art. 7º A política de governança e gestão da PDPJ-Br será coordenada pelo CNJ, contando, sempre que possível, com a participação de representantes do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça, e será regulamentada em ato da Presidência do CNJ."

(V) A governança PDPJ-Br deverá estabelecer requisitos para padrões das tabelas unificadas e padrões de documentos digitais.

Justificativa: A afirmativa é VERDADEIRA de acordo com o Art. 10 da referida Resolução.

"Art. 10. A política de governança e gestão PDPJ-Br deverá estabelecer também os seguintes requisitos para os dados e documentos:

I – Padrões das tabelas unificadas;"

(V) Um dos objetivos da PDPJ é o de consolidar todos os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um ambiente unificado.

Justificativa: a afirmativa é VERDADEIRA de acordo com o Art. 2º da referida Resolução.

"Art. 2º A PDPJ-Br tem por objetivo:

I – Integrar e consolidar todos os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um ambiente unificado;"

(V) Um dos propósitos da PDPJ-Br é o de instituir plataforma única para publicação e disponibilização de aplicações e modelos de inteligência artificial.

Justificativa: A afirmativa é VERDADEIRA de acordo com o Art. 2º da referida Resolução.

"Art. 2º A PDPJ-Br tem por objetivo:

(...)

IV – Instituir plataforma única para publicação e disponibilização de aplicações, microserviços e modelos de

inteligência artificial (I.A.), por meio de computação em nuvem.”

(F) Os tribunais podem contribuir com as melhores soluções tecnológicas para aproveitamento comum e assim garantir o conceito de desenvolvimento unitário.

Justificativa: A afirmativa está FALSA de acordo com o Art. 2º da referida Resolução, pois os tribunais contribuem com melhores soluções tecnológicas e assim aplicam o conceito de desenvolvimento comunitário e não apenas de desenvolvimento comum, conforme descrito na afirmativa.

“Art. 2º A PDPJ-Br tem por objetivo:

(...)

II – Implantar o conceito de desenvolvimento comunitário, no qual todos os tribunais contribuem com as melhores soluções tecnológicas para aproveitamento comum;”

Após a análise das afirmativas foi solicitado aos candidatos que pudessem marcar a alternativa que apresenta a sequência, ou seja, F, V, V, V, F e a única alternativa que apresenta a sequência correta e a Alternativa “D”.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito da questão.

Fonte:

- Resolução do CNJ n. 335/2020 - Política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3496>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:

Cargo: Analista Judiciário - Assistente Social

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinala, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático “interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por

furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a

duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa "A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título." não pode ser indicada como correta. Em "A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa "B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Nomes como "José de Aguiar Dias", "Antônio Jeová Santos", "Sílvia de Salvo Venosa" e "Sérgio Cavalieri" foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:", a alternativa "A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado." foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

"O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral "consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre ("ele diz que...", "ela afirma que...", "ele perguntou...", "ela interrogou...", dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: "Não vou sair hoje!" O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa "E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela." não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa "C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida." não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
 Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
 Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
 Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
 Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
 Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
 Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
 Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
 Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática

na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos

importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de

vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juizes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO
Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.
§ 4º Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:
...
II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e
Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)
Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:
...
IV - processar e julgar originariamente:

- a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;
- b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul

rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	49	43	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está na expressão *"integrar os marginalizados às esferas produtivas da sociedade"*. Há um problema interpretativo na relação entre punição e integração produtiva, essa interpretação apresenta um problema conceitual. A criminalização da pobreza, conforme argumentado por Loïc Wacquant, não tem como objetivo a reintegração produtiva dos indivíduos marginalizados, mas sim a manutenção da ordem social por meio da repressão. O neoliberalismo, segundo o autor, fortalece o aparato punitivo como substituto das políticas de proteção social, utilizando o encarceramento em massa e a repressão como forma de controle da pobreza e da exclusão social, sem que isso tenha como finalidade a inclusão desses indivíduos no sistema produtivo.

Autores como David Garland e Alessandro Baratta reforçam que a ampliação das práticas punitivas não visa reintegrar a população marginalizada à economia formal, mas sim reafirmar sua condição de exclusão, garantindo a estabilidade do sistema capitalista por meio da repressão e do controle social. A criminalização da pobreza, nesse sentido, não pode ser entendida como um mecanismo que busca incluir os marginalizados, mas sim como uma forma de segregação social. O argumento do candidato, ao sugerir que os mecanismos punitivos servem para integrar os marginalizados à produção, distorce a interpretação predominante na literatura crítica sobre o tema.

A citação de Karl Marx em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* também deve ser analisada com cautela. Marx descreve um Estado que opera sob o domínio da burguesia e que utiliza sua estrutura administrativa e repressiva para controlar as classes subalternas. No contexto neoliberal, conforme argumentado por David Harvey, ocorre uma reconfiguração do papel do Estado, que transfere suas funções sociais para o mercado e fortalece a repressão sobre as populações vulneráveis. Dessa forma, as políticas punitivas não possuem o objetivo de ressocialização, mas sim de contenção e criminalização da pobreza. A ampliação do encarceramento e das políticas de "tolerância zero" não representa uma estratégia de integração dos marginalizados ao mercado de trabalho, mas sim um meio de neutralizar possíveis ameaças à ordem social. Portanto, a afirmativa contestada pelo candidato contém uma imprecisão conceitual ao sugerir que a criminalização da pobreza tem como objetivo a reintegração produtiva dos indivíduos marginalizados. O aparato penal neoliberal opera de forma excludente e disciplinadora, sem a intenção de inserir essas populações na economia formal. Assim, o gabarito original da questão, que considera essa afirmativa como falsa e mantém a alternativa (V, F, V, V), deve ser mantido.

Fontes:

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	38	51	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar o Código de Ética do Assistente Social (1993), verifica-se que não há um princípio específico que estabeleça a "defesa da vida" como um dos fundamentos norteadores da profissão. O documento contém 11 princípios fundamentais, os quais orientam a atuação do assistente social. A defesa da vida, como apresentada na afirmativa III, não consta como princípio estruturante da ética profissional do Serviço Social. No Serviço Social, os princípios éticos são orientados por uma perspectiva socioestrutural, voltada para a defesa dos direitos sociais e a emancipação dos sujeitos, e não por um princípio bioético voltado à defesa da vida em si. Diante do exposto, o recurso é indeferido, pois a afirmativa III contém uma formulação imprecisa e não corresponde integralmente aos princípios do Código de Ética do Assistente Social. O gabarito da questão permanece inalterado, sendo a alternativa II e IV apenas a correta.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 10 de fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	54	41	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora o neoliberalismo defenda a redução do papel do Estado e a desregulação dos mercados, a alternativa C não sugere que o neoliberalismo apoia a regulação estatal, mas sim que a regulação é necessária para minimizar os impactos negativos da privatização, especialmente no que diz respeito ao acesso universal e à qualidade dos serviços essenciais.

David Harvey (2008) explica que, no modelo neoliberal, o Estado não desaparece por completo, mas passa a desempenhar um papel distinto, favorecendo o capital privado por meio de políticas que garantem a reprodução do mercado. Nesse sentido, a regulação estatal não é incompatível com a lógica neoliberal, pois, em muitos casos, governos estabelecem mecanismos regulatórios para conter abusos e manter a legitimidade do sistema (Harvey, 2008). Esse ponto é amplamente debatido por economistas e estudiosos da política pública, uma vez que, mesmo em economias marcadas pelo neoliberalismo, agências reguladoras são mantidas para evitar monopólios privados e garantir um mínimo de acesso a serviços essenciais, como ocorre nos setores de energia, água e telecomunicações em diversos países.

O fato de o neoliberalismo promover a redução do Estado não significa que toda e qualquer regulação estatal seja incompatível com essa lógica. Em muitos casos, como destaca Harvey (2008), a regulação é utilizada como um instrumento estratégico para viabilizar e fortalecer a dinâmica neoliberal, mitigando os impactos sociais negativos e evitando colapsos setoriais. Dessa forma, a alternativa C continua correta dentro da questão proposta, não cabendo sua anulação ou alteração do gabarito.

Fonte:

- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	47	39	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I não apresenta erro, pois, na formulação da questão, a palavra "Estado" não se refere aos estados-membros da federação, mas sim ao Estado brasileiro em seu conceito amplo, que inclui a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Dessa forma, a afirmativa I está correta, pois expressa de maneira genérica o dever do Estado (como ente político e jurídico) de proteger os direitos dos povos indígenas, o que inclui a demarcação de terras pela União.

De acordo com a Constituição:

"As terras indígenas são bens da União, cabendo aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes." (Art. 231, § 2º)

Embora a Constituição reconheça o usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre os recursos naturais de suas terras, não há previsão de que essa exploração ocorra com total autonomia e autogestão irrestrita. A exploração de recursos naturais está sujeita a restrições legais e ambientais e, no caso de recursos minerais e hídricos, depende de regulamentação pelo Congresso Nacional e consulta prévia às comunidades indígenas.

Além disso, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) estabelece que:

"A pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades indígenas envolvidas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei." (Art. 44)

Portanto, a afirmativa II não pode ser considerada correta, pois não faz ressalvas às limitações legais da exploração de recursos naturais. O direito dos povos indígenas ao usufruto não implica autonomia irrestrita, o que torna a alternativa D incorreta.

O gabarito preliminar corretamente considerou a afirmativa IV incorreta, pois ela afirma que *"é permitida a exploração de recursos naturais em terras indígenas por terceiros para atender a interesses econômicos de grande impacto, desde que essa ocupação seja previamente autorizada pelo Congresso Nacional"*.

Contudo, essa afirmativa não reflete a legislação vigente, pois, a Constituição Federal no Art. 231 § 3º menciona aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais e não exploração de recursos naturais por terceiros para atender interesses econômicos de grande impacto, e mesmo assim esse tipo de atividade deve obedecer a critérios de consulta prévia, livre e informada das comunidades

indígenas, conforme a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil.

"Os povos indígenas devem ser consultados previamente em relação a qualquer medida legislativa ou administrativa que os afete diretamente." (Convenção 169 da OIT, Art. 6º)

A afirmativa IV está incorreta, pois sugere que a exploração de recursos naturais em terras indígenas por terceiros é permitida para atender a interesses econômicos de grande impacto, desde que haja autorização prévia do Congresso Nacional. No entanto, essa interpretação é incorreta, pois desconsidera a necessidade de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas afetadas, conforme estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil.

Com base nos argumentos expostos, a Banca Examinadora mantém o gabarito oficial da questão, sendo correta a alternativa A (I e III).

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	55	44	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise aborda o direito à aposentadoria por idade para uma trabalhadora rural de 62 anos que exerceu atividades em regime de economia familiar, mas não possui o tempo mínimo de contribuição exigido pelas regras gerais. O gabarito preliminar indicou a alternativa D como correta, que afirma: "Tem direito à aposentadoria por idade, pois o trabalho rural em regime de economia familiar permite regras diferenciadas para a comprovação do tempo de serviço."

É importante esclarecer que, para segurados especiais, como trabalhadores rurais em regime de economia familiar, a legislação previdenciária brasileira prevê condições diferenciadas. Conforme o artigo 48, § 1º, da Lei nº 8.213/1991, os limites de idade para aposentadoria por idade são reduzidos para 60 anos para homens e 55 anos para mulheres que exercem atividades rurais. Além disso, o § 2º do mesmo artigo estabelece que o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

No caso em questão, a trabalhadora rural de 62 anos atende ao requisito etário para a aposentadoria por idade. Se ela comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar por, no mínimo, 180 meses, ainda que de forma descontínua, terá direito ao benefício, independentemente de contribuições diretas à Previdência Social. Portanto, a alternativa D está correta ao afirmar que o trabalho rural em regime de economia familiar permite regras diferenciadas para a comprovação do tempo de serviço.

A alternativa A não se aplica ao caso dos segurados especiais, pois estes não necessitam complementar contribuições para atingir o tempo mínimo exigido, desde que comprovem o tempo de atividade rural conforme descrito. Assim, mantém-se o gabarito preliminar com a alternativa D como correta.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 fev. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). Aposentadoria por idade do trabalhador rural. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/aposentadoria/aposentadoria-por-idade-do-trabalhador-rural?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	44	55	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com base no problema apresentado no enunciado, o diagnóstico aponta que os programas existentes estão fragmentados, sem articulação entre os serviços de saúde, assistência social e educação, e carecem de monitoramento dos resultados. Nesse contexto, a alternativa C se mostra mais adequada, pois propõe o estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliação para medir os impactos das ações de prevenção e integrá-los às atividades dos serviços de saúde e assistência social. Essa estratégia aborda diretamente as falhas identificadas no diagnóstico, promovendo a integração entre os serviços e garantindo uma avaliação contínua das ações implementadas, em consonância com as diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.

Portanto, a alternativa C oferece uma abordagem alinhada às necessidades específicas destacadas no enunciado, visando reestruturar a política local e alcançar melhores resultados.

Fontes:

- BRASIL. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 11 abr. 2019.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), 2022-2027. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/planad_set_2022.pdf. Acesso em 11 de fev.2025.
- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 24 ago. 2006.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acesso em 11 de fev.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	36	40	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa E afirma que, durante a construção do estudo social, a comunicação oral e escrita são exaustivamente utilizadas, mencionando como instrumentos as entrevistas sociais, visitas domiciliares e institucionais. A professora Eunice Teresinha Fávero, em sua obra "O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária", destaca que o estudo social é constituído a partir de observações, entrevistas, visitas domiciliares, pesquisas documentais e/ou bibliográficas, além da análise crítica do profissional sobre a situação apresentada. Nessa perspectiva, as visitas institucionais não são explicitamente mencionadas como instrumentos tradicionais na construção do estudo social.

No entanto, é importante reconhecer que a prática profissional do assistente social é dinâmica e pode variar conforme o contexto de atuação. Algumas literaturas e práticas profissionais consideram as visitas institucionais como parte dos instrumentos utilizados pelo assistente social. Por exemplo, o documento "Instrumentos e Técnicas do Serviço Social" menciona visitas institucionais como parte das competências técnicas do assistente social. E de acordo com Oliveira, Pinto e Santos "Sendo assim, podem-se considerar a observação participante, as entrevistas individuais e grupais, a dinâmica de grupo, as reuniões, a mobilização nas comunidades e as visitas domiciliares e institucionais como instrumentos de trabalho diretos." (2021, p.118)

Diante do exposto, a alternativa E mantém-se como correta e a afirmativa D está incorreta por afirmar que o estudo social é realizado tendo em vista a categoria da fragmentação social, o que não condiz com a compreensão teórico-metodológica do estudo social, que busca uma análise totalizante da realidade. Portanto, mantemos o gabarito preliminar.

Fontes:

- ALVES, Danielle Coelho (Org.). *Instrumentos e técnicas do serviço social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Salvador: Cetros, 2021.

Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf)

book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

- OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; PINTO, Régia Maria Prado; SANTOS, Ruth Brito dos. O trabalho do/a assistente social e os sentidos e usos da comunicação e linguagem nos espaços sócio-ocupacionais. In: ALVES, Danielle Coelho (Org.). *Instrumentos e técnicas do serviço social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Salvador: Cetros, 2021. p. 112-130. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.
- FÁVERO, Eunice Teresinha. *O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária*. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 9-51.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário – Biblioteconomista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral "consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5o§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que necessitamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja

independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos

no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independerá da existência de distrito administrativo.

§ 1o Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2o Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	44	45	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a parte II, capítulo 21, regra 21.36C2. Ações em primeira instância. Outras ações., do AACR2:

“Faça a entrada de ações oficiais e autor de ações civis, ou outras ações não criminais de primeira instância (inclusive processos eleitorais), sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa ou entidade que move a ação. Se mais de uma pessoa ou entidade mover a ação, aplique as instruções de 21.6C. Faça entradas secundárias sob os cabeçalhos estabelecidos para as pessoas ou entidades da parte contrária, se não forem mais de três. Se forem quatro ou mais pessoas ou entidades, faça uma entrada secundária para a que estiver mencionada em primeiro lugar no item que está sendo catalogado.”.

Assim, a entrada principal deve ser estabelecida sob o cabeçalho para “Rosa, João Guimarães”, por ser ele a vítima, responsável por mover a ação. Por esse motivo, a letra “B” continua sendo a única resposta possível para a questão. Dessa forma, o gabarito deve ser mantido e o recurso apresentado se torna improcedente.

Fonte:

- JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. *Código de catalogação anglo-americano*. 2.ed. Tradução de Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB, 2004. Paginação irregular. (regra 21.36C2.).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	36	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com os referidos autores, há apenas três fontes de informação jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência. Cada uma das três formas de geração, registro e recuperação da informação jurídica (Analítica, Normativa e Interpretativa) refere-se a uma fonte do direito, conforme pode ser observado na página 94 da referida obra:

“A informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência).”

Veja o que diz os autores na página 95 da referida obra:

“A interpretativa caracteriza-se, também, por ser pública e pela forma como é produzida, ou seja, ‘pela sua repetição longa, diuturna, uniforme e constante’ e difere da informação jurídica normativa (legislação) por ser mais flexível. E é por causa dessa flexibilidade que a jurisprudência é importante para esclarecer ‘conceitos gerais da norma legislativa e na sua adequação às peculiaridades dos casos concretos’.”

Dessa forma, a alternativa “A” está incorreta por ignorar a forma interpretativa (jurisprudência). Assim, o gabarito deve ser mantido e o recurso se torna improcedente.

Fonte:

- PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. *Fontes de informação para pesquisa em direito*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009. p. 94.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Contador

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático “interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas.

Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em

relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica.

“O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5o§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que precisamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona

como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:”, a alternativa “D) critérios, indivíduo, distúrbio.” foi adequadamente indicada como correta. As palavras “critérios”, “indivíduo” e “distúrbio” são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa “B) contrário, é, também.” não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em “em”. A alternativa “C) indício, cível, aparência.” não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em “l”. A alternativa “A) é, já, vítima.” não pode ser considerada correta: monossílaba e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “*Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.*”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “*Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.*”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) “*Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.*”

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por

competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) “Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) “Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda a Resolução nº 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO, prevista no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar da questão apontou a alternativa que diz que “[s]ão agentes públicos para a referida resolução, dentre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório”. De fato a assertiva é correta, conforme art. 2º, I, da Resolução 307/2023. As demais alternativas, todas incorretas, são a seguir apresentadas com seus respectivos trechos iniciais e fundamentos:

- “Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.”

- Incorreto. O art. 14, §2º, dispõe que é vedado o anonimato no encaminhamento do relato de assédio ou

discriminação.

- “Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.”

- Incorreto, pois conforme parágrafo único do artigo 8º, qualquer conduta que, direta ou indiretamente, de maneira intencional ou não, adeque-se ao conceito previsto no art. 2º, VII da Resolução, produzindo o efeito discriminatório, caracterizará discriminação.

- “A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.”

- Quando se tratar de notícia envolvendo magistrados, o tratamento deve se dar conforme parágrafo único do art. 12 da Resolução.

- “Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.”

- Incorreto, pois conforme art. 2º, II, o âmbito do PJRO compreende qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus, administração, ensino, pesquisa, extensão e cultura, em meio presencial e virtual, bem como fora das dependências físicas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Resolução n. 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO. Disponível em <https://atos.tjro.jus.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes atos normativos:

- Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação;
- Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
- Resolução n. 199/2021 do TJRO - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do PJRO;
- Resolução n. 309/2023 do TJRO - Código de Ética e Conduta do PJRO.

Todas estão previstas no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se as afirmativas dispostas na questão para análise e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: incorreta
 - Conforme art. 13, §4º, da LGPD, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro. Ou seja, de forma alguma o dado pseudonimizado “perde em definitivo a possibilidade de associação”.
- Afirmativa II: incorreta
 - Conforme art. 5º, VI e VII, da LGPD, João é considerado *operador*, por se enquadrar no conceito legal (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador). Maria, a seu turno, é considerada *titular*, nos termos do art. 5º V, também da LGPD (pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento).
- Afirmativa III: incorreta
 - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, conforme art. 10, caput, c/c §3º, da Lei 10527/2011.
- Afirmativa IV: correta
 - A Resolução n. 309/2023 do TJRO estabelece princípios, valores, diretrizes, deveres e normas de conduta ética aplicáveis aos agentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO), entre eles incluídos servidores ocupantes de cargo efetivo e estagiários.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO

Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.

§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:

...

II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e

Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	27	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto contra a questão, conclui-se que os argumentos apresentados são improcedentes, não havendo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

A questão solicita a identificação do local correto no Windows para alterar a prioridade de um processo em execução. O gabarito oficial indica corretamente a alternativa D, que afirma que essa modificação pode ser realizada por meio do Gerenciador de Tarefas, na aba "Detalhes", utilizando a opção "Definir prioridade".

O recurso alega que a funcionalidade de alteração de prioridade está disponível apenas na aba "Detalhes" do Gerenciador de Tarefas, o que invalidaria a alternativa D.

A alternativa D menciona genericamente o uso do Gerenciador de Tarefas para alterar a prioridade de processos, sem especificar uma aba incorreta. De acordo com o procedimento padrão do Windows (IPERIOUS, 2018), para modificar a prioridade de um processo, deve-se:

- 1º Abrir o Gerenciador de Tarefas (por exemplo, pressionando Ctrl + Shift + Esc).
- 2º Ir para a aba "Detalhes".
- 3º Localizar o processo desejado.
- 4º Clicar com o botão direito sobre ele e selecionar a opção "Definir prioridade".

59 Escolher o nível de prioridade desejado (Baixa, Abaixo do Normal, O recurso argumenta que a alteração de prioridade realizada pelo Gerenciador de Tarefas não é permanente.

A questão não exige que a modificação seja permanente, apenas que a prioridade de um processo em execução seja alterada. A alteração de prioridade via Gerenciador de Tarefas é o método correto e documentado pelo Windows para redistribuir recursos do processador durante a execução do sistema. A persistência após reinicialização não é um critério exigido na questão.

A) Acessar o menu Configurações do Windows, na seção “Sistema e desempenho”, e ajustar a prioridade diretamente.

Incorreta – O menu de configurações do Windows não oferece uma opção para definir a prioridade de processos específicos. Ele permite ajustes gerais de desempenho, mas não altera a prioridade de processos individuais.

B) Acessar o aplicativo Serviços, localizar o serviço correspondente ao processo e alterar sua prioridade nas configurações do serviço.

Incorreta – O aplicativo Serviços (services.msc) permite iniciar, parar e configurar serviços, mas não oferece controle direto sobre a prioridade dos processos que os serviços executam.

C) Utilizar o Gerenciador de Dispositivos, localizar o processo relacionado e definir sua prioridade na guia de propriedades avançadas.

Incorreta – O Gerenciador de Dispositivos (devmgmt.msc) gerencia drivers de hardware e não permite alterar a prioridade de processos em execução.

E) Navegar até o Painel de Controle, na seção “Gerenciamento de Energia”, e ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo.

Incorreta – O Gerenciamento de Energia afeta o desempenho do processador e outros componentes do sistema, mas não permite definir prioridades de processos individuais. O Gerenciamento de Energia no Painel de Controle não permite alterar a prioridade de processos individuais em execução, mas sim modificar o desempenho global do sistema por meio de perfis de energia. Esses perfis podem influenciar a forma como o processador gerencia tarefas, mas não fornecem um controle direto e específico sobre a prioridade de processos individuais, como exige a questão. Conforme descrito na documentação oficial da Microsoft, o Gerenciamento de Energia do Windows está relacionado ao gerenciamento de energia do dispositivo e não ao controle de prioridade de processos específicos (MICROSOFT, 2023). Além disso, a própria descrição da alternativa E menciona “ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo”, o que não corresponde ao conceito técnico de “Definir prioridade” de processos no Windows. Perfis de energia ajustam a disponibilidade de recursos, mas não permitem ao usuário definir que um processo específico tenha prioridade sobre outro no uso da CPU.

Diante dos argumentos apresentados, verifica-se que:

- A alternativa D está correta, pois descreve o método oficial e documentado pelo Windows para alteração da prioridade de um processo em execução.
- A alternativa E está incorreta, pois o Gerenciamento de Energia não permite definir prioridade de processos individuais, apenas modificar configurações gerais de desempenho do sistema.

Portanto, o recurso é improcedente, e o gabarito da questão permanece inalterado.

Fontes:

- IPERIUS. *Modificando prioridades nos processos do Windows*. 2018. Disponível em: <<https://www.iperiusbackup.net/pt-br/modificando-prioridades-nos-processos-do-windows/>>.
- MICROSOFT. *Kernel do Windows - Windows drivers*. 2023. Disponível em: https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-hardware/drivers/ddi/_kernel/.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e "reforma agrária" foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de "aliviar" as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.
Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas

superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e inselbergs.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do

período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no Uti Possidetis, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	42	54	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), a receita deve ser reconhecida quando ocorre a transferência do controle do bem ou serviço ao cliente. No caso apresentado, a entrega dos bens está programada para 31/01/2024, razão pela qual não há que se falar em reconhecimento da receita em 2023. O simples recebimento parcial do pagamento não altera essa premissa, pois se trata de um adiantamento de clientes, que deve ser registrado como passivo e não como receita.

Quanto à alternativa "E", o valor a ser reconhecido como receita em 31/01/2024 deve corresponder ao total da transação e não apenas a uma parcela específica do pagamento recebido nessa data. O reconhecimento da receita ocorre com a entrega do bem, independentemente da forma de pagamento previamente estabelecida entre as partes. Portanto, a alternativa "E" apresenta um erro conceitual e não pode ser considerada correta.

Fonte:

- Pronunciamento Técnico CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente) e Resolução CFC nº 750/1993.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	53	44	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para resolver esta questão, vamos organizar as informações e realizar os cálculos necessários.

1. Dados Fornecidos

- Passivo Circulante (PC): R\$ 275.000,00
- Passivo Não Circulante (PNC): R\$ 615.000,00
- Índice de Liquidez Corrente: 1,1

2. Cálculo do Ativo Circulante (AC)

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é dado pela fórmula:

$$\text{ILC} = \text{Ativo Circulante (AC)} / \text{Passivo Circulante (PC)}$$

Substituindo os valores conhecidos:

$$1,1 = \text{AC} / 275.000$$

Multiplicando ambos os lados por 275.000:

$$\text{AC} = 1,1 \times 275.000 = 302.500$$

3. Cálculo do Ativo Total (AT)

O Ativo Total é composto pelo Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Ativo Imobilizado e Ativo Intangível:

$$\text{AT} = \text{AC} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} + \text{Investimentos} + \text{Ativo Imobilizado} + \text{Ativo Intangível}$$

Substituindo os valores:

$$\text{AT} = 302.500 + 370.000 + 180.000 + 425.000 + 125.000 = 1.402.500$$

4. Cálculo do Passivo Exigível (PE)

O Passivo Exigível (PE) é a soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante:

$$\text{PE} = \text{PC} + \text{PNC}$$

Substituindo os valores:

$$\text{PE} = 275.000 + 615.000 = 890.000$$

5. Cálculo do Patrimônio Líquido (PL)

Sabemos que:

$$\text{AT} = \text{PE} + \text{PL}$$

Reorganizando a fórmula para resolver PL:

$$\text{PL} = \text{AT} - \text{PE}$$

Substituindo os valores:

$$\text{PL} = 1.402.500 - 890.000 = 512.500$$

Portanto, apenas a alternativa E contém afirmação verdadeira, pois $R\$ 890.000,00 - R\$ 512.500,00 = R\$ 377.500,00$. Assim, denega-se todos os recursos, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Souza, Sérgio Adriano de. Contabilidade Geral 3D: básica, intermediária e avançada – 5ª ed. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	54	42	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para resolver esta questão, vamos organizar as informações e realizar os cálculos necessários.

Para calcular o Índice de Liquidez Geral (ILG), usamos a fórmula: $ILG = (\text{Ativo Circulante (AC)} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP)}) / (\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Passivo Não Circulante (PNC)})$.

1. Dados Fornecidos

- Ativo Circulante (AC): R\$ 302.500,00 (calculado anteriormente)
- Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP): R\$ 370.000,00
- Passivo Circulante (PC): R\$ 275.000,00
- Passivo Não Circulante (PNC): R\$ 615.000,00

2. Substituindo os Valores na Fórmula

Primeiro, somamos o Ativo Circulante e o Ativo Realizável a Longo Prazo:

$$AC + ARLP = 302.500 + 370.000 = 672.500$$

Depois, somamos o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante:

$$PC + PNC = 275.000 + 615.000 = 890.000$$

Agora, substituímos na fórmula do Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = 672.500 / 890.000 \approx 0,7556$$

A alternativa D satisfaz o comando do enunciado e, portanto, os recursos não merecem acolhimento, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Souza, Sérgio Adriano de. Contabilidade Geral 3D: básica, intermediária e avançada – 5ª ed. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	52	43	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para resolver esta questão, vamos organizar as informações e realizar os cálculos necessários.

Para calcular a Margem Líquida de Vendas e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), vamos usar as seguintes fórmulas:

Dados Fornecidos

- Lucro Líquido: R\$ 114.000,00
- Receita Bruta de Vendas: R\$ 740.000,00
- Deduções da Receita: R\$ 170.000,00
- Patrimônio Líquido (PL): R\$ 512.500,00 (calculado anteriormente)

Margem Líquida de Vendas: $\text{Margem Líquida} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Receita Líquida de Vendas}) \times 100$

A Receita Líquida é dada pela Receita Bruta de Vendas menos as Deduções da Receita:

$\text{Receita Líquida de Vendas} = \text{Receita Bruta de Vendas} - \text{Deduções da Receita}$

Cálculo da Receita Líquida de Vendas

Subtraindo as deduções da receita:

Receita Líquida de Vendas = 740.000 - 170.000 = 570.000

Cálculo da Margem Líquida de Vendas

Substituindo os valores na fórmula da Margem Líquida:

Margem Líquida = $(114.000 / 570.000) \times 100$

Margem Líquida $\approx 20\%$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):

ROE = $(\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$

Cálculo do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Substituindo os valores na fórmula do ROE:

ROE = $(114.000 / 512.500) \times 100$

ROE $\approx 22\%$

A alternativa que corresponde aos resultados é a D e, portanto, os recursos não merecem acolhimento, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Souza, Sérgio Adriano de. Contabilidade Geral 3D: básica, intermediária e avançada – 5ª ed. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	45	47	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vamos analisar cada uma das afirmativas à luz da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e suas alterações:

I. Prevê o art. 176, V que todas as sociedades anônimas de capital aberto são obrigadas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. Não há no teto legal qualquer exceção a esta obrigação. Portanto, a afirmativa I está errada.

II. De acordo com o artigo 179 da Lei nº 6.404/1976, o Balanço Patrimonial deve ser estruturado de forma que os ativos sejam apresentados da maior para a menor liquidez, ou seja, da mais líquida para a menos líquida. A afirmativa sugere o contrário, portanto, ela está errada.

III. A Lei nº 6.404/1976, no artigo 182, trata das conversões de valores em moeda estrangeira para a moeda nacional, estabelecendo que as obrigações em moeda estrangeira devem ser convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço. Portanto, a afirmativa está correta.

Assim, apenas a afirmativa III está correta, e a alternativa B é o gabarito.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	49	36	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema é tratado pela NBC TSP – Estrutura Conceitual em seu item 1.8, senão vejamos:

Alcance da estrutura conceitual e das NBCs TSP

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os

governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

(...)

1.8D As demais entidades não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

Portanto, de acordo com a norma citada, a única afirmativa de acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual é a terceira, uma vez que as entidades citadas estão obrigatoriamente abrangidas pelo campo de aplicação, conforme se vê do item 1.8A. A segunda afirmativa padece de grave equívoco ao afirmar que as empresas estatais dependentes não estariam incluídas no conceito de entidades do setor público.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	44	39	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Leciona o MCASP 10ª Edição às págs. 39/40:

Receitas Públicas Originárias, segundo a doutrina, seriam aquelas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultariam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Receitas Públicas Derivadas, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorreriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.

Desta feita, não há que se falar em mais de uma alternativa correta, pois o termo é definido em documento oficial da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim, o recurso não merece acolhimento, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 10ª ed. Brasília: DF, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	40	52	48

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Leciona o MCASP 10ª Edição (pág. 551):

6.3.3. Atividades de financiamento

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento:

- Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos;*
- amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e*
- pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.*

Para determinar o valor dos fluxos de caixa recebidos nas atividades de financiamento, devemos considerar os valores das operações de crédito, pois representam ingressos financeiros oriundos de captação de recursos por empréstimos.

Análise dos ingressos financeiros na atividade de financiamento:

1. Operações de Crédito: R\$ 175.000,00 (arrecadado)
2. Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO): R\$ 80.000,00

Total de ingressos financeiros na atividade de financiamento: R\$ 255.000,00

As amortizações de empréstimos recebidas são, em verdade, fluxos das atividades de Investimento, e não devem ser computadas nesta questão.

Assim, verifica-se que, de fato, nenhuma das alternativas apresentadas contém o valor de R\$ 255.000,00, devendo a questão ser anulada.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 10ª ed. Brasília: DF, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	38	49	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas dentro do exercício, mas não pagas dentro dele. Da leitura do quadro, e efetuando as somas respectivas, extrai-se que $RP = 1.585.000,00 - 1.545.000,00 = R\$ 40.000,00$.

Ainda, consideram-se como ingressos extraorçamentários, em respeito ao art. 3º, §º único, da Lei nº 4.320/1964, os valores recebidos em função da contratação de ARO (R\$ 80.000,00) e as Cauções recebidas (R\$ 40.000,00). Portanto, temos que o total de ingressos extraorçamentários é de R\$ 160.000,00, valor constante da alternativa E.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 10ª ed. Brasília: DF, 2023. / BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	39	50	49

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Vejam os detalhes de cada afirmativa:

1. O total da dotação atualizada ao final do exercício será igual ao total da despesa orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual.

Falsa. O total da dotação orçamentária pode ser alterado durante o exercício, seja por créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários. Conforme informado, foram abertos créditos adicionais suplementares de R\$ 20.000,00 por excesso de arrecadação, o que significa que a dotação final não será exatamente igual à fixada na LOA.

2. O resultado orçamentário apurado no exercício é um superávit de R\$ 215.000,00.

Falsa. Em verdade, o resultado orçamentário decorre da diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada, nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Portanto, temos que se somando todas as receitas arrecadadas ($110.000 + 180.000 + 85.000 + 75.000 + 35.000 + 200.000 + 750.000 + 175.000 + 120.000 + 15.000$), temos uma arrecadação de R\$ 1.745.000,00, ao passo que as despesas empenhadas importam em ($100.000 + 700.000 + 120.000 + 360.000 +$

$150.000 + 155.000 = R\$ 1.585.000,00$. Logo, o superávit é de $R\$ 160.000,00$.

3. A economia orçamentária obtida no exercício foi de $R\$ 90.000,00$ ao passo que o excesso de arrecadação foi de $R\$ 100.000,00$.

Falsa. A economia orçamentária é observada quando o valor empenhado no exercício (descontados, por óbvio, os empenhos cancelados) está aquém das despesas fixadas na Lei Orçamentária (mais eventuais créditos adicionais abertos no exercício). O valor fixado foi de $R\$ 1.675.000,00$, porém houve abertura de créditos adicionais suplementares de $R\$ 20.000,00$, resultando numa dotação atualizada de $R\$ 1.695.000,00$. Como o total da despesa empenhada no exercício foi de $R\$ 1.585.000,00$, temos que a economia orçamentária foi de $R\$ 110.000,00$. O excesso de arrecadação, por sua vez, foi de $R\$ 70.000,00$ ($R\$ 1.745.000,00 - R\$ 1.675.000,00$).

4. Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2023 importam em $R\$ 20.000,00$.

Verdadeira. Restos a Pagar Não Processados são despesas empenhadas, mas não liquidadas até o final do exercício. A despesa total empenhada foi de $R\$ 1.585.000,00$, enquanto a despesa liquidada foi de $R\$ 1.565.000,00$, resultando em $R\$ 20.000,00$ de despesas empenhadas, mas não liquidadas.

Assim, apenas a afirmativa 4 é verdadeira e não há, portanto, alternativa correta, devendo ser anulada a questão.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 10ª ed. Brasília: DF, 2023. / BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	41	51	50

Recurso Procedente. Gabarito Alterado para alternativa D.

Primeiro, deve-se calcular a RCL. Como não há nenhuma dedução ou exclusão informada, basta somar os valores das receitas correntes:

Receitas Patrimoniais: $R\$ 110.000,00$

Receitas de Serviços: $R\$ 85.000,00$

Receita Industrial: $R\$ 35.000,00$

Receita Agropecuária: $R\$ 15.000,00$

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: $R\$ 750.000,00$

Contribuições: $R\$ 120.000,00$

Temos um total de $R\$ 1.115.000,00$.

Sobre as Despesas com Pessoal, temos que:

Despesas com Pessoal por Poder	Valor	% RCL
Poder Legislativo	60.000,00	5,38%
Poder Executivo	636.000,00	57,04%
Consolidado	696.000,00	62,42%

Logo se observa que o Poder Executivo ultrapassou o limite de 54% previsto na LRF, mas o poder Legislativo está abaixo dos 6% permitidos.

Assim deve ser alterado o gabarito da alternativa E para a D, que literalmente afirma que “o Poder Executivo está acima do limite máximo estipulado pela LRF e o Poder Legislativo está abaixo do limite”.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	51	53	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando cada uma das afirmativas, temos que:

I. Correta. É a lição que se extrai do item 26 da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público:

26. Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação. Toda informação de custo, independentemente do modo como é apresentada, deve ser rastreável até a fonte de dados da qual se originou.

II. Falso, a norma conceitua esse tipo de custo como ‘não controlável. O custo variável é conceituado como aquele que oscila de forma proporcional ao volume das atividades desenvolvidas.

III. Correta, pois corresponde à reprodução literal do item 57 da NBC TSP 34.

Assim, está correto o que se afirma em I e III, apenas, sendo D o gabarito e não havendo que se falar em mais de uma afirmativa correta.

Desta feita, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 34 – Custos no Setor Público.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	43	45	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos do art. 167, VI, da Constituição Federal, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. Tal determinação é denominada pela doutrina especializada de Princípio da Vedação de Estorno ou do Não-Estorno, pois a LOA exprime a vontade do povo, através de seus representantes e alterações nessa vontade somente poderiam ser feitas através de nova Lei.

Desta feita, indeferem-se os recursos, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Paludo, Augustinho. Orçamento Público, AFO e LRF – 12., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	37	41	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não está a tratar de conceitos de contabilidade, mas sim de legislação fiscal.

Senão vejamos o que preconiza a Lei nº 10.833/2003, que trata da COFINS:

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Desta feita, não há qualquer mácula apta a justificar a anulação da questão. Assim, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	48	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gitman, em Princípios de Administração Financeira (2013, p. 371) leciona que:

A taxa interna de retorno (TIR) é, provavelmente, a mais usada das técnicas sofisticadas de orçamento de capital, embora seja consideravelmente mais difícil de calcular à mão do que o VPL. A taxa interna de retorno (TIR) consiste na taxa de desconto que faz com que o VPL de uma oportunidade de investimento seja igual a \$ 0 (já que o valor presente das entradas de caixa iguala-se ao investimento inicial). É a taxa de retorno anual composta que a empresa obterá, se investir no projeto e receber as entradas de caixa previstas.

Desta feita, de acordo com a melhor doutrina sobre o tema, apenas a alternativa B se amolda ao conceito trazido no enunciado, senão vejamos:

“Indicador amplamente utilizado na análise de viabilidade de projetos financeiros de longo prazo, através do qual o valor presente dos fluxos de caixa futuro é igualado ao valor inicial do investimento. Em outras palavras, este indicador representa o retorno anual composto que a empresa obterá, se investir no projeto e receber as entradas de caixa previstas.”

Assim, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Gitman, Lawrence J. Princípios de administração financeira. - 12. ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	46	40	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos a afirmativa II:

II. O controle externo da administração pública é realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, enquanto o controle interno é realizado por órgãos específicos dentro da própria administração pública.

O controle externo é, de fato, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas, enquanto o controle interno é realizado por órgãos internos da própria administração pública, visando garantir conformidade e controle na execução das atividades. Assim, a título de exemplo, na União a função de controle interno do Poder Executivo Federal é exercida pela CGU, ao passo que nos Municípios é exercida por unidades próprias do Poder Executivo. No Poder Judiciário e Ministério Público também há órgãos específicos responsáveis pelo controle interno das atividades em seu âmbito. Tal entendimento é consolidado por dispositivos da Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...)

Assim, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos

Estados.

- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Cargo: Analista Judiciário - Economista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas.

Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em

relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem”

pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração "que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana..." é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo "concluiu". As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo.’” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa”. foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo". Crase (') é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando”. não pode ser indicada como correta. A expressão "não identificando a normalidade" não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a" ou "a" inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de "normalidade". "Identificar" é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, "a normalidade"). "Normalidade" é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição "a" (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" que acompanha o substantivo "normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “*Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.*”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “*Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.*”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que

uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) *“Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”*

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) *“Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”*

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação

penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juizes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO

Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.

§ 4º Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:

...

II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e

Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juizes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juizes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das

monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandrantos, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e *inselbergs*. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	54	39	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conhecimento exigido em referida questão está consoante com o seguinte conteúdo programático previsto no edital do certame: “3. Economia do Setor Público: Funções do Governo: estudo das funções do governo e sua aplicação na administração pública e nos Tribunais de Justiça.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é a letra A, pois não há que se confundir Função Alocativa, que se relaciona com bens e serviços, com Função Distributiva /Redistributiva que versa sobre correções na desigualdade de distribuição de renda na economia.

“9. Funções Clássicas do Estado

Devido à existência de falhas de mercado, tendo em vista a necessidade de aumentar o bem-estar da sociedade, o setor público intervém na economia desempenhando três funções clássicas: função alocativa, estabilizadora e distributiva.

A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. Em outras palavras, essa função tem o objetivo de alocar os recursos quando não for possível, pelas condições de mercado, a determinação de preços de bens e serviços, de forma a assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.

A função estabilizadora concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. Consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. Por exemplo, podemos citar as políticas econômicas adotadas nas décadas de 1980 e 1990 para controlar a hiperinflação, simbolizada por um dragão.

A função distributiva é voltada para a necessidade do governo de intervir na economia, visando corrigir a desigualdade existente na distribuição da renda nacional que, normalmente, não é igualitária. Assim, a correção da desigualdade na repartição da renda pode ser efetuada.

Essa não é considerada uma função clássica do governo. Mantenedora é a pessoa jurídica de direito público ou privado ou pessoa física que provê os recursos necessários para o funcionamento de outras entidades ou incubadoras. O Poder Executivo é a entidade Mantenedora das instituições públicas de ensino. Observe que ele oferece um serviço que não estaria disponível para toda população se dependesse do livre mercado. Quando o governo garante a oferta do ensino, diz-se função alocativa.

A regulação (estatal) é uma função por força da qual a autoridade administrativa intervém nas decisões econômicas privadas, por meio de atos gerais, individuais ordinatórios e decisórios, com vistas ao atendimento dos interesses relevantes da coletividade.

Fontes:

- <https://repositorio.enap.gov.br>. (Consulta efetuada em 15.11.2024)
- Os Impactos das Funções Orçamentárias Alocativa e Distributiva sobre a Desigualdade de Renda: Uma Análise

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	53	36	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conhecimento exigido em referida questão está consoante com o seguinte conteúdo programático previsto no edital do certame: “4. Administração Financeira e Orçamentária: (...) Instrumentos de planejamento orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual..”

Apenas a alternativa E atende ao comando da questão.

- I. FALSO: 5.1. CONTEXTO. 5.1.1. UM POUCO DA HISTÓRIA DA LDO. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – foi instituída pela Constituição Federal de 1988, com faculdades que vão além da orientação para elaboração da lei orçamentária anual, quais sejam: expressar metas e prioridades da administração pública federal, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. FALSO: 5.3.3.2.2. Proposição de Emendas. A apresentação de propostas de emenda à LDO é facultativa, sendo possível a indicação no sistema de que a unidade não tem interesse em fazê-lo. Tal atividade é franqueada aos Agentes Técnicos, aos Órgãos Setoriais e, no caso de descentralização, às respectivas Unidades Orçamentárias.
- III. VERDADEIRA: 5.3.3.3.1. Anexos fiscais. As metas fiscais, de importância central no PLDO, são decididas pelo Presidente da República, com o assessoramento direto da Junta de Execução Orçamentária (JEO), instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019. O processo de elaboração dos anexos fiscais visa, especialmente, dar transparência a informações técnicas referentes à política fiscal e estabelecer parâmetros para a tomada de decisão sobre regras e metas fiscais. Os anexos citados são aqueles que, por determinação dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, devem integrar os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhados ao Congresso Nacional.
- IV. VERDADEIRA: 5.3.3.3.1. Anexos fiscais. [...] O processo de elaboração dos anexos fiscais visa, especialmente, dar transparência a informações técnicas referentes à política fiscal e estabelecer parâmetros para a tomada de decisão sobre regras e metas fiscais. Os anexos citados são aqueles que, por determinação dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, devem integrar os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhados ao Congresso Nacional.
- V. VERDADEIRA: 6.1. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA. 6.1.1. PLANO PLURIANUAL. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. A LOA expressa a sua integração com o PPA por meio dos programas. Deve-se observar a consistência entre a ação e os demais elementos Plano Plurianual. Dessa forma, a ação deve contribuir para atingir o objetivo do programa ao qual está vinculada e expressar claramente o resultado esperado da operação governamental, ou seja, informar para que as despesas estão sendo realizadas.

Fonte:

- Manual Técnico de Orçamento/2024. Disponível em: https://www1.siof.planejamento.gov.br_

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	36	44	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A – VERDADEIRA: As pessoas podem diferir entre si pelas preferências em relação ao risco. Em (a), a utilidade marginal da consumidora diminui à medida que a renda aumenta. A consumidora é avessa ao risco, pois preferiria uma renda certa de US\$ 20.000 (com uma utilidade de 16) a apostar em 0,5 de probabilidade de receber uma renda de US\$ 10.000 e 0,5 de probabilidade de receber uma renda de US\$ 30.000 (com uma utilidade esperada de 14). Em (b), a consumidora é amante do risco, porque prefere apostar (com utilidade esperada de 10,5) a optar pela renda certa (com utilidade de 8). Por fim, em (c), a consumidora é neutra em relação ao risco e para ela são indiferentes acontecimentos certos e incertos com a mesma renda esperada.

B – VERDADEIRA: A Figura 5.3(a) mostra como podemos descrever as preferências de uma consumidora em relação

ao risco. A curva OE, que representa a função utilidade da consumidora, informa-nos qual o nível de utilidade (no eixo vertical) que ela pode obter para cada nível de rendimento (medido em milhares de dólares no eixo horizontal). O nível de utilidade aumenta de 10 para 16, e depois para 18, à medida que a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000 e depois para US\$ 30.000. Entretanto, observe que a utilidade marginal é decrescente, passando de 10 (quando a renda aumenta de zero para US\$ 10.000) para 6 (quando a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000) e depois para 2 (quando a renda aumenta de US\$ 20.000 para US\$ 30.000).

C – VERDADEIRA: A Figura 5.3(a) mostra como podemos descrever as preferências de uma consumidora em relação ao risco. A curva OE, que representa a função utilidade da consumidora, informa-nos qual o nível de utilidade (no eixo vertical) que ela pode obter para cada nível de rendimento (medido em milhares de dólares no eixo horizontal). O nível de utilidade aumenta de 10 para 16, e depois para 18, à medida que a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000 e depois para US\$ 30.000. Entretanto, observe que a utilidade marginal é decrescente, passando de 10 (quando a renda aumenta de zero para US\$ 10.000) para 6 (quando a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000) e depois para 2 (quando a renda aumenta de US\$ 20.000 para US\$ 30.000).

D – FALSA: A Figura 5.3(a) mostra como podemos descrever as preferências de uma consumidora em relação ao risco. A curva OE, que representa a função utilidade da consumidora, informa-nos qual o nível de utilidade (no eixo vertical) que ela pode obter para cada nível de rendimento (medido em milhares de dólares no eixo horizontal). O nível de utilidade aumenta de 10 para 16, e depois para 18, à medida que a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000 e depois para US\$ 30.000. Entretanto, observe que a utilidade marginal é decrescente, passando de 10 (quando a renda aumenta de zero para US\$ 10.000) para 6 (quando a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000) e depois para 2 (quando a renda aumenta de US\$ 20.000 para US\$ 30.000).

E – VERDADEIRA: A Figura 5.3(a) mostra como podemos descrever as preferências de uma consumidora em relação ao risco. A curva OE, que representa a função utilidade da consumidora, informa-nos qual o nível de utilidade (no eixo vertical) que ela pode obter para cada nível de rendimento (medido em milhares de dólares no eixo horizontal). O nível de utilidade aumenta de 10 para 16, e depois para 18, à medida que a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000 e depois para US\$ 30.000. Entretanto, observe que a utilidade marginal é decrescente, passando de 10 (quando a renda aumenta de zero para US\$ 10.000) para 6 (quando a renda aumenta de US\$ 10.000 para US\$ 20.000) e depois para 2 (quando a renda aumenta de US\$ 20.000 para US\$ 30.000).

Fonte:

- Pindyck, Robert S. Microeconomia / Robert S. Pindyck, Daniel L. Rubinfeld ; tradução Daniel Vieira, revisão técnica Edgard Merlo, Julio Pires. – 8. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	44	38	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- I. VERDADEIRA: 3.1 risco efeito da incerteza nos objetivos Nota 1 de entrada: Um efeito é um desvio em relação ao esperado. Pode ser positivo, negativo ou ambos, e pode abordar, criar ou resultar em oportunidades e ameaças. Nota 2 de entrada: Objetivos podem possuir diferentes aspectos e categorias, e podem ser aplicados em diferentes níveis. Nota 3 de entrada: Risco é normalmente expresso em termos de fontes de risco (3.4), eventos (3.5) potenciais, suas consequências (3.6) e suas probabilidades (3.7).
- II. VERDADEIRA: 3.8 controle medida que mantém e/ou modifica o risco (3.1) Nota 1 de entrada: Controles incluem, mas não estão limitados a, qualquer processo, política, dispositivo, prática, ou outras condições e/ou ações que mantêm e/ou modificam o risco. Nota 2 de entrada: Controles podem nem sempre exercer o efeito modificador pretendido ou presumido.
- III. VERDADEIRA: O propósito da gestão de riscos é a criação e proteção de valor. Ela melhora o desempenho, encoraja a inovação e apoia o alcance de objetivos.
- IV. VERDADEIRA: 3.2 - gestão de riscos atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos (3.1)

Fonte:

- ABNT NBR ISO 31000 de 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	42	37	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- A) FALSO: LEI Nº 4.721, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. [...] Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento das custas dos serviços forenses, previstas na Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016, em caráter individual, mediante quitação por meio de boleto bancário ou cartão de crédito, quando essas opções estiverem disponíveis ao contribuinte, nos termos desta Lei. § 1º. A autorização prevista no caput terá caráter permanente, enquanto vigente a Lei nº 3.896 de 2016. § 2º. A concessão do benefício do parcelamento das custas judiciais está condicionada à efetiva comprovação da impossibilidade, momentânea ou permanente, do contribuinte interessado, em arcar com o pagamento integral das custas processuais em parcela única.
- B) FALSO: LEI Nº 4.721, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. [...] Art. 3º. O parcelamento das custas processuais dos processos criminais poderá ocorrer no juízo da condenação, caso em que a fiscalização do pagamento ficará a cargo do juízo da execução. Parágrafo único. O não parcelamento no juízo da condenação não impedirá que seja concedido pelo juízo da execução.
- C) FALSO: LEI Nº 4.721, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. [...] Art. 2º. O parcelamento das custas judiciais poderá ser realizado em até 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, sujeitas à atualização monetária a partir da segunda parcela, da seguinte forma:
- D) VERDADEIRA: Art. 2º. O parcelamento das custas judiciais poderá ser realizado em até 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, sujeitas à atualização monetária a partir da segunda parcela, da seguinte forma: [...] § 1º. No pagamento à vista ou parcelado, os custos operacionais e encargos incidentes sobre a operação serão repassados ao contribuinte.
- E) FALSO: LEI Nº 4.721, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. [...] Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento das custas dos serviços forenses, previstas na Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016, em caráter individual, mediante quitação por meio de boleto bancário ou cartão de crédito, quando essas opções estiverem disponíveis ao contribuinte, nos termos desta Lei. § 1º. A autorização prevista no caput terá caráter permanente, enquanto vigente a Lei nº 3.896 de 2016. § 2º. A concessão do benefício do parcelamento das custas judiciais está condicionada à efetiva comprovação da impossibilidade, momentânea ou permanente, do contribuinte interessado, em arcar com o pagamento integral das custas processuais em parcela única.

A função do preposto é representar uma empresa ou empregador em situações legais, como audiências, negociações e processos judiciais.

Fonte:

- Lei n. 4.721/2020 - Autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia). Resolução n. 151/2020-TJRO - Regulamenta a Lei n. 4.721/2020 que autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do PJRO.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	37	45	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- I. FALSO. Fontes de RPPS não são incluídas. Vide quadro a seguir.

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

<ENTE DA FEDERAÇÃO> LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS <ANO DE REFERÊNCIA>				
ESPECIFICAÇÃO	<Ano de Referência>			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)				
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)				
Receitas Primárias Correntes				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Transferências Correntes				
Demais Receitas Primárias Correntes				

- II. VERDADEIRO. Vide quadro a seguir.

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS
<ANO DE REFERÊNCIA>

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

III. FALSO. Vide quadro a seguir.

Nome

-  RGF - ANEXO 1 - Despesas com Pessoal MDF 14ª ed. - MSC 2024
-  RGF - ANEXO 2 - Dívida Consolidada Líquida MDF 14ª ed.- MSC 2024
-  RGF - ANEXO 3 - Garantias e Contragarantias MDF 14ª ed. - MSC 2024
-  RGF - ANEXO 4 - Operações de Crédito - MDF 14ª edição - MSC 2024
-  RGF - ANEXO 5 - Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - MDF 14ª ed. - MS...

Fontes:

- Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal
- Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 14ª edição: Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Disponível em: <https://www.sepog.ro.gov.br> e <https://www.tesourotransparente.gov.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status supralegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de

mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

- Afirmativa III: incorreta

- Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO,

Cargo: Analista Judiciário - Enfermeiro

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si,

ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:”, a alternativa “D) critérios, indivíduo, distúrbio.” foi adequadamente indicada como correta. As palavras “critérios”, “indivíduo” e “distúrbio” são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa “B) contrário, é, também.” não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em “em”. A alternativa “C) indício, cível, aparência.” não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em “l”. A alternativa “A) é, já, vítima.” não pode ser considerada correta: monossílabo e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita, com base no mapa e no cabeçalho, que o candidato assinale a alternativa INCORRETA. Assim: A alternativa A está CORRETA porque registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização

dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção.

A alternativa B está CORRETA porque a partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia.

A alternativa C está CORRETA porque em Rondônia, o rio Madeira se transformou (...), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de commodities constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

A alternativa D está CORRETA porque atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demanda recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohidronegócio* (...), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*.

A alternativa E está INCORRETA porque, a partir da referência utilizada para elaborar a questão, a organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização (assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Fonte:

- RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. Agrohídronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista GEONORTE, vol 8, num. 28, pp 16-30, 2017. pp 19.

Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3506/pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	43	42	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- Correta - Acidentes de trajeto são considerados acidentes de trabalho, conforme o artigo 21, inciso IV, da Lei nº 8.213/1991. Embora sejam automaticamente classificados como acidentes de trabalho, em alguns casos pode ser necessário comprovar o nexo causal, especialmente em situações controversas (por exemplo, desvios no trajeto habitual).
- Incorreta - Acidentes de trabalho, incluindo os que envolvem trabalhadores informais, são de notificação compulsória. A Portaria GM/MS nº 1.984/2014 estabelece a obrigatoriedade da notificação para todos os trabalhadores, formais e informais, quando ocorrem agravos relacionados ao trabalho.
- Correta - É dever do empregador notificar as autoridades competentes sobre agravos relacionados ao trabalho, independentemente do tipo de vínculo empregatício. A Norma Regulamentadora NR-7 determina que os empregadores realizem o acompanhamento da saúde dos trabalhadores. Além disso, o artigo 22 da Lei nº 8.213/1991 obriga o empregador a emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
- Correta - A Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) atua dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) para prevenir e mitigar riscos ocupacionais. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) prevê a integração das ações de vigilância em saúde com outras políticas do SUS.
- Incorreta - Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) do Ministério da Saúde não é exaustiva. Doenças não listadas também podem ser reconhecidas como ocupacionais mediante comprovações do nexo causal.
- Incorreta - A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é obrigatória em todos os casos de acidente de trabalho, independentemente do tempo de afastamento. O artigo 22 da Lei nº 8.213/1991 determina que a CAT deve ser emitida no primeiro dia útil após a ocorrência.

Portanto, a resposta correta é B) I, III e IV.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Notificação de acidentes do trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 32 p. Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/acidentes-de-trabalho-protocolo-ms-2006/?wpdmdl=4228>
- Brasil. Ministério da Saúde. Manual Técnico do Curso Básico de Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. xx p. : il. Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/manual-tecnico-do-curso-basico-de-vigilancia-em-saude-do-trabalhador-manual-ms-2018/?wpdmdl=10150>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador Saúde do trabalhador / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 63p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica. Programa Saúde da Família; 5). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_12.pdf
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. *Artigo 7º, alíneas XXVIII e XXXII*. Brasília: Senado Federal; 1988.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016*. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	42	40	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejam os distratores dispostos na questão:

(A) Incorreta

A Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) não se limita à gestão de resíduos sólidos e poluição atmosférica. Ela tem um escopo mais amplo, incluindo os impactos ambientais sobre a saúde humana, como saneamento, qualidade da água e do ar, e exposição a substâncias tóxicas.

(B) Incorreta

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) de fato engloba vacinas para todas as faixas etárias. Porém, algumas vacinas são obrigatórias, como aquelas do calendário infantil e campanhas de vacinação determinadas pelo Ministério da Saúde. A vacinação não é completamente voluntária, pois há exigências legais para matrícula escolar e ingresso em determinados serviços.

(C) Incorreta

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) busca complementar o tratamento convencional, e não atenuar ou substituir práticas convencionais e invasivas. Ela inclui terapias como acupuntura, fitoterapia e meditação, integradas ao SUS para promoção da saúde e qualidade de vida.

(D) Correta

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) tem caráter transversal, ou seja, interfere em diversas áreas da saúde. Considera as desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde, além de especificidades epidemiológicas da população negra, como maior prevalência de hipertensão arterial e anemia falciforme.

(E) Incorreta

O Programa Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) monitora as condições alimentares e nutricionais da população. No entanto, seu objetivo principal não é prevenir apenas hipertensão e diabetes, mas sim acompanhar o estado nutricional da população como um todo, incluindo obesidade, desnutrição e deficiências nutricionais.

Portanto, a resposta correta é D

Fonte:

- Domingues CMAS, Maranhão AGK, Teixeira AM, Fantinato FFS, Domingues RAS. 46 anos do Programa Nacional

de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. Cad Saúde Pública [Internet]. 2020;36:e00222919. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00222919>

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2009, 56 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios_construcao_politica_saude_ambiental.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p.: il Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	44	38	43

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa E.

Vejamos os distratores dispostos na questão:

(A) Incorreta

A rubéola é uma doença viral, e antibióticos não são eficazes no tratamento. A vacinação seletiva para crianças não vacinadas é importante, mas não é suficiente para conter a disseminação do surto sem outras medidas de vigilância epidemiológica.

(B) Incorreta

O isolamento dos casos confirmados é uma medida adequada, pois a rubéola é transmissível. No entanto, não existem antivirais específicos para o tratamento da rubéola. Vacinar apenas os contatos diretos das crianças afetadas não é suficiente para interromper a transmissão, pois o vírus pode estar circulando amplamente.

(C) Incorreta

Ações educativas são importantes para o controle de doenças, mas aguardar a redução natural do surto sem medidas ativas (como vacinação e vigilância epidemiológica) não é uma estratégia eficaz de contenção. O surto pode se espalhar para grupos vulneráveis, como gestantes, aumentando o risco de Síndrome da Rubéola Congênita.

(D) Incorreta

A quarentena para crianças sintomáticas pode ajudar a reduzir a transmissão, mas não é suficiente para conter o surto. A vacinação é essencial para bloquear a cadeia de transmissão do vírus.

(E) Correta

A vacinação seletiva na faixa etária mais afetada é a estratégia mais eficaz para interromper a disseminação da rubéola. A vigilância epidemiológica permite a identificação precoce de novos casos e a adoção de medidas preventivas adicionais. Essa abordagem está alinhada com as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para controle de surtos de doenças imunopreveníveis.

Portanto, a resposta é alternativa E.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual técnico-operacional: campanha nacional de vacinação para eliminação da rubéola no Brasil, 2008 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 92 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operac_rubeola_2008.pdf

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 1.126 p.: il. Modo de acesso:World Wide Web: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação 2024. Brasília: Ministério da Saúde; 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-calendario-nacional-de-vacinacao-2024.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	38	43	44

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Vejam os distratores dispostos na questão:

A) Incorreta

A taxonomia da NANDA-I inclui três componentes principais para cada diagnóstico: título do diagnóstico, definição e características definidoras/fatores relacionados. A estrutura do processo de enfermagem inclui diagnóstico, planejamento (objetivos e intervenções) e avaliação, mas essa não é a divisão da taxonomia NANDA-I.

(B) Correta

A NANDA-I classifica os diagnósticos de enfermagem em três categorias principais: Diagnóstico com foco no problema: descreve respostas humanas a condições de saúde existentes. Diagnóstico de risco: identifica vulnerabilidades para problemas de saúde. Diagnóstico de promoção da saúde: refere-se ao desejo de melhorar o bem-estar.

(C) Incorreta

O domínio "conforto" na NANDA-I não inclui diagnósticos de risco, apenas aqueles relacionados a necessidades de alívio e bem-estar. Diagnósticos de risco são geralmente classificados em outros domínios, como segurança/proteção.

(D) Incorreta

O diagnóstico "dor aguda" pertence ao domínio "conforto" e classe "bem-estar físico", e não ao domínio "segurança/proteção".

(E) Incorreta

O domínio "Atividades da Vida Diária" (AVD) faz parte da taxonomia NANDA-I dentro do domínio "Atividade/Repouso". Portanto, a afirmativa está errada ao dizer que esse domínio não integra a NANDA-I.

Portanto, a resposta é alternativa B.

Fontes:

- NANDA International. Enfermagem Diagnósticos: Definições e Classificação, Décima Segunda Edição, 2021-2023. NANDA International, Inc., 2021-2023. Disponível em: <https://cbtis54.edu.mx/wp-content/uploads/2024/04/Enfermagem-Diagnosticos-Nanda-Interlacional.pdf>
- NANDA International, Inc. Nursing Diagnoses: Definitions & Classification 2015-2017, Tenth Edition. Edited by T. Heather Herdman and Shigemi Kamitsuru. © 2014 NANDA International, Inc. Published 2014 by John Wiley & Sons, Ltd. p. 116 Disponível em: https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/10/df71d2977c3c9eab8c6c511a8692c2ad.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	36	41	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejam os distratores dispostos na questão:

(A) Incorreta

Oxigenoterapia com máscara de Venturi não é indicada, pois a saturação está acima de 90%. A analgesia venosa pode ser necessária, mas não é a prioridade isolada. Preparação para angioplastia primária está correta, mas exames laboratoriais não devem atrasar a reperfusão.

(B) Incorreta

A instalação de acesso venoso, monitorização e administração de medicações são corretas. Porém, a oxigenoterapia de rotina não é indicada, já que $\text{SatO}_2 = 91\%$. Oxigenoterapia apenas se $\text{SatO}_2 < 90\%$, pois não há evidência de benefício com O_2 suplementar quando a saturação está acima desse valor.

(C) Correta

Instalar acesso venoso periférico → Essencial para administração de medicações. Administrar medicações prescritas → Inclui antiagregantes (AAS, clopidogrel), anticoagulantes, nitratos (se indicados) e analgesia. Monitorizar sinais vitais → Permite detecção precoce de complicações. Preparar o paciente para trombólise ou angioplastia primária → De acordo com a disponibilidade do serviço, essa é a prioridade para reperfusão miocárdica. A alternativa C é a única que segue rigorosamente as diretrizes atuais, garantindo o acesso venoso, monitorização, administração precoce de medicações e preparo imediato para terapia de reperfusão, sem adicionar oxigenoterapia desnecessária.

(D) Incorreta

Exames laboratoriais não devem atrasar a reperfusão. Encaminhar para exames antes da intervenção não é recomendado.

(E) Incorreta

Gasometria arterial não é prioritária. Massagem do seio carotídeo não é indicada no IAM e pode ser perigosa, especialmente se houver aterosclerose carotídea.

Fontes:

- Nicolau JC, Feitosa Filho GS, Petriz JL, Furtado RHM, Précoma DB, Lemke W, Lopes RD, et al. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST – 2021. Arq. Bras. Cardiol. 2021;117(1):181-264. Disponível em: <https://abccardiol.org/article/diretrizes-da-sociedade-brasileira-de-cardiologia-sobre-angina-instavel-e-infarto-agudo-do-miocardio-sem-supradesnivel-do-segmento-st-2021/>
- Précoma DB, Oliveira GMM, Simão AF, Dutra OP, Coelho OR, Izar MCO, Póvoa RMS, et al. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. Arq. Bras. Cardiol. 2019;113(4):787-891. Disponível em: <https://abccardiol.org/article/atualizacao-da-diretriz-de-prevencao-cardiovascular-da-sociedadebrasileira-de-cardiologia-2019/>
- Ponte KM de A, Silva L de F da, Aragão AE de A, Guedes MVC, Zagonel IPS. Clinical nursing care to comfort women with acute myocardial infarction. Texto contexto - enferm [Internet]. 2014Jan;23(1):56–64. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072014000100007>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	39	37	45

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Vejam os distratores dispostos na questão:

A) Acidose metabólica compensada - Incorreta

O paciente apresenta alcalemia (pH alto), e não acidemia.

B) Alcalose metabólica descompensada - Incorreta

Se estivesse descompensada, o pCO_2 estaria normal ou baixo, sem sinais de resposta compensatória. Como há retenção de CO_2 (46 mmHg), há compensação parcial.

C) Alcalose respiratória descompensada - Incorreta

Na alcalose respiratória, o pCO_2 deveria estar baixo devido à hiperventilação. O paciente tem pCO_2 elevado (46 mmHg), descartando essa hipótese.

D) Alcalose metabólica parcialmente compensada - Correta

O pH está elevado (alcalose). O HCO_3^- está elevado → confirma alcalose metabólica. O pCO_2 está aumentado → indica uma compensação parcial do sistema respiratório. A clínica (vômitos persistentes, hipocloremia e hipocalemia) confirma o diagnóstico.

E) Acidose respiratória parcialmente compensada - Incorreta

O paciente tem alcalemia (pH alto), e não acidemia. Na acidose respiratória, o pH deveria estar baixo e o HCO_3^- aumentado devido à compensação renal, o que não ocorre aqui.

Portanto, a resposta correta é D) Alcalose metabólica parcialmente compensada.

Fontes:

- Global Initiative for Asthma (GINA). Global Strategy for Asthma Management and Prevention. 2023 Update. Disponível em: www.ginasthma.org.
- Janice L. Hinkle, Kerry H. Cheever e Kristen J. Overbaugh. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	53	55	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Circunstância de risco: Refere-se a uma situação ou condição que pode aumentar a probabilidade de um evento adverso ocorrer. Ela representa um fator de risco, mas o dano ainda não aconteceu. Já o evento adverso: é um incidente que resulta em dano ao paciente devido à assistência em saúde e não à condição clínica subjacente. Portanto, indefiro a solicitação.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Assistência Segura: uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: ANVISA, 2017.
- https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html
- https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	46	48	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta um enunciado que solicita do candidato o conhecimento sobre a Lista de Verificação de Cirurgia Segura da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a atribuição da equipe de enfermagem no período transoperatório antes da indução anestésica.

A alternativa correta, conforme o gabarito preliminar, é a letra A – "Verificar se o paciente tem alguma alergia conhecida", pois esta ação faz parte da etapa inicial da Lista de Verificação da Cirurgia Segura, realizada antes da indução anestésica. Essa verificação tem o objetivo de reduzir riscos relacionados a reações adversas a medicamentos e outros insumos utilizados no procedimento cirúrgico, sendo uma prática essencial para a segurança do paciente.

A verificação de alergias é uma ação confirmada no checklist da OMS antes da indução anestésica, sendo uma prática de segurança amplamente reconhecida e prevista nas recomendações vigentes.

Além disso, a alternativa C – "Proceder à degermação do sítio cirúrgico com utilização de antissépticos", não corresponde à Lista de Verificação da OMS, mas sim a um procedimento técnico que ocorre antes da incisão cirúrgica, normalmente realizado pela equipe cirúrgica. Dessa forma, a resposta não atende ao critério solicitado no enunciado. Portanto, a questão apresenta clareza na formulação, coerência com a literatura e correta associação com a Lista de Verificação da Cirurgia Segura da OMS, justificando o indeferimento do recurso e a manutenção do gabarito oficial.

Fontes:

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Lista de Verificação de Cirurgia Segura da OMS – 2009.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: ANVISA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	55	47	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) foi instituído pela Portaria MS nº 529/2013 com o objetivo de contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. Isso abrange a implementação de práticas seguras e a redução da ocorrência de eventos adversos, mas seu objetivo geral não se restringe apenas à mitigação desses eventos.

Embora a mitigação dos eventos adversos seja uma das ações estratégicas do programa, o objetivo principal do PNSP

vai além disso, abrangendo a melhoria contínua da segurança do paciente em todas as unidades de saúde do país. O documento de referência do programa reforça essa perspectiva ao enfatizar o fortalecimento das ações voltadas para a segurança do paciente e o aprimoramento das práticas seguras nos serviços de saúde.

Dessa forma, a alternativa A não pode ser considerada a resposta correta, pois apresenta um escopo mais restrito do que o objetivo geral do programa. Assim, mantém-se o gabarito oficial com a alternativa D.

Fonte:

- https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	52	49	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A definição apresentada na questão refere-se ao uso de uma preparação antisséptica para a higiene das mãos sem a necessidade de enxágue com água, o que caracteriza a fricção antisséptica das mãos com álcool gel ou solução alcoólica, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nas diretrizes para higienização das mãos em serviços de saúde.

A própria definição do termo fricção antisséptica das mãos inclui o processo de espalhamento e esfregação do antisséptico, sendo essa a nomenclatura correta para a prática descrita na questão.

Dessa forma, a alternativa assinalada no gabarito oficial está correta, e o recurso é indeferido.

Fonte:

- https://proqualis.fiocruz.br/sites/proqualis.fiocruz.br/files/Guia_de_Implementao_estratgia_multimodal_de_melhoria_da_HM_0.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensorias não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Engenheiro Civil

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país,

ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	07	14	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” (3o§), a expressão “havia sido comprado” só NÃO pode ser substituída por:”, a alternativa “B) “fosse comprado.” foi adequadamente indicada. “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” Teríamos: “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” A frase “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” não apresenta coesão, a forma verbal "fosse" está sendo usada de maneira incorreta no contexto da oração. O verbo "fosse" está no pretérito imperfeito do subjuntivo, mas a frase não tem a estrutura que justifica o uso desse tempo verbal. A coesão ocorreria com o emprego do pretérito perfeito do indicativo ("foi") ou diante da reescrita da frase para o modo subjuntivo, caso haja uma condição implícita. "O calçado fosse comprado" sugere uma situação que depende de algo para ocorrer, mas não há nenhum contexto condicional ou de dúvida que justifique o uso do subjuntivo. A alternativa “C) “teria sido comprado.” não pode ser indicada. “O calçado teria sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.”, pois, utiliza uma construção verbal adequada que expressa uma ação anterior a outro evento de maneira clara, com o tempo e modo verbais corretamente empregados.

O verbo "teria sido" está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto, que indica uma ação que teria acontecido em um momento anterior a outro evento no passado, mas que não se concretizou ou está sendo considerada uma hipótese. O uso de "teria sido" sugere uma situação hipotética ou condicional, ou seja, algo que poderia ter ocorrido, mas não aconteceu. Há concordância verbal e uma sequência lógica de tempos verbais. O uso do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (teria sido) está correto para uma ação hipotética anterior a um evento passado, e isso torna a frase clara e coerente no contexto. Seria, portanto, uma substituição possível.

Fonte:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição "a" nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos "condenou" e "pagar", que exigem complemento introduzido por preposição: "condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização". O verbo "condenar" exige a preposição "a" antes de um verbo no infinitivo ("pagar"). Em "pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem", o verbo "pagar" pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição "a". Portanto, em ambos os casos, a preposição "a" introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo,

perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não

há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O

mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	17	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos.*”

Não foram observados vícios, incorreções, irregularidades ou ilegalidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico ou legal e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir.

() “O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar.”

Afirmativa falsa. De forma expedita, a função precípua do Poder Judiciário é apreciar e julgar, de acordo com a lei, os conflitos que surgirem na sociedade, a fim de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Assim, claro e legalmente estabelecido está, que não é função precípua do poder Judiciário produzir leis (legislar). Esta função é do Poder Legislativo. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 assim determina:

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

() “Referida lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pelo Poder Judiciário.”

() “Não se subordinam à referida lei contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.”

Ambas as afirmativas são falsas. A obrigatoriedade de licitar abrange os órgãos integrantes da Administração Pública direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou

indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem licitar em conformidade com a Lei 13.303/2016, observada a ressalva da Lei 14.133/2021 referente a crimes em licitações e contratos administrativos, cujos dispositivos são aplicados também a essas entidades da Administração Indireta. Os conselhos de fiscalização profissional, por terem natureza jurídica de autarquias especiais ou corporativas, arrecadarem e gerenciarem recursos públicos de natureza parafiscal, também estão sujeitos às normas de licitações e contratações públicas. Em atenção às disposições da lei de licitações (Lei nº 14.133/2021, artigo 1º, I), a seguir transcritas, o Poder Judiciário e seus fundos especiais, também são alcançados por citada legislação.

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

Fontes:

- LEI Nº 14.133/2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.
- Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta. Inicialmente, sabe-se que a infância é um momento crucial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e no qual as informações recebidas do ambiente podem deixar marcas. Segurança, confiança, autoestima, autonomia, iniciativa, sociabilidade e criatividade, são alguns exemplos de capacidades adquiridas nesse momento da vida quando a criança é atendida em suas necessidades e estimulada adequadamente. A orientação sexual costuma ser percebida pela primeira vez no final da infância, mesmo que não verbalizada nesse momento, enquanto a identidade de gênero tende a ser demonstrada a partir dos 3 a 5 anos de idade (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Destaca-se que não enxergar uma criança como ela é, mas como se quer que ela seja, é uma vivência frequente de LGBTQIA+, no entanto, como todas as outras, ela tem suas especificidades e suas necessidades, que devem ser percebidas e respeitadas (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Considera-se que a adolescência é a transição da infância para a vida adulta, caracterizada por transformação, mudança de estilo e de personalidade. Durante essa fase, a busca da identidade e da independência são os principais objetivos, e para conquistá-las o adolescente passa por uma fase de experimentação, testando comportamentos diferentes, modificando suas relações familiares, descobrindo o próprio corpo e desenvolvendo novas habilidades (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Aqueles que não se comportam de acordo com as regras da sociedade e da família, que têm atitudes diferentes das tidas como tipicamente masculinas ou femininas, frequentemente são objeto de brincadeiras e humilhação.

Diversos estudos têm mostrado o quanto as vivências da infância e da adolescência repercutem nos adultos. O fato de pessoas LGBTQIA+ passarem por experiências negativas com uma frequência elevada quando comparada à população cis heterossexual, torna mais comum o envolvimento desses em situações de risco para a saúde física e mental. Dentre essas experiências, chamam a atenção as situações estressantes ou traumáticas que incluem abuso, negligência, disfunção da dinâmica familiar e ter algum parente que não o aceite, que frequentemente o xingue, humilhe ou insulte.

Estudos populacionais demonstram que adolescentes cisgêneros LGB apresentam taxas de comportamentos suicida muito elevadas quando comparadas aos seus pares heterossexuais, sendo consequência da LGBTifobia, do isolamento social, do abuso de substâncias, abuso parental e sexual. Embora as sociedades ocidentais tenham visto uma mudança com relação à inclusão desses jovens, eles ainda enfrentam grande dificuldade em se impor dentro das comunidades heterocisnormativas. Muitos adolescentes que tentaram o suicídio associam o evento com as memórias que trazem das suas experiências após a “saída do armário”, vivenciadas no núcleo familiar, no seu ciclo de amigos, nas escolas e nos centros religiosos, com o surgimento de sentimentos negativos, como solidão e isolamento, medo de bullying e assédio moral (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado

transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Com a chegada da puberdade os caracteres sexuais secundários começam a se desenvolver, causando em pessoas cisgênero um estranhamento inicial e uma aceitação e até orgulho posterior. A curiosidade pelo próprio corpo migra para o interesse pelos outros e a orientação sexual se torna mais clara, por meio da sensação de atração e desejos. A comparação, a identificação e a necessidade de aceitação de outros adolescentes é uma forte característica dessa fase; e ser diferente, em qualquer aspecto que seja, pode causar sofrimento. A padronização traz conforto ao adolescente e facilita o enfrentamento de todas as novidades que envolvem seus sentimentos e corpos. Olhar para o outro e identificar a semelhança traz alívio para suas angústias. E isso muitas vezes é negado ao adolescente LGBTQIA+ (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Fonte:

- CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e "reforma agrária" foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de "aliviar" as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.
Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas

superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas "serras" dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e inselbergs.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	41	40	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto da afirmativa IV: "Estudos de viabilidade técnica e econômica são obrigatórios em todos os tipos de empreendimentos, independentemente da escala ou impacto da construção." No entanto, essa generalização é equivocada. Estudos de viabilidade são recomendáveis e muitas vezes exigidos para projetos de grande porte, especialmente aqueles que envolvem investimentos substanciais ou impactos significativos. Entretanto, não há

obrigatoriedade universal para todos os empreendimentos, pois pequenas obras ou construções de baixo impacto podem ser dispensadas desses estudos conforme regulamentações específicas.

Dado que a afirmativa IV contém um erro conceitual, ela não pode ser considerada correta. Assim, a alternativa apontada no gabarito preliminar, que exclui essa afirmativa, está correta e deve ser mantida. Diante do exposto, solicito a manutenção do gabarito preliminar, uma vez que o pleito apresentado é improcedente e não apresenta fundamento técnico válido para justificar alteração no gabarito.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: Edificações habitacionais – Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- COSTA, D. B.; FORMOSO, C. T. Gestão da produção na construção civil: teoria e prática. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2021.
- NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- VARGAS, R. V. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 10. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2020.
- Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (IBEC). *Estudo de viabilidade técnica da obra: como ele é feito?* Disponível em: <https://ibecensino.org.br/viabilidade-tecnica/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	39	38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com relação ao enunciado da questão, este descreve um cenário técnico e objetivo, apresentando um problema específico e solicitando a melhor solução para reequilibrar o projeto. As alternativas são avaliadas com base em critérios técnicos, não havendo ambiguidade que comprometa a escolha da alternativa correta, pois a análise dos dados permite identificar a melhor solução dentro dos critérios de planejamento e controle de obras.

Analisando cada alternativa, fica evidenciado que aumentar o ritmo de trabalho e estender o prazo não resolve o problema financeiro e contraria a necessidade de manter o cronograma original. Também se identifica que reduzir o escopo da obra não é necessário, pois o orçamento original ainda está disponível. Ainda a recomendação quanto a rescisão contratual é uma solução extrema e que não se justifica com os dados apresentados. Outro erro é aumentar custos desconsiderando a necessidade de manter o orçamento original. Portanto, a alternativa mais adequada, conforme indicado no gabarito oficial é aquela que indica ajustar o cronograma para equilibrar a execução financeira e física, sem alterar o orçamento ou o prazo final, uma vez que a obra apresenta atraso físico (30% executado contra 57,5% esperado) e adiantamento financeiro (60% consumido contra 57,5% esperado), o que indica ineficiência na execução.

Como o problema identificado é a discrepância entre avanço físico e consumo financeiro, a melhor solução é readequar o cronograma para garantir que os recursos financeiros e o ritmo de execução estejam alinhados. Isso evita aumentos de custos e mantém o prazo original; atrasar a obra meses poderia gerar custos adicionais indiretos (salários, insumos etc.) e comprometer prazos contratuais. O ideal é equilibrar execução e orçamento sem prolongar o prazo; não há falta de recursos financeiros. O problema é a má gestão do cronograma físico. Reduzir o escopo comprometeria o projeto sem necessidade; a rescisão e nova contratação trariam atrasos administrativos e custos adicionais, sendo uma solução extrema para um problema que pode ser corrigido; a obra já consumiu 60% do orçamento, e o problema não está na falta de recursos, mas na má gestão. Gastar mais não é a melhor solução.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12236: Planejamento de obras – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
- PMI. Guia PMBOK® – Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 6ª ed. Pennsylvania: Project Management Institute, 2017.
- VALLE, C. Planejamento e controle de obras. São Paulo: Pini, 2007.
- MELHADO, S. B. Qualidade na construção civil: planejamento e gestão da construção de edifícios. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	54	46	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para obras públicas é adotada a seguinte fórmula, conforme o TCU (Tribunal de Contas da União):

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + 0,06)x(1 + 0,01)x(1 + 0,06)}{(1 - 0,09)} \right) - 1 \right) \times 100 = 24,70\%.$$

Lembrando que o seguro/risco/garantia se soma à administração central, sendo igual a 0,06 (6%) na fórmula.

Fonte:

- Acórdão TCU nº 2.622/2013, item 2.6.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	55	50	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O único conteúdo programático sobre o tema, conforme edital do concurso é a resolução CNJ nº 114/2010, qual foi utilizada para a elaboração da questão.

Fonte:

- Resolução CNJ n. 114/2010, art. 8º.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	52	54	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi fielmente extraída da NBR 6.118/2023 (projeto de estruturas de concreto) versão corrigida 2:2024, que define que a figura apresenta o diagrama tensão-deformação para aços de armaduras passivas, sendo a resposta correta a letra B. Com isso não há que se falar em anulação da questão.

Fonte:

- NBR 6.118/2023 (projeto de estruturas de concreto) versão corrigida 2:2024, figura 8.5.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de

1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;

- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status supralegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles

previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “*Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.*”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “*Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.*”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que

uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) *“Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”*

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) *“Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”*

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	39	37	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o dimensionamento de cabos elétricos com base na ABNT NBR 5410, considerando queda de tensão e capacidade de condução de corrente. O recurso apresentado pelo candidato argumenta que "se usa cabos de 2,5 mm²", no entanto, a norma não fixa um valor absoluto para seções de condutores, mas estabelece critérios para sua escolha conforme corrente de carga, distância do circuito e temperatura ambiente. O dimensionamento correto de cabos elétricos deve levar em conta parâmetros como corrente nominal da carga, temperatura ambiente, fator de

agrupamento e queda de tensão admissível. A norma estabelece que a queda de tensão máxima permitida, em circuitos terminais, deve ser de até 4% para iluminação e 7% para outras cargas. O erro do recurso reside no fato de que não existe um único valor fixo de 2,5 mm² para cabos elétricos. A escolha da seção depende da potência e da corrente da carga, além da distância percorrida. A banca forneceu alternativas baseadas no cálculo correto de queda de tensão e capacidade de condução, então a resposta fornecida está de acordo com a norma. Assim, a argumentação apresentada no recurso não invalida a questão. A questão aborda o dimensionamento de cabos elétricos, com base na ABNT NBR 5410, levando em consideração quedas de tensão e percentuais de reserva de capacidade. O recurso menciona que "se usa cabos de 2,5mm²", porém a norma não fixa um valor absoluto para seções de condutores, mas sim estabelece critérios para sua escolha conforme corrente de carga, distância e temperatura ambiente. O gabarito da banca segue o raciocínio correto da norma e da literatura técnica sobre instalações elétricas. A argumentação do recurso não demonstra erro na questão.

Fontes:

- CERVELIN, S. CAVALIN, G. Instalações Elétricas Prediais. Editora Érica. 12ª Edição, 2020.
- NEGISOLI, M. E. Instalações Elétricas: Projetos Prediais em Baixa Tensão. Editora Blucher. 3ª Edição.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	42	43	45

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Foi realizado um arredondamento inadequado ocasionando um erro significativo na alternativa. Portanto, a questão deve ser anulada.

Fontes:

- CERVELIN, S. CAVALIN, G. Instalações Elétricas Prediais. Editora Érica. 12ª Edição, 2020.
- NEGISOLI, M. E. Instalações Elétricas: Projetos Prediais em Baixa Tensão. Editora Blucher. 3ª Edição.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	40	45	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise aborda conceitos fundamentais dos sistemas trifásicos balanceados, incluindo tensões de fase e linha, potência ativa, relação de corrente no sistema delta, necessidade do neutro e impacto da sequência de fase no torque de motores. Ao revisar a fundamentação teórica, verifica-se que a banca adotou um critério correto ao considerar essa afirmativa como falsa. A potência ativa total em um sistema trifásico balanceado não é simplesmente a soma aritmética das potências ativas das três fases individuais, mas sim a soma vetorial, levando em conta a defasagem entre as fases. Essa diferença sutil, mas essencial, justifica a marcação como falsa (F) no gabarito oficial. A equação de balanceamento não se dá pela soma direta das potências individuais das fases sem considerar a influência dos vetores de corrente e tensão. Esse é um conceito amplamente discutido em livros clássicos como "Electrical Machines, Drives, and Power Systems" (Theodore Wildi) e "Power System Analysis" (John J. Grainger, William D. Stevenson Jr.), que destacam a necessidade de levar em conta a raiz de três na conversão entre potência de fase e potência total no sistema trifásico. A soma direta das potências individuais só seria válida se todas as fases estivessem em perfeito alinhamento de fase (0° de defasagem), o que não ocorre nos sistemas trifásicos balanceados comuns, onde a defasagem de 120° precisa ser considerada. O fato de a banca ter considerado a segunda afirmativa como falsa segue os princípios acadêmicos e práticos da engenharia elétrica e da análise de circuitos trifásicos. Dessa forma, o gabarito divulgado está correto, pois a resposta oficial está fundamentada em conceitos teóricos e práticos amplamente aceitos na engenharia elétrica. O candidato, ao propor a soma aritmética direta das potências das fases, desconsidera a necessidade de ajuste vetorial devido à defasagem angular entre elas. A banca deve manter a questão e o gabarito oficial sem alterações, pois ele reflete corretamente a teoria dos sistemas trifásicos balanceados.

Fontes:

- NILSSON, J. W. RIEDEL, S. A. Circuitos elétricos. Editora Pearson. 10ª Edição, 2015.

- SADIKU, M. N. O. ALEXANDER. C. K. Fundamentos de Circuitos Elétricos. Editora Bookman. 5ª Edição, 2013.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	44	42	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata do comprimento máximo admitido para cabeamento metálico, conforme a NBR 14565. A NBR 14565 define que o comprimento máximo do cabeamento estruturado de par trançado deve ser de 100 metros, dos quais 90 metros correspondem ao cabo horizontal e 10 metros são reservados para cabos de equipamentos (patch cords). O item 7.2.4.1 da norma esclarece que:

O cabeamento horizontal não deve ultrapassar 90 metros.

Pode-se utilizar até 10 metros adicionais para conexões dos equipamentos.

Se for mencionado apenas o cabeamento horizontal, então a resposta da banca hipoteticamente, considerando 90 metros, está correta. Se a questão se referisse ao canal completo, o valor correto seria 100 metros. A argumentação do recurso só seria válida caso a questão não tenha especificado a distinção entre o cabeamento horizontal e o canal total.

Dessa forma, a banca utilizou a nomenclatura técnica correta e seguiu a distinção adotada pela NBR 14565.

Fontes:

- RICARDO, Ademar Felipe Fey E. Raul. Cabeamento Estruturado: Da Teoria À Prática. Clube de Autores, 2018.
- MARIN, P. S. Cabeamento Estruturado. Editora Érica, 2020.
- DE PADUA, Fabiano João Leoncio. Cabeamento Estruturado Comercial E Industrial De Acordo Com As Normas Brasileiras. Profiscientia, n. 13, p. 49-58, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	50	52	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I e III estão incorretas, sendo a afirmativa II, a única correta (item H.1.1.1 do Anexo H). Portanto, a opção correta, conforme o Gabarito divulgado, é a opção B, pois de acordo com o texto do Anexo H, item H.1.1.3 da norma NRB 5410, página 200, o disparo do DR deve ocorrer para uma corrente I_{Δ} **menor** e não maior como afirma em III. Segue destaque do texto original da referida Norma:

“Anexo H (normativo)

Verificação da atuação de dispositivos a corrente diferencial-residual (dispositivos DR)

H.1 Os métodos descritos em H.1.1 a H.1.3 podem ser usados na verificação da atuação de dispositivos DR.

H.1.1 Método 1 (ver figura H.1)

H.1.1.1 Uma resistência variável R_P deve ser conectada, a jusante do dispositivo DR, entre um condutor vivo e massa.

*H.1.1.2 A corrente diferencial-residual I_{Δ} é **umentada** reduzindo-se o valor de R_P .*

*H.1.1.3 O disparo do DR deve ocorrer para uma corrente I_{Δ} **menor** que a corrente diferencial-residual nominal de atuação $I_{\Delta n}$.”*

Fonte:

- ABNT NBR 5410:2004 - Anexo H (normativo) pág. 200.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos

Estados.

- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Engenheiro Eletrônico

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
 Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
 Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
 Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
 Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
 Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
 Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
 Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5o§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que necessitamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	44	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o esquema de aterramento TN-S, que consiste na separação do condutor neutro (N) e do condutor de proteção (PE) desde a origem da instalação. A norma estabelece que, no esquema TN-S, esses condutores são distintos ao longo de toda a instalação, incluindo a sua origem. A separação funcional ocorre para garantir segurança elétrica e melhor desempenho contra interferências eletromagnéticas. A alegação de que a separação melhora a imunidade a interferências eletromagnéticas é válida, pois a individualização do condutor de proteção evita o acoplamento de correntes parasitas no neutro, o que poderia impactar circuitos eletrônicos sensíveis. Além disso, a separação dos condutores no esquema TN-S reduz a possibilidade de circulação de correntes de fuga em circuitos de controle e telecomunicações, sendo uma prática recomendada em instalações industriais e ambientes que exigem alta confiabilidade. Esse conceito é reforçado por normas internacionais, como a IEC 60364, que trata de instalações elétricas de baixa tensão. Outro ponto importante é que a equipotencialização dos condutores na origem da instalação não significa que eles estejam eletricamente unidos de maneira funcional. A equipotencialização serve para garantir

que as tensões relativas entre diferentes pontos da instalação sejam minimizadas, evitando descargas elétricas acidentais e aumentando a segurança do sistema. Portanto, a afirmação da alternativa E está correta dentro do contexto técnico apropriado, não existindo justificativa para sua invalidação. O conceito de “separação desde a origem” deve ser interpretado dentro das premissas do esquema TN-S, onde a separação funcional é a regra. Dessa forma, verifica-se que a alternativa E não contém erro conceitual que justifique sua invalidação. A resposta correta da banca está de acordo com as normas e práticas de engenharia elétrica. Assim, o recurso apresentado pelo candidato deve ser considerado improcedente, e o gabarito original mantido, pois a única alternativa incorreta continua sendo a B, conforme estabelecido na prova.

Fontes:

- CERVELIN, S. CAVALIN, G. Instalações Elétricas Prediais. Editora Érica. 12ª Edição, 2020.
- NEGISOLI, M. E. Instalações Elétricas: Projetos Prediais em Baixa Tensão. Editora Blucher. 3ª Edição.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	46	51	47

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve um equívoco no cálculo da equação quadrática por parte da banca. O recurso impetrado pelo candidato é procedente, razão pela qual a questão foi anulada.

Fontes:

- NILSSON, J. W. RIEDEL, S. A. Circuitos elétricos. Editora Pearson. 10ª Edição, 2015.
- SADIKU, M. N. O. ALEXANDER, C. K. Fundamentos de Circuitos Elétricos. Editora Bookman. 5ª Edição, 2013.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	41	37	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige que o candidato relacione corretamente uma lista de documentos utilizados na gestão de obras com suas respectivas descrições. O Registro de Diário de Obras é um documento essencial na gestão de projetos de engenharia e construção, servindo como registro contínuo do progresso da obra. Ele inclui informações sobre condições climáticas, atividades realizadas, inspeções técnicas e ocorrências diárias. Já o Relatório de Não Conformidade tem um escopo mais restrito, sendo utilizado para documentar falhas, atrasos e desvios do projeto ou da especificação técnica. Embora ambos sejam documentos importantes, o Diário de Obras é mais abrangente e utilizado para registrar todas as atividades, enquanto o Relatório de Não Conformidade é específico para apontar problemas e falhas. A lógica da questão segue o princípio de organização documental em projetos de engenharia, onde o Diário de Obras representa o primeiro nível de controle e acompanhamento, sendo a ferramenta primária para registrar o que ocorre na obra. Somente após a identificação de uma falha documentada no Diário de Obras é que pode ser gerado um Relatório de Não Conformidade. Essa hierarquia documental é amplamente adotada em normas de qualidade e em procedimentos de fiscalização de obras. Além disso, a questão inclui outros documentos como Medições de Serviços Executados, Cronograma Físico-Financeiro e Ordem de Paralisação, cada um com uma função bem definida na gestão da obra. A estruturação da questão segue corretamente as diretrizes da **ISO 9001**, que trata do controle de qualidade em processos de engenharia. Se a sequência fornecida pela banca segue a ordem lógica estabelecida por normas e práticas do setor de construção e engenharia, então o gabarito deve ser mantido. Como a questão não apresenta erro conceitual e as definições dos documentos estão corretas, o recurso deve ser considerado improcedente. Dessa forma, a alternativa indicada pela banca como correta reflete adequadamente a categorização dos documentos de gestão de obras.

Fontes:

- Resolução Nº 114 de 20/04/2010 – Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=146>.
- Manual de Obras Públicas-Edificações - Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a->

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	50	55	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise trata de conceitos fundamentais da organização de computadores, exigindo a correta associação entre termos técnicos e suas respectivas descrições. O gabarito apresentado reflete com precisão a definição dos componentes envolvidos. A Cache L1 é uma memória de acesso rápido presente dentro do processador, projetada para armazenar dados frequentemente utilizados, reduzindo o tempo de acesso à memória principal. A descrição utilizada na questão é compatível com essa definição e não compromete a validade da alternativa correta. Ao analisar o enunciado e as opções disponíveis, verifica-se que a relação entre os conceitos e suas descrições segue a lógica técnica esperada. A Cache L1 é corretamente associada à definição de "memória de acesso rápido, localizada no processador, que armazena dados frequentemente utilizados para aumentar o desempenho". O critério de avaliação utilizado pela banca está fundamentado em referências técnicas como "Computer Organization and Design" (David A. Patterson e John L. Hennessy) e "Structured Computer Organization" (Andrew S. Tanenbaum), que corroboram a relação proposta na questão. Outro ponto fundamental é que a posição da Cache L1 na sequência correta não compromete a estrutura geral da resposta, pois as demais associações seguem um padrão lógico amplamente aceito na área de arquitetura de computadores. A ordem apresentada na alternativa correta respeita a definição técnica de cada item e mantém coerência com os conceitos de ciclo de instrução, unidade de controle, barramento de dados e registradores. A alternativa correta apresentada no gabarito está de acordo com a definição acadêmica dos termos abordados e segue a estrutura esperada para uma questão desse tipo. Dessa forma, o recurso deve ser considerado improcedente, e o gabarito oficial deve ser mantido, pois não há erro na formulação ou na correspondência dos conceitos listados. A questão reflete corretamente os princípios da organização de computadores e avalia com precisão o conhecimento técnico dos candidatos sobre o tema.

Fontes:

- TANENBAUM, A. S. Organização Estruturada de Computadores. Editora Pearson. 6ª Edição, 2013.
- STALLING, W. Arquitetura e Organização de Computadores. Editora Bookman. 11ª Edição, 2024.
- MONTEIRO, M. A. Introdução à Organização de Computadores. Editora LTC. 5ª Edição, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	43	38	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o cálculo da tensão de saída de um gerador shunt de corrente contínua, considerando o efeito da reação de armadura e as perdas associadas. A metodologia empregada na prova segue os padrões estabelecidos na literatura clássica de Máquinas Elétricas, como os livros de Chapman e Fitzgerald, sendo compatível com a abordagem de análise de circuitos elétricos.

- A tensão terminal de um gerador shunt é calculada a partir da equação fundamental:

$$V_t = E_g - I_a R_a$$

onde:

- V_t é a tensão terminal,
- E_g é a tensão gerada internamente,
- I_a é a corrente de armadura,
- R_a é a resistência da armadura.

A reação de armadura impacta diretamente na tensão gerada, pois altera o fluxo magnético dentro da máquina. Esse efeito é conhecido e abordado detalhadamente na teoria dos geradores/motores de corrente contínua. As equações utilizadas na prova incluem a queda de tensão na resistência da armadura, além das perdas no campo shunt e perdas mecânicas, garantindo um resultado compatível com os valores esperados para esse tipo de máquina elétrica. O método aplicado na prova segue a prática convencional de análise de máquinas elétricas e está fundamentado na literatura técnica. Assim, a alternativa fornecida pela banca é válida, e não há justificativa para a anulação da questão.

Fontes:

- FRANCHI, C.M. Acionamentos Elétricos. Editora Érica. 5ª edição, 2009.
- BIM, E. E. Máquinas Elétricas e Acionamentos. Editora LTC. 4ª Edição, 2018.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário – Estatístico

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois

acompanha os verbos "condenou" e "pagar", que exigem complemento introduzido por preposição: "condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização". O verbo "condenar" exige a preposição "a" antes de um verbo no infinitivo ("pagar"). Em "pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem", o verbo "pagar" pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição "a". Portanto, em ambos os casos, a preposição "a" introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa "B) Complementos verbais." também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	45	49	43

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A função de probabilidade conjunta para as variáveis X e Y fornecida está inadequada, pois a soma das probabilidades não é igual a 1,0. Em vez disso, tais probabilidades apresentam soma igual a 1,40 o que está em desacordo com a definição. Portanto, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. *Estatística básica*. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: "Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.". Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa "D" como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão "(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)". Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema "custas dos serviços forenses" é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa "A".

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Fisioterapeuta

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos

subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmção, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade. A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5o§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É

o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que necessitamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes atos normativos:

- Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação;
- Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
- Resolução n. 199/2021 do TJRO - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do PJRO;
- Resolução n. 309/2023 do TJRO - Código de Ética e Conduta do PJRO.

Todas estão previstas no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se as afirmativas dispostas na questão para análise e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: incorreta
 - Conforme art. 13, §4º, da LGPD, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro. Ou seja, de forma alguma o dado pseudonimizado “perde em definitivo a possibilidade de associação”.
- Afirmativa II: incorreta
 - Conforme art. 5º, VI e VII, da LGPD, João é considerado *operador*, por se enquadrar no conceito legal (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador). Maria, a seu turno, é considerada *titular*, nos termos do art. 5º V, também da LGPD (pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento).
- Afirmativa III: incorreta
 - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, conforme art. 10, caput, c/c §3º, da Lei 10527/2011.
- Afirmativa IV: correta
 - A Resolução n. 309/2023 do TJRO estabelece princípios, valores, diretrizes, deveres e normas de conduta ética aplicáveis aos agentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO), entre eles incluídos servidores ocupantes de cargo efetivo e estagiários.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais pautam-se em ausência de alternativa correta ou erro na divulgação do gabarito, pleiteando, diante disso, a anulação da questão.

Contudo, a resposta apresentada como correta, qual seja, a letra “B” (O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.) encontra-se correta.

Inicialmente cumpre destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988), o meio ambiente é um bem de interesse comum e exige proteção de todos os entes federativos (art. 225). Ademais, com o novo regime assegurado aos municípios, trazido com o advento da CRFB/1988, diante da maior proximidade com os cidadãos e conhecimento dos interesses locais, ampliou a competência legislativa deste ente federado, em seara ambiental. Assim, em que pese o município não constar, expressamente, no art. 24 do texto Constitucional vigente, possui, este ente federado a prerrogativa da competência legislativa concorrente sobre questões ambientais, bastando analisar, sistematicamente, o artigo 24, incisos VI, VII e VIII, com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal. O artigo 30 da Carta Magna de 1988 assegura aos municípios a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, o que torna natural a inclusão da proteção ambiental nesse escopo. Nesse mesmo raciocínio, Sarlet e Fensterseifer trazem que, “muito embora o marco constitucional que assegura a autonomia municipal, a CF/1988 não arrolou o Município no caput do art. 24, ou seja, no dispositivo que trata da competência legislativa concorrente, mas tão somente a União, os Estados e o Distrito Federal. Com relação à competência legislativa dos Municípios, há a previsão do art. 30, I e II, ao assegurar, respectivamente, que compete aos Municípios: “legislar sobre assuntos de interesse local”; e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”” (2023, p. 516).

Isso significa que os municípios podem criar regulamentações locais que complementem as normas gerais editadas pela União e pelos Estados, desde que observem os limites legais e não contravenham normas de caráter geral determinantes pelos demais entes federados. Dessa forma, a regulamentação ambiental por parte do município, conforme descrito no caso, é possível e constitucional, desde que respeitados os limites impostos pela legislação federal e estadual.

A título de esclarecimento, de maneira mais didática, tem-se que a competência legislativa ambiental abrange a seguinte classificação:

a) concorrente: é a competência prevista no art. 24 da Constituição Federal, a qual se caracteriza pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais. Trata-se, pois, de uma maneira didática de evidenciar a exclusão das hipóteses em que compete privativamente à União legislar sobre algumas temáticas, constantes do art. 22 da CRFB/1988.

b) suplementar: correlata à concorrente, sendo a que atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislar sobre normas que complementem o conteúdo de princípios e normas gerais. Na seara do Direito Constitucional, há abalizada doutrina que defende que a competência legislativa suplementar é gênero, do qual derivam as competências legislativas suplementar complementar e supletiva (art. 24, §§ 3º e 4º), todas correlatas à competência constitucional concorrente.

Diante disso, apesar do termo “suplementar” ser mencionado no art. 30 da CRFB/1988, a questão versa sobre conteúdo do art. 24, o que justifica a redação da alternativa apontada no gabarito, como correta, haja vista tratar-se de competência legislativa complementar, em que complementar é espécie do gênero suplementar, correlata à competência concorrente.

Sarlet e Fensterseifer (2023) ainda trazem que, em prol de “reforçar tal entendimento, o inc. II do art. 30 da CF/1988 foi preciso ao assinalar a competência legislativa do Município para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, tratando de forma específica sobre o espaço legislativo municipal no âmbito do exercício da competência legislativa concorrente em termos gerais. Aqui também não há razão para rejeitar a aplicação de tal norma à matéria ambiental, de modo que está o Município autorizado constitucionalmente a legislar concorrentemente em tal seara, seguindo os parâmetros legislativos delineados no art. 24 da CF/1988” (2023, p. 516).

Reforçando as fundamentações acima apresentadas, há, ainda, o Tema 145 da Repercussão Geral (STF) que aduz: “O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal)” (STF, Repercussão Geral, Tema 145).

Lado outro, quanto à alegação recursal de impossibilidade de exigência de conhecimento do candidato acerca de jurisprudências e demais normas jurídicas além dos textos de lei, razão não assiste, tendo em vista a própria redação do comando da questão: “Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.” (Grifo nosso). Com o devido respeito, as doutrinas, as jurisprudências, enunciados, Temas de Repercussão Geral etc, são exímias ferramentas interpretativas do direito, a favor dos operadores desta ciência, sendo, pois, fontes do direito. Além disso, o edital inaugural, em seu subitem 13.1.3.1 preleciona que “Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.”

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “B”.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e "reforma agrária" foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de "aliviar" as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.
Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	42	44	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As alternativas II e III são falsas. A alternativa II afirma que as órteses cruropododálicas são tornozelo-pé, mas esse tipo de órtese é JOELHO-TORNOZELO-PÉ, o que torna falsa a questão. Na alternativa III, a mesma afirma que as órteses suropodálicas são aquelas de joelho-tornozelo-pé, o que torna a alternativa errada. Essas órteses são tornozelo-pé. Logo as questões estão com definições contrárias.

Fonte:

- https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_manutencao_orteses_proteses_auxiliares_locomocao.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	45	36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão relaciona-se ao caso hipotético do paciente descrito na questão, que “recebe alta hospitalar após realização de angioplastia com *stent* de coronária direita e chega ao ambulatório no terceiro dia pós-alta hospitalar”. Desta forma o paciente será incluído na fase da II da Reabilitação Cardíaca que é a fase pós alta hospitalar, cujos objetivos são de condicionamento cardiovascular, com prescrição individualizada de exercícios de força, resistência e treinamento muscular inspiratório (alternativa II Correta). Durante essa fase da reabilitação podemos utilizar as alternativa IV (Correta) “A Frequência Cardíaca (FC) de Treinamento (FCT) pode ser calculada através da seguinte fórmula: $FCT = FC \text{ repouso} + \% (FC \text{ máxima} - FC \text{ repouso})$ ” para prescrição dos exercícios, assim como a alternativa V também correta “Para quantificarmos a intensidade do exercício, podemos utilizar a Escala de Borg, com Índice de Percepção de Esforço (IPE) em torno de 13, correspondendo a aproximadamente 60% do VO₂ máximo.”

A alternativa I é para paciente hospitalizado o que não é o caso do paciente descrito na questão, assim como a alternativa III que já considera um paciente meses após alta hospitalar e não imediatamente como descreve o caso.

Fonte:

- <https://doi.org/10.36660/abc.20200407>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	43	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa I errada pois em pacientes com exacerbação da DPOC a VNI por otimizar a ventilação reduz a PaCO₂ sendo esse um ponto preditivo de sucesso da VNI nesses pacientes. Logo aumentar a PaCO₂ está errado.

A Alternativa II está errada pois a hiperinsuflação, apesar de causar desvantagem biomecânica do diafragma não aumenta a zona de aposição, pelo contrário, reduz, tornando a alternativa falsa.

Logo estão corretas as alternativas III e IV.

Fonte:

- GLOBAL STRATEGY FOR DIAGNOSIS, MANAGEMENT AND PREVENTION OF COPD 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	41	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Identificar a sarcopenia e seus conceitos não é função exclusivamente médica. Caso contrário na formação do fisioterapeuta não seria necessitaria disciplinas que ensinem as patologias com as quais profissionais fisioterapeutas se deparam no seu dia a dia para entender seus conceitos e assim, fazer o diagnóstico funcional e planejar o plano terapêutico. Não reconhecer a definição de sarcopenia e aplicar as avaliações de FUNCIONALIDADE que são utilizadas pelo fisioterapeuta, é no mínimo não reconhecer o papel do fisioterapeuta no tratamento de pacientes com essa condição o que inclui pacientes idosos, pneumopatas, cardiopatas, pós unidade de terapia intensiva, dentre outros. Adicionalmente, a despeito do conceito de sarcopenia, a questão trás o raciocínio do teste de velocidade de marcha, teste amplamente utilizado por fisioterapeutas para avaliação FUNCIONAL de pacientes assim como teste de caminhada de seis minutos e shutlhe teste. Considerando que o fisioterapeuta deve saber quais os testes que devem ser empregados em determinadas patologias ou condições clínicas que impactem na funcionalidade do paciente, o candidato deveria saber que a definição do teste está INCORRETA.

Fontes:

- Journal of Hospital Sciences. 2022;2(1) 4-14.
- ISSN 1413-3555 Rev Bras Fisioter, São Carlos ©Revista Brasileira de Fisioterapia

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	50	47	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A diferença clinicamente importante (DCI) para o controle da dor após uma intervenção pode variar a depender do contexto clínico. Portanto, conhecer a literatura que analisou a DCI no contexto da artroplastia total de quadril, auxilia o fisioterapeuta e o paciente a alinharem as expectativas prognósticas com o tratamento proposto. O estudo de Danoff investigou e identificou a diferença clinicamente importante pela EVA de 1,8 centímetros para dor artroplastia total de quadril.

Fontes:

- Danoff JR, Goel R, Sutton R, Maltenfort MG, Austin MS. How Much Pain Is Significant? Defining the Minimal Clinically Important Difference for the Visual Analog Scale for Pain After Total Joint Arthroplasty. J Arthroplasty. 2018 Jul;33(7S):S71-S75.e2. doi: 10.1016/j.arth.2018.02.029. Epub 2018 Feb 22. PMID: 29567002.
- Fishbain DA, Gao J, Lewis JE, Zhang L. At Completion of a Multidisciplinary Treatment Program, Are Psychophysical Variables Associated with a VAS Improvement of 30% or More, a Minimal Clinically Important Difference, or an Absolute VAS Score Improvement of 1.5 cm or more? Pain Med. 2016 Apr;17(4):781-9. doi: 10.1093/pm/pnv006. Epub 2015 Dec 7. PMID: 26814242.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	48	52	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora o volume de evidências na área da saúde cresça a cada ano, a qualidade das mesmas precisa ser aprendida pelos profissionais da saúde para que possam melhor interpretar e nortear sua prática clínica com intervenções que tendem a ser mais efetivas e seguras, pois é comum encontrar estudos que procuraram responder a mesma dúvida clínica com resultados divergentes e isso tende a acontecer principalmente se a amostra utilizada é pequena ou a metodologia aplicada não foi rigorosa para controlar os possíveis vieses do estudo. Na atualidade, as revisões sistemáticas com metanálise de ensaios clínicos randomizados têm sido consideradas a melhor fonte de boas evidências para tomada de decisão em saúde. Desta forma, para a dúvida clínica “Dentre as intervenções de fisioterapia, quais os tipos de exercícios se destacam em apresentar melhores evidências de efeitos na lombalgia crônica?” A revisão sistemática com metanálise, utilizada como referência para esta resposta e incluiu 89 ensaios clínicos randomizados para responder quais modos específicos de treinamento de exercícios são mais eficazes para tratar a dor lombar crônica, deixou claro que há evidências de que Pilates, estabilização/controle motor, treinamento de resistência e treinamento de exercícios aeróbicos são os tratamentos mais eficazes para adultos com lombalgia crônica e que o alongamento não alcança efeito analgésico neste quadro. Desta forma a resposta a resposta correta, que excluir as melhores evidências de efeitos na lombalgia crônica seria “Alongamento”.

Fontes:

- Maharty DC, Hines SC, Brown RB. Chronic Low Back Pain in Adults: Evaluation and Management. Am Fam Physician. 2024 Mar;109(3):233-244. PMID: 38574213.
- Owen PJ, Miller CT, Mundell NL, Verswijveren SJJM, Tagliaferri SD, Brisby H, Bowe SJ, Belavy DL. Which specific modes of exercise training are most effective for treating low back pain? Network meta-analysis. Br J Sports Med. 2020 Nov;54(21):1279-1287. doi: 10.1136/bjsports-2019-100886. Epub 2019 Oct 30. PMID: 31666220; PMCID: PMC7588406.
- Murad MH, Montori VM, Ioannidis JP, Jaeschke R, Devereaux PJ, Prasad K, Neumann I, Carrasco-Labra A, Agoritsas T, Hatala R, Meade MO, Wyer P, Cook DJ, Guyatt G. How to read a systematic review and meta-analysis and apply the results to patient care: users' guides to the medical literature. JAMA. 2014 Jul;312(2):171-9. doi: 10.1001/jama.2014.5559. PMID: 25005654.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	46	55	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fisioterapeuta está obrigado a manter o sigilo profissional, salvo em situações de justa causa, como demanda judicial ou previsão legal explícita. Essa orientação assegura os direitos do paciente e a ética profissional.

Fonte:

- Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia Resolução nº 424, de 08 de Julho de 2013 – (D.O.U. nº 147, Seção 1 de 01/08/2013).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	49	46	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora o volume de evidências na área da saúde cresça a cada ano, a qualidade das mesmas precisa ser aprendida pelos profissionais da saúde para que possam melhor interpretar e nortear sua prática clínica com intervenções que tendem a ser mais efetivas e seguras, pois é comum encontrar estudos que procuraram responder a mesma dúvida clínica com resultados divergentes e isso tende a acontecer principalmente se a amostra utilizada é pequena ou a metodologia aplicada não foi rigorosa para controlar os possíveis vieses do estudo. Na atualidade, as revisões sistemáticas com metanálise de ensaios clínicos randomizados têm sido consideradas a melhor fonte de boas evidências para tomada de decisão em saúde. Desta forma, embasado em revisão sistemática recente, foi possível concluir que a laserterapia de alta intensidade (LTAI) demonstrou eficácia superior ao placebo no alívio da dor em curto prazo, sendo também mais eficaz que exercícios e TENS para redução da dor. A combinação de LTAI com órtese para punho foi considerada menos eficaz do que o LTAI isolado. Embora haja evidências limitadas de seu impacto em condução nervosa.

Fonte:

- Murad MH, Montori VM, Ioannidis JP, Jaeschke R, Devereaux PJ, Prasad K, Neumann I, Carrasco-Labra A, Agoritsas T, Hatala R, Meade MO, Wyer P, Cook DJ, Guyatt G. How to read a systematic review and meta-analysis and apply the results to patient care: users' guides to the medical literature. JAMA. 2014 Jul;312(2):171-9. doi: 10.1001/jama.2014.5559. PMID: 25005654.
- ElMeligie MM, Ismail MM, Gomaa YS, Yehia AM, Sakr HR, ElGendy OM. Effect of High-Intensity Laser Therapy on Carpal Tunnel Syndrome Patients: A Systematic Review and Meta-analysis. Am J Phys Med Rehabil. 2024 Nov 1;103(11):979-985. doi: 10.1097/PHM.0000000000002427. Epub 2024 Jan 6. PMID: 38207201.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se

encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas*

jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”

- Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Cargo: Analista Judiciário - Fonoaudiólogo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2º§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	52	46	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O PEATE é composto por sete ondas, sendo as ondas I, III e V as mais visíveis e de maiores valores clínicos. Quanto aos sítios geradores dessas ondas, a classificação mais utilizada atualmente é: I - porção distal do nervo auditivo ao tronco encefálico; II - porção proximal do nervo auditivo ao tronco encefálico; III - núcleo coclear; IV - complexo olivar superior; V - lemnisco lateral; VI - colículo inferior e VII - corpo geniculado medial. A questão 40 solicita que assinale alternativa que apresente, respectivamente, quais estruturas da via auditiva as ondas I, III e V estão associadas: nervo auditivo, núcleo coclear e lemnisco lateral. Os sítios geradores das ondas III e V referem-se a estruturas distintas e não poderiam ser confundidos com o nervo auditivo, independente da porção distal ou proximal. Logo, não há erro ou ausência de informações na questão.

Fonte:

- Esteves MCBN. Estudo das latências das ondas dos potenciais auditivos de tronco encefálico em indivíduos normo-ouvintes. Braz J Otorhinolaryngol. 2009;75(3):420-5.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	38	48	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Guia de orientação - Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central, publicado em 2020, os testes dicóticos referem-se aos testes cuja condição de estimulação envolve dois estímulos diferentes concorrentes e que são apresentados simultaneamente nas duas orelhas. Os testes monoaurais de baixa redundância são testes apresentados de forma monoaural cujo estímulo de fala são apresentados de forma degradada, através da modificação das características de frequência, tempo ou intensidade de um sinal. Logo, as afirmativas I e II estão corretas.

Fonte:

- Conselho Federal de Fonoaudiologia. Guia de orientação - Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central. p.20, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	42	53	40

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisando o comando da questão, pede-se ao candidato a indicação da alternativa incorreta. Dessa forma, constatou-se que na alternativa B afirma que “A prevalência da disfagia é maior em pacientes hospitalizados do sexo masculino, pacientes com cardiopatias e idosos, afetando cerca de cinquenta desse último grupo”. Assim, a omissão da palavra “por cento”, após a palavra cinquenta, comprometeu a compreensão da afirmativa, de modo que a torna equivocada. Logo, a questão passa a ter mais de uma resposta que atende ao comando do enunciado, ou seja, tanto a alternativa E quanto a alternativa B são incorretas, razão pela qual a presente questão foi anulada.

Fontes:

- Yamada EK, Siqueira KO, Xerez D, Koch HA, Costa MMB. A influência das fases oral e faríngea na dinâmica da deglutição. Arq Gastroenterol v. 41 – no. 1 – jan./mar. 2004.

- Espírito Santo et al. A interferência da variação da temperatura nos níveis da Iniciativa Internacional de Padronização de Dietas para Disfagia. CoDAS 2024;36(6):e20230315 DOI: 10.1590/2317-1782/20242023315pt

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	44	40	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão descreve um tipo de alteração estrutural mínima da cobertura da prega vocal denominada microdiafragma laríngeo, o qual é caracterizado por uma membrana que une a região anterior das pregas vocais de aspecto triangular, com inserção na comissura anterior. As características descritas no enunciado referem-se única e exclusivamente ao quadro de microdiafragma laríngeo, não havendo confundidor com nenhuma outra alternativa.

Fontes:

- Behlau M. organizador. Voz: o livro do especialista. vol 1. Rio de Janeiro: Revinter; 2001.
- Silva TE et al. Alterações Estruturais Mínimas Múltiplas e Sincrônicas de Laringe em Paciente Profissional de Voz Falada: Relato de Caso. Brazilian Journal of Otorhinolaryngology. vol. 64 , ed 6, 1998.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	40	44	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado e o comando da questão deixam claro que as afirmativas referem-se única e exclusivamente aos casos de Edema de Reinke: “Sobre o Edema de Reinke, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas”.

A etiologia do Edema de Reinke é atribuída ao tabagismo associado ao abuso vocal. Embora não seja uma lesão com tendência à malignização, sua ocorrência pode afetar substancialmente a qualidade da voz do indivíduo. Com o Edema de Reinke, o número de ciclos glóticos diminui, gerando redução da frequência fundamental e tornando a voz mais grave. A prevalência de Edema de Reinke parece ser seme-lhante em ambos os sexos. No entanto, a repercus-são do agravamento da voz é mais evidente no sexo feminino. Segundo a literatura, o Edema de Reinke ocasiona qualidade vocal grave para o sexo e idade, rugosa, por vezes crepitante, com modulação restrita, ressonância difusa ou laringo-faríngea e loudness reduzida. Nos casos discretos, a voz pode apresentar-se fluida, o que a torna socialmente aceita e atrasa a busca por diagnóstico e/ou tratamento. Nos casos mais avançados podem-se encontrar queixas respiratórias e incoordenação pneumofonoarticulatória importante. A análise acústica apresenta frequência fundamental excepcionalmente baixa, com valores de shimmer elevados e energia do ruído glótico aumentada. A proporção harmônica ruído pode estar adequada e os tempos máximos de fonação podem ser longos, ou nos casos de Edema de Reinke discretos, reduzidos.

Fonte:

- Cavichiolo JB et al. Relação entre avaliação vocal, acústica e qualidade de vida em voz de mulheres com diferentes graus de Edema de Reinke. Distúrb Comun, São Paulo, 31(1): 147-159, março, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	59	58	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. Improbidade Administrativa.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que “Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, que reformou diversos pontos da LIA, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.”. Esse é o entendimento extraído do Tema 1199, julgado em 18/08/2022 pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “Excluem-se da abrangência da LIA o agente político e todo aquele agente público que exerça tal função transitoriamente ou sem remuneração.”
 - Incorreto, conforme art. 2º, da LIA (Lei Federal nº 8.429/1992).
- “A LIA foi julgada inconstitucional na parte que estabelece penas de multa e proibição de contratar com o poder público, visto que extrapolou o regramento constitucional sobre o assunto.”
 - Incorreto. As regras do art. 12 da LIA permanecem em vigor e não afrontam o texto constitucional.
- “Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, substituindo eventual ação penal.”
 - Incorreto. Dispõe o art. 37, §4º, da CF: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.
- “A LIA (Lei nº 8.429/1992) é um diploma legal federal, de forma que se aplica aos servidores da União; servidores de Estados e Municípios não se submetem a tal regime, mas sim de acordo com o regramento estabelecido pelos respectivos entes a que estão vinculados.”
 - Incorreto. A LIA tem abrangência nacional.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto

da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Historiador

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furto chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furto” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss

da Língua Portuguesa.

- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado

chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o expresso anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo

“que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que necessitamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: *“CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) “Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) “Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) “Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento

sustentável para a instituição.”

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta. Inicialmente, sabe-se que a infância é um momento crucial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e no qual as informações recebidas do ambiente podem deixar marcas. Segurança, confiança, autoestima, autonomia, iniciativa, sociabilidade e criatividade, são alguns exemplos de capacidades adquiridas nesse momento da vida quando a criança é atendida em suas necessidades e estimulada adequadamente. A orientação sexual costuma ser percebida pela primeira vez no final da infância, mesmo que não verbalizada nesse momento, enquanto a identidade de gênero tende a ser demonstrada a partir dos 3 a 5 anos de idade (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Destaca-se que não enxergar uma criança como ela é, mas como se quer que ela seja, é uma vivência frequente de LGBTQIA+, no entanto, como todas as outras, ela tem suas especificidades e suas necessidades, que devem ser percebidas e respeitadas (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Considera-se que a adolescência é a transição da infância para a vida adulta, caracterizada por transformação, mudança de estilo e de personalidade. Durante essa fase, a busca da identidade e da independência são os principais objetivos, e para conquistá-las o adolescente passa por uma fase de experimentação, testando comportamentos diferentes, modificando suas relações familiares, descobrindo o próprio corpo e desenvolvendo novas habilidades (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Aqueles que não se comportam de acordo com as regras da sociedade e da família, que têm atitudes diferentes das tidas como tipicamente masculinas ou femininas, frequentemente são objeto de brincadeiras e humilhação.

Diversos estudos têm mostrado o quanto as vivências da infância e da adolescência repercutem nos adultos. O fato de pessoas LGBTQIA+ passarem por experiências negativas com uma frequência elevada quando comparada à população cis heterossexual, torna mais comum o envolvimento desses em situações de risco para a saúde física e mental. Dentre essas experiências, chamam a atenção as situações estressantes ou traumáticas que incluem abuso, negligência, disfunção da dinâmica familiar e ter algum parente que não o aceite, que frequentemente o xingue, humilhe ou insulte.

Estudos populacionais demonstram que adolescentes cisgêneros LGB apresentam taxas de comportamentos suicida muito elevadas quando comparadas aos seus pares heterossexuais, sendo consequência da LGBTIfobia, do isolamento social, do abuso de substâncias, abuso parental e sexual. Embora as sociedades ocidentais tenham visto uma mudança com relação à inclusão desses jovens, eles ainda enfrentam grande dificuldade em se impor dentro das comunidades heterocisnormativas. Muitos adolescentes que tentaram o suicídio associam o evento com as memórias que trazem das suas experiências após a “saída do armário”, vivenciadas no núcleo familiar, no seu ciclo de amigos, nas escolas e nos centros religiosos, com o surgimento de sentimentos negativos, como solidão e isolamento, medo de bullying e

assédio moral (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+ : práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Com a chegada da puberdade os caracteres sexuais secundários começam a se desenvolver, causando em pessoas cisgênero um estranhamento inicial e uma aceitação e até orgulho posterior. A curiosidade pelo próprio corpo migra para o interesse pelos outros e a orientação sexual se torna mais clara, por meio da sensação de atração e desejos. A comparação, a identificação e a necessidade de aceitação de outros adolescentes é uma forte característica dessa fase; e ser diferente, em qualquer aspecto que seja, pode causar sofrimento. A padronização traz conforto ao adolescente e facilita o enfrentamento de todas as novidades que envolvem seus sentimentos e corpos. Olhar para o outro e identificar a semelhança traz alívio para suas angústias. E isso muitas vezes é negado ao adolescente LGBTQIA+ (CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021).

Fonte:

- CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e "reforma agrária" foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de "aliviar" as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.
Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas

superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e inselbergs.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	51	53	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D.

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA Art. 5o A divulgação das informações de interesse geral produzidas ou custodiadas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro dar-se-á, independentemente de requerimento, por meio de seus sítios eletrônicos, bem como deverá observar: I – o caráter informativo, educativo ou de orientação social das publicações e demais comunicações realizadas por qualquer meio, sendo vedada a menção a nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público; II – a preferência pela utilização de meios eletrônicos em detrimento dos impressos, salvo quando esses, em tiragem estritamente limitada à respectiva necessidade, e com uso de insumos de baixo custo financeiro e reduzido impacto ambiental, forem destinados para: a) informar a população sobre seus direitos e sobre o funcionamento da Justiça, em linguagem simples e acessível; b) cumprir dever legal; c) editar publicações de teor científico ou didático-pedagógico; d) atender à política de gestão documental do órgão quanto ao armazenamento físico; III – o livre acesso, a integralidade, a exatidão e a integridade das informações alusivas à gestão administrativa, financeira e orçamentária dos tribunais e conselhos. Art. 6o Os sítios eletrônicos do Poder Judiciário deverão conter: I – finalidades e objetivos institucionais e estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados pelo órgão; II – registro das competências e da estrutura organizacional, endereços, inclusive eletrônicos, e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; III – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras desenvolvidos; IV – levantamentos estatísticos sobre a sua atuação; V – atos normativos expedidos; VI – audiências públicas realizadas e calendário das sessões colegiadas; VII – campo denominado “Transparência”, em que se alojem os dados concernentes à: a) programação e execução orçamentária, inclusive informações referentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais e resultados, e a todos os contratos celebrados; b) Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) de todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança ocupadas, atualizada semestralmente; c) estruturas remuneratórias e quadro com discriminação de todas as rubricas utilizadas na folha de pagamento, com seu código, denominação e fundamento legal; (Redação dada pela Resolução nº 273, de 18.12.18) d) remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços, com detalhamento individual de cada uma das verbas pagas sob as rubricas ‘Remuneração Paradigma’, ‘Vantagens Pessoais’, ‘Indenizações’, ‘Vantagens Eventuais’ e ‘Gratificações’, apresentados em dois formatos, com detalhamento da folha de pagamento de pessoal e do contracheque individual, conforme quadros descritos no anexo desta Resolução; (Redação dada pela Resolução nº 273, de 18.12.18) e) relação de membros e servidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública; f) relação de membros e servidores que participam de Conselhos e assembléias, externamente à instituição. VIII – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ); IX – mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados e que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo. § 1º Os dados constantes do campo “Transparência” deverão estar integrados a sistema informatizado de administração financeira e controle, nos termos de Resolução do CNJ. § 2º As informações individuais e nominais da remuneração de membro ou servidor mencionadas na alínea “d” do inciso IV serão automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado, a fim de se garantir a segurança e a vedação ao anonimato, nos termos do art. 5º, caput e inciso IV, da Constituição Federal, salvaguardado o sigilo dos dados pessoais do solicitante, que ficarão sob a custódia e responsabilidade da unidade competente, vedado o seu compartilhamento ou divulgação, sob as penas da lei. § 3º A identificação a que se refere o § 2º será limitada ao nome completo e ao número de um dos seguintes documentos: I – Carteira Nacional de Habilitação (CNH); II – Registro Geral de Identidade Civil (RG); III – Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); IV – Título de Eleitor. § 4º Os sítios eletrônicos do Poder Judiciário deverão ser adaptados para que, obrigatoriamente: I – contenham ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; II – possibilitem a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações; III – possibilitem o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; IV – divulguem em detalhes, resguardados aqueles necessários para segurança dos sistemas informatizados, os formatos utilizados para estruturação da informação; V – garantam a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; VI – mantenham constantemente atualizadas as informações disponíveis para acesso; VII – indiquem local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e VIII – adotem as medidas necessárias para garantir acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas

com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008, e demais normas técnicas oficiais e legais aplicáveis. Art. 7º Cada órgão do Poder Judiciário disponibilizará em seu sítio eletrônico oficial, em campo de destaque, atalho para acesso à página do Serviço de Informações ao Cidadão e ao Portal da Transparência. Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 273, de 18.12.18) Art. 7º-A O CNJ consolidará, em seu Portal da Transparência, as informações referentes à alínea 'd' do inciso VII do art. 6º, relativamente a todos os órgãos do Poder Judiciário. (Incluído pela Resolução nº 273, de 18.12.18) § 1º Os órgãos do Poder Judiciário, com exceção do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, encaminharão mensalmente ao CNJ, por meio eletrônico, até o décimo dia útil do mês subsequente ao do pagamento, os dados para alimentação do portal, no formato e nas especificações definidas pela Corregedoria. (Incluído pela Resolução nº 273, de 18.12.18) § 2º As informações encaminhadas na forma do § 1º deste artigo serão utilizadas também para alimentação do banco de dados do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Remuneração, a ser implementado e gerido pelo CNJ com a finalidade de proceder ao acompanhamento, tratamento e análise dos dados de remuneração dos magistrados. (Incluído pela Resolução nº 273, de 18.12.18)

CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA Art. 8º Os órgãos do Poder Judiciário velarão pela efetiva proteção dos direitos arrolados no art. 7º da Lei 12.527/2011, no âmbito da respectiva administração. § 1º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa ou pessoal, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, preferencialmente por meio de cópia com ocultação da parte sob sigilo, ou, não sendo possível, mediante certidão ou extrato, assegurando-se que o contexto da informação original não seja alterado em razão da parcialidade do sigilo. § 2º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas, utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo, será assegurado apenas com a edição do ato decisório respectivo, sempre que o acesso prévio puder prejudicar a tomada da decisão ou seus efeitos. § 3º A negativa de acesso às informações objeto de pedido, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares previstas em Lei. § 4º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação. § 5º Constatados impedimentos fortuitos ao acesso à informação, como o extravio ou outra violação à sua disponibilidade, autenticidade e integridade, o responsável pela conservação de seus atributos deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato, indicar os meios que comprovem suas alegações e comunicar a ocorrência ao requerente.

Fontes:

- https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_215_16122015_26032019162517.pdf
- <https://www.politize.com.br/portal-da-transparencia/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status supralegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Jornalista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático

“interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furto chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furto” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da

situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o exposto anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5o§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para relembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que necessitamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão

bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo.’” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”. Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando.” não pode ser indicada como correta. A expressão “não identificando a normalidade” não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição “a” com o artigo feminino “a” ou “a” inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de “normalidade”. “Identificar” é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, “a normalidade”). “Normalidade” é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição “a” (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino “a” que acompanha o substantivo “normalidade”. Em “não identificando a normalidade”, o verbo “identificar” não exige preposição, logo não há crase. “Identificar” → transitivo direto → não exige de preposição. “Normalidade” → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino “a”. Exemplo com crase: “Ela vai à escola.” (“ir” exige a preposição “a”, a crase ocorre porque “escola” é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras

no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa "D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa." não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa "C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo." não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa "A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:", a alternativa "D) critérios, indivíduo, distúrbio." foi adequadamente indicada como correta. As palavras "critérios", "indivíduo" e "distúrbio" são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa "B) contrário, é, também." não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em "em". A alternativa "C) indício, cível, aparência." não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em "l". A alternativa "A) é, já, vítima." não pode ser considerada correta: monossílabo e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	17	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: "CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos."

Não foram observados vícios, incorreções, irregularidades ou ilegalidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico ou legal e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir.

() "O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar."

Afirmativa falsa. De forma expedita, a função precípua do Poder Judiciário é apreciar e julgar, de acordo com a lei, os conflitos que surgirem na sociedade, a fim de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Assim, claro e legalmente estabelecido está, que não é função precípua do poder Judiciário produzir leis (legislar). Esta função é do Poder Legislativo. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 assim determina:

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

() “Referida lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pelo Poder Judiciário.”

() “Não se subordinam à referida lei contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.”

Ambas as afirmativas são falsas. A obrigatoriedade de licitar abrange os órgãos integrantes da Administração Pública direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem licitar em conformidade com a Lei 13.303/2016, observada a ressalva da Lei 14.133/2021 referente a crimes em licitações e contratos administrativos, cujos dispositivos são aplicados também a essas entidades da Administração Indireta. Os conselhos de fiscalização profissional, por terem natureza jurídica de autarquias especiais ou corporativas, arrecadarem e gerenciarem recursos públicos de natureza parafiscal, também estão sujeitos às normas de licitações e contratações públicas. Em atenção às disposições da lei de licitações (Lei nº 14.133/2021, artigo 1º, I), a seguir transcritas, o Poder Judiciário e seus fundos especiais, também são alcançados por citada legislação.

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

Fontes:

- LEI Nº 14.133/2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.
- Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “**CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.**”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que

uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) *“Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”*

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) *“Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”*

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete

ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO

Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.

§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:

...

II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e

Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independará da existência de distrito administrativo.

§ 1o Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2o Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita, com base no mapa e no cabeçalho, que o candidato assinale a alternativa INCORRETA. Assim:

A alternativa A está CORRETA porque registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção.

A alternativa B está CORRETA porque a partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia.

A alternativa C está CORRETA porque em Rondônia, o rio Madeira se transformou (...), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de *commodities* constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

A alternativa D está CORRETA porque atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demanda recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohidronegócio* (...), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*.

A alternativa E está INCORRETA porque, a partir da referência utilizada para elaborar a questão, a organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização

(assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Fonte:

- RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista GEONORTE, vol 8, num. 28, pp 16-30, 2017. pp 19.

Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3506/pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Juary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas

superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e inselbergs.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do

período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no Uti Possidetis, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	36	44	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É importante destacar que a questão, embora provoque diferentes leituras, busca entender a crítica central de Andy Warhol em sua obra "Campbell's Soup Cans". A alternativa "À padronização da cultura de massa e ao consumismo exacerbado na sociedade capitalista" permanece a mais alinhada com o conceito principal que Warhol queria transmitir com a série de latas de sopa. A obra não apenas questiona o valor atribuído a produtos banais pela sociedade de consumo, mas também faz uma crítica direta à repetição e à uniformização de produtos, símbolos da cultura capitalista.

Embora a alternativa C mencione um aspecto pertinente sobre a mídia e seu poder de moldar a importância de certos assuntos, a crítica de Warhol vai além disso, refletindo a forma como a cultura de massa e o consumismo estão intimamente ligados, transformando o banal em ícone. A obra questiona a produção em massa e a forma como elementos comuns da vida cotidiana são elevados a objetos de culto sem um real valor intrínseco, um reflexo claro do consumismo na sociedade capitalista.

Quanto à alternativa D, embora Warhol tenha, sim, desconstruído fronteiras entre a arte popular e a arte erudita, a ênfase na padronização e no consumismo da sociedade capitalista é a crítica mais relevante em seu trabalho com as latas de sopa. Ele usa a estética da produção em massa para destacar a banalização e a comercialização das formas de arte e cultura.

Portanto, a questão é clara no contexto da obra de Warhol, e a escolha da alternativa B é respaldada pela crítica explícita à padronização e ao consumismo da sociedade capitalista, que está no cerne da série "Campbell's Soup Cans".

Fontes:

- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa, 1995.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	45	36	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está especificamente tratando dos "instrumentos de comunicação institucionalizados", os quais são utilizados pelas entidades públicas e instituições para comunicar com a população. Isso está em consonância com os três modelos de comunicação definidos por Jorge Duarte (2013), que destacam a comunicação como massiva, segmentada e direta, com foco em diferentes formas de atingir o público.

A alternativa “Massivo; Segmentado; e Direto” está fundamentada nas estratégias de comunicação prática, que são amplamente usadas em campanhas institucionais e governamentais. O modelo massivo se refere à comunicação de grande alcance, o segmentado busca públicos específicos e o direto é utilizado para uma comunicação personalizada, com base em um público-alvo mais restrito, como exemplificado por Jorge Duarte. Esses modelos são reconhecidos globalmente e amplamente utilizados em campanhas que visam atingir a sociedade de maneira mais ampla, mas com

objetivos claros e segmentados de comunicação.

A alternativa “Institucional; Gestão; e Utilidade Pública” menciona uma classificação que está mais ligada ao papel e ao propósito da comunicação pública, como sendo voltada para a identidade das instituições públicas (institucional), para a gestão administrativa e prestação de contas (gestão), e para informações úteis ao público (utilidade pública). Esses aspectos são, sem dúvida, fundamentais para a comunicação pública, mas a questão está pedindo uma classificação dos instrumentos de comunicação, não dos objetivos ou eixos temáticos da comunicação pública.

Fonte:

- DUARTE, Jorge. Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	40	45	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta, pois reflete com precisão a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009. O STF, ao revogar a exigência do diploma de jornalismo, de fato fundamentou sua decisão na liberdade de expressão, mas também em outros elementos que envolviam a importância da experiência e da qualificação prática no exercício da profissão. Embora a liberdade de expressão tenha sido um ponto central, a Corte também considerou que a obrigatoriedade do diploma não era mais relevante para garantir o exercício profissional, dado o contexto social e econômico da época.

A crítica sobre a simplificação do argumento do STF, ao mencionar apenas a "liberdade de expressão", não compromete a precisão da questão, pois esse foi um dos principais fundamentos apresentados no julgamento, embora não tenha sido o único. Além disso, a escolha das alternativas foi feita de forma a apresentar de maneira objetiva os principais marcos relacionados à regulamentação do jornalismo, o que é comum em questões desse tipo.

Por fim, a menção à data e aos eventos é compatível com o contexto jurídico da época. A decisão do STF realmente ocorreu em 2009 e envolveu a revogação da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, com base em um entendimento mais amplo sobre a qualificação profissional.

Fontes:

- SILVEIRA, Guaracy Carlos da et al. Legislação aplicada à comunicação social - ênfase em jornalismo. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ****Acórdão****. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	38	39	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está corretamente fundamentada no conceito do modelo diamante da notícia, que se caracteriza por uma introdução ampla e contextualizada, seguida pela revelação central do fato no meio do texto e, por fim, o fechamento com explicações mais detalhadas ou complementares. Essa estrutura é projetada para envolver o leitor, oferecendo um contexto envolvente no início e aprofundando a análise do fato à medida que o texto avança. Esse modelo é tipicamente utilizado em reportagens mais longas, especialmente aquelas com caráter investigativo ou analítico, onde a intenção é prender o leitor com uma visão mais ampla antes de chegar ao ponto central e, em seguida, apresentar uma conclusão ou explicações complementares.

A alternativa C, embora seja válida para outros modelos de organização de notícias, não descreve adequadamente o modelo diamante. O modelo diamante é distinto da pirâmide invertida, e não segue uma estrutura que começa com o ponto principal e só então desenvolve implicações antes de concluir. A alternativa C se alinha mais com a abordagem típica da pirâmide invertida ou da estrutura narrativa tradicional de desenvolvimento de notícias, onde o ponto principal é apresentado no início e o desenvolvimento ocorre posteriormente.

A descrição da questão está em consonância com a definição amplamente aceita do modelo diamante, que é utilizado principalmente em reportagens mais aprofundadas. Portanto, a alternativa D é a mais precisa dentro do contexto da pergunta.

Fonte:

- FORECHI, Marcilene; FLORES, Natália Martins; MELO, Camila Olivia de. Jornalismo digital e cibercultura. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	55	48	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa III da questão referia-se especificamente ao procedimento de entrevista jornalística, caracterizada pelo contato direto entre o *repórter* e a fonte para obtenção de informações destinadas à produção de notícias. Este procedimento é tecnicamente distinto da elaboração de pauta, conforme estabelecido pela literatura especializada da área. De acordo com Nilson Lage, referência fundamental no campo do jornalismo, existe uma clara distinção técnica entre:

1. Pauta: Consiste no planejamento editorial que inclui: lista de fatos a serem cobertos; assuntos para reportagens; indicações logísticas e técnicas; sugestões de fontes; ângulos de interesse e dimensionamento das matérias.
2. Entrevista: Procedimento específico de apuração caracterizado por: contato direto (pessoal ou telefônico) entre repórter e fonte; objetivo específico de coleta de informações; momento posterior à elaboração da pauta e execução do planejamento previamente estabelecido.

Embora o contato com fontes seja parte integrante da rotina jornalística, a afirmativa III era inequívoca ao contextualizar este contato como parte do procedimento de entrevista, não deixando margem para confusão com a etapa de elaboração de pauta, rotineiramente feita pelo jornalista com a função de *pauteiro*. Portanto, não há ambiguidade que justifique a anulação da questão, uma vez que os conceitos técnicos de pauta e entrevista são claramente distintos na teoria e prática jornalística, e a afirmativa apresentava contexto suficiente para sua correta interpretação.

Fontes:

- LAGE, Nilson. A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005
- FERRARETTO, Elisa Kopplin; FERRARETTO, Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: Teoria e Prática. 7ª ed. São Paulo: Summus, 2009

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	50	53	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A exposição qualificada em assessoria de imprensa possui definição técnica específica e bem estabelecida, que a distingue claramente das demais métricas citadas nas alternativas. Vejamos a análise detalhada de cada alternativa:

A) CORRETA - "Classifica as publicações por sentimento e protagonismo". Esta é a definição técnica precisa de exposição qualificada, que considera:

Classificação por sentimento. Inócua: quando o conteúdo da publicação não impacta a imagem que o leitor tem da marca. Balanceada: quando a publicação crítica, mas escuta o lado da empresa. Detratora: quando critica trazendo uma imagem negativa para a empresa. Promotora: quando retrata positivamente a marca.

Classificação por protagonismo. O protagonismo é determinado a partir da presença da marca em áreas-chave de uma publicação (título, lead, linha fina, olho da matéria, foto, vídeo, legenda da foto) e/ou do quanto a empresa é o foco da matéria, comparando a citação de outras empresas. Porta-vozes também elevam o protagonismo da matéria.

Em relação às demais alternativas, trata-se das seguintes métricas:

Cobertura da mídia: quando um meio de comunicação publica uma história ou menciona suas notícias.

Valoração: diz o quanto uma marca gastaria em publicidade para atingir a mesma quantidade de pessoas que as mídias espontâneas estão atingindo.

Engajamento de campanha: mede cada ação que faz parte de um projeto específico de divulgação

Tráfego Web: Esta é a medida de quantas pessoas estão acessando o conteúdo online a qualquer momento. Pode ser medida com ferramentas como Google Analytics, Semrush, entre outras.

Embora a exposição qualificada de fato considere as publicações na mídia, ela vai além da simples mensuração de publicações, realizando uma análise qualitativa específica através dos critérios de sentimento e protagonismo.

Portanto, apenas a alternativa A está correta, pois é a única que apresenta os elementos técnicos definidores da

métrica de exposição qualificada.

Fontes:

- 7 métricas de Assessoria de Imprensa para montar seu relatório
- <https://www.cortex-intelligence.com/blog/metricas-de-assessoria-de-imprensa>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	49	54	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não procede pelos seguintes fundamentos técnicos, baseados na obra "Assessoria de imprensa: teoria e prática" (Ferraretto & Ferraretto, 2009), referência fundamental na área de assessoria de imprensa.

Sobre a primeira afirmativa, a afirmativa é FALSA porque contradiz princípios fundamentais do texto jornalístico. Conforme Ferraretto & Ferraretto (2009), o release deve seguir rigorosamente o estilo jornalístico, que exige: frases breves; palavras curtas; vocabulário usual; ordem direta; uso limitado de adjetivos, verbos na voz ativa. A sugestão de que "o uso de frases longas é aceitável" e que uma "linguagem mais elaborada confere maior sofisticação ao texto" contraria frontalmente os princípios básicos do texto jornalístico, que preza pela objetividade e clareza. Não há exceções que justifiquem o uso de linguagem rebuscada ou estruturas complexas em releases.

Sobre a terceira afirmativa, esta é VERDADEIRA porque, como explicam Ferraretto & Ferraretto (2009), na assessoria de imprensa a instituição tem precedência sobre os indivíduos; em pesquisas e levantamentos, a entidade é a fonte oficial da informação; o papel do indivíduo assessorado é de analista/comentarista dos dados; a credibilidade institucional supera a individual na hierarquia informativa.

O argumento do recurso inverte esta lógica ao sugerir que a fonte primária seria o indivíduo. Ocorre que o especialista ou porta-voz atua como representante institucional, não como fonte primária da informação.

Portanto, mantém-se o gabarito E como correto (F, V, V, F, V), pois, a primeira afirmativa é falsa por contrariar princípios básicos do texto jornalístico e a terceira afirmativa é verdadeira por refletir corretamente a hierarquia institucional na assessoria de imprensa. As demais classificações estão em conformidade com a literatura especializada citada.

Fonte:

- FERRARETTO, Elisa Kopplin; FERRARETTO, Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: Teoria e Prática. 7ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: "Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública". Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do "Grupo Gama", a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: "O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.";
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, "b" e ; e art. 134, § 1º);

- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status suprallegal.
- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se

encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Matemático

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não

há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos

importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*”

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “*Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.*”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “*Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.*”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que

uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) *“Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”*

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) *“Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”*

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) *“Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”*

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação

penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais pautam-se em ausência de alternativa correta ou erro na divulgação do gabarito, pleiteando, diante disso, a anulação da questão.

Contudo, a resposta apresentada como correta, qual seja, a letra “B” (O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.) encontra-se correta.

Inicialmente cumpre destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988), o meio ambiente é um bem de interesse comum e exige proteção de todos os entes federativos (art. 225). Ademais, com o novo regime assegurado aos municípios, trazido com o advento da CRFB/1988, diante da maior proximidade com os cidadãos e conhecimento dos interesses locais, ampliou a competência legislativa deste ente federado, em seara ambiental. Assim, em que pese o município não constar, expressamente, no art. 24 do texto Constitucional vigente, possui, este ente federado a prerrogativa da competência legislativa concorrente sobre questões ambientais, bastando analisar, sistematicamente, o artigo 24, incisos VI, VII e VIII, com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal. O artigo 30 da Carta Magna de 1988 assegura aos municípios a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, o que torna natural a inclusão da proteção ambiental nesse escopo. Nesse mesmo raciocínio, Sarlet e Fensterseifer trazem que, “muito embora o marco constitucional que assegura a autonomia municipal, a CF/1988 não arrolou o Município no caput do art. 24, ou seja, no dispositivo que trata da competência legislativa concorrente, mas tão somente a União, os Estados e o Distrito Federal. Com relação à competência legislativa dos Municípios, há a previsão do art. 30, I e II, ao assegurar, respectivamente, que compete aos Municípios: “legislar sobre assuntos de interesse local”; e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”” (2023, p. 516).

Isso significa que os municípios podem criar regulamentações locais que complementem as normas gerais editadas pela União e pelos Estados, desde que observem os limites legais e não contravenham normas de caráter geral determinantes pelos demais entes federados. Dessa forma, a regulamentação ambiental por parte do município, conforme descrito no caso, é possível e constitucional, desde que respeitados os limites impostos pela legislação federal e estadual.

A título de esclarecimento, de maneira mais didática, tem-se que a competência legislativa ambiental abrange a seguinte classificação:

a) concorrente: é a competência prevista no art. 24 da Constituição Federal, a qual se caracteriza pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais. Trata-se, pois, de uma maneira didática de evidenciar a exclusão das hipóteses em que compete privativamente à União legislar sobre algumas temáticas, constantes do art. 22 da CRFB/1988.

b) complementar: correlata à concorrente, sendo a que atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislar sobre normas que complementem o conteúdo de princípios e normas gerais. Na seara do Direito Constitucional, há abalizada doutrina que defende que a competência legislativa complementar é gênero, do qual derivam as competências legislativas suplementar complementar e supletiva (art. 24, §§ 3º e 4º), todas correlatas à competência constitucional concorrente.

Diante disso, apesar do termo “suplementar” ser mencionado no art. 30 da CRFB/1988, a questão versa sobre conteúdo do art. 24, o que justifica a redação da alternativa apontada no gabarito, como correta, haja vista tratar-se de competência legislativa complementar, em que complementar é espécie do gênero suplementar, correlata à competência concorrente.

Sarlet e Fensterseifer (2023) ainda trazem que, em prol de “reforçar tal entendimento, o inc. II do art. 30 da CF/1988 foi preciso ao assinalar a competência legislativa do Município para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, tratando de forma específica sobre o espaço legislativo municipal no âmbito do exercício da competência legislativa concorrente em termos gerais. Aqui também não há razão para rejeitar a aplicação de tal norma à matéria ambiental, de modo que está o Município autorizado constitucionalmente a legislar concorrentemente em tal seara, seguindo os parâmetros legislativos delineados no art. 24 da CF/1988” (2023, p. 516).

Reforçando as fundamentações acima apresentadas, há, ainda, o Tema 145 da Repercussão Geral (STF) que aduz: “O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal)” (STF, Repercussão Geral, Tema 145).

Lado outro, quanto à alegação recursal de impossibilidade de exigência de conhecimento do candidato acerca de jurisprudências e demais normas jurídicas além dos textos de lei, razão não assiste, tendo em vista a própria redação do comando da questão: “Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.” (Grifo nosso). Com o devido respeito, as doutrinas, as jurisprudências, enunciados, Temas de Repercussão Geral etc, são exímias ferramentas interpretativas do direito, a favor dos operadores desta ciência, sendo, pois, fontes do direito. Além disso, o edital inaugural, em seu subitem 13.1.3.1 preleciona que “Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.”

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “B”.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165.

Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-

Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas "serras" dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	43	46	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere T a variável aleatória que responde pelo tempo de tramitação dos processos. Sabe-se que $T \sim Normal(\mu, \sigma^2)$. De acordo com as informações do enunciado:

- 76% dos processos têm um tempo de tramitação de, no máximo, 13,4 meses. Assim, a partir da tabela fornecida, tem-se que:
- $P(T \leq 13,4) = 0,76 \rightarrow P\left(Z \leq \frac{13,4 - \mu}{\sigma}\right) = 0,76 \rightarrow \frac{13,4 - \mu}{\sigma} = 0,7$
- 84% dos processos têm um tempo de tramitação de, no mínimo, 10 meses. Assim, a partir da tabela fornecida, tem-se que:
- $P(T \geq 10) = 0,84 \rightarrow P\left(Z \geq \frac{10 - \mu}{\sigma}\right) = 0,84 \rightarrow \frac{10 - \mu}{\sigma} = -1$
-

Resolvendo o seguinte sistema de equações:

$$\begin{cases} \frac{13,4 - \mu}{\sigma} = 0,7 \\ \frac{10 - \mu}{\sigma} = -1 \end{cases},$$

obtem-se a seguinte solução: $\mu = 12$ e $\sigma = 2$.

Assim,

$$P(T \geq M) = 0,05 \rightarrow P\left(Z \geq \frac{M - 12}{2}\right) = 0,05 \rightarrow \frac{M - 12}{2} = 1,6 \rightarrow M = 15,2$$

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. *Estatística básica*. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	49	44	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao avaliar cada afirmativa, tem-se que

- A probabilidade de ocorrência do erro do tipo I é definida como a probabilidade de rejeição da hipótese nula quando ela é de fato verdadeira = VERDADE. O erro do tipo I ocorre quando rejeitamos H_0 mesmo quando ela é verdadeira. A probabilidade desse erro é o próprio nível de significância α .
- O poder do teste cresce conforme o tamanho da amostra aumenta = VERDADE. O poder do teste é a probabilidade de rejeitar H_0 quando H_1 é verdadeira = $1 - \beta$. Conforme o tamanho da amostra aumenta, a variabilidade das estimativas diminui, tornando mais fácil detectar diferenças reais e aumentando o poder do teste.
- Quando o valor-p fornecido pelo teste de hipótese é menor que o nível de significância estipulado, a hipótese nula deve ser rejeitada = VERDADE. O valor-p representa a probabilidade de obtermos um resultado tão extremo quanto o observado, assumindo que H_0 seja verdadeira. Se ele for menor que α , rejeita-se H_0 , pois considera-se o resultado suficientemente improvável sob H_0 .
- Testes de hipótese unilaterais e bilaterais não são igualmente propensos ao erro do tipo I, se o nível de significância for o mesmo para ambos = FALSO. Se o nível de significância α for o mesmo, a probabilidade de erro do tipo I é exatamente α em ambos os testes. A diferença está na distribuição dessa probabilidade. No teste bilateral, α é dividido entre as duas caudas da distribuição. No teste unilateral, toda a probabilidade de erro do tipo I está concentrada em uma única cauda. Mas a chance total de cometer erro do tipo I continua sendo α .
- Em um teste unilateral com um nível de significância de 5%, é impossível rejeitar a hipótese nula se a estatística do teste estiver em direção oposta à hipótese alternativa = VERDADE. Em um teste unilateral, rejeitamos H_0 apenas se a estatística do teste estiver na região crítica previamente determinada (cauda direita ou esquerda, dependendo da hipótese alternativa). Se a estatística do teste estiver na direção oposta, o valor-p será muito alto e nunca será menor que α , tornando impossível rejeitar H_0 .

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. *Estatística básica*. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	38	48	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao avaliar cada afirmativa, tem-se que

- O valor mediano em um *boxplot* pode não dividir a caixa em duas partes de mesma amplitude = VERDADEIRA. O gráfico *boxplot* divide a caixa em duas partes que possuem a mesma frequência relativa (25%). Isso não necessariamente implica que ambas as partes terão a mesma amplitude na base de dados. Este comportamento ocorre, por exemplo, quando a distribuição dos dados for simétrica.
- Em um histograma em que a altura das barras é determinada pela frequência relativa, a soma das áreas das barras é igual a 1 = FALSO. A área de cada barra, neste caso, será dada por
- amplitude da barra x frequência relativa da barra*.
- A soma das áreas de todas as barras não será necessariamente 1. Quando a altura da barra de um histograma é dado pela densidade, em que
- $densidade da barra = \frac{frequencia\ relativa\ da\ barra}{amplitude\ da\ barra}$,

- A área de cada barra será dada por
- $\text{amplitude da barra} \times \frac{\text{frequência relativa da barra}}{\text{amplitude da barra}} = \text{frequência relativa da barra}$
- Ao somar as áreas de todas as barras neste caso, obtem-se o valor 1, uma vez que cada área é dada pela respectiva frequência relativa.
- Em qualquer histograma, a barra de maior altura representa a classe com maior frequência relativa = Falso. Isso não ocorre no gráfico em que a altura da barra é dada pela densidade e existem amplitudes desiguais.
- No gráfico *boxplot* com muitos *outliers*, os “bigodes” terminam no menor e maior valores dos dados = Falso. Os bigodes tem limites que não necessariamente terminam nos valores mínimo e máximo dos dados observados

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. *Estatística básica*. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	50	37	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao avaliar cada afirmativa, tem-se que

- O modelo explica 81% das variações nos valores das indenizações em relação aos valores reais observados = VERDADE. O coeficiente de determinação mede a proporção da variabilidade da variável dependente (valor das indenizações) explicada pelo modelo de regressão. O valor do coeficiente de determinação dado por 0,81 significa que 81% das variações nos valores das indenizações podem ser explicadas pelo tempo de tramitação. O restante (19%) é atribuído a fatores não considerados no modelo
- O coeficiente de correlação linear de Pearson entre as variáveis envolvidas é 0,9 = FALSO. O coeficiente de correlação pode ser 0,9 ou -0,9. Ambos os valores elevados ao quadrado fornecem o valor 0,81.
- Um coeficiente de determinação de 0,81 garante que o modelo não apresente problemas de multicolinearidade = FALSO. Em modelos de regressão, um alto coeficiente de determinação não garante ausência de multicolinearidade. A multicolinearidade é avaliada por outras métricas, como o VIF (Variance Inflation Factor).

Fonte:

- Morettin, Pedro A., and Wilton O. Bussab. *Estatística básica*. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art.

128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);

- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	59	58	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. Improbidade Administrativa.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que “*Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, que reformou diversos pontos da LIA, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.*”. Esse é o entendimento extraído do Tema 1199, julgado em 18/08/2022 pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “Excluem-se da abrangência da LIA o agente político e todo aquele agente público que exerça tal função transitoriamente ou sem remuneração.”
 - Incorreto, conforme art. 2º, da LIA (Lei Federal nº 8.429/1992).
- “A LIA foi julgada inconstitucional na parte que estabelece penas de multa e proibição de contratar com o poder público, visto que extrapolou o regramento constitucional sobre o assunto.”
 - Incorreto. As regras do art. 12 da LIA permanecem em vigor e não afrontam o texto constitucional.
- “Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, substituindo eventual ação penal.”
 - Incorreto. Dispõe o art. 37, §4º, da CF: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.
- “A LIA (Lei nº 8.429/1992) é um diploma legal federal, de forma que se aplica aos servidores da União; servidores de Estados e Municípios não se submetem a tal regime, mas sim de acordo com o regramento estabelecido pelos respectivos entes a que estão vinculados.”
 - Incorreto. A LIA tem abrangência nacional.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que “*Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.*”. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “*Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.*”

- Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Cargo: Analista Judiciário - Médico Clínico Geral

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional

inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjatividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho)

ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa "A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título." não pode ser indicada como correta. Em "A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa "B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra." não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:", a alternativa "D) A expressão "o jovem" faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado." foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

"O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço."

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo "jovem" está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente "jovem" já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido "o" indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa "B) Em "A fiscal o questionou", o elemento de coesão textual que estabelece referência com "o jovem" pode ser identificado, ainda que implicitamente." não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo "o" indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido "o jovem", e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa "B". A alternativa "C) A expressão "O incidente" promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado." não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. "O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço." (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
 Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
 Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
 Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
 Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
 Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se

desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2º§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	41	39	44

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O escore CURB-65 é um sistema de pontuação utilizado para avaliar a gravidade da pneumonia adquirida na comunidade (PAC) e guiar a decisão sobre a necessidade de internação.

Cálculo do CURB-65 do paciente:

Confusão mental (Glasgow = 14) → 1 ponto

Ureia sérica = 55 mg/dL → 1 ponto

Frequência respiratória = 32 irpm → 1 ponto

Pressão arterial = 90 x 60 mmHg → 1 ponto

Idade ≥ 65 anos → 1 ponto

Total: 5 pontos

Classificação de gravidade e conduta:

CURB-65	Gravidade	Conduta recomendada
0 - 1	Leve	Tratamento ambulatorial
2	Moderada	Internação hospitalar
≥ 3	Grave	Internação em UTI

O paciente apresenta CURB-65 = 5, o que indica pneumonia grave e necessidade de internação em UTI com suporte avançado, incluindo antibióticos intravenosos, suporte ventilatório e monitoramento hemodinâmico. Dessa forma, a questão deve ser ANULADA por não conter resposta correta.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o manejo da pneumonia adquirida na comunidade em adultos imunocompetentes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	44	45	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das alternativas:

A) O tratamento da esquistossomose com praziquantel é contraindicado em gestantes devido ao risco de teratogenicidade.

Errado. O praziquantel é o fármaco de escolha para o tratamento da esquistossomose, incluindo gestantes, pois não há evidências de teratogenicidade significativa. O benefício do tratamento supera os possíveis riscos da infecção não tratada.

B) A transmissão ocorre pela ingestão de água contaminada com cercárias, que penetram ativamente pela mucosa intestinal.

Errado. A transmissão ocorre por penetração ativa das cercárias na pele, e não por ingestão. O contato com água contaminada com larvas infectantes libera as cercárias, que atravessam a pele e migram pelo sistema circulatório até o fígado.

C) A hipertensão portal na forma hepatoesplênica resulta da obstrução do sistema porta pelos ovos e pela fibrose de Symmers.

Correto. A forma hepatoesplênica da esquistossomose decorre da deposição de ovos do parasita no fígado, desencadeando inflamação e fibrose periportal (fibrose de Symmers), que leva à hipertensão portal e suas complicações, como varizes esofágicas.

D) O exame parasitológico de fezes é a principal ferramenta diagnóstica, especialmente nas formas leves e precoces da doença.

Errado. Embora o exame parasitológico de fezes (método de Kato-Katz) seja útil, nas formas leves e precoces, a carga parasitária pode ser baixa, dificultando a detecção. Nesses casos, testes sorológicos e PCR podem ser mais sensíveis.

E) A fase aguda da doença é caracterizada por granulomas hepáticos e hipertensão portal, sendo essas manifestações as mais comuns.

Errado. Na fase aguda (Síndrome de Katayama), os principais sintomas são febre, eosinofilia, exantema urticariforme e sintomas gastrointestinais. Hipertensão portal e granulomas hepáticos ocorrem na fase crônica, especialmente na forma hepatoesplênica.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: Esquistossomose. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	42	37	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está dentro do conteúdo programático: “Abordagem das queixas comuns em serviços de urgência”. As queimaduras em crianças são uma causa significativa de atendimentos em serviços de urgência e emergências. Dados epidemiológicos destacam a relevância desse problema de saúde pública no Brasil.

- Internações Hospitalares:
Entre 2022 e 2023, foram registradas aproximadamente 14 mil hospitalizações de crianças e adolescentes devido a queimaduras no Sistema Único de Saúde (SUS), correspondendo a uma média de 20 internações diárias nessa faixa etária.
- Faixa Etária Mais Afetada:
Crianças de 1 a 4 anos são as mais vulneráveis, totalizando 6,4 mil internações no período mencionado.
- Local de Ocorrência:
A maioria dos acidentes ocorre no ambiente doméstico, ressaltando a importância de medidas preventivas dentro de casa.

Esses dados enfatizam a necessidade de estratégias de prevenção direcionadas, especialmente para crianças menores de 5 anos, e a importância de campanhas educativas focadas na segurança doméstica para reduzir a incidência de queimaduras na população pediátrica.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: queimaduras em crianças. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	45	36	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A cefaleia em salvas é caracterizada por dor intensa unilateral, associada a sintomas autonômicos ipsilaterais (lacrimejamento, congestão nasal, edema palpebral). O tratamento de escolha é oxigenoterapia a 100% e triptanos subcutâneos ou intranasais para alívio rápido.

Fonte:

- Goadsby, P. J.; Silberstein, S. D. *Cluster headache and other trigeminal autonomic cephalalgias*. NEJM, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	55	48	54

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A hipotermia não seria um sinal de alarme para a dengue. Como as referências mais atuais do Ministério da Saúde não citam tal sinal, o recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. Dengue : diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança – 6. ed. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	59	58	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. Improbidade Administrativa.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que “*Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, que reformou diversos pontos da LIA, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.*”. Esse é o entendimento extraído do Tema 1199, julgado em 18/08/2022 pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “Excluem-se da abrangência da LIA o agente político e todo aquele agente público que exerça tal função transitoriamente ou sem remuneração.”
 - Incorreto, conforme art. 2º, da LIA (Lei Federal nº 8.429/1992).
- “A LIA foi julgada inconstitucional na parte que estabelece penas de multa e proibição de contratar com o poder público, visto que extrapolou o regramento constitucional sobre o assunto.”
 - Incorreto. As regras do art. 12 da LIA permanecem em vigor e não afrontam o texto constitucional.
- “Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, substituindo eventual ação penal.”
 - Incorreto. Dispõe o art. 37, §4º, da CF: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.
- “A LIA (Lei nº 8.429/1992) é um diploma legal federal, de forma que se aplica aos servidores da União; servidores de Estados e Municípios não se submetem a tal regime, mas sim de acordo com o regramento estabelecido pelos respectivos entes a que estão vinculados.”
 - Incorreto. A LIA tem abrangência nacional.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não

podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Médico do Trabalho

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado

e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RCB, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>
- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de

mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

- Afirmativa III: incorreta

- Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Médico Pediatra

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele

perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo.’” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”. Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando.” não pode ser indicada como correta. A expressão “não identificando a normalidade” não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição “a” com o artigo feminino “a” ou “a” inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de “normalidade”. “Identificar” é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, “a normalidade”). “Normalidade” é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição “a” (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino “a” que acompanha o substantivo

"normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	36	40	39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisando o comando da questão, pede-se ao candidato a indicação da alternativa correta. Assim, o gabarito preliminar indicou como alternativa correta a letra E. Contudo, ao analisar o texto da referida alternativa constata-se que, de fato, conforme as diretrizes, o diagnóstico de doença de Kawasaki atípica (incompleta) pode ser feito em duas situações: Febre de 5 dias ou mais + menos de 4 critérios clínicos + achados laboratoriais característicos OU alterações ecocardiográficas; Febre de 7 dias ou mais inexplicada + achados laboratoriais característicos OU alterações ecocardiográficas.

Com isso, a alternativa E está incorreta ao sugerir que são necessários tanto achados laboratoriais quanto ecocardiográficos. Na verdade, basta a presença de um ou outro (laboratorial ou ecocardiográfico) para considerar o diagnóstico de doença de Kawasaki atípica.

Portanto, devido à exigência equivocada de ambos os achados (laboratoriais e ecocardiográficos), a alternativa E também está incorreta, de maneira que não há alternativa correta disposta na questão, razão pela qual foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta

- Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Médico Psiquiatra

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	43	42	39

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

Julga-se procedente o recurso para a alteração do gabarito, sendo a alternativa incorreta e gabarito da questão a letra C: “É uma síndrome caracterizada por múltiplos tiques motores e ao menos um tique vocal, presentes em algum momento durante o quadro, necessariamente ao mesmo tempo”. Justifica-se pelo fato de que os tiques não precisam ocorrer necessariamente ao mesmo tempo e os fatores ambientais podem influenciar a gravidade dos sintomas.

Fonte:

- DSM V – TR (2022).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Nutricionista

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”. foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar

chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de

perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse "Exausta, ajudei a colega no final do dia." ou "Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia." não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral "consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que

ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

- Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)
- Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)
- Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)
- Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)
- Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)
- Modo — de que forma aconteceu o fato (como)
- Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

- Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.
- Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.
- Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.
- Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

2001.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador,

para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariângela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	38	42	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra correta é a E) Peso para idade, estatura para idade e índice de massa corporal para idade, apenas.

De acordo com a Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), intitulada “Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde” de 2011, página 14, é recomendada a classificação do Índice de Massa Corporal - IMC proposto pela Organização Mundial da Saúde para crianças a partir dos 5 anos (WHO, 2007). Na página 15, em nota de rodapé do Quadro 6, é informado que a partir de 5 anos, deve ser utilizado o Índice de Massa Corporal para idade para avaliar a proporção entre o peso e a estatura da criança.

A letra C não está correta, pois a Organização Mundial da Saúde apresenta referências de peso-para-estatura apenas para **menores de 5 anos** pelo padrão de crescimento de 2006 (nota de rodapé do Quadro 6, página 15).

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.: il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	39	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra correta é a C) A recomendação de fibra dietética para os indivíduos idosos deve ser de 25 g ao dia, com o objetivo de manter um adequado funcionamento intestinal.

A letra B não está correta, pois afirma que “A necessidade energética diária indicada para todos os idosos é de 30 a 35 kcal por kg de peso corporal.”

De acordo com a Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento de 2019, página 5, “A necessidade energética diária indicada para pacientes idosos é de 30 a 35 Kcal por kg de peso corporal. Essa quantidade deve ser individualizada e é uma estimativa aproximada das necessidades totais de energia.” A alternativa B da questão 44 afirma que essa recomendação é para todos os idosos, sem considerar que essa necessidade deve ser ajustada de acordo com o estado nutricional, nível de atividade física e a demanda metabólica relacionada a doença. Por isso, a alternativa B está incorreta.

Ainda, a última Diretriz da ESPEN Nutrição clínica e hidratação em geriatria de 2022, como citada pelo candidato, recomenda 30 kcal por kg de peso corporal por dia, mas também não afirma que essa é recomendação é para todos os idosos. A ESPEN reforça que “esse valor deve ser ajustado individualmente em relação ao estado nutricional, nível de atividade física, estado da doença e tolerância.” (página 960).

Fontes:

- Gonçalves et al. Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento. BRASPEN Journal, v.34, Supl.3, p.2-58. Disponível em: https://www.sbnpe.org.br/_files/ugd/a8daef_13e9ef81b44e4f66be32ec79c4b0fbab.pdf
- Volkert et al. ESPEN practical guideline: Clinical nutrition and hydration in geriatrics. Clinical Nutrition, v.41, n.2022, p.958-989, 2022. Disponível em: https://www.espen.org/files/ESPEN-Guidelines/ESPEN_practical_guideline_Clinical_nutrition_and_hydration_in_geriatrics.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	50	48	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Silva e Mura (2014) os pacientes com DPOC sofrem de diminuição da ingestão de alimentos e de desnutrição, o que causa fraqueza dos músculos respiratórios, aumento da incapacidade, aumento da suscetibilidade a infecções e alterações hormonais. Desnutrição é um problema comum associado à DPOC, tendo taxas de prevalência de 30% a 60% devido à energia extra necessária para o trabalho da respiração e frequentes e recorrentes infecções respiratórias. É recomendado um aporte calórico adequado para atingir ou manter um estado nutricional o mais próximo possível daquele condizente com uma menor morbidade. Algumas estratégias devem ser adotadas para o aumento do aporte calórico, quando os pacientes com DPOC relatarem os seguintes sintomas: anorexia, saciedade precoce, dispneia e fadiga. As estratégias são:

- Descansar antes das refeições e comer devagar; - Ingerir primeiramente os alimentos mais calóricos; - Ter alimentos preparados para os períodos de aumento da dispneia e fadiga; - Fracionar a dieta durante o dia; - Aumentar a quantidade de fibras e a ingestão de água, se necessário; - Adicionar manteiga, margarina, maionese, creme de leite para aumentar o valor calórico dos alimentos, se necessário.

E segundo Mahan e Raymond (2018) existem dois objetivos principais no tratamento do hipermetabolismo visto na DPOC estável: 1) prevenção da perda de massa corporal; 2) prevenção da perda de massa corporal magra (MCM).

Esses objetivos podem ser obtidos assegurando-se o seguinte: • Refeições pequenas e frequentes nutricionalmente densas; • O paciente deve ingerir a refeição principal quando o teor energético estiver em seu ponto mais alto; • Energia, proteínas, vitaminas e minerais em quantidades adequadas para manter uma massa corporal desejável — um IMC entre 20 e 24 kg/m²; • Disponibilidade de alimentos que exijam pouca preparação e sejam facilmente aquecidos em um forno de micro-ondas; • Limitação do álcool a menos de dois drinques/dia (30 g de álcool); • Período de repouso antes das refeições.

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- MAHAN, L. K., RAYMOND, J.L. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 14. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	51	46	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Afirmativa II é a única incorreta. É dever do nutricionista assumir responsabilidade por suas ações, ainda que estas tenham sido solicitadas por terceiros. Entretanto, em caso de imposição legal ou judicial, o nutricionista deve comunicar oficialmente a situação à chefia imediata da instituição e ao Conselho Regional de Nutricionistas de sua jurisdição (CFN, 2018, p.15). Ou seja, comunicar a chefia e ao CRN e não ao CFN.

Fontes:

- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Casos éticos comentados**. Brasília: CFN, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução do CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018**. Aprova o código de ética e de conduta do nutricionista e dá outras providências.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	53	54	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta para a primeira.

Art. 60. É vedado ao nutricionista prescrever, indicar, manifestar preferência ou associar sua imagem intencionalmente para divulgar marcas de produtos alimentícios, suplementos nutricionais, fitoterápicos, utensílios, equipamentos, serviços, laboratórios, farmácias, empresas ou indústrias ligadas às atividades de alimentação e nutrição de modo a não direcionar escolhas, visando preservar a autonomia dos indivíduos e coletividades e a idoneidade dos serviços.

- I. Inclui-se como formas de divulgação a utilização de vestimentas, adereços, materiais e instrumentos de trabalho com a marca de produtos ou empresas ligadas à área de alimentação e nutrição. Excetuam-se profissionais contratados por empresa ou indústria durante o desempenho de atividade profissional por esta contratante.
- II. Caso o nutricionista seja contratado pela empresa ou indústria para desempenhar a função de divulgação de serviços ou produtos de uma única marca, empresa ou indústria, esta deve ser voltada apenas a profissionais que prescrevam ou comercializem os produtos e vedada aos demais públicos.
- III. Quando da prescrição dietética, orientação para consumo ou compra institucional, havendo necessidade de mencionar aos indivíduos e coletividades as marcas de produtos, empresas ou indústrias, o nutricionista deverá apresentar mais de uma opção, quando disponível. Não havendo outra opção que tenha a mesma composição ou que atenda a mesma finalidade, é permitido indicar o único existente.

Fontes:

- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Casos éticos comentados. Brasília: CFN, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução do CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o código de ética e de conduta do nutricionista e dá outras providências.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	48	55	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Falso- Ao iniciar o programa dialítico, a ingestão de proteína é maior do que no tratamento conservador, pois a perda de proteínas no processo de diálise pode ser significativa. A diálise é um dreno de proteína corporal, e durante o processo há perda de até 30g de proteína. Recomenda-se Proteína para pacientes em hemodiálise: 1,2 a 1,4g/kg do PA e em diálise peritoneal 1,3 a 1,5g/kg.

Falso- A recomendação calórica varia de acordo com o estado nutricional, em que 30 a 35kcal/g para manutenção e acima de 35 kcal/kg na desnutrição, em ambas recomendações se utiliza o peso atual do paciente. A ingestão de energia deve ser adequada para que a proteína seja utilizada para síntese de proteína tecidual e para prevenir sua utilização para energia.

Verdadeiro- Para controle do potássio, prepare verduras e legumes cozidos para as suas principais refeições. É importante ter uma tabela com uma lista de alimentos ricos e pobres em potássio para consulta, que pode ser fornecida pelo profissional que acompanha o caso.

No tratamento dialítico, a restrição de fósforo é importante, porque os pacientes geralmente apresentam hiperfosfatemia, devido à baixa eficiência dos procedimentos dialíticos na remoção de fósforo. O quadro de hiperfosfatemia é potencializado pelo alto consumo de proteína através das carnes, que também são fontes de fósforo, doenças ósseas e análogos da vitamina D.

Além dos cuidados com a alimentação, o controle do fósforo deve ser feito com o uso de quelantes (medicações que impedem a absorção do fósforo), se necessário. Este deve ser tomado durante as refeições e lanches segundo orientações.

Fontes:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- Sociedade Brasileira de Nefrologia. <https://sbn.org.br/publico/tratamentos/orientacoes-nutricionais/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	52	53	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Falso - Além de auxiliar na absorção do cálcio, a vitamina C é essencial na formação do colágeno, sugerindo papel potencializador na proteção óssea.

Verdadeiro- A vitamina K é implicada no metabolismo ósseo, uma vez que participa na carboxilação de proteínas, como a osteocalcina. Sua deficiência alimentar ou utilização de drogas que interfiram em seu efeito, como

anticoagulantes orais, podem aumentar o risco de fraturas ósseas.

Verdadeiro- A proteína alimentar é fundamental pelos seus efeitos anabólicos sobre a matriz óssea, porém em excesso é capaz de intensificar o processo de desmineralização óssea.

Verdadeiro- O consumo excessivo de cafeína presente no café, mas bebidas energéticas, em chás, e refrigerantes acarreta em aumento na excreção urinária de cálcio, conferindo um risco adicional ao desenvolvimento de osteoporose. O mesmo efeito é observado com o consumo excessivo de sal.

Fonte:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	55	47	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na afirmativa II não foi relatado/limitado o valor máximo de consumo do sódio e apenas a indicação de dieta hipossódica, ou seja, trata-se, basicamente, de uma abordagem alimentar que limita o consumo de sódio, e com benefícios para a saúde e para a paciente em questão, pois a mesma apresentou pequena melhora nos níveis pressóricos, além disso, é obesa e com pai falecido por problema cardíaco.

A afirmativa III também é correta segundo atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose (2017). Recomendações dietéticas para o tratamento das dislipidemias: tratamento quando LDL-colesterol acima da meta ou presença de comorbidades (hipertensão arterial sistêmica, diabetes, sobrepeso ou obesidade, circunferência da cintura aumentada, hipercolesterolemia, hipertrigliceridemia, síndrome metabólica, intolerância a glicose ou aterosclerose significativa): gordura total 25-35% VCT; ácidos graxos saturados (<7% do valor calórico total), Ácidos graxos monoinsaturados (15%VCT); Ácidos graxos poli-insaturados (5 a 10%VCT).

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- FALUDI, A. A. *et al.*. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 109, n. 2, p. 1–76, ago. 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	49	52	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O zinco que atua no crescimento e replicação celular, e consecutivamente, na cicatrização das UP, além de apresentar funções fagocitária, imunitária, celular e humoral e favorecer o paladar e o apetite. Logo, não é o ferro e sim o zinco que faz o papel informado na letra C.

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral Associação Brasileira de Nutrologia Sociedade Brasileira de Clínica Médica. **Terapia Nutricional para Portadores de Úlceras por Pressão**. Projeto Diretrizes Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	47	51	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se enquadra no conteúdo programático: “Nutrição e tratamento de doença; Dietoterapia: bases fisiopatológicas, princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	46	50	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se enquadra no conteúdo programático: “Nutrição e tratamento de doença; Dietoterapia: bases fisiopatológicas, princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	59	58	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. Improbidade Administrativa.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, que reformou diversos pontos da LIA, deixou de existir, no ordenamento jurídico, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa.”*. Esse é o entendimento extraído do Tema 1199, julgado em 18/08/2022 pelo Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “Excluem-se da abrangência da LIA o agente político e todo aquele agente público que exerça tal função transitoriamente ou sem remuneração.”
 - Incorreto, conforme art. 2º, da LIA (Lei Federal nº 8.429/1992).
- “A LIA foi julgada inconstitucional na parte que estabelece penas de multa e proibição de contratar com o poder público, visto que extrapolou o regramento constitucional sobre o assunto.”
 - Incorreto. As regras do art. 12 da LIA permanecem em vigor e não afrontam o texto constitucional.
- “Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, substituindo eventual ação penal.”
 - Incorreto. Dispõe o art. 37, §4º, da CF: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.
- “A LIA (Lei nº 8.429/1992) é um diploma legal federal, de forma que se aplica aos servidores da União; servidores de Estados e Municípios não se submetem a tal regime, mas sim de acordo com o regramento estabelecido pelos respectivos entes a que estão vinculados.”
 - Incorreto. A LIA tem abrangência nacional.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. / Noções de direitos humanos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a análise das falas das personagens que constam no enunciado da questão:

- Ana: correta
 - Conforme art. 4º, II, da CF.
- Mariana: incorreta
 - Mariana está equivocada ao afirmar que o tratado somente é recepcionado caso passe pelo procedimento citado; nem todo tratado precisa ser recepcionado na forma do art. 5º, §3º, da CF, mas somente aqueles que se pretenda dar status de emenda constitucional. Há outras possibilidades de recepção de tratados internacionais, como é o caso daqueles que adquirem status suprallegal.

- Juliana: incorreta
 - A proteção de dados pessoais é direito fundamental expresso incluído pela EC nº 115/2022.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”.

Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- *“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...).”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Cargo: Analista Judiciário - Odontólogo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos

subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmção, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa

acompanhado de amigos após uma partida de futebol." não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por "quando" (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa "D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa." não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa "C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo." não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa "A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	44	39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A principal vantagem das resinas duais é a garantia da polimerização completa, mesmo que a fotopolimerização seja inadequada. A principal desvantagem é a porosidade causada pela mistura. Também há menos estabilidade de cor do que com as resinas fotopolimerizáveis exclusivamente como resultado dos aceleradores de aminas aromáticas. Como acontece com as resinas autopolimerizáveis, a inibição do oxigênio e a porosidade são problemas com as resinas duais. Destinam-se a qualquer situação que não permita penetração de luz suficiente para produzir a conversão adequada de monômeros, por exemplo, cimentação de inlays cerâmicos volumosos.

Fonte:

- Phillips Materiais Dentários. Autores Chiayi Shen, H. Ralph Raws e Josephine F. Esquivel-Upshaw. 13ª edição. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 5. Páginas 99, 99, 99, 99 e 99.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	39	40	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dentre as funções da incorporação de cargas temos a diminuição da sorção de água. Os inibidores são adicionados aos sistemas de resina para minimizar ou prevenir a polimerização espontânea ou acidental de monômeros. Compósitos constituídos de nanopartículas são indicados para uso clínico em áreas de dentes anteriores e posteriores sem contato. Compósitos bulk-fill (carga em massa) permitem maior penetração de luz do fotopolimerizador, gerando uma maior profundidade de polimerização em relação aos demais compósitos fotopolimerizáveis. Compósitos nano-híbridos são indicados para uso clínico em áreas de estresse moderado que exigem polimento ideal (classe III e IV).

Fonte:

- Phillips Materiais Dentários. Autores Chiayi Shen, H. Ralph Raws e Josephine F. Esquivel-Upshaw. 13ª edição. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 5, página 92, 94, 95 (tabela 5.1), 96 e 95 (tabela 5.1).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	43	37	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A displasia óssea não parece ser de natureza neoplásica, geralmente não requer tratamento. Para o paciente assintomático, o melhor manejo consiste em consulta de controle com profilaxia e reforço da higiene oral para controlar a doença periodontal e prevenir a perda dentária. A displasia óssea florida aparece com envolvimento multifocal. Essa forma afeta predominantemente mulheres melanodermas, com predileção marcante por adultos de meia idade e idosos.

Fonte:

- Livro Patologia Oral e Maxilofacial. 4a edição. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 14, páginas 599 e 601.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	40	41	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Efeitos determinísticos dizem respeito à relação causa/efeito imediato entre a exposição e o sintoma. Efeitos pequenas doses de radiação vão se somando, e só depois de algum tempo ocorre a manifestação dos primeiros sinais e sintomas. Nos primeiros anos de uso dos rios-x em odontologia, muitos cirurgiões-dentistas foram mutilados ou perderam a vida por ignorar os efeitos deletérios dessa radiação e manter o filme dentro da boca do paciente com os seus próprios dedos. O colimador ou diafragma está localizado na abertura do cabeçote e tem a função limitar a passagem do feixe principal de radiação. O filtro de alumínio tem a função de barrar os raios-X que apresentam comprimento de onda maiores. Efeitos estocásticos são efeitos não aparentes e que dependem de longos períodos de latência, meses ou anos.

Fonte:

- Fundamentos de Radiologia e Imaginologia. Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. 3ª edição. Editora Santos. Capítulo 3, páginas 13,13, 16, 16, 14.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	42	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há uma chance de a infecção proveniente do canino ou primeiro pré-molar superior atingir o espaço canino e daí se espalhar para o seio cavernoso no crânio através das veias sem válvulas da face e da base anterior do crânio. Diagnóstico e controle da emergência das dores orofaciais corresponde ao conteúdo programático.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Berman e Kenneth M. Hargreaves. 12ª edição. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 19, página 725.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	42	44	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os achados de Sundqvist serviram para demonstrar que, na ausência de infecção, o tecido pulpar necrótico por si só e o líquido tecidual estagnado dentro do canal radicular não induzem ou perpetuam lesões de periodontite apical. Já foi demonstrado que, embora alterações degenerativas e inflamatórias de diferentes graus possam ocorrer na polpa com doença periodontal associada, a necrose pulpar significativa somente se desenvolve caso o biofilme periodontal alcance o forame apical, levando a um dano irreversível aos vasos sanguíneos principais, que penetram por esse forame. O tamanho da lesão de periodontite apical tem mostrado ser proporcional ao número de espécies bacterianas

encontradas no canal radicular. O número de células bacterianas pode variar de 10^3 a 10^8 por canal radicular. Estudos moleculares têm divulgado uma média de 10 a 20 espécies por canal infectado. Canais de dentes associados às fistulas podem exibir um número de espécies perto do topo dessa variação.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Berman e Kenneth M. Hargreaves. 12ª edição. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 15, páginas 574, 575, 587, 587.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	36	45	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fumo provoca vasoconstrição periférica, reduz a permeabilidade vascular e a hiperemia, diminui o fluxo do fluido crevicular gengival e reduz a disponibilidade de oxigênio. Estas alterações ocorrem independentemente da presença de doença periodontal. O tabagismo causa drástica mudança subgengival com a produção de um meio anaeróbico, ácido, com alta privação nutricional e redução da resposta imunológica. Do ponto de vista de resposta ao tratamento periodontal, em diabéticos descompensados a recomposição microbiológica que seria induzida pelo debridamento mecânico é afetada, uma vez que o processo de recolonização e o reestabelecimento do equilíbrio periodontal é modificado pela hiperglicemia no fluido gengival. Em pacientes com saúde periodontal, a hiperglicemia associada ao diabetes promove o aumento de Gram- negativos anaeróbios estritos e a redução de Gram-positivos facultativos; e em pacientes com periodontite, a hiperglicemia associada ao diabetes promove o aumento de Gram-negativos e Gram-positivos facultativos e redução dos Gram-negativos anaeróbios estritos.

Fonte:

- Microbiologia Bucal. 1ª ed. São Paulo: Ed. Manole Ltda, 2022. Capítulo 9, p 270 a 271. Arthur, R. A; Negrini, T. C; Montagner, F.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	43	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As alterações ecológicas da bolsa periodontal formam um ambiente mais alcalino, anaeróbico e proteolítico, com alterações dos níveis de oxigênio e elevação do pH. As alterações ecológicas da bolsa periodontal formam um ambiente mais alcalino. A periodontite é caracterizada pela abundância de bactérias na bolsa periodontal, com destaque para bactérias Gram-negativas e anaeróbias. O processo inflamatório observado na doença é capaz de modular a expressão dos genes de virulência tanto em patógenos quanto em microorganismos comensais, desse modo a inflamação induz uma pressão seletiva no biofilme, induzindo novas condições ambientais na bolsa periodontal. A alteração na composição do biofilme é acompanhada por um aumento na sua biomassa, o que pode potencializar a ação deste biofilme sobre o hospedeiro.

Fonte:

- Arthur, R. A; Negrini, T. C; Montagner, F. Microbiologia Bucal. 1ª ed. São Paulo: Ed. Manole Ltda, 2022. Capítulo 9, p 265 a 268.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	41	38	39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O bloqueio do nervo alveolar superior posterior é contraindicado quando o risco de hemorragia é muito grande, por exemplo os hemofílicos, pacientes que tomam medicamentos que podem aumentar o sangramento, como clopidogrel, neste caso recomenda-se a injeção supraperiosteal, mas a anestesia dos nervos alveolares superiores médio e anterior não possuem tal contra-indicação, como faltou especificar que o item se tratava do nervo alveolar superior posterior, a questão suscita dúvida. Tecnicamente, o bloqueio do nervo infraorbital fornece anestesia aos

tecidos moles da porção anterior da face, não aos dentes ou aos tecidos moles e duros intraorais, portanto, não é correto chamar o bloqueio do nervo alveolar superior anterior de bloqueio do nervo infraorbital quando o objetivo é a anestesia dos dentes. O bloqueio do nervo palatino anterior ou maior fornece anestesia da porção posterior do palato duro. A anestesia do nervo bucal não é necessária para a maioria dos procedimentos odontológicos restauradores, porque fornece inervação sensitiva somente aos tecidos moles vestibulares adjacentes aos molares inferiores

Fonte:

- Manual de Anestesia Local, 7ª edição. Stanley F. Malamed. Capítulo 13, página 183, 187, 192 e capítulo 14, página 219.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	53	52	55

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com Campostrini & Kallas (2024), a incidência de cárie radicular está diretamente relacionada com baixo fluxo salivar (p. ex., efeito de medicamentos, doenças sistêmicas, irradiações), doença periodontal, hábitos alimentares, além de abfrações e o uso de prótese. Com isso, a questão passou a ter duas respostas corretas. Sendo assim, essa banca julga o recurso como procedente e decide pela anulação da questão.

Fonte:

- CAMPOSTRINI, Eliana; KALLÁS, Monira S. Odontogeriatrica: Teoria e Prática sob uma Visão Multidisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2024. E-book. p.129. ISBN 9786555722727.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	55	50	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Shen et al (2023) escrevem que: “uma vez que o dente é condicionado, o ácido deve ser enxaguado completamente com um jato de água por cerca de 20 segundos, e a água deve ser removida. Quando o esmalte sozinho é condicionado e deve ser colado com uma resina hidrofóbica (p. ex., resina à base de bisfenol-A glicidil dimetacrilato [bis-GMA]; ele deve ser completamente seco com ar quente até adquirir um aspecto branco e fosco. A dentina, por outro lado, não suporta esse ressecamento agressivo, o que causaria falha de união devido à formação de fibras colágenas impermeáveis e colapsadas. Na técnica de condicionamento total, deve-se usar um agente dentinário adesivo e primer que sejam compatíveis tanto com a dentina úmida quanto com o esmalte úmido”. Em relação ao tempo de condicionamento esses mesmos autores afirmam que: “O tempo ideal de aplicação do condicionador pode variar um pouco, dependendo da exposição prévia da superfície do dente ao flúor e outros fatores. Por exemplo, um dente permanente com alto teor de flúor pode exigir um tempo de condicionamento mais longo, assim como os dentes decíduos”. Portanto as afirmativas I e III estão corretas e essa banca julga os recursos com improcedentes.

Fonte:

- SHEN, Chiayi; RAWLS, H R.; ESQUIVEL-UPSHAW, Josephine F. Phillips Materiais Dentários. 13. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2023. E-book. p.121. ISBN 9788595159617.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

- “Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”*
 - Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- “A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- “Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- “A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”*
 - Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático “interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furtar” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	08	15	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO demonstra o expresso anteriormente:” a alternativa “C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)” foi adequadamente indicada como correta. A anáfora tem como função 'lembrar'. É o termo usado em um texto para lembrar ou retomar algo que já foi dito. Ao contrário da anáfora, a catáfora tem a função de anunciar o que vai ser dito. Esses termos são estudados em coesão textual. A gramática tradicional diz que o demonstrativo 'este' é catafórico, porque deve referir-se a algo que será apresentado; e 'esse' é anafórico, porque refere-se a algo que já foi anunciado no texto ou no contexto. Por exemplo: «Essa história de usar nomes falsos para relatar fatos, me aborrece. Por isso, este meu relato vai com todos os nomes e sobrenomes.» O pronome relativo “que” é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou

coisas, no singular ou no plural.

Não conheço o rapaz que saiu.

Gostei muito do vestido que comprei.

Eis os ingredientes de que precisamos.

Não é o que acontece com o trecho destacado na alternativa “C”, em que o termo “que” não retoma antecedente.

A alternativa “E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4o§)” não pode ser indicada como correta. Aqui o termo “magistrado” é utilizado para retomar o termo “juiz” já introduzido no texto, no primeiro parágrafo, não atendendo assim ao enunciado da questão que requer o termo destacado que apresenta tal função. A alternativa “B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, pois aqui o termo “isso” retoma o antecedente que se refere a toda a situação citada anteriormente.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, consequentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo’.” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa”.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo". Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando”.” não pode ser indicada como correta. A expressão "não identificando a normalidade" não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a" ou "a" inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de "normalidade". "Identificar" é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, "a normalidade"). "Normalidade" é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição "a" (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" que acompanha o substantivo "normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por "quando" (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:”, a alternativa “D) critérios, indivíduo, distúrbio.” foi adequadamente indicada como correta. As palavras “critérios”, “indivíduo” e “distúrbio” são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa “B) contrário, é, também.” não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em “em”. A alternativa “C) indício, cível, aparência.” não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em “l”. A alternativa “A) é, já, vítima.” não pode ser considerada correta: monossílabo e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	17	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos.*”

Não foram observados vícios, incorreções, irregularidades ou ilegalidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico ou legal e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir.

() “*O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar.*”

Afirmativa falsa. De forma expedita, a função precípua do Poder Judiciário é apreciar e julgar, de acordo com a lei, os conflitos que surgirem na sociedade, a fim de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Assim, claro e legalmente estabelecido está, que não é função precípua do poder Judiciário produzir leis (legislar). Esta função é do Poder Legislativo. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 assim determina:

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º *Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

() “*Referida lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pelo Poder Judiciário.*”

() “*Não se subordinam à referida lei contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.*”

Ambas as afirmativas são falsas. A obrigatoriedade de licitar abrange os órgãos integrantes da Administração Pública direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem licitar em conformidade com a Lei 13.303/2016, observada a ressalva da Lei 14.133/2021 referente a crimes em licitações e contratos administrativos, cujos dispositivos são aplicados também a essas entidades da Administração Indireta. Os conselhos de fiscalização profissional, por terem natureza jurídica de autarquias especiais ou corporativas, arrecadarem e gerenciarem recursos públicos de natureza parafiscal, também estão sujeitos às

normas de licitações e contratações públicas. Em atenção às disposições da lei de licitações (Lei nº 14.133/2021, artigo 1º, I), a seguir transcritas, o Poder Judiciário e seus fundos especiais, também são alcançados por citada legislação.

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

Fontes:

- LEI Nº 14.133/2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.
- Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br>. Consulta efetuada em 12/11/2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: *“CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: (...) Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.*

Não foram observados vícios, incorreções ou irregularidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico-científico e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir:

A) “Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com 3 tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais.”

Afirmativa Verdadeira. O modelo de Gestão por Competência, como o próprio nome do modelo explicita, trabalha com competências que podem ser agrupadas em 3 tipos principais: I – Competências Organizacionais: responsáveis por definir o diferencial da empresa no mercado, podem estar relacionadas à expertise em um determinado processo ou ao uso de ferramentas e tecnologias inovadoras; II – Competências Técnicas: relativas às capacidades técnicas dos profissionais em realizar suas atividades, normalmente atreladas às questões de formação acadêmica, proficiência em idiomas e demais características; III – Competências Comportamentais: relativas à forma como as pessoas reagem em diferentes situações, tanto nas questões coletivas, como liderança e cooperativismo, quanto nas questões individuais, como na resiliência e autogestão.

B) “Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo, pode ser irrelevante para outro.”

Afirmativa Verdadeira. São exemplos de competências pessoais: iniciativa, autoconfiança, otimismo, empatia, adaptação, autoavaliação, liderança, Inteligência emocional, comunicação e flexibilidade. Essas competências são importantes para qualquer profissional e, sem dúvidas, também para as organizações, sejam elas do setor público ou do setor privado. O modelo de Gestão por Competência trabalha primordialmente com esse foco, o que significa que uma competência que é muito importante para um cargo, pode ser totalmente irrelevante para outro, ou ainda que as competências exigidas para um determinado cargo em uma empresa sejam completamente diferentes das exigidas em outra.

C) “Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles.”

Afirmativa falsa. A questão exige conhecimentos sobre o modelo de Gestão por Competências. Importante não confundir o modelo de Gestão por Competências com o modelo de Gestão por Desempenho. A gestão por competências considera o alinhamento entre as competências consideradas como essenciais em cada cargo da organização, com as competências individuais identificadas e necessárias para ocupá-los. Por sua vez, a gestão por desempenho tem por foco a avaliação dos resultados apresentados pelos colaboradores em relação ao que se espera de cada um deles. Na prática, os funcionários (ou servidores públicos) são avaliados não por suas competências primordialmente, mas por suas entregas e pelo atingimento ou não das metas acordadas. Conclui-se que a gestão por desempenho busca o cumprimento dos objetivos da organização sob um viés diferente da gestão por competência. A

gestão por desempenho tem uma abordagem mais direta e voltada para os resultados, enquanto a gestão por competência busca seus resultados por meio da alocação da pessoa “certa” no “lugar certo”.

D) “Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes.”

Afirmativa Verdadeira. A gestão por competências é uma modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da empresa, com as competências apresentadas por seus ocupantes. Desta forma, esse modelo de gestão busca o atendimento a uma série de requisitos para que o profissional consiga realizar entregas mais precisas e relevantes para o negócio. Cada empresa e cada cargo demandam competências específicas, por isso a definição é feita de forma individualizada, levando em consideração os cenários interno e externo da organização. Isso ajuda a obter maiores ganhos com a parte estratégica.

E) “Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição.”

Afirmativa Verdadeira. Existem muitas vantagens em adotar uma gestão pautada em competências (Modelo de Gestão por Competência). A vantagem mais relevante é a obtenção do comprometimento dos colaboradores por meio da valorização de seus talentos individuais, os quais podem ser devidamente trabalhados com aplicação de processos de desenvolvimento conforme necessidade da instituição, a fim de melhorar a capacidade de retorno de cada um deles. A finalidade é, sem dúvidas, aproveitar ao máximo o potencial de cada colaborador com o objetivo de melhorar os indicadores da organização de forma geral e proporcionar-lhe um crescimento sustentável.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda a Resolução nº 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO, prevista no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar da questão apontou a alternativa que diz que “[s]ão agentes públicos para a referida resolução, dentre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório”. De fato a assertiva é correta, conforme art. 2º, I, da Resolução 307/2023. As demais alternativas, todas incorretas, são a seguir apresentadas com seus respectivos trechos iniciais e fundamentos:

- “Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.”

- Incorreto. O art. 14, §2º, dispõe que é vedado o anonimato no encaminhamento do relato de assédio ou discriminação.

- “Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.”

- Incorreto, pois conforme parágrafo único do artigo 8º, qualquer conduta que, direta ou indiretamente, de maneira intencional ou não, adeque-se ao conceito previsto no art. 2º, VII da Resolução, produzindo o efeito discriminatório, caracterizará discriminação.

- “A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.”

- Quando se tratar de notícia envolvendo magistrados, o tratamento deve se dar conforme parágrafo único do art. 12 da Resolução.

- “Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.”

- Incorreto, pois conforme art. 2º, II, o âmbito do PJRO compreende qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus, administração, ensino, pesquisa, extensão e cultura, em meio presencial e virtual, bem como fora das dependências físicas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Resolução n. 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO. Disponível em <https://atos.tjro.jus.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes atos normativos:

- Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação;
- Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
- Resolução n. 199/2021 do TJRO - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do PJRO;
- Resolução n. 309/2023 do TJRO - Código de Ética e Conduta do PJRO.

Todas estão previstas no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se as afirmativas dispostas na questão para análise e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: incorreta
 - Conforme art. 13, §4º, da LGPD, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro. Ou seja, de forma alguma o dado pseudonimizado “perde em definitivo a possibilidade de associação”.
- Afirmativa II: incorreta
 - Conforme art. 5º, VI e VII, da LGPD, João é considerado *operador*, por se enquadrar no conceito legal (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador). Maria, a seu turno, é considerada *titular*, nos termos do art. 5º V, também da LGPD (pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento).
- Afirmativa III: incorreta
 - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, conforme art. 10, caput, c/c §3º, da Lei 10527/2011.
- Afirmativa IV: correta
 - A Resolução n. 309/2023 do TJRO estabelece princípios, valores, diretrizes, deveres e normas de conduta ética aplicáveis aos agentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO), entre eles incluídos servidores ocupantes de cargo efetivo e estagiários.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais pautam-se em ausência de alternativa correta ou erro na divulgação do gabarito, pleiteando, diante disso, a anulação da questão.

Contudo, a resposta apresentada como correta, qual seja, a letra “B” (O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.) encontra-se correta.

Inicialmente cumpre destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988), o meio ambiente é um bem de interesse comum e exige proteção de todos os entes federativos (art. 225). Ademais, com o novo regime assegurado aos municípios, trazido com o advento da CRFB/1988, diante da maior proximidade com os cidadãos e conhecimento dos interesses locais, ampliou a competência legislativa deste ente federado, em seara ambiental. Assim, em que pese o município não constar, expressamente, no art. 24 do texto Constitucional vigente, possui, este ente federado a prerrogativa da competência legislativa concorrente sobre questões ambientais, bastando analisar, sistematicamente, o artigo 24, incisos VI, VII e VIII, com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal. O artigo 30 da Carta Magna de 1988 assegura aos municípios a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, o que torna natural a inclusão da proteção ambiental nesse escopo. Nesse mesmo raciocínio, Sarlet e Fensterseifer trazem que, “muito embora o marco constitucional que assegura a autonomia municipal, a CF/1988 não arrolou o Município no caput do art. 24, ou seja, no dispositivo que trata da competência legislativa concorrente, mas tão somente a União, os Estados e o Distrito Federal. Com relação à competência legislativa dos Municípios, há a previsão do art. 30, I e II, ao assegurar, respectivamente, que compete aos Municípios: “legislar sobre assuntos de interesse local”; e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”” (2023, p. 516).

Isso significa que os municípios podem criar regulamentações locais que complementem as normas gerais editadas

pela União e pelos Estados, desde que observem os limites legais e não contravenham normas de caráter geral determinantes pelos demais entes federados. Dessa forma, a regulamentação ambiental por parte do município, conforme descrito no caso, é possível e constitucional, desde que respeitados os limites impostos pela legislação federal e estadual.

A título de esclarecimento, de maneira mais didática, tem-se que a competência legislativa ambiental abrange a seguinte classificação:

a) concorrente: é a competência prevista no art. 24 da Constituição Federal, a qual se caracteriza pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais. Trata-se, pois, de uma maneira didática de evidenciar a exclusão das hipóteses em que compete privativamente à União legislar sobre algumas temáticas, constantes do art. 22 da CRFB/1988.

b) suplementar: correlata à concorrente, sendo a que atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislar sobre normas que complementem o conteúdo de princípios e normas gerais.

Na seara do Direito Constitucional, há abalizada doutrina que defende que a competência legislativa suplementar é gênero, do qual derivam as competências legislativas suplementar complementar e supletiva (art. 24, §§ 3º e 4º), todas correlatas à competência constitucional concorrente.

Diante disso, apesar do termo “suplementar” ser mencionado no art. 30 da CRFB/1988, a questão versa sobre conteúdo do art. 24, o que justifica a redação da alternativa apontada no gabarito, como correta, haja vista tratar-se de competência legislativa complementar, em que complementar é espécie do gênero suplementar, correlata à competência concorrente.

Sarlet e Fensterseifer (2023) ainda trazem que, em prol de “reforçar tal entendimento, o inc. II do art. 30 da CF/1988 foi preciso ao assinalar a competência legislativa do Município para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, tratando de forma específica sobre o espaço legislativo municipal no âmbito do exercício da competência legislativa concorrente em termos gerais. Aqui também não há razão para rejeitar a aplicação de tal norma à matéria ambiental, de modo que está o Município autorizado constitucionalmente a legislar concorrentemente em tal seara, seguindo os parâmetros legislativos delineados no art. 24 da CF/1988” (2023, p. 516).

Reforçando as fundamentações acima apresentadas, há, ainda, o Tema 145 da Repercussão Geral (STF) que aduz:

“O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal)” (STF, Repercussão Geral, Tema 145).

Lado outro, quanto à alegação recursal de impossibilidade de exigência de conhecimento do candidato acerca de jurisprudências e demais normas jurídicas além dos textos de lei, razão não assiste, tendo em vista a própria redação do comando da questão: “Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.” (Grifo nosso). Com o devido respeito, as doutrinas, as jurisprudências, enunciados, Temas de Repercussão Geral etc, são exímias ferramentas interpretativas do direito, a favor dos operadores desta ciência, sendo, pois, fontes do direito. Além disso, o edital inaugural, em seu subitem 13.1.3.1 preleciona que “Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.”

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “B”.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO

Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.

§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:

...

II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e

Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independará da existência de distrito administrativo.

§ 1o Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2o Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	27	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto contra a questão, conclui-se que os argumentos apresentados são improcedentes, não havendo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

A questão solicita a identificação do local correto no Windows para alterar a prioridade de um processo em execução. O gabarito oficial indica corretamente a alternativa D, que afirma que essa modificação pode ser realizada por meio do Gerenciador de Tarefas, na aba "Detalhes", utilizando a opção "Definir prioridade".

O recurso alega que a funcionalidade de alteração de prioridade está disponível apenas na aba "Detalhes" do Gerenciador de Tarefas, o que invalidaria a alternativa D.

A alternativa D menciona genericamente o uso do Gerenciador de Tarefas para alterar a prioridade de processos, sem especificar uma aba incorreta. De acordo com o procedimento padrão do Windows (IPERIUS, 2018), para modificar a prioridade de um processo, deve-se:

6º Abrir o Gerenciador de Tarefas (por exemplo, pressionando Ctrl + Shift + Esc).

7º Ir para a aba "Detalhes".

8º Localizar o processo desejado.

9º Clicar com o botão direito sobre ele e selecionar a opção "Definir prioridade".

10º Escolher o nível de prioridade desejado (Baixa, Abaixo do Normal, O recurso argumenta que a alteração de prioridade realizada pelo Gerenciador de Tarefas não é permanente.

A questão não exige que a modificação seja permanente, apenas que a prioridade de um processo em execução seja alterada. A alteração de prioridade via Gerenciador de Tarefas é o método correto e documentado pelo Windows para redistribuir recursos do processador durante a execução do sistema. A persistência após reinicialização não é um critério exigido na questão.

A) Acessar o menu Configurações do Windows, na seção "Sistema e desempenho", e ajustar a prioridade diretamente. Incorreta – O menu de configurações do Windows não oferece uma opção para definir a prioridade de processos específicos. Ele permite ajustes gerais de desempenho, mas não altera a prioridade de processos individuais.

B) Acessar o aplicativo Serviços, localizar o serviço correspondente ao processo e alterar sua prioridade nas configurações do serviço. Incorreta – O aplicativo Serviços (services.msc) permite iniciar, parar e configurar serviços, mas não oferece controle direto sobre a prioridade dos processos que os serviços executam.

C) Utilizar o Gerenciador de Dispositivos, localizar o processo relacionado e definir sua prioridade na guia de propriedades avançadas. Incorreta – O Gerenciador de Dispositivos (devmgmt.msc) gerencia drivers de hardware e não permite alterar a prioridade de processos em execução.

E) Navegar até o Painel de Controle, na seção "Gerenciamento de Energia", e ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo.

Incorreta – O Gerenciamento de Energia afeta o desempenho do processador e outros componentes do sistema, mas não permite definir prioridades de processos individuais. O Gerenciamento de Energia no Painel de Controle não permite alterar a prioridade de processos individuais em execução, mas sim modificar o desempenho global do sistema por meio de perfis de energia. Esses perfis podem influenciar a forma como o processador gerencia tarefas, mas não fornecem um controle direto e específico sobre a prioridade de processos individuais, como exige a questão. Conforme descrito na documentação oficial da Microsoft, o Gerenciamento de Energia do Windows está relacionado ao gerenciamento de energia do dispositivo e não ao controle de prioridade de processos específicos (MICROSOFT, 2023). Além disso, a própria descrição da alternativa E menciona "ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo", o que não corresponde ao conceito técnico de "Definir prioridade" de processos no Windows. Perfis de energia ajustam a disponibilidade de recursos, mas não permitem ao usuário definir que um processo específico tenha prioridade sobre outro no uso da CPU.

Diante dos argumentos apresentados, verifica-se que:

- A alternativa D está correta, pois descreve o método oficial e documentado pelo Windows para alteração da prioridade de um processo em execução.
- A alternativa E está incorreta, pois o Gerenciamento de Energia não permite definir prioridade de processos individuais, apenas modificar configurações gerais de desempenho do sistema.

Portanto, o recurso é improcedente, e o gabarito da questão permanece inalterado.

Fontes:

- IPERIUS. *Modificando prioridades nos processos do Windows*. 2018. Disponível em: <<https://www.iperiusbackup.net/pt-br/modificando-prioridades-nos-processos-do-windows/>>.
- MICROSOFT. *Kernel do Windows - Windows drivers*. 2023. Disponível em: https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-hardware/drivers/ddi/_kernel/.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora

alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What’s the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	31	34	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito da atividade cafeicultora em Rondônia estão corretas e articuladas entre si, sendo que a segunda afirmativa completa e justifica a primeira afirmativa. A cafeicultura em Rondônia passou por quatro fases, de acordo com SILVA et.al (2020, pág. 150/151): “1) Territorialização do migrante, entre 1970 e 1990; 2) Afirmação da cafeicultura rondoniense, entre 1990 e 2001; 3) Desaceleração da produção de café, entre 2001 e 2010; e 4) Modernização e incremento técnico-científico à produção, a partir de 2010”. A partir da segunda década do século XXI, a cafeicultura retomou sua importância para a economia regional, sobretudo em razão da modernização da atividade, introdução de novas tecnologias ao meio produtivo, desenvolvimento de novas técnicas e elevação da produtividade e qualidade do produto estadual.

Logo, as duas afirmativas estão corretas e articuladas entre si.

Fonte:

- SILVA, E. A. da (et.al.). Transição sociotécnica na cadeia produtiva do café no estado de Rondônia. Revista Ciências da Sociedade, vol. 4, num 7, pp. 144-163, jan/jun 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216377>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita, com base no mapa e no cabeçalho, que o candidato assinale a alternativa INCORRETA. Assim:

A alternativa A está CORRETA porque registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção.

A alternativa B está CORRETA porque a partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia.

A alternativa C está CORRETA porque em Rondônia, o rio Madeira se transformou (...), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de commodities constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

A alternativa D está CORRETA porque atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demanda recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohídronegócio* (...), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*.

A alternativa E está INCORRETA porque, a partir da referência utilizada para elaborar a questão, a organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização (assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Fonte:

- RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. Agrohídronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista GEONORTE, vol 8, num. 28, pp 16-30, 2017. pp 19. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3506/pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	32	33	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Exploração ilegal de madeira de elevado valor comercial.

CORRETA. A exploração ilegal de madeira, em particular aquela realizada em RESEX, terras indígenas ou pertencentes a comunidades tradicionais é um elemento que acentua os conflitos socioambientais na Amazônia e em particular, no estado de Rondônia.

Alternativa B - Aumento de atividades de mineração em terras indígenas.

CORRETA. O aumento da mineração (especialmente a ilegal) em terras indígenas é um fator que contribui para o aumento dos conflitos socioambientais na região amazônica e se observa sua ocorrência em Rondônia.

Alternativa C - Disputas em torno de diferentes usos para as bacias hidrográficas.

CORRETA. Na região amazônica, assim como em Rondônia, observa-se um acirramento dos conflitos socioambientais decorrentes de diferentes projetos de uso para as águas das bacias hidrográficas (geração de energia, transporte, irrigação, piscicultura etc.).

Alternativa D - Extrativismo de produtos florestais e manejo florestal sustentável.

INCORRETA. O extrativismo de produtos florestais e o manejo sustentável do ambiente podem ser considerados como aspectos que podem auxiliar na redução de conflitos socioambientais na região amazônica como um todo, Rondônia inclusa. O extrativismo sustentável e o manejo florestal são práticas que visam a preservação ambiental e a economia sustentável. O manejo florestal sustentável permite o uso dos recursos naturais sem degradar o meio ambiente e sem provocar grandes disputas por terras. O extrativismo de produtos florestais, como a coleta de castanha-do-pará, borracha e açaí, é tradicionalmente realizado por comunidades ribeirinhas, indígenas e seringueiros, sem gerar conflitos violentos. Por outro lado, os outros fatores listados na questão estão diretamente relacionados aos conflitos sendo que a única alternativa que não está associada aos conflitos socioambientais na Amazônia e em Rondônia é a D, pois o manejo florestal sustentável não gera violência, mas sim busca equilibrar conservação e economia.

Alternativa E - Cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários.

CORRETA. Outra tipologia de conflitos que notadamente explodiu nesses últimos anos na região amazônica refere-se aos cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários: 95.558 famílias foram afetadas por movimentos externos de invasão de seus territórios (CPT, 2022).

Fonte:

- MATOS, L. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia. Terra Livre, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 683-719. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3340>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e *inselbergs*. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas “serras” dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCE/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no Uti Possidetis, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.

INCORRETO. As principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia dos rios Branco e Colorado são agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e geração de energia elétrica.

Alternativa B - Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.

CORRETO. A Comunidade Quilombola Pedras Negras se localiza no encontro entre as Bacias dos Rios Branco e Colorado e a margem direita do rio Guaporé, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste.

Alternativa C - Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.

CORRETO. Na bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado são encontrados diversos usos para as águas, desde a geração de hidroeletricidade em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), irrigação, dessedentação animal e piscicultura.

Alternativa D - Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.

CORRETO. Nota-se que as ocupações econômicas estão concentradas na porção noroeste da região de competência do CBH-RBC, em especial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e São Miguel do Guaporé. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado é um importante órgão colegiado, cuja área de atuação tem apresentado número considerável e crescente de emissão das outorgas do uso da água ao longo dos anos, localizadas de forma concentrada em sua porção Noroeste.

Alternativa E - Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CORRETO. Na área da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado estão presentes áreas destinadas às reservas indígenas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e da Terra Indígena Rio Branco. Além das TIs estão localizadas nessa bacia duas Unidades de Conservação, a saber a Reserva Biológica Guaporé e a Reserva Extrativista Pedras Negras.

Fontes:

- SANT'ANNA, D.; CARMELLO, N.; FIGUEIREDO, D. M. de. Dinâmica de uso da água e solicitação de outorga na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Branco e Colorado – Rondônia/Brasil. Revista

Presença Geográfica, vol 9, num 3, UNIR, 2022, pp 53-73. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7043>

- SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-06.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	36	36	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão é claríssimo e não admite qualquer hipótese de dúvida ou questionamento sobre sua exigência: assinalar a assertiva que NÃO corresponde ao texto LITERAL da Constituição da República de 1988. A assertiva C deveria ser marcada como não correspondente ao texto constitucional do inciso XXXIII do art. 5º, porque, no referido dispositivo não há a ressalva de sigilo dos “dados pessoais sensíveis dos indivíduos.” Para refutar todos os recursos, segue a redação literal do dispositivo:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A) CORRETA, vide inciso VIII

B) CORRETA, vide inciso LXIX.

D) CORRETA, vide inciso LXI, que permite a prisão por crime militar, sem que o agente esteja em flagrante delito e sem ordem judicial. A prisão de João realizada por policiais do Exército, sem mandado judicial e fora de situação de flagrante delito, é lícita, uma vez que ele havia cometido crime militar. O comando da questão se referia à LITERALIDADE do texto constitucional, sem adentrar nas exigências específicas da legislação castrense. O texto LITERAL constitucional permite a prisão sem mandado e fora de flagrante nos casos de: transgressão militar (infrações disciplinares) e crime propriamente militar, conforme definido em lei. Como o caso menciona que João cometeu um crime militar, a prisão sem mandado judicial e fora de flagrante estaria formalmente e literalmente autorizada pelo texto da Constituição, independentemente de outros detalhes. O diferencial da questão foi, justamente, exigir a interpretação LITERAL do texto, ou seja, desconsiderando outras legislações infraconstitucionais como o CPPM. A tendência natural é pensar no princípio do devido processo legal e nos procedimentos corretos, mas, se o enunciado delimita a análise apenas ao texto constitucional, a alternativa estaria CORRETA. Conclusão Final: como a questão pede a análise apenas pela Constituição, a assertiva está correta. Se houvesse espaço para considerar o CPPM ou o devido processo legal, daí sim, a prisão seria ilegal por falta de formalidades. Esses detalhes são técnicas de avaliação, denominadas distratores ou indutores, metodologicamente utilizados para verificar a capacidade de interpretação de texto e conhecimentos jurídicos do candidato.

E) CORRETA, vide inciso XI, por se tratar de violação de domicílio em caso de desastre e para prestar socorro.

Fonte:

- Art. 5º, incisos VIII, XI, XXXIII, LXIX e LXI da CR/88.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	37	37	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva A reflete Tese fixada no RE Recurso Extraordinário (RE) 1455038 no Plenário Virtual, portanto, está correta e deveria ser assinalada.

“O adiamento de exame de concurso público por motivo de biossegurança relacionado à pandemia do COVID-19 não impõe ao Estado o dever de indenizar”.

B) INCORRETA: Justamente ao contrário, o Supremo Tribunal Federal SIM admite a mitigação do princípio da nulidade, nas decisões que reconhecem a inconstitucionalidade das leis em controle difuso de constitucionalidade. Vide RE-AgR 434.222/AM e MS 22.357/DF. Veja-se também a doutrina de Pedro Lenza: LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2024.

C) INCORRETA: a primeira oração está incorreta, pois a regra é que os efeitos da medida cautelar sejam prospectivos, ou seja, *ex nunc*, vide redação do § 1º do art. 11 da Lei n. 9.868/99:

Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.

§ 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

§ 2º A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

D) INCORRETA: o pedido da ADI foi julgado improcedente, mantendo-se a constitucionalidade do art. 156 da Lei Complementar n. 75/93, pelo qual é prerrogativa do presidente da República, não do Governador do DF, de nomear o chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Território:

Desse modo, por qualquer ângulo que se analise a argumentação exposta pelo requerente, não há como se acolher a pretensão deduzida, uma vez que o art. 156, caput, da LC nº 75/93, ao estabelecer a prerrogativa do presidente da República de nomear o chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, expressa, na verdade, a perfeita sintonia da lei federal com a Constituição da República de 1988.

E) INCORRETA: vide ADI 2135/DF:

É constitucional — por não ter violado o devido processo legal legislativo — a revogação, pela Emenda Constitucional nº 19/1998, da redação original do art. 39 da Constituição Federal, que previa, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a instituição de regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por maioria, julgou improcedente o pedido da ação e, diante do lapso temporal desde o deferimento da medida cautelar nestes autos, atribuiu eficácia *ex nunc* à presente decisão, esclarecendo, ainda, ser vedada a transmutação de regime dos atuais servidores, como medida de evitar tumultos administrativos e previdenciários.

Por fim, deve-se ressaltar o previsto no item 13.1.3.1 da norma editalícia, que assim dispõe:

13.1.3.1 Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.

Fonte:

- CR/88 e jurisprudência do STF e Lei n. 9.868/99.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	39	38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejam os distratores dispostos na questão:

LETRA A

Errado. O STF, no RE 1.210.727/SP (Informativo 1093), decidiu que é constitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício com estampidos. Essa medida está relacionada à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, matérias de competência concorrente entre União, estados, DF e municípios (art. 24, VI e XII, CF/88). A norma respeita os limites da competência suplementar e do interesse local (art. 30, I e II, CF/88).

LETRA B

Errado. No julgamento da ADI 2.879/DF (Informativo 1108), o STF declarou que é constitucional lei estadual que fixa limite de tempo proporcional e razoável para atendimento ao consumidor. A lei não viola as regras do sistema constitucional de repartição de competências, uma vez que trata de uma matéria que não é de competência privativa da União e se insere na esfera de atuação estadual.

LETRA C

Errado. De acordo com o STF no RE 833.291/SP (Informativo 1119), é inconstitucional lei municipal que impõe tal obrigação aos shopping centers. Essa medida viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do

trabalho e direito comercial (art. 22, I, CF/88). Além disso, a lei fere os princípios constitucionais da livre iniciativa (arts. 1º, IV, e 170, caput, CF/88), razoabilidade e proporcionalidade.

LETRA D

Certo. Conforme o STF decidiu na ADI 6578/DF (Informativo 1088), a lei estadual ou distrital que prevê parcelamento ou pagamento de multas com cartão de crédito é inconstitucional. Isso porque legislar sobre trânsito e transporte é uma competência privativa da União (art. 22, XI, CF/88). A decisão reflete a necessidade de uniformidade nas regras de trânsito em todo o território nacional, sendo vedado aos estados ou DF regulamentarem essa matéria.

LETRA E

Errado. Conforme o STF decidiu na ADI 3.801/RS (Informativo 1146), é inconstitucional lei estadual que permite a comercialização de pneus usados importados, ainda que excepcionalmente. Essa matéria viola a competência privativa da União para legislar sobre comércio exterior e interestadual (art. 22, VIII, CF/88). Além disso, a importação de resíduos, incluindo pneus usados, é proibida por normas federais, como a Lei 6.938/1981 e a Portaria 138-N/1992, do Ibama, devido aos riscos ambientais e à saúde pública.

Por fim, deve-se ressaltar o previsto no item 13.1.3.1 da norma editalícia, que assim dispõe:

13.1.3.1 Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	38	39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos os distratores dispostos na questão:

LETRA A

Errado. Admite-se o controle abstrato de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça de leis municipais em face da Constituição Federal, apenas quando o parâmetro de controle invocado for norma de reprodução obrigatória ou exista, no âmbito da Constituição Estadual, regra de caráter remissivo à Carta Federal (STF. ADI 5647/AP, Info 1036). A norma de repetição obrigatória, como no caso da regra sobre subsídio de membros de Poder e detentores de mandato eletivo (art. 39, §4º, CF/88), integra automaticamente a Constituição Estadual, mesmo que não seja expressamente reproduzida. Assim, o TJ poderá julgar a lei municipal inconstitucional utilizando como parâmetro este dispositivo da Constituição Federal, pois o conteúdo da norma é de reprodução obrigatória (STF. Plenário. Rel. originário Min. Marco Aurélio, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/02/2017 – repercussão geral).

LETRA B

Errado. Embora a ADPF seja um mecanismo apropriado no STF para analisar conflitos constitucionais amplos, não exclui a competência dos Tribunais de Justiça para exercerem controle abstrato de constitucionalidade em representações de inconstitucionalidade. Esse controle pode ser realizado quando o parâmetro invocado for norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal ou regra remissiva na Constituição Estadual. No caso da regra sobre subsídio (art. 39, §4º, CF/88), o TJ pode julgar a lei municipal inconstitucional com base na norma de reprodução obrigatória (STF. Plenário. Rel. originário Min. Marco Aurélio, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/02/2017 – repercussão geral).

LETRA C

Errado. A competência para analisar a constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal não é exclusiva do STF. O Tribunal de Justiça pode exercer esse controle quando o parâmetro for uma norma de reprodução obrigatória, como no caso do subsídio de membros de Poder e detentores de mandato eletivo, previsto no art. 39, §4º, CF/88 (STF. ADI 5647/AP, Info 1036; STF. Plenário. Rel. originário Min. Marco Aurélio, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/02/2017 – repercussão geral).

LETRA D

Errado. A competência dos Tribunais de Justiça para julgar leis municipais em controle abstrato não é irrestrita. Ela se limita aos casos em que o parâmetro invocado seja uma norma de reprodução obrigatória ou quando haja uma regra de caráter remissivo na Constituição Estadual. Por exemplo, a regra sobre subsídio prevista no art. 39, §4º, CF/88, é norma de reprodução obrigatória e permite o controle abstrato no TJ, mas isso não se aplica a qualquer parâmetro da Constituição Federal (STF. ADI 5647/AP, Info 1036; STF. Plenário. Rel. originário Min. Marco Aurélio, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/02/2017 – repercussão geral).

LETRA E

Certo. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, somente se considera cabível o recurso extraordinário de ação direta de inconstitucionalidade estadual ou distrital quando a norma da respectiva constituição invocada pelo Tribunal de origem para fundamentar sua decisão corresponde a norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória. Essa é a hipótese da questão, em que o parâmetro de controle é o subsídio previsto no art. 39, §4º, CF/88,

considerado pelo STF como uma norma de reprodução obrigatória (STF, RE 246903 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 26/11/2013; STF, RE 859.170-AgR-segundo, 1ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 11/12/2018; STF - ARE: 1307458 SC 5003549-26.2019.8.24.0000, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, julgado em 16/05/2022, DJe 20/06/2022).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	42	41	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: Responsabilidade civil. Não há qualquer óbice ao se exigir conhecimento jurisprudencial sobre determinado assunto contido no edital (no caso, consta do edital a matéria “Responsabilidade civil”), uma vez que a exigência se refere a conhecimentos amplos sobre os temas ali dispostos, inclusive, por certo, as posições firmadas por Tribunais Superiores, notadamente pelo STF e STJ.

Ademais, o item 13.1.3.1 da norma editalícia assim dispõe:

13.1.3.1 Os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Edital nº 001, de 25 de outubro de 2024 – TJRO.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	43	42	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

I - Verdadeiro. É a previsão do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021.

II - Falso. Segundo o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade da contratada não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

III - Falso. De acordo com o artigo 123 da Lei nº 14.133/2021, a Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Fonte:

- Artigo 123 da Lei nº 14.133, de 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	40	43	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D”, tem-se que, segundo o artigo 12, §4º, da Lei nº 8.429/92, a possibilidade de extrapolar a sanção somente pode ocorrer desde que observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica, viabilizando a manutenção de suas atividades.

Além disso, a alternativa “A” contraria expressamente o decidido pelo STF na ADI 4295, quando se decidiu que “o duplo regime sancionatório de agentes políticos é possível, à exceção do Presidente da República, de modo que não se vislumbra inconstitucionalidade no art. 2º da Lei 8.429/1992”. Acrescenta-se que não há nenhuma ambiguidade ou erro na redação da alternativa.

Por fim, sobre a menção ao Repetitivo n 1.055 do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que, de acordo com o artigo

16, §10, da Lei nº 8.429/92, a "indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita". O Tema do STJ em questão foi proferido anteriormente às mudanças da nova Lei de Improbidade. Há, inclusive, um novo Tema (Tema 1257), já à luz da nova Lei, na qual se decidiu que "As disposições da lei 14.230/21 são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual regra dada à lei 8.429/92".

De qualquer modo, o enunciado da questão é expresso ao limitar a questão acerca das previsões da nova Lei de Improbidade e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, a nova Lei, como visto, é expressa em vedar a inclusão da multa (não tendo o STF declarado esse dispositivo inconstitucional).

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- STF - ADI 4295; artigo 16, §10, e 12, §4º, da Lei nº 8.429/92; STJ - Tema 1257.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	41	40	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O vício de forma e competência, em regra, podem ser convalidados. Segundo a doutrina, "a possibilidade de se sanear os atos viciados deve ser vista em relação aos seus elementos. Somente se mostram passíveis de convalidação os vícios relacionados à forma (desde que não seja essencial à prática do ato) e à competência (desde que não seja exclusiva). Vícios referentes à finalidade, ao motivo e ao objeto tornam o ato insanável e, portanto, nulo" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de direito administrativo, 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p. 294).

Além disso, o único caminho a ser adotado pela Administração não é a invalidação dos atos viciados. Caso os vícios sejam sanáveis, é possível a convalidação (a qual, inclusive, para parte considerável da doutrina, deve ser a regra ao invés da invalidação). Nesse sentido: "Desta maneira, como a Administração Pública não pode conviver com atos ilegais, tanto a convalidação como a invalidação viriam a corrigir esses vícios. No entanto, com a convalidação, ademais da restauração da legalidade, haveria o privilégio também da segurança jurídica e da boa-fé (caso existente), o que faz com que haja precedência da convalidação sobre a invalidação" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de direito administrativo, 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.212). Igualmente, vide BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 33.ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p.493.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	46	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que afirma que "não é possível o pensionamento em favor dos pais de um recém-nascido" não está correta, pois exclui qualquer possibilidade de pensionamento, o que destoa do entendimento consolidado pelo STJ no REsp n. 1.842.852/SP, Terceira Turma, DJe de 7/11/2019, que reconhece a possibilidade de pagamento da pensão aos pais. Essa orientação também está consolidada na Súmula 491 do STF, segundo a qual "é indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado". Sendo um precedente vinculante, nos termos do art. 927, IV, do CPC, a questão está corretamente formulada e em conformidade com a jurisprudência aplicável.

O termo final da pensão, conforme a Tabela do IBGE ou o momento do falecimento dos beneficiários, reflete o atual entendimento do STJ, consolidado no julgamento do REsp 2.121.056-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 21/5/2024 (Informativo 814).

Sobre o valor do pensionamento, o critério estabelecido pelo STJ define que o termo inicial do pagamento será a data em que a vítima completaria 14 anos de idade, sendo fixado o valor em 2/3 do salário mínimo. Quando o falecido atingiria 25 anos, o valor é reduzido para 1/3, pois se presume que, a partir desse momento, ele começaria a constituir sua própria família. O quesito inverteu essa estrutura, contrariando o critério jurisprudencial adotado pelo STJ (AgInt no AREsp 1713056/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/10/2020, DJe 24/11/2020).

O STF consolidou, por meio da Súmula 491, que a indenização pela morte de filho menor é devida independentemente do exercício de trabalho remunerado. Sendo um precedente vinculante, nos termos do art. 927, IV, do CPC, não há falha na formulação da questão.

Fontes:

- Súmula 491 do STF.
- STJ. 3ª Turma. REsp 2.121.056-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 21/5/2024 (Informativo 814).
- STJ. AgInt no AREsp 1713056/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/10/2020, DJe 24/11/2020.
- STJ. REsp n. 1.842.852/SP, Terceira Turma, DJe de 7/11/2019.
- Código Civil, art. 948, II.
- Código de Processo Civil, art. 927, IV.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	46	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a partilha configura um direito potestativo dos ex-cônjuges, pois representa o poder de dissolver uma universalidade de bens e, assim, modificar ou extinguir uma situação jurídica, independentemente da vontade ou comportamento do outro sujeito envolvido. Dessa forma, não há que se falar em prescrição, pois não existe uma pretensão a ser satisfeita, ou seja, não há uma obrigação a ser exigida da parte passiva – como dar, fazer ou não fazer –, que são características dos direitos subjetivos e das ações condenatórias correspondentes.

Além disso, sendo um direito potestativo ao qual o ordenamento jurídico brasileiro não impôs prazo decadencial, conclui-se que ele pode ser exercido a qualquer momento, conforme entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.817.812 de São Paulo, pela Quarta Turma, sob relatoria do Ministro Marco Buzzi, em sessão realizada em 3 de setembro de 2024, publicado no Informativo 824.

Nos termos do item 13.1.3.1 do edital, os precedentes, súmulas e jurisprudências dos tribunais poderão ser considerados para fins de elaboração de questões desde que publicados até trinta dias antes da data de realização das provas. Logo, é plenamente cabível a cobrança de precedentes do Superior Tribunal de Justiça, como o utilizado para fundamentar o gabarito oficial da questão impugnada.

Portanto, a jurisprudência aplicada na questão não contraria a legislação vigente, mas sim a interpreta de forma sistemática, concluindo que não há prazo para requerer partilha nos casos abordados no enunciado. Dessa forma, não há erro na formulação da questão nem na resposta indicada no gabarito oficial, razão pela qual o recurso deve ser rejeitado.

Fontes:

- Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial 1.817.812 de São Paulo, Relator Ministro Marco Buzzi, julgado em 3 de setembro de 2024, publicado no Informativo 824.
- Item 13.1.3.1 do edital do concurso.
- Código Civil, artigo 205.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	44	45	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a Súmula 72 do STJ, "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." Isso significa que, sem a comprovação da mora, o credor não pode exercer o direito de retomada do bem, conforme os preceitos legais e a jurisprudência consolidada do STJ.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a anulação de questões de concurso público pelo Poder Judiciário é medida excepcional, cabível apenas quando o vício apresentado na questão é evidente e compromete a legalidade do certame. No caso em análise, a incorreção na grafia do nome do tribunal não possui gravidade suficiente para ensejar a anulação da questão, pois não prejudicou a compreensão do enunciado pelos candidatos.

Nesse sentido, no julgamento do RMS 49.896-RS, o STJ reafirmou que a intervenção judicial em concursos públicos é restrita a situações em que há flagrante ilegalidade ou erro material que comprometa a lisura do certame. Erros formais ou de menor relevância, que não afetam a compreensão das questões ou a igualdade entre os candidatos, não justificam a anulação de questões.

A Súmula 28 do STJ dispõe que: “O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.” Essa súmula permanece em vigor, não tendo sido revogada, e continua apontando o entendimento consolidado do STJ sobre a matéria. Assim, não há fundamento para o argumento dos recorrentes de que a imputação da assertiva como falsa seria equivocada.

Fontes:

- Súmula 72 do STJ: "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente."
- Súmula 28 do STJ: "O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor."
- STJ. 2ª Turma. RMS 49.896-RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 20/4/2017 (Informativo 603).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	51	49	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O elementos indicados pelo caso problema, atestam que foram feitos os questionamentos pelos canais devidos sobre a inconstitucionalidade que Elis entende existir na norma e que foram negados, com a clara indicação de que o Estado entende que a norma é constitucional e que o entendimento sobre a inconstitucionalidade é, até onde o caso problema indica, de Elis. A Advocacia Pública, no caso, não pode defender ambos os posicionamentos e o caso problema deixa patente o posicionamento que já foi feito de forma administrativa, questionando a constitucionalidade. Ao que consta no caso, o interesse público e a legalidade, pelo ponto de vista do ente público está do lado da validade da norma, o que tira a legitimidade da Advocacia pública, mesmo em regime de exceção à regra, para casos particulares, onde não exista o conflito e sim apenas o interesse ou o direito dos funcionários em ameaça.

Fonte:

- Hermenêutica jurídica e normas legais aplicáveis.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	51	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos a justificativa de cada afirmativa disposta na questão:

Afirmativa I – Errado, pois deve ser impetrado embargo de declaração, antes da apelação, a decisão não está corretamente fundamentada (Art. 489, §1º, III do CPC). Existe omissão no julgamento ao não indicar quais danos reconheceu e quais não.

Afirmativa II – Errado, pois está correta a antecipação do julgamento, conforme o Art. 355, I do CPC. Outra prova não foi requerida por qualquer das partes e o juiz entendeu que as provas apresentadas são suficientes.

Afirmativa III – Errado, conforme disposto no Art. 355, I do CPC.

Afirmativa IV – Errado, pois caso mantida a não fundamentação da sentença no que cerne à especificação dos danos reconhecidos, o recurso cabível seria a Apelação.

Dessa forma, a sequência correta é F, F, F, F, conforme corretamente indicado no gabarito preliminar como a alternativa E, razão pela qual mantém inalterado.

Fonte:

- <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=recurso+cabivel+da+senten%C3%A7a+que+julga+os+embargos+de+declara%C3%A7%C3%A3o>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	52	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa em questão é: “Caso fosse efetivada a citação por Oficial de Justiça, o réu não poderia suscitar nulidade alegando que não recebeu a citação. Os atos praticados e certificados por Oficial de Justiça possuem presunção de veracidade.”. Reafirmamos, não existe erro na assertiva. Vejamos, não se argumenta que a presunção não seria absoluta, ou seja, que existiria a possibilidade de comprovação do fato contrário à presunção, tornando-o falso. A questão é que neste caso eventual suscitação de nulidade teria obrigatoriamente que ser fundada (alegando) a falsidade da certidão emitida pelo oficial e justiça, uma vez que a alegação simples de não ter recebido a citação não comporta guarita contra a existência de uma certidão de citação legalmente firmada e emitida pelo oficial de justiça que praticou o ato. Logo, incabível a alegação. O cabimento da suscitação está condicionado à possibilidade de mérito na questão, o que não pode ser restrito ao argumento de que não foi citado, frente a certidão que atesta o contrário. Entretanto, não discordamos da possibilidade de comprovação da falsidade do documento, mediante prova neste sentido, o que, neste caso, deveria ser o fundamento da suscitação de nulidade e não apenas o fato de alegar não ter sido citado, conforme indicado na afirmativa. Logo, o gabarito não tem motivo para ser alterado.

Fonte:

- Hermenêutica jurídica.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	48	52	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de prorrogação de foro, prevista no artigo 65 do CPC, uma vez que não houve contestação e nem indicação de que deveria haver a prevalência da cláusula de eleição de foro. Neste caso, aplica-se a regra geral processual por não se tratar de competência absoluta e, no caso específico, houve a prorrogação do foro, nos termos da legislação processual.

Fonte:

- CPC.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	54	55	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se como alternativa correta a alternativa E: “O princípio da intervenção mínima fundamenta a aplicação do princípio da insignificância, que é admitido tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência como causa de exclusão da tipicidade material, desde que presentes requisitos objetivos e subjetivos”. Tal gabarito se fundamenta solidamente nos princípios e entendimentos prevalentes na legislação e jurisprudência brasileira, especialmente no reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) do princípio da intervenção mínima como suporte para a aplicação do princípio da insignificância. Este princípio, que exclui a tipicidade material, exige que condutas sejam avaliadas sob critérios rigorosos, incluindo a mínima ofensividade da ação, a inexpressividade da lesão ao bem jurídico, a ausência de periculosidade social, e o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento. No caso hipotético de Carlos, que furtou cabos de cobre de ínfimo valor, se alinha a esse entendimento, justificando a absolvição. Embora a análise da alternativa C destaque a relevância da situação de vulnerabilidade social de Carlos, ela não pode ser utilizada isoladamente para definir a insignificância, uma vez que, para a doutrina e jurisprudência, a relevância material de um fato deve estar ausente para justificar tal exclusão. Decisões como o HC 123.734/MG e também o AgRg no AREsp 598.051/SC sublinham que a análise da insignificância deve ser abrangente, considerando tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos em conjunto. Portanto, a alternativa E incorpora corretamente todos os elementos exigidos pela jurisprudência para aplicação do princípio da insignificância, evitando a necessidade de anulação por falta de unicidade na interpretação correta.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- BRASIL. Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).
- STF. HC 123.734/MG, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 03/06/2015.
- STJ. HC 598.051/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 06/04/2021.
- GRECO, Rogério. Direito Penal: Parte Geral. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	55	53	55

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O recurso é procedente para alterar o gabarito da questão de C para B, considerado correta a questão: “Marcos não poderá ser punido no Brasil pelo mesmo fato, uma vez que já cumpriu integralmente a pena no estrangeiro, aplicando-se o princípio do ne bis in idem”. Vez que se alinhado ao artigo 7º, §2º, do Código Penal, que estabelece requisitos cumulativos para a aplicação da lei penal brasileira em crimes cometidos por brasileiros no exterior. Neste caso, embora Marcos seja brasileiro e tenha retornado ao Brasil, o cumprimento integral da pena no estrangeiro implica impedimento legal para aplicação da lei penal brasileira, seguindo a expressa vedação do referido dispositivo. Assim, a alternativa B é a correta, pois determina que Marcos não poderá ser punido novamente no Brasil pelo mesmo crime, assegurando o princípio do ne bis in idem, que impede dupla punição pelo mesmo fato.

Fontes:

- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 01 dez. 2024.
- MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte Geral. 15. ed. São Paulo: Método, 2023.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 21. ed. São Paulo: Forense, 2023.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	53	54	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se como alternativa correta a alternativa D “As leis temporárias e excepcionais regem os fatos praticados durante sua vigência, mesmo após cessarem os motivos que justificaram sua criação, mantendo a responsabilidade penal de João”. Tal manutenção está fundamentada no artigo 3º do Código Penal, que determina a ultratividade das leis penais excepcionais e temporárias, garantindo que essas leis continuem a reger os fatos praticados durante sua vigência mesmo após o término de sua validade ou das circunstâncias que justificaram sua criação. No caso de João, embora a Lei X tenha expiado, seus atos de elevação abusiva de preços, ocorridos enquanto a lei estava em vigor, permanecem sob a jurisdição desta, reafirmando sua responsabilidade penal. A assertiva D é, portanto, a correta, pois consagra o princípio de que atos cometidos durante a vigência de leis excepcionais ou temporárias permanecem puníveis, assegurando a atuação da justiça conforme o contexto legal vigente à época do crime. As outras alternativas são incorretas por desconsiderarem a ultratividade dessas leis, que não exigem a permanência das circunstâncias motivadoras para sua aplicação, nem estão restritas a denúncias feitas ainda sob sua vigência, dado que o encerramento da vigência não extingue automaticamente a aplicação da lei aos fatos ocorridos durante sua vigência.

Fontes:

- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 01 dez. 2024.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 21. ed. São Paulo: Forense, 2023.
- MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte Geral. 15. ed. São Paulo: Método, 2023.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	57	59	60

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa E.

O recurso é procedente para alterar o gabarito da questão de A para E, considerado correta a questão: “O vínculo entre a esposa do Juiz e a vítima caracteriza suspeição, e o Juiz deveria se declarar suspeito, nos termos do Art. 145 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo penal”, vez que, o enunciado confunde impedimento com suspeição, e as causas de impedimento previstas nos artigos 252 e 253 do Código de Processo Penal são taxativas e objetivas, não permitindo interpretação extensiva ou analógica, conforme reiterado no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já a suspeição trata de causas subjetivas e é regida por um rol exemplificativo, conforme o artigo 254 do CPP e, de forma subsidiária, pelo artigo 145 do Código de Processo Civil. A esposa do juiz sendo sócia da vítima não caracteriza impedimento, pois não há envolvimento direto ou interesse na causa específico, o que levaria a uma presunção absoluta de parcialidade; no entanto, tal relação pode suscitar dúvidas sobre a imparcialidade do magistrado, configurando uma hipótese de suspeição segundo o artigo 145 do CPC, aplicado subsidiariamente, ao permitir que o juiz se declare suspeito por motivos de foro íntimo mediante a analogia prevista no artigo 3º do CPP. Portanto, o vínculo indireto entre a esposa do juiz e a vítima levanta preocupações sobre a imparcialidade, permitindo que a suspeição seja arguida, justificando, assim, a alteração do gabarito para a alternativa E.

Fontes:

- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	56	60	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se como alternativa correta a alternativa E: “Incorreta, pois a prisão preventiva só pode ser decretada quando houver elementos concretos que demonstrem risco efetivo à ordem pública ou à aplicação da lei penal, não sendo suficiente a gravidade abstrata do crime”, visto que segundo as normas e entendimento atual dos Tribunais Superiores sobre a decretação da prisão preventiva. O Código de Processo Penal, em seu artigo 312, exige que a prisão preventiva se justifique por elementos concretos demonstrando risco efetivo à ordem pública, não bastando a gravidade abstrata do crime. Embora o uso de arma de fogo no roubo majorado envolva violência e se apresente grave, os tribunais, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiteram que fatores como antecedentes ou modus operandi, por si só, não constituem fundamentação suficiente para a prisão preventiva quando não se acompanhados de comprovado risco concreto e específico à sociedade ou à instrução do processo. No caso vertente, elementos de primariedade, residência fixa e emprego formal indicam a adequação de medidas menos gravosas. Importante reforçar que o uso de arma de fogo per se não configura, conforme jurisprudência majoritária, um perigo concreto tal que se dispense a demonstração de risco palpável à coletividade, conforme evidenciado em decisões recentes que advogam pela imprescindibilidade de análise concreta e minuciosa. Portanto, manter a correção na letra E está em consonância com a interpretação prudente e fechada da norma legal, evitando ampliações impróprias do alcance da prisão preventiva e respeitando o direito constitucional ao devido processo legal.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/internacional/arbitration.htm>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. 19. ed. São Paulo: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	58	57	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se como alternativa correta a alternativa E: Enviar os autos ao Ministério Público, acompanhado de relatório circunstanciado, sugerindo o arquivamento, pois não cabe ao Delegado decidir pelo término definitivo do inquérito”, visto que o Código de Processo Penal e no entendimento atual dos Tribunais Superiores brasileiros, determinam que, ao concluir o inquérito policial, o delegado deve enviar os autos ao Ministério Público com um relatório circunstanciado, pois é o Ministério Público o titular exclusivo da ação penal pública, conforme disposto no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal. Essa prática reflete a competência do Ministério Público para decidir pelo arquivamento ou oferecimento de denúncia, visto que o artigo 28 do CPP, reformulado pela Lei nº 13.964/2019 (Lei Anticrime), orienta que a manifestação quanto ao arquivamento é um ato específico do Ministério Público, enquanto o juiz competente se encarrega da homologação do arquivamento, ressaltando o controle judicial. Portanto, decidir que cabe ao delegado enviar diretamente ao juiz e não ao Ministério Público contraria a atual normativa integrada pelo entendimento da ADI 6.298, que delinea a atuação do Judiciário em sintonia com o Ministério Público, especialmente no que concerne ao controle das diligências investigativas e decisão final sobre arquivamento ou prosseguimento das ações penais.

Fontes:

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com as modificações introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 (Lei Anticrime). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. 19. ed. São Paulo: Forense, 2023.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

Cargo: Analista Judiciário - Pedagogo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.” foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.” não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.” não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado”

ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	07	14	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” (3o§), a expressão “havia sido comprado” só NÃO pode ser substituída por:”, a alternativa “B) “fosse comprado”.” foi adequadamente indicada. “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” Teríamos: “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” A frase “O calçado fosse comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” não apresenta coesão, a forma verbal “fosse” está sendo usada de maneira incorreta no contexto da oração. O verbo “fosse” está no pretérito imperfeito do subjuntivo, mas a frase não tem a estrutura que justifica o uso desse tempo verbal. A coesão ocorreria com o emprego do pretérito perfeito do indicativo (“foi”) ou diante da reescrita da frase para o modo subjuntivo, caso haja uma condição implícita. “O calçado fosse comprado” sugere uma situação que depende de algo para ocorrer, mas não há nenhum contexto condicional ou de dúvida que justifique o uso do subjuntivo. A alternativa “C) “teria sido comprado”.” não pode ser indicada. “O calçado teria sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.”, pois, utiliza uma construção verbal adequada que expressa uma ação anterior a outro evento de maneira clara, com o tempo e modo verbais corretamente empregados.

O verbo “teria sido” está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo composto, que indica uma ação que teria acontecido em um momento anterior a outro evento no passado, mas que não se concretizou ou está sendo considerada uma hipótese. O uso de “teria sido” sugere uma situação hipotética ou condicional, ou seja, algo que poderia ter ocorrido, mas não aconteceu. Há concordância verbal e uma sequência lógica de tempos verbais. O uso do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (teria sido) está correto para uma ação hipotética anterior a um evento passado, e isso torna a frase clara e coerente no contexto. Seria, portanto, uma substituição possível.

Fonte:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral "consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano".

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o "dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso".

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa "um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento".

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	03	06	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:”, a alternativa “C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.” foi adequadamente indicada como correta. A oração subordinada substantiva objetiva direta é a oração que funciona como objeto direto da oração principal. O objeto direto é o complemento do verbo transitivo direto como ocorre em: “O Juiz concluiu” (oração principal) (oração subordinada substantiva objetiva direta) “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, [...]”. Ressalta-se que o segmento “e considerando questões sociais e étnicas” trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva, portanto “considerando” não é conectivo, é verbo, sendo “e” a conjunção.

A alternativa “E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.” não pode ser indicada como correta. As orações não são independentes, mas subordinadas conforme explicitado anteriormente. A alternativa “D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente. A alternativa “A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.” não pode ser considerada correta. A oração “que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana...” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como objeto direto do verbo “concluiu”. As orações conclusivas são coordenadas sindéticas e não adverbiais. Os conectivos que coordenam as orações conclusivas são: logo, portanto, por fim, por conseguinte, pois, então, conseqüentemente, etc. Exemplos: São adolescentes, logo irão namorar. Cheguei atrasada, portanto terei que aguardar que me chamem novamente. Tirou o bolo do forno agora mesmo, então não o pode comer já. A alternativa “B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.” não pode ser indicada como correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: “quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial “acompanhado de amigos após uma partida de futebol”, que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	02	05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:”, a alternativa “D) critérios, indivíduo, distúrbio.” foi adequadamente indicada como correta. As palavras “critérios”, “indivíduo” e “distúrbio” são acentuadas de acordo com as regras de acentuação do português, que levam em consideração a sílaba tônica e a classificação da palavra. Critérios, indivíduo e distúrbio: Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente. A alternativa “B) contrário, é, também.” não pode ser indicada como correta. Contrário: paroxítona terminada em ditongo crescente. É: Palavra monossílaba tônica. Também: Palavra oxítona terminada em “em”. A alternativa “C) indício, cível, aparência.” não pode ser considerada correta. Indício e aparência: Paroxítonas terminadas em ditongo crescente, Cível: paroxítona terminada em “l”. A alternativa “A) é, já, vítima.” não pode ser considerada correta: monossílabo e proparoxítona.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	17	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o seguinte conteúdo programático: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos.*”

Não foram observados vícios, incorreções, irregularidades ou ilegalidades na construção da questão que possam justificar a alteração de gabarito ou a sua anulação. Por sua vez, as argumentações existentes nos recursos carecem de embasamento técnico ou legal e, por isso, não merecem prosperar.

Vide resolução a seguir.

() “O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar.”

Afirmativa falsa. De forma expedita, a função precípua do Poder Judiciário é apreciar e julgar, de acordo com a lei, os conflitos que surgirem na sociedade, a fim de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Assim, claro e legalmente estabelecido está, que não é função precípua do poder Judiciário produzir leis (legislar). Esta função é do Poder Legislativo. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 assim determina:

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

() “Referida lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pelo Poder Judiciário.”

() “Não se subordinam à referida lei contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.”

Ambas as afirmativas são falsas. A obrigatoriedade de licitar abrange os órgãos integrantes da Administração Pública direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem licitar em conformidade com a Lei 13.303/2016, observada a ressalva da Lei 14.133/2021 referente a

crimes em licitações e contratos administrativos, cujos dispositivos são aplicados também a essas entidades da Administração Indireta. Os conselhos de fiscalização profissional, por terem natureza jurídica de autarquias especiais ou corporativas, arrecadarem e gerenciarem recursos públicos de natureza parafiscal, também estão sujeitos às normas de licitações e contratações públicas. Em atenção às disposições da lei de licitações (Lei nº 14.133/2021, artigo 1º, I), a seguir transcritas, o Poder Judiciário e seus fundos especiais, também são alcançados por citada legislação.

CAPÍTULO I - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

Fontes:

- LEI Nº 14.133/2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.
- Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda a Resolução nº 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO, prevista no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar da questão apontou a alternativa que diz que “[s]ão agentes públicos para a referida resolução, dentre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório”. De fato a assertiva é correta, conforme art. 2º, I, da Resolução 307/2023. As demais alternativas, todas incorretas, são a seguir apresentadas com seus respectivos trechos iniciais e fundamentos:

- “Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.”

- Incorreto. O art. 14, §2º, dispõe que é vedado o anonimato no encaminhamento do relato de assédio ou discriminação.

- “Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.”

- Incorreto, pois conforme parágrafo único do artigo 8º, qualquer conduta que, direta ou indiretamente, de maneira intencional ou não, adeque-se ao conceito previsto no art. 2º, VII da Resolução, produzindo o efeito discriminatório, caracterizará discriminação.

- “A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.”

- Quando se tratar de notícia envolvendo magistrados, o tratamento deve se dar conforme parágrafo único do art. 12 da Resolução.

- “Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º grau e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.”

- Incorreto, pois conforme art. 2º, II, o âmbito do PJRO compreende qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º grau, administração, ensino, pesquisa, extensão e cultura, em meio presencial e virtual, bem como fora das dependências físicas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Resolução n. 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO. Disponível em <https://atos.tjro.jus.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO

Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.

§ 4º Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:

...

II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e

Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independerá da existência de distrito administrativo.

§ 1o Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2o Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e *inselbergs*. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas "serras" dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente

dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	44	37	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A argumentação recursal fundamenta-se nas teorias de John Dewey, Lev Vygotsky, Jean Piaget e Paulo Freire, que destacam as metodologias ativas como estratégias pedagógicas que promovem a aprendizagem por meio de interação, autonomia e diálogo. Essas metodologias podem ser renovadas utilizando diferentes recursos, que vão desde materiais tradicionais, como papel e quadro negro, até ferramentas digitais. A banca, no entanto, julga improcedente o recurso, argumentando que a exigência da presença de recursos tecnológicos inovadores torna a afirmativa incorreta. As metodologias ativas podem ser desenvolvidas com diferentes suportes, não necessariamente de alta complexidade tecnológica. A interação social e a mediação pedagógica são fatores igualmente essenciais para promover o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, independentemente da tecnologia utilizada. Portanto, a afirmação questionada se torna imprecisa ao condicionar o uso de metodologias ativas à presença de recursos tecnológicos inovadores, quando, na realidade, tais recursos podem potencializar a aprendizagem, mas não são um requisito indispensável para sua efetivação.

Fontes:

- Lima, Michele Fernandes. Zanlorenzi, Claudia Maria Petchack. Pinheiro, Luciana Ribeiro. A função do currículo do contexto escolar. Editora Intersaberes. DIALÓGICA.
- Gestão Curricular e das Aprendizagens. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/part-3-gestao-curricular-e-das-aprendizagens.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	45	40	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerado o desafio imposto pelas diferentes características do público-alvo, os candidatos devem considerar a alternativa que nenhum dos modelos causaria incômodo ou fosse fator de desmotivação deste público. Considerar um e outro modelo porque juntos são capazes de atender cada um a um desafio, traria desconforto para um ou outro indivíduo nas diferentes situações impostas pelos diferentes modelos. Sendo assim, a banca confirma que apenas II está correta, sobretudo porque atende a grupos heterogêneos e oferece liberdade no aprendizado. O modelo de Rotação Individual (II) é o único que atende plenamente aos três desafios mencionados: heterogeneidade no nível de conhecimento: possibilita roteiros personalizados para cada servidor; baixa motivação em atividades coletivas: permite que o aprendizado ocorra de forma interativa, rapidamente a necessidade de interação grupal; preferência por autonomia: oferece total liberdade aos participantes na organização de suas atividades. O modelo Rotação por Estações (I) e Laboratório Rotacional (IV) possuem elementos de grupo fixos, que não atendem à falta de engajamento coletivo nem à necessidade de personalização. A Sala de Aula Invertida (III) exige estudo prévio, mas não atende à personalização completa ou ao problema de engajamento em atividades presenciais. Assim, todas as propostas não são uma resposta válida, pois nem todos os modelos são adequados para os desafios específicos apresentados.

Fonte:

- Kraviski, Mariane Regina. Ensino híbrido. Editora Contentus. P. 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	37	42	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se baseia no modelo de avaliação de Kirkpatrick, que classifica a efetividade de treinamentos em quatro níveis: Reação – Mede a satisfação dos participantes com o treinamento. A avaliação de reação é o primeiro nível na escala avaliativa. Seu objetivo é identificar a percepção dos participantes em relação ao conteúdo, ao facilitador, à experiência de aprendizagem e sua relevância para o desenvolvimento pessoal e profissional. Os participantes, sendo eles pagantes ou não, são os principais clientes de um programa de treinamento. Sua satisfação determina o grau de envolvimento com os temas abordados e a posterior aplicação, ou não, do que foi visto. Portanto, os itens da avaliação de reação precisam ser considerados indicadores de satisfação dos clientes. Aprendizagem – Avaliar quanto os participantes adquiriram conhecimentos e habilidades. Após identificar a percepção dos participantes em relação ao programa, é preciso avaliar se ele gerou aprendizado. Na etapa de planejamento de um treinamento, são definidos, entre outros itens, os objetivos específicos de aprendizagem. Eles são os indicadores que devem ser utilizados nesta avaliação. Os objetivos podem se relacionar a aquisição de novos conhecimentos, habilidades ou a mudanças na forma como participantes percebem a realidade. Todos os participantes devem realizar a avaliação, que poderá ser feita através de um teste escrito, no caso de avaliação de conhecimento, ou de percepção da realidade, ou através de um teste de desempenho (teste prático ou simulado), se for necessário medir a aquisição ou aprimoramento de habilidades. O ideal é que seja feita uma avaliação antes e outra depois do treinamento; Comportamento – Observar mudanças nas práticas e atitudes dos participantes no ambiente de trabalho. A mudança de comportamento só acontece se a aprendizagem é efetiva. Uma vez que os participantes tenham alcançado os objetivos de aprendizagem do programa, é hora de colocarem em prática os novos conhecimentos e habilidades. Afinal, o maior objetivo de qualquer treinamento é que os participantes apliquem tudo o que foi aprendido. Alguns métodos que podem ser utilizados para checar se houve a transferência da aprendizagem: análise do trabalho do participante através de uma lista de verificação de comportamentos, análise do desempenho a partir de indicadores de produtividade pré-definidos, pesquisas ou questionários envolvendo os próprios participantes, seus superiores imediatos e outros públicos, como subordinados, colegas de trabalho e até clientes. Assim como na avaliação de aprendizagem, é recomendável analisar os mesmos indicadores antes e depois do treinamento; Resultados – Análise dos impactos organizacionais envolvidos no treinamento. Este é o nível mais importante de avaliação para a Diretoria e Acionistas, pois é através dele que é possível identificar se o treinamento contribuiu para os resultados do negócio. Para avaliar se o programa influencia ou não nos resultados da empresa, é preciso definir, na etapa de planejamento, com quais indicadores o treinamento poderá contribuir. Como resultados, podemos citar o aumento das vendas, a redução de custos, a diminuição de reclamações em órgãos reguladores, o aumento da nota de satisfação do cliente com o atendimento, a melhoria na pesquisa de clima, ou seja, os indicadores que podem potencializar ganhos financeiros (ou minimizar perdas). Para que a área de Treinamento e Desenvolvimento ofereça ações efetivas e tenha cada vez mais o patrocínio dos Administradores da empresa, é preciso estruturar seus programas de forma que eles possam ter a sua eficácia comprovada. Desta forma, a área atuará efetivamente como parceira estratégica do negócio. Na questão, a avaliação positiva da formação pertence ao nível de acontecimentos, pois mede a percepção dos participantes sobre o curso; os testes que indicaram 85% de compreensão relacionam-se ao nível de aprendizagem, pois avaliam o conhecimento adquirido; uma redução de 40% nos conflitos reportados se encaixa no nível de comportamento, pois demonstra mudanças práticas nos servidores após o treinamento; o aumento de 25% na produtividade está associado ao nível de resultados, pois reflete melhorias organizacionais decorrentes da formação. Além disso, a alternativa E sugere como estratégia complementar a realização de entrevistas pós-capacitação com gestores, o que é adequado para fortalecer a avaliação do nível comportamental, uma vez que os gestores possam observar diretamente a aplicação dos conhecimentos adquiridos. A afirmativa D, reivindicada como gabarito, a avaliação positiva da formação não está no nível de aprendizagem, mas não há evidência de ocorrência na questão. A alternativa D contém um erro na atribuição do nível de aprendizagem, pois classifica incorretamente a avaliação positiva dos participantes. O correto seria vinculá-lo ao nível de fato. Se a alternativa tivesse dito: "A avaliação positiva da formação está vinculada ao nível de ocorrência, enquanto a redução de conflitos pertence ao nível de comportamento..." Ela estaria correta. Mas como apresenta o erro, não pode ser considerada uma resposta certa.

Fonte:

- <https://blogrh.com.br/os-4-niveis-de-avaliacao-em-treinamento/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	53	46	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ENFAM deve contribuir para o aprimoramento do serviço judiciário, a partir de ações educacionais voltadas à formação e aperfeiçoamento profissional dos magistrados. Ressalta-se, ainda que, a formação profissional dos magistrados que atuam como formadores nas escolas judiciais e da magistratura, bem como das equipes pedagógicas que trabalham com o planejamento de ensino, constitui uma das necessidades a serem enfrentadas, como constatado na avaliação diagnóstica realizada com os referidos atores. Ou seja, demonstra que a necessidade de formação desses profissionais foi identificada a partir de uma avaliação diagnóstica, que evidenciou lacunas que podem comprometer a qualidade das ações educacionais voltadas aos magistrados.

A alternativa C está incorreta porque o texto sublinhado não menciona que a formação das equipes pedagógicas tem como objetivo uniformizar o currículo das escolas judiciais e de magistratura no país, a necessidade de formação desses profissionais se deve à busca por qualidade e efetividade das ações educacionais.

Fonte:

- Resolução Enfam n. 5 de 7 de janeiro de 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	54	47	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque está alinhada diretamente com os princípios apresentados no texto sobre trilhas de aprendizagem. O texto enfatiza que a organização deve:

- Relacionar as opções de aprendizagem às competências essenciais e relevantes: Isso significa que a empresa precisa mapear tanto as competências centrais para seu funcionamento quanto aquelas que são importantes para diferentes segmentos profissionais.
- Divulgar as opções de aprendizagem: A organização deve garantir que as oportunidades de aprendizado sejam conhecidas e acessíveis aos profissionais, facilitando a construção de suas trilhas individuais.
- Integrar as opções de aprendizagem a critérios de ascensão e padrões de desempenho: O texto menciona que a organização deve especificar e divulgar padrões de desempenho exigidos, além de critérios para crescimento profissional. Assim, os colaboradores podem planejar seu desenvolvimento com base em requisitos concretos, e não apenas em escolhas aleatórias.

Essa abordagem garante que a construção das trilhas de aprendizagem seja estruturada e coerente com os objetivos organizacionais e individuais, permitindo que os colaboradores tenham autonomia, mas dentro de um contexto guiado por diretrizes claras.

Fonte:

- https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NjU1

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	47	55	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca indefere o recurso interposto, pois o Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Portanto, a alternativa D está correta.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se

encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	56	57	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. / Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. / Responsabilidade civil do Estado. / Agentes públicos.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que afirma que *“Tanto a autarquia como a concessionária deverão se submeter ao regime de responsabilização do Estado estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição Federal; a empresa pública que explora atividade econômica, a seu turno, se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas.”*. Esse é o entendimento extraído do art. 37, §6º, combinado com o art. 173, §1º, ambos da Constituição Federal.

Por outro lado, são incorretas as alternativas:

“Em nenhum dos casos se aplica a teoria do risco administrativo, devendo eventual responsabilidade ser apurada na forma da legislação civil.”

- Incorreto, pois a autarquia e a concessionária são responsáveis objetivamente, conforme art. 37, §6º, da CF.
- *“A empresa pública e a concessionária são pessoas jurídicas de natureza privada; logo, estão excluídas da regra de responsabilidade civil do Estado prevista constitucionalmente.”*
 - Incorreto. A concessionária enquadra-se na regra do art. 37, §6º, da CF.
- *“Todas as pessoas jurídicas envolvidas, inclusive aquelas de natureza privada, estão sujeitas ao regime de responsabilidade objetiva do Estado, por expressa previsão constitucional.”*
 - Incorreto. Na lição de Rafael Rezende: *“No tocante às empresas públicas e sociedades de economia mista, é oportuno lembrar que tais entidades podem prestar serviços públicos ou atividades econômicas. A distinção quanto ao objeto da estatal é importante para fins de responsabilidade (...)”*. O enunciado da questão foi claro ao afirmar que a empresa pública se dedicava à exploração de atividade econômica. E não há previsão constitucional no sentido de que a empresa pública que explora atividade econômica esteja sujeita à responsabilidade objetiva. Assim, o entendimento doutrinário é de que a responsabilidade será subjetiva no caso retratado na questão, pois, além de não ser aplicável o art. 37, §6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB).
- *“A autarquia e a empresa pública, dado serem pessoas jurídicas privadas, não se submetem ao regime de responsabilização estatal; a concessionária, por sua vez, será responsabilizada nos termos das demais pessoas*

jurídicas estatais, visto que presta serviço público.”

- Incorreto. Autarquia é pessoa jurídica de direito público.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Cargo: Analista Judiciário - Psicólogo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:”, a alternativa “C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.” foi devidamente considerada correta. A reportagem é um texto jornalístico que tem a função de informar. É um texto que apresenta o fato de forma desenvolvida. O enunciador desse texto é chamado de “repórter”, o qual apresenta fatos ou informações aprofundadas acerca de um tema da realidade. O principal objetivo desse gênero de texto é informar, muitas vezes associando informação à denúncia. Assim, nesse tipo de texto, é possível apontar elementos da realidade de um país, ou mesmo questões mundiais, que precisam ser encarados e discutidos. A reportagem apresenta dados que lhe conferem um caráter investigativo, buscando dar visibilidade a acontecimentos e temáticas importantes para uma sociedade para fazer leitoras e leitores refletirem. Contribui para a disseminação do conhecimento, que pode ser científico, social, cultural, econômico ou político. A alternativa “D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.” não pode ser considerada correta. Nenhum texto é capaz de fazer com que o leitor se posicione, ou reconheça alguma situação, o texto apresenta o fato sendo um instrumento de conhecimento e reflexão, a tomada de posição depende de cada indivíduo. A alternativa “B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.” não pode ser considerada correta, pois, em se tratando o texto de um gênero textual cujo objetivo principal é informar, reportagem, o objetivo de confrontar não é o principal, para isso o gênero textual seria principalmente opinativo. A alternativa “A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.”, a alternativa “D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.” foi adequadamente considerada correta. Apesar de não haver explicitamente o agente da ação de ser acusado: “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem (acusado por quem?) acusado de furtar chinelo”; é possível inferir que o agente que irá indenizar é o responsável pela acusação, o que pode ser confirmado na leitura do texto. A expressão ‘pressupostos possíveis’ é prevista em várias estratégias de leitura em que se consideram as hipóteses possíveis, ou seja, coerentes de acordo com o contexto apresentado estando de acordo com o conteúdo programático

“interpretação de texto”. Tem-se, ainda, que a assertiva D descreve exatamente a técnica de análise textual que um leitor competente deve implementar para construir seu entendimento, qual seja, primeiramente o leitor considera o título isoladamente e, a partir dos dados nele ofertados, elabora os pressupostos possíveis (as inferências) e vai buscar no texto a confirmação ou não das inferências elaboradas. A alternativa “C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.” não pode ser considerada correta de acordo com o apresentado anteriormente. A alternativa “B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.” não pode ser indicada como correta. O furto do chinelo não pode ser realmente confirmado no texto, já que não ocorreu. Porém, a acusação sim de acordo com o trecho: “[...] jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local. O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	14	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:”, a alternativa “B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”. foi adequadamente indicada como correta. As vozes verbais, ou vozes do verbo, são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação. Elas podem ser de três tipos: ativa, passiva ou reflexiva conforme o esquema a seguir:

Voz ativa	Sujeito é o agente da ação.	Exemplo: Vi a professora.
Voz passiva	Sujeito sofre a ação.	Exemplo: A professora foi vista.
Voz reflexiva	Sujeito pratica e sofre a ação.	Exemplo: Vi-me ao espelho.

Ao transformar o termo “supermercado” em agente da passiva, o complemento verbal “jovem” se torna sujeito e passa a ocupar lugar de destaque na estrutura proposta.

A alternativa “E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”. não pode ser considerada correta, não havendo modificação quanto à relevância da informação conforme apresentado anteriormente. A alternativa “A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”. não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”. não pode ser indicada como correta de acordo como exposto anteriormente. Assim, bastava que o concursista observasse que apenas na alternativa Letra B o sujeito “Jovem” foi empregado, caracterizando “modificar a relevância informacional inicial” que a diretiva propõe, enquanto em todas as outras opções de resposta o sujeito permaneceu “supermercado” ou expressão sinônima (estabelecimento comercial), não prosperando o argumento de enunciado ou assertivas com ambiguidade.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:”, a alternativa “D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.” foi adequadamente indicada como correta, pois a modalização possibilita analisar a presença do enunciador (subjetividade) no enunciado e, ao mesmo tempo, perceber qual é o seu ponto de vista. Ao questionar o jovem, a fiscal deixa clara sua opinião sobre o fato do jovem estar calçado de uma determinada maneira. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” Em “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furto chinelo” há igualmente modalização, pois no momento em que faz-se a opção por “acusado de furto” exhibe-se que a percepção do enunciador passou de um questionamento a uma acusação. Há aqui explícita mudança quanto às escolhas linguísticas realizadas em relação às expressões destacadas de acordo com o efeito de sentido obtido. A alternativa “C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.” não pode ser considerada correta, pois, questionar e acusar não são atitudes opostas, mas sim possuem efeito de sentido diferente. Quando o sentido for oposto, a relação é chamada de antonímia, e as palavras são antônimas. Os antônimos podem ser binários/complementares (conceitos contraditórios), inversos (oposição por meio de perspectivas diferentes) ou gradativos (representam os opostos em uma escala). A alternativa “E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.” não pode ser considerada correta. A ambiguidade é a duplicidade de sentidos que uma palavra pode apresentar. Há a ambiguidade lexical e a ambiguidade estrutural. A ambiguidade lexical ocorre quando uma palavra tem sentidos diferentes e, mesmo em um contexto, nem sempre conseguimos compreender, com precisão, o seu sentido. Exemplo de ambiguidade lexical: O cachorro do vizinho causa problemas sempre. Nessa frase, a palavra cachorro pode ter o sentido de animal (o cachorro que pertence ao vizinho) ou pode ter o sentido de um mau-caráter (comparação do vizinho a um cachorro). A ambiguidade estrutural ocorre quando a posição das palavras numa oração podem resultar numa oração com sentido ambíguo, impreciso. Exemplo de ambiguidade estrutural: Ajudei a colega exausta no final do dia. Nessa frase, não conseguimos compreender com precisão quem estava exausta, eu ou a colega. Se a frase fosse “Exausta, ajudei a colega no final do dia.” ou “Ajudei a colega, que estava exausta, no final do dia.” não haveria ambiguidade. Pelo fato de reunir mais do que uma interpretação possível, a ambiguidade pode gerar um desentendimento no discurso. A ambiguidade é um recurso muito utilizado nos textos poéticos, uma vez que oferece maior expressividade ao texto. Além disso, também é usado nos textos publicitários para garantir o humor. Neste caso, quando seu uso é intencional, a ambiguidade é considerada uma figura de linguagem. Mas, quando surge por descuido, a ambiguidade é considerada um vício de linguagem. Não há, portanto, ocorrência de ambiguidade no título do texto em análise. A alternativa “A) Trata-se de um exemplo da

situação apresentada no título.” não pode ser indicada como correta. Em “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2o§) não há um exemplo, mas a descrição da situação referida no título. A alternativa “B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Penso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	15	04	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvia de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.” foi adequadamente considerada correta de acordo com os trechos a seguir:

“O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvia de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O discurso direto, indicado no texto pelo uso de aspas, pode ser entendido como a reprodução exata da fala de alguém. Já o discurso indireto ocorre quando o autor expressa com suas palavras a fala de outrem. Por fim, o discurso indireto livre é uma mescla entre o direto e o indireto. Para construir um discurso direto, é necessário inserir um verbo de elocução, isto é, que introduz um discurso direto, indireto ou indireto livre (“ele diz que...”, “ela afirma que...”, “ele perguntou...”, “ela interrogou...”, dentre outros), seguido por dois-pontos e: a) mudar de linha para outro parágrafo e usar o travessão antes da fala ou b) permanecer na mesma linha e usar aspas duplas. Por exemplo: Ela disse: “Não vou sair hoje!” O discurso direto é uma estratégia argumentativa utilizada para dar maior credibilidade a um texto. Ao citar diretamente especialistas, testemunhas ou autoridades, o autor do texto reforça a confiabilidade de sua argumentação. A alternativa “E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.” não pode ser indicada como correta de acordo como o exposto anteriormente. A alternativa “C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.” não pode ser indicada como correta. A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo, nome que se dá à sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e em que alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

A alternativa “D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.” não pode ser indicada como correta. O comprometimento do magistrado não com os impasses, mas sim com o esclarecimento dos mesmos.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4o§), é possível observar:”, a alternativa “A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.” foi adequadamente indicada como correta.

“Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica(afirmação) se(hipótese) houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não(negação) ocorreu porque(justificativa) nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se(hipótese) fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A alternativa “D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer controvérsia no trecho destacado. Significado de Controvérsia: Opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ao destacar a exceção, não há controvérsia, mas sim a expressão de uma situação diferente da que ocorreu. A alternativa “E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.” não pode ser considerada correta conforme exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	01	12	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:”, a alternativa “D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.” foi adequadamente considerada correta. A essa conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Diz-se, portanto, que um texto apresenta coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles.

“O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.”

É importante observar que, no primeiro parágrafo, o termo “jovem” está antecedido por um artigo indefinido, indicando sua introdução no texto e o provável desconhecimento do leitor acerca de qual jovem a referência é feita. Já no segundo parágrafo do texto, como o referente “jovem” já havia sido introduzido no primeiro parágrafo, o termo é antecedido pelo artigo definido “o” indicando o reconhecimento do termo já introduzido no texto. Além disso, a questão ética pode ser observada ao não ser mencionado o nome do jovem de modo a preservar sua identidade.

A alternativa “B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.” não pode ser indicada como correta. O pronome oblíquo “o” indica de forma explícita a referência ao referente já introduzido “o jovem”, e não implicitamente conforme afirma-se na alternativa “B”. A alternativa “C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.” não pode ser considerada correta porque refere-se a fato já mencionado (vide linhas 1-2 do texto), sendo, portanto, uma referência anafórica. “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) A narrativa é uma sequência de fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo e possui elementos básicos na sua composição:

Fato — corresponde à ação que vai ser narrada (o que)

Tempo — em que linha temporal aconteceu o fato (quando)

Lugar — descrição de onde aconteceu o fato (onde)

Personagens — participantes ou observadores da ação (com quem)

Causa — razão pela qual aconteceu o fato (por que)

Modo — de que forma aconteceu o fato (como)

Consequência — resultado do desenrolar da ação

A narrativa se desenvolve em torno de um enredo (e não a partir de um termo), nome que se dá a sequência dos fatos. A partir do enredo chega-se ao tema, que é o motivo central do texto. O enredo apresenta situações de conflitos ou ações, que são divididos em quatro partes:

Apresentação — vários elementos como as personagens, cenário, e tempo, são apresentados pelo narrador, para enquadrar o leitor relativamente aos fatos.

Desenvolvimento — aqui o conflito tem origem, havendo o confronto entre os personagens.

Clímax — é o expoente máximo do conflito, existindo uma enorme carga dramática e onde alguns fatos importantes atingem sua maior dramaticidade.

Desfecho — é a parte final da narrativa que revela o resultado do clímax, sendo que o conflito pode ou não ter sido resolvido.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. Matraca – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 16, n. 24.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	13	02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.”, a alternativa “C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)” foi adequadamente considerada correta. Apesar da palavra “juiz” não ter acento, as palavras juízes e juíza são graficamente acentuadas, sendo obrigatoriamente escritas com acento agudo. Assim, o plural de juiz é juízes. O feminino de juiz é juíza. O juiz declarou o réu inocente. A juíza declarou o réu inocente. Os juízes declararam o réu inocente. A palavra “juiz” é uma palavra oxítona, apresentando a sua última sílaba como sílaba tônica: ju-iz. Segundo as regras de acentuação das palavras oxítonas, as palavras terminadas em z são naturalmente oxítonas, não necessitando de acentuação gráfica: juiz; raiz; atriz; feliz; eficaz; rapaz; talvez; xadrez; feroz; avestruz; ... As palavras “juíza” e “juízes” não são palavras oxítonas, como juiz, mas sim palavras paroxítonas formadas pelo hiato ui: ju-í-za e ju-í-zes. Embora a maior parte dos hiatos não receba acentuação gráfica, deverão ser acentuadas a vogal “i” e a vogal “u” tônicas, acompanhadas ou não da consoante “s”, que formem hiato com uma vogal da sílaba anterior: juíza; juízes; raízes; saída; saúde; saúva; faísca; cafeína; ruído. A alternativa “A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)” não pode ser indicada como correta. O plural de jurisprudência é jurisprudências. O termo “jurisprudência” costuma ser usado no singular para se referir ao conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema. O uso no plural (jurisprudências) é mais raro e ocorre quando se fala de diferentes conjuntos de jurisprudência, como em distintos tribunais ou países. Exemplo no singular (mais comum): A jurisprudência do STF sobre o tema é consolidada. Exemplo no plural (menos comum, mas possível): As jurisprudências dos tribunais estaduais podem variar sobre esse assunto. A alternativa “D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)” não pode ser considerada correta. A palavra “contrário” recebe acento gráfico no singular e plural. A palavra “contrário” é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo. A sílaba tônica é a penúltima sílaba. O mesmo ocorre com a palavra “contrários”. A alternativa “E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)” não pode ser indicada como correta, a crase não é um acento gráfico que varia de acordo com plural ou singular, mas sim de acordo com a regência. Ressalta-se que para que os questionamentos tenham clareza suficiente, devem ser dominados conhecimentos específicos, obviamente contemplados em edital, para que a análise dos possíveis itens de resposta não dependa de exaustiva experimentação ou que restem dúvidas quanto ao tipo de conhecimento que é aferido na questão.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) – Academia Brasileira de Letras.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo.’” (10o§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:”, a alternativa “A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa.” foi adequadamente indicada como correta. Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade (fugindo à expectativa), interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo". Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no “a” com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A alternativa “C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando.” não pode ser indicada como correta. A expressão "não identificando a normalidade" não exige crase porque o uso da crase ocorre quando há a fusão da preposição "a" com o artigo feminino "a" ou "a" inicial de pronomes demonstrativos, e não há preposição antes de "normalidade". "Identificar" é um verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição antes de seu objeto (neste caso, "a normalidade"). "Normalidade" é um substantivo feminino, então se houvesse crase, seria a fusão da preposição "a" (caso fosse exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" que acompanha o substantivo "normalidade". Em "não identificando a normalidade", o verbo "identificar" não exige preposição, logo não há crase. "Identificar" → transitivo direto → não exige de preposição. "Normalidade" → substantivo feminino → não precedido de preposição, portanto, não há a fusão com o artigo feminino "a". Exemplo com crase: "Ela vai à escola." ("ir" exige a preposição "a", a crase ocorre porque "escola" é feminino).

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2o§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por "quando" (que é uma conjunção subordinativa temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa “D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.” não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa “C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.” não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa “A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	21	21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita explicitamente que as alternativas devem ser analisadas à luz do Estatuto da Pessoa Idosa, qual seja, Lei nº10.741/2003. Assim, ressalta-se que a matéria abordada na questão se encaixa nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital: “Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: idosos; Legislação protetiva de grupos vulnerabilizados.”

Inicialmente, há que se falar que, conforme artigo 95, da Lei nº 10.741/2003, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal. Portanto, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa idosa são de ação pública incondicionada.

Destaca-se, ainda, que o artigo 100, V, da Lei nº 10.741/2003 estipula que constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa quem recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público. Portanto, é punível com reclusão e não detenção.

A parte final do artigo 95, da Lei nº 10.741/2003 é clara ao afirmar que não são aplicáveis à Lei nº 10.741/2003 os artigos 181 e 182 do Código Penal, os quais, por sua vez, tratam das escusas absolutórias. A incidência da escusa absolutória acarreta a exclusão da punibilidade do agente infrator, tornando o fato não punível, ainda que mantenha sua tipificação como crime. Justamente por ser dever do Estado atuar como protetor dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso prevê que não se aplica hipótese de escusa absolutória aos crimes cometidos em face de pessoa idosa, tampouco se aplicando a possibilidade de modificação da iniciativa penal prevista no artigo 182 do Código Penal, já que todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de iniciativa pública incondicionada.

O artigo 96, §3º da Lei nº 10.741/2003 estabelece que não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa. Tal dispositivo visa resgatar a dignidade dos idosos que por ignorância, imprudência ou incontinência de gastos, se tornaram superendividados, comprometendo a sua sobrevivência digna, inclusive.

Todas as alternativas estão incorretas. Portanto, o recurso é improcedente, sendo que o gabarito deve ser mantido como a letra E.

Fonte:

- LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	23	23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Inicialmente, insta mencionar que o conteúdo abordado na questão está elencado nos seguintes conteúdos programáticos dispostos no edital inaugural: “Sustentabilidade e Meio Ambiente. Meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Sustentabilidade. Qualidade ambiental. Princípios do direito ambiental. Dano ambiental. Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança climática. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/1999).”

Os argumentos que fundamentam o recurso apontam, inicialmente, existência de possível multiplicidade de alternativa correta, pedindo, assim, a necessária anulação da questão. Em segundo plano buscam a retificação do gabarito, diante existência de alternativa mais adequada para responder o comando da questão.

Entretanto, razões não lhe assistem, haja vista ser completamente correta a alternativa apresentada como gabarito, qual seja, a de letra “D” (A licença ambiental não pode ser concedida, com fundamento no Princípio da Prevenção, haja vista confirmação científica do irremediável impacto ambiental, por meio do EIA, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.), pois sintetiza o Princípio da Prevenção, que visa a proteção ambiental, consagrado no artigo 225 da Constituição Federal. Esse dispositivo legal estabelece que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme preceitua o princípio do desenvolvimento sustentável e, indubitavelmente, também o Princípio da Prevenção, frente à preocupação em evitar e ou mitigar danos, prevenindo-os, à repará-los. A exploração de recursos naturais, como a mineração, deve ser conciliada com a proteção ambiental. No entanto, quando a atividade econômica representa uma ameaça grave e irreversível ao ecossistema, como no caso da extinção de espécies

endêmicas, o direito ao meio ambiente prevalece sobre o interesse econômico. Ademais, por meio do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi possível atestar, cientificamente, a ocorrência irremediável do dano ambiental, qual seja, a extinção de espécies endêmicas, clara e expressamente mencionado no enunciado da questão. Quando há certeza ou alta probabilidade de que uma atividade causará danos ambientais, o princípio da prevenção impõe a adoção de medidas, pelo menos, preventivas. E, volta-se a destacar, os danos apontados eram irremediáveis, ou seja, impossíveis de serem evitados ou mitigados. O EIA é um instrumento fundamental nesse sentido, pois permite que se antevejam e minimizem os impactos negativos antes que eles ocorram, alinhando-se com o comando constitucional de proteger o meio ambiente. E, como muito bem narrado e destacado no enunciado da questão, sequer haveria como mitigar o dano ambiental. Nesta mesma esteira, não há como viabilizar a concessão da licença ambiental, ou seja, as demais alternativas da questão encontram-se incorretas.

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “D”.

Fontes:

- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 24. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos alegando que a afirmativa III está incorreta. Razão não assiste ao candidato. Inicialmente cumpre esclarecer que nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, normativo evocado para a resolução da questão, estão corretas as afirmativas, I (art. 20, §4º, II), II (art. 86) e III (art. 87, IV, a e b), estando incorreto a afirmativa IV (art. 95). Sendo assim, a alternativa E deve ser a escolha do candidato.

Quanto ao item III, nos termos do art. 87, IV, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Rondônia “Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça: ... IV - processar e julgar originariamente: a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos; b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;”, sendo assim, o item III está correto. Além disso, não nos foi possível localizar a jurisprudência do STF informada pelo candidato, porém, é conveniente lembrar que o Tribunal de Justiça, tem órgãos colegiados, apesar da possibilidade de decisões monocráticas, o que não está em análise.

Ademais, as razões recursais afirmam que o gabarito deveriam ser a alternativa D) III e IV, apenas. Razão não assiste ao candidato. Nos termos da Constituição do Estado de Rondônia, art. 86, “Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.”. Quanto ao item IV, os juízes de paz são eleitos, e não concursados, estando incorreto o item, nos termos do art. 95, da Constituição Estadual.

Fonte:

- Constituição do Estado de Rondônia – CERO
Art. 20. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas terão regime jurídico único e planos de carreira estabelecidos em lei.
§ 4o Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem, nas seguintes proporções:
...
II - a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 (mil e um) até 2000 (dois mil) servidores, terá direito a licenciar até 4 (quatro) servidores; e
Art. 86. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal

Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários. (NR dada pela EC no 42, de 18/01/2006 – D.O.E. no 439, de 20/01/2006)

Art. 87. Compete ao Tribunal de Justiça:

...

IV - processar e julgar originariamente:

a) nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado, e os Prefeitos;

b) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e os Secretários de Estado, observando-se, neste caso, o disposto no inciso XVI do artigo 29 desta Constituição;

...

Art. 95. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei.

Parágrafo único. A legislação que criar a Justiça de Paz, manterá os atuais Juízes de Paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II da Constituição Federal.

Art. 96. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos informando que todas as afirmativas estão corretas. Razão não assiste aos candidatos. Estão de acordo com o COJE, as afirmativas I (nos termos do art. art. 88, §2º), III (art. 36 e 38) e IV (art. 49-A). A afirmativa II, “A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.”, contraria o art. 20 da COJE quanto ao tempo de mandato do Corregedor, que é de dois anos e não quatro anos, como indicado no item. Sendo assim, improcedente o recurso quanto a este aspecto, mantido o gabarito.

Fonte:

- COJE Atualizado até 02/04/2024

<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>

Art. 8º O Tribunal Pleno, constituído por todos os membros do Tribunal de Justiça, compete privativamente:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os membros do Conselho da Magistratura e das Comissões Permanentes e o Diretor da Escola da Magistratura, dando-lhes posse;

II - organizar seus serviços auxiliares;

III - propor ao Poder Legislativo a elevação do número de seus membros, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;

IV - elaborar o Regimento Interno e nele fixar as demais atribuições de competência do Tribunal e de seus órgãos;

...

Art. 20. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito por 2 (dois) anos, na forma deste Código e do Regimento Interno do Tribunal.

...

Art. 36. Incumbe aos juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, exercer as funções administrativas em sua jurisdição, em especial:

...

IV - organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão;

...

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 38. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, nos seguintes períodos:

I - na Comarca da Capital, nos meses de março e junho e de agosto e dezembro;

II - nas comarcas do interior, em que houver Varas Criminais, nos meses de março, abril, maio, setembro e dezembro;

III - nas demais Comarcas do interior, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 1º Quando, por motivo de força maior, não for o júri convocado na época determinada, proceder-se-á à convocação no mês seguinte.

§ 2º O júri reunir-se-á, extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou por determinação da Câmara Criminal.

...

Art. 49-A. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais:

I - a Turma de Uniformização de Jurisprudência;

II - as Turmas Recursais; e

III - os Juizados Especiais.

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL

Art. 41. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - pelo Juiz-Auditor e pelos Conselhos de Justiça em primeiro grau;

II - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau.

§ 1º Compete à Justiça Militar processar e julgar os policiais militares e bombeiros nos crimes militares, definidos em lei. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 -D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996)

Art. 88. A criação de Distrito Judiciário dar-se-á por resolução do Tribunal de Justiça, que independerá da existência de distrito administrativo.

§ 1o Cada Comarca terá tantos distritos quantos necessários ao serviço Judiciário, cuja atividade será exercida em caráter privado, integrando o foro extrajudicial.

§ 2o Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	27	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **que contém afirmativas II, IV e V, apenas, como descrito a seguir:**

I. Vírus: um tipo de malware que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: um vírus é um malware que infecta arquivos legítimos e depende da interação humana para se replicar, podendo ser projetado para corromper dados. No entanto, a segunda parte está incorreta, pois a declaração de que, em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional, é imprecisa. Esse comportamento é típico de worms, que se propagam automaticamente explorando vulnerabilidades, enquanto os vírus requerem ação do usuário para se disseminar. Segundo a Kaspersky, "a principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus devem ser acionados pela interação do hospedeiro/vítima com o arquivo infectado. Por outro lado, os worms são programas

maliciosos independentes que podem se autorreplicar e se propagar de forma independente assim que violam o sistema" (KASPERSKY, s.d.).

II. Worm: um malware que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, worms são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Worms são malwares que se replicam automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem necessitar de interação humana. Eles podem aumentar o tráfego de rede e, em alguns casos, instalar outros malwares, como trojans.

III. Ransomware: um malware que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.

Análise: A primeira parte da afirmação está correta: o ransomware é um malware que criptografa arquivos e exige pagamento para liberar o acesso. No entanto, a segunda parte não é uma característica típica do ransomware. Embora alguns malwares possam combinar funcionalidades, o monitoramento da atividade do usuário e o envio de dados confidenciais são comportamentos mais associados a spywares. Embora variantes modernas de ransomware possam incluir táticas de dupla extorsão, envolvendo a exfiltração e vazamento de dados, a característica principal do ransomware permanece a criptografia de dados e a exigência de resgate. A IBM descreve o ransomware como "um tipo de malware que sequestra dados confidenciais ou dispositivos da vítima e ameaça mantê-los bloqueados – ou até pior – a menos que a vítima pague um resgate ao invasor" (IBM, s.d.).

IV. Trojan: um software que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar backdoors ou outros tipos de malware.

Análise: Esta afirmação está correta. Trojans são softwares que se disfarçam de programas legítimos, mas, quando executados, podem permitir o controle remoto do sistema infectado. Eles não se replicam automaticamente e frequentemente são usados para instalar backdoors ou outros malwares.

V. Spyware: um malware projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros malwares, como worms ou trojans.

Análise: Esta afirmação está correta. Spyware é um malware projetado para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, operando de forma discreta. Ele pode ser instalado juntamente com outros malwares, como worms ou trojans. A definição de spyware, conforme apresentada na afirmação V, é suficientemente precisa e abrangente, não carecendo de especificidades adicionais que a invalidem. Spyware é um tipo de software malicioso projetado para monitorar e coletar informações sensíveis do usuário, como dados de navegação, senhas e informações financeiras, operando de forma discreta e frequentemente sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Essa definição é amplamente aceita na literatura de segurança cibernética. Portanto, a generalidade na definição de spyware não implica a ausência de especificidades que comprometam a precisão ou a validade da afirmação. A descrição fornecida é adequada e está alinhada com as características reconhecidas desse tipo de malware.

Fontes:

- Kaspersky. "Quais são os diferentes tipos de Malware?" Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/types-of-malware>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- McAfee. "Differences between viruses, ransomware, worms, and trojans." Disponível em: <https://www.mcafee.com/support/s/article/000001575>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- Zimperium. "4 Common types of Malware and What's the Difference (Trojan, Spyware, Viruses, Ransomware)." Disponível em: <https://www.zimperium.com/blog/common-types-of-malware-and-whats-the-difference-trojan-spyware-viruses-ransomware/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- <https://www.100security.com.br/downloads/conscientizacao/cartilha-seguranca-na-Internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	30	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I - Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

CORRETA. Apesar de se registrar tentativas de ocupação da região pelos portugueses desde o século XVII, foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, vinculada aos interesses geopolíticos estatais brasileiros da época, que introduziu uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, que passaram a adentrar o território, principalmente com a ação e presença do Estado e do desenvolvimento de atividades econômicas a partir de então.

II - Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.

FALSA. A exploração mineral, em particular da cassiterita desenvolve-se em Rondônia após a II Guerra Mundial (1939-1945). Foi a partir da década de 1950 que a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary, com base na exploração das jazidas em principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto.

III - Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.

VERDADEIRA. A partir da década de 1970, vários projetos de colonização e “reforma agrária” foram implantados em Rondônia, voltados à expansão das monoculturas de café e soja, inclusive como forma de “aliviar” as tensões por terra nas regiões Sudeste e Sul.

IV - Impactos regionais relacionados à construção da hidrovía Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

VERDADEIRA. A implantação da hidrovía Madeira-Amazonas leva a nova reconfiguração do espaço regional em Rondônia, pois esta hidrovía redireciona a circulação das mercadorias, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense. Logo, a sequência que apresenta corretamente o processo de ocupação e produção do espaço rondoniense corresponde aos itens I, III e IV, uma vez que a II está incorreta.

Fonte:

- SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, num 2, vol 1, Belém, jan-jul 2014, p. 144-165. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405/pdf_25

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	29	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.

CORRETA. A depressão do rio Guaporé é constituída por superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica e apresentam cotas que variam entre 150 e 250 metros e apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre moderna. Este domínio é representado por extensas superfícies aplainadas levemente dissecadas e vastos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) sulcados por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico numa rede de canais de baixa densidade de drenagem (Dantas). Emergem desta planície, sustentadas por litologias mais resistentes à erosão, diversos tipos de relevos residuais, tais como cristas isoladas e inselbergs. Destaca-se, nesse contexto, o maciço intrusivo básico da serra do Colorado.

Alternativa B - Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

CORRETO. De acordo com a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross na década de 1980, considera-se que a maior parte do Estado é constituída por terras baixas, caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica – Ross, 1985), sendo constituída tanto pelos tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-

Paraná e Rio Madeira, quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.

Alternativa C - Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.

CORRETO. A maior parte do território de Rondônia está situado no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, conforme classificação dos Domínios Morfoclimáticos Brasileiros proposta pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber. Todavia, na sua porção Sul-Sudeste, no contato com o Mato Grosso e o Pantanal sejam encontradas formações relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados, de acordo com pesquisas mais recentes.

Alternativa D - Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.

CORRETO. Os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia correspondem a fragmentos de uma antiga superfície de aplainamento sustentados por rochas sedimentares e alçados em cotas que variam de 300 a mais de 1.000 metros de altitude (...). Estes planaltos consistem de platôs isolados que ocupam áreas da porção central do Estado de Rondônia, sendo representadas pelas "serras" dos Pacaás Novos, Uopianes. (...) Sobre esses terrenos, desenvolve-se a vegetação de cerrado, nos topos, em contato com a floresta amazônica, nas escarpas e nos fundos de vales.

Alternativa E - Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

INCORRETO. Ao norte do Estado de Rondônia são encontrados os Tabuleiros da Amazônia Centro-Occidental, que constituem um prolongamento, a sul, de um extenso domínio geomorfológico mapeado no Estado de Amazonas. É exclusivamente representado por extensos tabuleiros de baixa amplitude de relevo (invariavelmente inferiores a 30 metros) (...). Este conjunto de tabuleiros encontra-se sulcado por rios meândricos de padrão predominantemente dendrítico, compreendendo os baixos cursos dos rios Candeias, Jamari, Preto e Ji-Paraná (ou Machado) e apresentam cotas muito baixas que variam entre 90 e 120 metros. A descrição contida na alternativa E corresponde, na verdade, à Depressão do Rio Guaporé.

Fonte:

- DANTAS, M. E. (et.al.). Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. (et.al) (Orgs). Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos (XII RCC). Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCE/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho/RO, 09 a 16 de set de 2017. pp. 43-59. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1084945/1/XIIRCCRondonia2017.pdf#page=21>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	35	29	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas a respeito do processo histórico de ocupação do estado de Rondônia, entre os séculos XVIII e XIX estão verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira. A ocupação da região Amazônica (e do que hoje é o estado de Rondônia), até o século XVIII, se relaciona à ocorrência de entradas e bandeiras em busca de metais preciosos e recursos naturais. Esse processo fazia parte da estratégia geopolítica da coroa portuguesa do período de reconhecer os territórios, instalar fortes e, posteriormente, reivindicar sua posse com base no *Uti Possidetis*, expandindo desse modo, as terras americanas sob seu controle, com a assinatura do Tratado de Madri, de 1750.

A segunda assertiva já remonta ao processo de ocupação da região a partir da segunda metade do século XIX, na medida em que a exploração da borracha se articula à II Revolução Industrial e, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, que passou a demandar cada vez mais essa matéria-prima, e que levou a um grande surto migratório para a Amazônia, Rondônia inclusa.

Desse modo, as duas assertivas estão corretas, embora não tenha uma relação de causa e efeito entre si, uma vez que se situam em diferentes contextos históricos, geopolíticos e econômicos.

Fonte:

- ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	42	39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz no enunciado o conteúdo sobre os fundamentos históricos, teóricos e epistemológicos da Ciência Psicológica e afirma que esse cenário passou por distintos episódios e transformações. Ao pedir que seja indicada a alternativa que aponta a descrição desse cenário de forma correta é exigido do candidato não somente o domínio histórico da história da ciência psicológica, como também o conhecimento do objeto e do método inerente a cada proposta de conhecimento que visava, à época, conceituar e descrever a referida ciência. Entre as propostas indicadas nos itens, segundo Myers (2017), Schultz e Schultz (2016) e Feldman (2015), o funcionalismo, representado por William James, focava nas funções dos processos mentais e não apenas em suas estruturas. Quem estudava a estrutura da mente era o estruturalismo, com Wilhelm Wundt e Edward Titchener, o que faz da alternativa A incorreta. A psicologia cognitiva, surgida na década de 1960, surgiu em oposição ao behaviorismo estrito, justamente por resgatar o estudo dos processos mentais, como percepção, memória e linguagem; indicando que a opção B também é incorreta. O behaviorismo surgiu no início do século XX como uma reação ao estruturalismo e ao funcionalismo, que utilizavam a introspecção como método. John B. Watson, considerado o fundador dessa escola, defendia que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e focada no comportamento observável e mensurável, descartando os processos mentais subjetivos. Essa abordagem influenciou significativamente a psicologia, dando origem ao behaviorismo radical de B.F. Skinner e suas contribuições sobre o condicionamento operante. Portanto, a alternativa correta é C (A escola behaviorista, fundada por John B. Watson, rejeitou a introspecção como método e enfatizou o estudo do comportamento observável e mensurável). Quanto à psicanálise de Freud, embora enfatize o inconsciente como aponta a opção D, ela não ignora os comportamentos e emoções conscientes, conforme o item indica com a expressão “em detrimento”. Na verdade, busca explicar como os processos inconscientes influenciam esses aspectos da vida psíquica. Logo, essa opção (D) é incorreta. Por fim, a psicologia humanista, com Carl Rogers e Abraham Maslow, priorizou o potencial humano, a autorrealização e a experiência subjetiva, e não a análise de comportamentos condicionados (essa é uma característica do behaviorismo), o que invalida a alternativa E como a correta.

Fontes:

- Feldman, R. S. Introdução à psicologia. 10ª ed., AMGH, 2015.
- Freud, S. (1915). *The Unconscious*. The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (Vol. 14, pp. 159-204).
- Myers, D. G.; DeWall, C. N. Psicologia. 11ª ed., LTC, 2017.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. Macmillan.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2016). *História da Psicologia Moderna* (10ª ed.). Cengage Learning.
- Watson, J. B. (1913). *Psychology as the behaviorist views it*. Psychological Review, 20(2), 158–177.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	36	38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Brito (2012), CFP (2013), Moraes e Yamamoto (2019) e Moreira et al (2024), a Psicologia Jurídica é um campo interdisciplinar que integra a Psicologia e o Direito, abrangendo diversas áreas além da avaliação de criminosos. Sua atuação se expandiu ao longo do tempo para incluir a avaliação e o suporte a testemunhas, vítimas, famílias, jurados e profissionais do sistema judicial. Além disso, os psicólogos jurídicos auxiliam juízes e advogados na compreensão e embasamento dos aspectos psicológicos envolvidos nos processos legais, contribuindo para decisões mais justas. Não se limitando, portanto, à avaliação de criminosos oferece suporte em decisões judiciais e trabalha em colaboração com outras disciplinas para compreender e abordar as implicações psicológicas e sociais das questões legais. Logo, a alternativa que responde corretamente à questão é “Tem, historicamente, evoluído para incluir avaliações de testemunhas, vítimas e profissionais do sistema de justiça, além de fornecer suporte em decisões judiciais.” (D). Quanto as demais opções de resposta, vale dizer que a A é INCORRETA, pois a Psicologia Jurídica não se

resume à avaliação de criminosos ou à reabilitação social. Embora essa seja uma de suas áreas de atuação (Psicologia Criminal), o campo é muito mais amplo, envolvendo avaliações de vítimas, perícias em processos de guarda, avaliação de capacidade civil, entre outros. A alternativa B não é correta em razão de a Psicologia Jurídica ter aplicações práticas fundamentais no sistema de justiça, como em laudos periciais, avaliações psicológicas para determinação de guarda de filhos, avaliação de vítimas de violência, perfilamento criminal, mediação de conflitos, entre outras. A opção C é INCORRETA visto que a Psicologia Jurídica se preocupa com o impacto psicológico das decisões judiciais e um dos seus objetivos ser minimizar os danos emocionais e psicológicos que podem ser causados pelas decisões legais, especialmente em processos que envolvem vítimas, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade. Por fim, a alternativa E é igualmente INCORRETA dado que a ética profissional impede que o psicólogo forense divulgue informações da avaliação sem o consentimento do avaliado, salvo em situações previstas por lei (ex.: quando solicitado judicialmente). A Resolução CFP nº 006/2019 e o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) reforçam a necessidade de sigilo e proteção das informações psicológicas.

Fontes:

- Brito, L. M. T. de .. (2012). Anotações sobre a Psicologia jurídica. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 32(spe), 194–205. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014>
- Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) – Diretrizes sobre o sigilo e a atuação ética do psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). Psicologia Jurídica: Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional.
- Moraes, P. H., & Yamamoto, O. H. (2019). Psicologia Jurídica no Brasil: Práticas e desafios.
- Moreira, L. E., Soares, L. C. E. C., Fraga, Y. B. C., & Poniwas, M. de P.. (2024). Psicologia e Sistema de Justiça: Desafios e Compromissos . *Psicologia: Ciência E Profissão*, 44(spe1), e287265. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287265>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	38	36	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As perícias psicológicas são essenciais no contexto jurídico para avaliar a capacidade mental de um indivíduo em diferentes tipos de processos judiciais. Essas avaliações podem ser solicitadas em casos de interdição civil, guarda de crianças, responsabilidade penal, capacidade testamentária, entre outros. O psicólogo atua como perito para fornecer informações que auxiliam na tomada de decisões jurídicas. Logo, afirmativa I é Verdadeira. Além disso, embora as perícias psicológicas possam incluir a avaliação de transtornos mentais graves, essa não é sua única função e nem sempre são solicitadas com esse objetivo. As perícias podem abranger aspectos emocionais, cognitivos, relacionais, capacidade parental, dano psíquico e outros elementos, indo além da identificação de transtornos mentais graves. Portanto, a afirmativa II é falsa como justificativa da I. Em outras palavras, portanto, a afirmativa I está correta, pois reconhece a importância das perícias psicológicas no contexto jurídico, mas a afirmativa II está incorreta como justificativa, pois restringe a finalidade da perícia a transtornos mentais graves, o que é um equívoco, demonstrando que a opção A (A afirmativa I é verdadeira; a II é falsa enquanto uma justificativa da I) ser a única que responde à questão.

Fontes:

- Brito, L. (2011). Psicologia Jurídica: Teoria, prática e aplicações. Editora Atlas.
- Figueiredo, L. C. M. (2018). Psicologia Jurídica: Uma introdução. Editora Vetor.
- Lemes, S. C., & Ferreira, V. R. T. (2021). O laudo psicológico na justiça: Uma análise da qualidade dos laudos periciais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(2), 1–20. https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v23n2/pt_v23n2a06.pdf?form=MG0AV3
- Manual de Psicologia Jurídica (CFP, 2013) – Diretrizes sobre perícia psicológica no contexto jurídico.
- Resolução CFP nº 006/2019 – Normas para a elaboração de documentos decorrentes da avaliação psicológica.
- Resolução CFP nº 010/2005 – Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- SANTOS, Cintia ; SILVA, Vera Lúcia Cristina. Perícia psicológica forense: contextualização e métodos. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5311, 15 jan. 2018. Disponível

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	37	40	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata da distinção entre administração de pessoal, administração de recursos humanos e gestão social. Para isso, ilustra com o caso em que a gestora de uma equipe enfrenta diferentes desafios para os quais adota algumas medidas. Diante desse cenário, a questão pede que seja identificada a diferenciação entre as práticas de administração de pessoal, administração de recursos humanos e gestão social. Logo, segundo Robbins (2020), Chiavenato (2020a) e Chiavenato (2020b) a administração de Pessoal refere-se à gestão burocrática dos funcionários, incluindo processos de admissão, demissão, folha de pagamento, cumprimento de legislação trabalhista e registros de empregados. No caso, a ação de Maria de revisar os procedimentos de contratação e demissão se encaixa nessa categoria; a administração de Recursos Humanos engloba práticas estratégicas voltadas para o desenvolvimento dos funcionários, como treinamentos, planos de carreira, feedback e reconhecimento. Essas ações visam a motivação e retenção de talentos, o que está alinhado com o segundo ponto das medidas adotadas por Maria; e, por fim, a gestão Social relaciona-se à responsabilidade social corporativa, visando impactos positivos para os funcionários, a comunidade e o meio ambiente. A criação de políticas de responsabilidade social mencionada no terceiro item caracteriza essa abordagem. Considerando isso, a única alternativa que responde à questão é “1. administração de pessoal 2. administração de recursos humanos 3. gestão social.”, letra C. A alternativa B (1. administração de recursos humanos 2. administração de pessoal 3. gestão social) está incorreta visto que o primeiro item trata de procedimentos burocráticos como contratação e demissão, que são característicos da administração de pessoal, e não da administração de recursos humanos. Administração de RH tem um foco mais estratégico, e não apenas processual. Além disso, o segundo item menciona desenvolvimento de funcionários, algo claramente ligado à administração de recursos humanos, mas aqui foi classificado como administração de pessoal, o que está incorreto. A opção D (1. gestão social 2. administração de pessoal 3. administração de recursos humanos) não responde à questão visto que item 1 aborda processos burocráticos e legais (contratação, demissão, registros), o que é típico da administração de pessoal, e não da gestão social. Gestão social está relacionada a impactos para a sociedade, o que não se aplica aqui; e o segundo item envolve desenvolvimento e capacitação, o que é uma função da administração de recursos humanos, e não da administração de pessoal. Por fim, a opção Alternativa E (1. administração de recursos humanos 2. gestão social 3. administração de pessoal) apresenta equívoco ao evidenciar que o primeiro item lida com processos burocráticos de contratação e demissão, que são parte da administração de pessoal, e não da administração de recursos humanos; e o segundo menciona desenvolvimento de funcionários, algo ligado à administração de recursos humanos, mas foi classificado como gestão social, o que está incorreto.

Fontes:

- **Robbins, S. P. (2020).** *Comportamento Organizacional* (18ª ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- Chiavenato, I. (2020a). *Gestão de Pessoas - O Novo Papel da Gestão do Talento Humano*. 5ªed. São Paulo: Atlas/Grupo Gen.
- Chiavenato, I. (2020b). **Recursos Humanos - O Capital Humano das Organizações**. 10ªed. São Paulo: Atlas/Grupo Gen.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	48	55	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução CFP nº 008/2010 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Neste viés, a questão elaborada buscou abordar sobre o psicólogo atuante neste contexto, em especial sobre o capítulo IV, artigo 10. Dentre as alternativas a letra D está correta. Portanto a questão exigiu conhecimento do candidato em relação a referida lei e o artigo mencionado, não tendo como intenção abordar outro artigo ou outro ponto de conhecimento.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	52	49	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar informações sobre o relatório multiprofissional. Essas informações podem contribuir para o conhecimento do candidato ao atuar em conjunto com profissionais de outras áreas. Dentre as alternativas a letra C (metodologia) não compõe a estrutura desse documento. Portanto esta alternativa está incorreta.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Instituí regras para a elaboração de documentos escritos/produzidos pela (o) psicólogos (a) no exercício profissional e revoga a resolução CFP Nº 15/1996, a resolução CFP 07/2003 e a resolução 04/2019. Resolução 06/2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	49	46	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar dados sobre o transtorno dissociativo, seguindo criteriosamente a bibliografia utilizada. Através de um caso hipotético a mesma trouxe os sintomas equivalente a esse transtorno. Portanto a letra B está correta.

Fonte:

- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014 p. 335.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	51	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada apresentou dados sobre “O papel do terapeuta de orientação psicanalítica, afirmando que esse papel varia conforme a capacidade de simbolização do paciente”. E trouxe como requisito para o entendimento do candidato um texto referenciado pelo autor CORDIOLI, A. Volpato afirmando que;

É nesse contexto de “expressão da mente através do corpo” que o terapeuta procura identificar os conflitos subjacentes, bem como os mecanismos de defesas e os traços de personalidade, com o objetivo de promover o insight afetivo desses conflitos com o nível do pensamento.

Nesse sentido, os termos apresentados acima completam corretamente a questão, tal resposta pode ser confirmada na referência citada na página mencionada. Como questionado termos como “amparo afetivo” não é sinônimo de insight afetivo e a referida questão não traz duas ou mais opções corretas.

Fonte:

- CORDIOLI, A. V. Psicoterapias. Abordagens atuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008. p. 608.)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	47	52	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como objetivo apresentar uma técnica psicoterápica utilizada para o tratamento psicoterápico do transtorno bipolar. Dentre as alternativas a letra B não apresenta um dos objetivos dessa técnica.

Cabe destacar que a questão elaborada foi baseada na referência bibliográfica utilizada.

Fonte:

- CORDIOLI, A. V. Psicoterapias. Abordagens atuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008 P. 642.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O gabarito preliminar apontou como correta a alternativa que traz a afirmação do “Grupo Gama”, a qual de fato é acertada e se amolda ao art. 98, II, da CF. O *caput* do mesmo artigo é expresso quanto à criação, no âmbito da União, com relação ao Distrito Federal e em eventuais Territórios Federais que venham a existir.

Por outro lado, são incorretas as afirmações:

- Do Grupo Alfa, pois o CNJ é órgão vinculado ao Poder Judiciário e não possui competência para julgamento de servidores;
- Do Grupo Beta, visto que o Ministério Público não é vinculado à estrutura do Poder Executivo, sendo órgão autônomo. Nesse sentido, leciona Bernardo Gonçalves: “O Ministério Público em nossa atual Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes (não pertencente a nenhum deles, devendo respeito apenas à Constituição) e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como o defensor do Estado e da sociedade.”;
- Do Grupo Delta, considerando que os membros do MP e Defensoria também gozam de inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, “b” e ; e art. 134, § 1º);
- Do Grupo Ômega, pois as Defensoria não se vinculam ao Executivo, bem como não há Defensoria vinculada a poderes de Municípios.

Considerando o exposto, não procedem as razões recursais e não merece reparo o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.
- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. . 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodlvm. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não

podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Analista Judiciário - Publicitário

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	06	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2º§) pode-se afirmar que:”, a alternativa “E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.” foi adequadamente indicada como correta. A frase alterada para “O incidente ocorreu quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol.” não exige o uso da vírgula porque, de acordo com as regras da pontuação, a oração subordinada adverbial introduzida por “quando” (que é uma conjunção subordinativa

temporal) não exige vírgula. Oração subordinada adverbial temporal: "quando o jovem estava pagando suas compras no caixa acompanhado de amigos após uma partida de futebol." Esta oração explica o tempo em que o incidente ocorreu. Como a oração vem logo após o sujeito e não há uma quebra significativa ou mudança de ritmo, não há necessidade de usar a vírgula. A alternativa "D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa." não pode ser indicada como correta pois para ser considerada oração é necessário haver um verbo. A alternativa "C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo." não pode ser indicada como correta. O uso de vírgulas é obrigatório para separar o adjunto adverbial "acompanhado de amigos após uma partida de futebol", que está intercalado na frase e tem a função de explicar a ação do sujeito. A alternativa "A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória." não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: "Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.". Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa "D" como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão "(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)". Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema "custas dos serviços forenses" é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa "A".

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	11	13	14

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:”, a alternativa “E) Termos subordinados sintaticamente.” foi adequadamente indicada como correta. A preposição “a” nas duas ocorrências destacadas introduz um objeto indireto, pois acompanha os verbos “condenou” e “pagar”, que exigem complemento introduzido por preposição: “condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização”. O verbo “condenar” exige a preposição “a” antes de um verbo no infinitivo (“pagar”). Em “pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem”, o verbo “pagar” pode ter dois objetos: um direto (o valor a ser pago) e um indireto (o destinatário do pagamento), introduzido pela preposição “a”. Portanto, em ambos os casos, a preposição “a” introduz complementos verbais (objetos indiretos) os quais são termos subordinados sintaticamente, assim, a alternativa “B) Complementos verbais.” também pode ser considerada correta.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	57	60	58

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes tópicos: “Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.”. Há, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Embora o gabarito preliminar tenha apontado a alternativa “D” como correta (ou seja, afirmativas I, II e IV como certas), prosperam as razões recursais exclusivamente no que concerne à afirmativa IV. A afirmativa IV se equivoca ao afirmar que o cidadão “(...) tem direito fundamental ao registro civil de casamento de forma gratuita (...)”. Os direitos fundamentais, conforme clássica conceituação na seara de Direito Constitucional e Direitos Humanos, são aqueles previstos na carta de direitos salvaguardada na Constituição de determinado país. No caso, a Constituição Federal de 1988 não prevê expressamente o registro civil do casamento de forma gratuita em seu art. 5º, tornando a assertiva incorreta. Ademais, é cediço que o processo de habilitação, registro e a certidão de casamento submete-se ao regime de custas e emolumentos, sendo que eventuais previsões acerca do assunto na legislação infraconstitucional civil não podem ser consideradas direitos fundamentais e tampouco podem ser cobradas no concurso, visto que não se encontram no conteúdo programático do cargo em análise.

A seguir, apresenta-se as demais afirmativas dispostas na questão e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Art. 24, IV c/c §2º da CF – O tema “custas dos serviços forenses” é de competência concorrente. Logo, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- Afirmativa II: correta
 - Art. 27, §1º da CF - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- Afirmativa III: incorreta
 - Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular (Súmula 365, STF).

Considerando o exposto, são procedentes os recursos no que tange à afirmativa IV, alterando-se o gabarito correto da questão para alternativa “A”.

Fonte:

- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7/2/2025.

Cargo: Técnico Judiciário

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	04	07	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi elaborada com base na classificação dos gêneros textuais, e a alternativa correta permanece sendo a alternativa E (literário, de caráter lírico, com marcas de subjetividade e expressão pessoal).

O gênero lírico é caracterizado pela subjetividade, pela expressão de sentimentos e pela predominância da função emotiva da linguagem. No poema “Com licença poética”, Adélia Prado constrói um eu lírico feminino que reflete sobre sua identidade e sua relação com o mundo. A presença de metáforas, a musicalidade e a introspecção reforçam essa classificação.

Embora o texto contenha alguns traços narrativos, como a menção a eventos da vida do eu lírico (“Quando nasci um anjo esbelto...”), isso não o caracteriza como um texto narrativo. A narrativa exige um enredo estruturado, personagens em ação e uma progressão de eventos, elementos que não estão presentes no poema.

Portanto, a alternativa D não pode ser considerada correta, pois o texto não configura uma narrativa propriamente dita, mas sim uma construção poética subjetiva, reforçando a escolha da alternativa E.

Fonte:

- MARCUSCHI, L. A. (2008). Produção textual: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p. ISBN 978-85-88456-74-7.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	09	06	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa E (Simbólico, relacionado à capacidade de criação e resiliência) permanece como a correta, com base na análise do poema e na interpretação do verso “– dor não é amargura.”

- Sentido simbólico da palavra "dor" no contexto do poema:

A construção poética de Adélia Prado, de caráter lírico, explora a subjetividade e a experiência feminina.

O verso “dor não é amargura” sugere que a dor não deve ser entendida como algo exclusivamente negativo ou destrutivo. Em vez disso, ela pode ser encarada como uma experiência que fortalece e impulsiona a expressão artística e a resiliência.

Essa interpretação se alinha ao tom do poema, que apresenta uma perspectiva feminina desdobrável, ou seja, adaptável e resistente.

- Refutação dos argumentos apresentados nos recursos:

Sobre a subjetividade da alternativa E:

A interpretação de textos literários envolve subjetividade, mas não se constrói sentido sem levantamento e sustentação de pistas textuais concretas, mesmo em relação ao texto lírico. Há elementos no próprio poema que sustentam a relação entre dor e força criativa, como no verso “Minha tristeza não tem pedigree, já a minha vontade de alegria, sua raiz vai ao meu mil avô.”

Aqui, a autora demonstra que suas experiências (inclusive as dolorosas) são parte de uma trajetória que a molda e a impulsiona.

- Sobre a possibilidade de a alternativa D (sarcástico) ser correta:

O poema não apresenta um tom de ironia ou sarcasmo evidente. Pelo contrário, há um lirismo reflexivo que valoriza a superação da dor.

- Sobre o argumento de que o sentido denotativo (alternativa C) também seria válido:

A palavra "dor" pode ter um sentido físico, mas no contexto poético em que está inserida, sua função vai além do significado literal. O poema de Adélia Prado não é objetivo ou informativo, o que descarta a possibilidade de um sentido estritamente denotativo.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	09	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos apresentados, reafirma-se a alternativa C ("É um estrangeirismo incorporado à língua portuguesa, mantendo sua grafia original") como a única correta. Justificamos essa decisão com base nos seguintes argumentos:

1. Definição de "pedigree" como estrangeirismo

A palavra "pedigree" é um empréstimo linguístico do inglês, que por sua vez deriva da expressão francesa *pied de grue*. Ressalta-se que a referida palavra não se trata de vocábulo composto sequer em inglês, já sendo empregada por volta de 1425 nos textos do poeta John Lydgate exatamente como grafada em português hoje em dia (vide Oxford English Dictionary). No português, ela não sofreu nenhuma adaptação ortográfica, o que caracteriza sua incorporação como um estrangeirismo não aportuguesado. Segundo as normas da língua portuguesa, palavras estrangeiras mantidas na forma original são classificadas como estrangeirismos lexicais.

2. Refutação da alternativa D ("Obedece à regra de formação de palavras compostas com origem em outros idiomas")

O principal argumento dos recursos é que "pedigree" poderia ser considerada uma palavra composta de origem estrangeira. No entanto, essa interpretação não é correta, pois:

- "Pedigree" não é uma palavra composta no português, mas sim um termo único de origem estrangeira, cuja grafia foi integralmente preservada.

- No caso de palavras compostas de origem estrangeira, a norma determina o uso de hífen ou grafia separada, como em *know-how* ou *software livre*, o que não se aplica a "pedigree".

- A opção D induz a erro ao sugerir que a grafia da palavra segue uma "regra de formação de palavras compostas", o que não é verdadeiro na gramática do português.

3. Ambiguidade inexistente na questão

Os recursos argumentam que a questão permitiria múltiplas respostas. No entanto, a alternativa C apresenta a única explicação plenamente correta e respaldada pela norma gramatical. "Pedigree" é um estrangeirismo incorporado à língua portuguesa exatamente por manter sua grafia original, e não por obedecer a regras de formação de palavras compostas.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	10	01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos apresentados, reafirma-se a alternativa D ("Adjetivo simples derivado por sufixação") como a única correta. Justificamos essa decisão com base nos seguintes argumentos linguísticos:

1. Análise morfológica da palavra "desdobrável"

A palavra "desdobrável" é derivada do verbo "desdobrar", que por sua vez é formado por:

- Prefixo: "des-" (inversão, separação)
- Radical: "dobr" (do verbo dobrar)
- Vogal temática: "-a-"
- Sufixo: "-vel" (formador de adjetivos)

O elemento "-vel" é um sufixo adjetival que indica possibilidade ou capacidade (*dobrável* = que pode ser dobrado, *desdobrável* = que pode ser desdobrado). Assim, a derivação ocorre por meio da adição do sufixo "-vel" ao verbo "desdobrar", caracterizando derivação sufixal.

2. "Desdobrável" seria derivado por prefixação e sufixação?

Não. Apesar da palavra conter um prefixo ("des-"), a formação do adjetivo ocorre a partir do sufixo "-vel" e não do prefixo. O radical verbal já existia previamente como "desdobrar". O acréscimo de "-vel" transforma o verbo em um adjetivo, caracterizando a derivação sufixal.

Segundo Cunha & Cintra (2008, p. 89), quando um sufixo transforma a classe gramatical de uma palavra, trata-se de derivação sufixal, independentemente da existência de um prefixo prévio.

2.1. "Desdobrável" seria derivado apenas por prefixação?

Não. A derivação por prefixação ocorre quando um prefixo se junta a um radical sem alterar a classe gramatical da palavra. Exemplo: *feliz* → *infeliz* (continua sendo adjetivo).

No caso de "desdobrável", o verbo desdobrar foi transformado em um adjetivo, e essa mudança ocorreu devido ao sufixo "-vel", logo, trata-se de derivação sufixal.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	08	04	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta (a): O verbo "carregar" é transitivo direto, e "bandeira" é o termo que recebe a ação diretamente. Ressalta-se que não existe ambiguidade em relação ao termo "bandeira" uma vez que o questionamento em tela busca aferir se o concursista sabe qual a função sintática de "bandeira" na estrutura frasal, o que dispensa qualquer interpretação subjetiva, pois busca-se uma análise puramente técnica e estrutural do segmento.

Distratores:

B) Sujeito simples. (Não se trata de um sujeito o termo em destaque; e ainda, o sujeito da oração seria oculto).

C) Objeto indireto. (Não há preposição no complemento).

D) Predicativo do sujeito. (NÃO HÁ CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO).

E) Complemento nominal. (NÃO COMPLEMENTA UM NOME).

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	01	08	10

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto recursal sustenta que a única resposta correta para a referida Questão foi divulgada no gabarito preliminar como Letra E. Na realidade, o gabarito preliminar divulgado dá como única resposta a Letra D, a qual é proposta na solicitação recursal como resposta correta também. A banca sugere que o concursista efetue nova consulta ao gabarito preliminar divulgado e certifique-se de que seu pedido coincide com a resposta dada como correta.

A diretiva da Questão é "No verso "ora sim, ora não, creio em parto sem dor." (L10), o verbo "creio" está conjugado na" e tem como única resposta correta a Letra "D) Primeira pessoa do singular do presente do indicativo". Não é possível considerar-se a Letra E como resposta correta porque a "Primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo" do verbo "crer" é "creia". Tem-se, ainda, que "ora sim, ora não" sugerindo um jogo de contrastes, em nada afeta o fato de que "creio" é "D) Primeira pessoa do singular do presente do indicativo" e única resposta correta para o questionamento em tela.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	03	10	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos apresentados, reafirma-se a alternativa B ("Pronome relativo, introduzindo uma oração subordinada adjetiva") como a única correta. Justificamos essa decisão com base nos seguintes aspectos gramaticais e normativos:

1. Análise sintática da frase

"Aceito os subterfúgios que me cabem."

- Oração principal: "Aceito os subterfúgios"
- Oração subordinada: "que me cabem"

Na estrutura, "que" retoma o termo "subterfúgios", funcionando como pronome relativo, introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva ("que me cabem"), que especifica quais subterfúgios são aceitos.

2.1. O "que" poderia ser uma conjunção subordinativa integrante?

Não. Conjunções integrantes introduzem orações subordinadas substantivas, que funcionam como sujeito, complemento verbal, complemento nominal ou predicativo.

Se "que" fosse uma conjunção integrante, a oração subordinada deveria substituir um substantivo e poderíamos reescrevê-la com "isso". No entanto:

→ Aceito os subterfúgios que me cabem. (*correto e com sentido claro*)

→ Aceito que os subterfúgios me cabem. (*frase inaceitável na norma culta*)

A tentativa de reescrita demonstra que a oração subordinada não desempenha papel de complemento do verbo "aceitar", mas sim de um modificador do substantivo "subterfúgios", pois, como já explicitado anteriormente nesse texto, o "que" restringe a amplitude do termo "subterfúgios", "só aceito os subterfúgios que cabem a mim".

Portanto, o "que" não pode ser interpretado como conjunção integrante, pois não há oração subordinada substantiva na estrutura.

2.2. Há ambiguidade na questão?

Não. A única análise sintaticamente aceitável é a de oração subordinada adjetiva restritiva, com "que" funcionando como pronome relativo. A estrutura da frase não permite interpretação como conjunção integrante.

Segundo Cunha e Cintra (2013, p. 538), pronomes relativos retomam um termo antecedente e introduzem orações adjetivas, exatamente o que ocorre no enunciado da questão.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	06	03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos interpostos, reafirma-se como correta a alternativa E ("O uso de uma expressão marcada pela variação estilística, alternando afirmação e dúvida"). Justificamos nossa decisão com base nos seguintes critérios linguísticos e interpretativos:

1. Estrutura da construção "Ora sim, ora não, creio em parto sem dor."

A expressão "ora sim, ora não" é uma estrutura fixa da língua portuguesa e tem um sentido que vai além da mera alternância entre afirmação e negação. Ela expressa instabilidade, hesitação ou incerteza, sugerindo que a crença do eu-lírico na possibilidade de um parto sem dor oscila entre convicção e descrença. Ressalta-se é imprescindível que se interprete a estrutura do verso na sua totalidade, como bem orienta a diretiva da questão, ou seja, o eu-lírico constrói e desconstrói crenças. Além disso, deve-se levar em conta que tratam-se de conjunções alternativas: ou...ou; já...já; quer...quer; ora...ora; seja...seja. etc, as quais visam a estabelecer relação de alternância.

Embora "ora sim" seja uma afirmação e "ora não" seja uma negação, essa alternância carrega um efeito pragmático de dúvida ou hesitação, pois indica que o falante ora acredita, ora deixa de acreditar. Dessa forma, há um embasamento para a interpretação de que ocorre uma alternância entre afirmação e dúvida.

2. Refutação do Argumento a Favor da Alternativa B

A alternativa B afirma que a construção representa um "uso típico da norma culta, que privilegia estruturas fixas e previsíveis". Embora a estrutura "ora..., ora..." seja de fato um elemento da norma culta, a frase não se caracteriza apenas por esse aspecto.

A norma culta não é definida apenas pelo uso correto da pontuação e da gramática, mas também pela finalidade do

enunciado. No contexto da frase, há um uso expressivo da linguagem que vai além da norma culta formal. O efeito de hesitação gerado pelo "ora sim, ora não" reforça a variação estilística, característica marcante da linguagem poética. Portanto, a alternativa B é limitante e incompleta, pois desconsidera o efeito de sentido produzido.

3. Sobre a Interpretação de "Alternância entre Afirmação e Dúvida"

Na prática discursiva, a oscilação entre certeza e negação de crenças visa a produzir o efeito da efemeridade, da volatilidade, da inquietude que permeia esse eu-lírico, resultando em um efeito de incerteza. O próprio contexto da frase, especialmente com o verbo "creio", sugere uma alternância entre acreditar e não acreditar, o que pode ser lido como uma flutuação entre certeza e incerteza, mais ainda, "parto" pode ser o nascimento da própria produção literária da autora, o ato da criação da poesia, do verso. Essa interpretação é respaldada pelo caráter poético do trecho, que faz uso da variação estilística para expressar uma ideia subjetiva e emocional.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	02	05	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A vírgula no verso "ora sim, ora não, creio em parto sem dor." tem a função de marcar uma pausa em elementos de oposição, justificando a escolha da alternativa E.

1. Estrutura da Frase e Função da Vírgula

A construção "ora sim, ora não" segue um paralelismo sintático típico de expressões que indicam alternância, oposição ou contraste, como em "ora chove, ora faz sol".

- O uso da vírgula entre "ora sim" e "ora não" segue a norma da pontuação em enumerações binárias alternantes, indicando a troca entre dois estados contrastantes (afirmação e negação).
- A segunda vírgula, antes de "creio em parto sem dor", marca a separação entre esse trecho oposicional e a oração principal, contribuindo para a clareza da construção.

2. Explicação do Gabarito (E): "Marcar uma pausa em elementos de oposição"

A expressão "ora sim, ora não" apresenta uma alternância de ideias opostas (afirmação vs. negação). A vírgula é usada para separar essas ideias antagônicas, tornando a leitura mais clara e enfatizando a oscilação do pensamento do eu-lírico.

Por isso, a função da vírgula nesse caso é marcar uma pausa entre elementos contrastantes, correspondendo exatamente à descrição da alternativa E.

3. DISTRATORES:

A) Separar aposto explicativo: Não há um aposto na construção. "Ora sim, ora não" não está explicando nem acrescentando uma informação ao sujeito ou ao verbo.

B) Destacar uma enumeração: Embora haja um paralelismo ("ora sim, ora não"), a estrutura não é uma enumeração típica de termos equivalentes (como "comprou pão, leite e café"). Trata-se de uma alternância, não de uma enumeração simples.

C) Indicar paralelismo sintático: O paralelismo sintático existe, mas a função da vírgula não é especificamente indicar paralelismo, e sim a oposição entre os termos.

D) Introduzir uma oração subordinada: "Ora sim, ora não" não é uma oração subordinada, e sim uma estrutura fixa de alternância. A vírgula não serve para introduzir outra oração.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	05	02	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A construção original "creio em parto sem dor" pode ser reformulada mantendo o mesmo sentido e correção gramatical. Para isso, é necessário analisar os elementos da frase:

- "Creio em" → O verbo "crer" exige a preposição "em" quando indica crença em algo abstrato ou possível.
Exemplo: *Creio em milagres.*

- "Parto sem dor" → Expressa a ideia de um parto indolor, sem sofrimento.

A alternativa E) "Acredito que pode haver parto indolor" mantém esse significado porque:

1. "Acredito que" → O verbo "acreditar" tem sentido equivalente ao verbo "crer", ambos expressam confiança ou fé em algo.
2. "Pode haver parto indolor" → Essa construção expressa a mesma ideia da original: a possibilidade da existência de um parto sem dor.

DISTRATORAS:

A) "Creio de parto sem dor." - O verbo "crer" exige a preposição "em", e não "de". Essa construção é gramaticalmente incorreta.

B) "Creio com parto sem dor." - "Crer com" não é uma construção válida no português padrão. O correto seria "crer em".

C) "Confio no parto doloroso." - Além de mudar a estrutura sintática, altera completamente o sentido, pois o original fala em parto sem dor, e essa opção menciona parto doloroso.

D) "Creio que o parto não dói." - Essa opção altera o tom da frase. No original, há uma crença na possibilidade de um parto sem dor, enquanto esta sugere uma certeza absoluta de que todo parto não dói, o que muda o significado.

Assim, a alternativa E é a correta porque mantém o sentido original da frase (esperança na possibilidade de um parto indolor) e respeita a estrutura gramatical adequada, desta forma atendendo ao recorte proposto na diretiva da questão em tela.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto tem caráter expositivo e informativo, com a intenção de alertar o leitor sobre um golpe relacionado à CNH e oferecer medidas preventivas, portanto, mantém-se a alternativa (E).

1) DISTRATORES:

A) Errado: O texto não narra eventos, mas apresenta informações sobre um golpe.

B) Errado: O texto não aborda aspectos técnicos de sistemas de pagamento.

C) Errado: Não há crítica direta ao governo ou aos Detrans, apenas orientações preventivas.

D) Errado: O texto não defende o uso de canais digitais, mas alerta sobre os riscos deles.

Fonte:

- MARCUSCHI, L. A. (2008). Produção textual: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p. ISBN 978-85-88456-74-7.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	14	12

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto recursal não aponta quaisquer falhas de conteúdo ou no conhecimento inerente à Questão. Foram expressas observações acerca da apresentação e formatação, bem como do vocábulo “supostamente”, o qual, na verdade, dispensa maiores indicações (linha, parágrafo, etc) pelo simples fato de haver um único “supostamente” no texto. Ademais, os argumentos de que a leitura do texto foi prejudicada por “falha metodológica” não prosperam, pois as questões passam por rígidos mecanismos de controle de qualidade, bem como revisões externas, que erradicam tais problemas, o que se pode comprovar pelo altíssimo índice de acerto atingido pelos concursistas na referida questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O verbo “induzir” no trecho “Mensagens enviadas pelo celular induzem vítima a acessar site falso e fazer pagamento [...]” apresenta dupla transitividade, ou seja, exige tanto um objeto direto quanto um objeto indireto. Vamos analisar a estrutura:

Objeto direto: O verbo “induzir” tem o objeto direto “vítima”, que recebe diretamente a ação do verbo. Em outras palavras, a vítima é quem é induzida pela mensagem.

Objeto indireto: O verbo “induzir” também exige um objeto indireto, que neste caso é a expressão “a acessar site falso e fazer pagamento”, indicando o destino da ação de induzir (o que a vítima é induzida a fazer). O “a” indica a preposição exigida pelo verbo para ligar o objeto indireto ao verbo.

Portanto, o verbo “induzir” é um verbo transitivo direto e indireto, pois ele possui tanto um objeto direto (“vítima”) quanto um objeto indireto (“a acessar site falso e fazer pagamento”).

ALTERNATIVAS DISTRATORAS:

A) Verbo transitivo direto, com sujeito elíptico.

Embora o verbo seja transitivo direto em relação ao objeto “vítima”, o verbo não exige apenas um objeto direto. Ele também exige um objeto indireto, ou seja, essa alternativa está incompleta.

B) Verbo intransitivo, que não exige complementos.

O verbo “induzir” não é intransitivo. Ele exige complementos, ou seja, um objeto direto e um indireto. Portanto, essa alternativa está incorreta.

C) Verbo de ligação, que conecta predicativo ao sujeito.

O verbo “induzir” não é um verbo de ligação. Ele expressa ação, enquanto os verbos de ligação apenas ligam o sujeito ao predicativo (que descreve ou qualifica o sujeito).

D) Verbo transitivo direto apenas, sem complemento indireto.

O verbo “induzir” exige tanto um objeto direto quanto um indireto. Portanto, a alternativa D está incorreta por não considerar o objeto indireto.

Fonte:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	16	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conhecimento exigido em referida questão está consoante com o seguinte conteúdo programático previsto no edital do certame: “*CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: (...) Normas do TJRO e CNJ: Resolução n. 325/2020 do CNJ - Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;*

Todas as afirmativas a serem consideradas na questão contêm equívocos, conforme demonstrado a seguir:

- “A estratégia nacional para o Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, não se aplica ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mas tão somente a órgãos do governo federal.”

Esta afirmativa é falsa. A afirmativa contraria o disposto na Resolução nº 325/2020 (Art. 1º e Art. 2º) do Conselho Nacional de Justiça.

- “Os planos estratégicos do Poder Judiciário não poderão incorporar indicadores de desempenho relativos a macrodesafios, pois o horizonte de tempo de referidos planos é de apenas um exercício financeiro.”

Esta afirmativa é falsa. A afirmativa contraria o disposto na Resolução nº 325/2020 (Art. 1º, Art. 2º e Art. 3º) do Conselho Nacional de Justiça.

- “Os órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à política judiciária nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, haja vista que referida política tem caráter contínuo e vigência indeterminada.”

Esta afirmativa é falsa. A afirmativa contraria o disposto na Resolução nº 325/2020 (Art. 2º, V) do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, a única alternativa que atende ao comando da questão é: “A”.

Fonte:

- Resolução nº 325 de 2020, do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	17	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conhecimento exigido em referida questão está consoante com o seguinte conteúdo programático previsto no edital do certame: *“CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS: 1. Governança e Gestão Pública: Noções de Governança e Gestão Pública: Estado, Governo e Sociedade - conceito e evolução do Estado contemporâneo; aspectos fundamentais na formação do estado brasileiro.”*

O embasamento existente nos argumentos recursais com a citação de algumas “revoltas populares regionais”, em que pese a inquestionável importância de referidos movimentos para os fins a que se propunham, encontra-se carente de sustentação histórica quanto ao fato de eles terem obtido efetivo sucesso no processo de independência política que deu origem ao Estado Constitucional Brasileiro. Além das fontes que embasaram a construção da questão, muitas outras referências bibliográficas, amplamente aceitas e trabalhadas em ambientes acadêmicos, convergem no sentido de que é inegável que a prática da velha política de antecipação (“Façamos a revolução antes que o povo a faça”), a exemplo da independência de 1822 e da Revolução de 1930 - marcadas pela ausência das massas (populares) - contribuiu para resultado do citado processo peculiar de independência política sem revolta popular. Fato é que somente a partir de Getúlio Vargas é que surgem alguns instrumentos de participação popular, mas até os dias atuais persistem as dificuldades de uma efetiva participação das massas, de forma pacífica ou por meio de revoltas, na construção do Estado Democrático de Direito.

Portanto, todas as afirmativas existentes na questão estão corretas.

Fontes:

- REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br>;
- Ataíde Alves. Fábio Wellington. Os 500 anos da participação popular no Brasil. Brasília a. 37 n. 146 abr./jun. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda as Leis nº 12.527/2011 e nº 13.709/2018, ambas previstas no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se os trechos iniciais das alternativas de resposta e seus respectivos julgamentos:

“A) Uma informação em poder de determinada entidade pública (...)”

- Julgamento: INCORRETO. Conforme art. 24, §4º, da Lei 12527/2011, transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

“B) Uma pessoa física teve negado (...)”

- Julgamento: INCORRETO. O art. 11, §4º, da Lei 12527/2011, indica que quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

“C) A entidade pública Alfa necessita (...)”

- Julgamento: CORRETO. O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal (art. 14, §1º, da Lei 13709/2018)

“D) Determinado agente de tratamento de dados (...)”

- Julgamento: INCORRETO. As infrações previstas na LGPD não substituem a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou em legislação específica (art. 52, §2º).

“E) A entidade ABC, controlada indiretamente (...)”

- Julgamento: INCORRETO. Subordinam-se ao regime da Lei 12527/2011 as entidades controladas direta ou

indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 1º, II). Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.
- Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recursos interpostos em face da questão constante da prova objetiva do concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Tal item aborda os seguintes atos normativos:

- Resolução n. 199/2021 do TJRO - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do PJRO;
- Resolução n. 309/2023 do TJRO - Código de Ética e Conduta do PJRO;
- Resolução n. 307/2023 do TJRO - Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do PJRO.

Algumas das razões recursais se respaldaram em outros atos normativos, o que não cabe no caso em apreço, visto que os enunciados da questão foram expressos ao referenciar os atos supramencionados.

Todas as Resoluções estão previstas no conteúdo programático do Edital nº 001/2024, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se as afirmativas dispostas na questão para análise e seus respectivos julgamentos:

- Afirmativa I: correta
 - Conforme art. 3º, VII, da Resolução 199/2021, considera-se dado pessoal sensível: dado pessoal que revela informações pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dados referentes à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico. Vale ressaltar que a afirmativa em momento algum informa que tal dado somente pode ser tratado mediante consentimento do titular.
- Afirmativa II: incorreta
 - Conforme art. 10, §1º, da Resolução 309/2023, não são considerados presentes, para os fins das condutas vedadas aos agentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, os brindes que não tenham valor comercial.
- Afirmativa III: incorreta
 - Conforme art. 20, inciso II, da Resolução 199/2021, há várias hipóteses em que o tratamento de dados sensíveis pode ocorrer sem o consentimento do titular.
- Afirmativa IV: correta
 - Conforme art. 19 da Resolução 307/2023, caso haja necessidade de preservação da integridade da vítima, a CPCAD poderá sugerir a relocação ou remoção da vítima ou do acusado ou da acusada de sua unidade/órgão de origem, em caráter provisório ou, se for o caso, definitivamente.

Considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- as Resoluções citadas estão disponíveis em <https://atos.tjro.jus.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	21	20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a Resolução 401/2021 do CNJ e abordou sua literalidade. O artigo 2º da referida resolução estipula que a fim de promover a igualdade, deverão ser adotadas, com urgência, medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliários, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas.

Salienta-se que o artigo 3º, VIII da Resolução 401/2021 afirma que, para os fins desta Resolução, considera-se discriminação por motivo de deficiência toda e qualquer diferenciação, exclusão ou restrição, por ação ou omissão, baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro, incluindo a recusa de adaptações necessárias e de fornecimento de tecnologias assistivas.

O artigo 3º, XV, da Resolução 401/2021 afirma que, para os fins desta Resolução, considera-se rota acessível o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, podendo incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

Conforme artigo 3º, V, da Resolução 401/2021 do CNJ, considera-se desenho universal a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

Por fim, o artigo 3º, IV, f, da Resolução 401/2021 afirma que, para os fins desta Resolução, considera-se barreiras tecnológicas as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. A alternativa trouxe, na verdade, a definição de barreiras nas comunicações e na informação, as quais são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (art.3º, IV, d, Resolução 401/20241 CNJ).

Fonte:

- Resolução Nº 401 de 16/06/2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	23	22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apresenta, como pedido, a manutenção do gabarito, preliminarmente disponibilizado pela banca, constante da letra “E” (Instituir um programa de capacitação e fornecimento de recursos específicos para todas as unidades, assegurando que o conhecimento e as ferramentas necessárias para o cumprimento das metas de sustentabilidade estejam disponíveis.), sob alegações de estar em total conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 400/2021 do CNJ e pelo Ato nº 610/2024 do TJRO. A Resolução, ao tratar das metas de sustentabilidade, sublinha a importância de assegurar que todas as unidades do Poder Judiciário implementem práticas de sustentabilidade de maneira efetiva, o que só é possível por meio de capacitação e fornecimento de recursos adequados.

Tendo em vista que a Resolução nº 400/2021 do CNJ e o Ato nº 610/2024 do TJRO estabelecem a importância de promover a sustentabilidade dentro do Judiciário por meio de práticas que reduzam o impacto ambiental e melhorem a gestão de recursos, é necessário que todas as unidades tenham acesso aos recursos e ao conhecimento necessários, para que as metas de sustentabilidade sejam efetivamente cumpridas. Instituir um programa de capacitação e fornecer suporte para a implementação das metas são medidas que garantem a adesão e eficácia do Plano de Sustentabilidade, assegurando que todos os servidores estejam aptos a seguir as diretrizes sustentáveis, o que é mais efetivo do que uma abordagem punitiva ou meramente voluntária.

Ademais, traz o § 2º do art. 5º da Res. 400/2021: O plano de capacitação de cada órgão deverá contemplar ações de capacitação afetas aos temas da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030. Quanto ao Ato nº610/2024, nas alíneas “a” do inciso I e “a” do inciso II do art.5º, trazem os respectivos indicadores de desempenho mínimo para o OS/TJRO, conforme aponta a questão quais sejam, papel como indicador de desempenho no eixo uso eficiente de insumos, materiais e serviços e energia como indicador de desempenho mínimo no eixo uso eficiente de recursos naturais, em consonância com a necessidade de capacitação, conforme consta no § 2º do art. 3º do Ato 610/2024.

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA do recurso, mantendo o gabarito preliminar letra “E” (Instituir um programa de capacitação e fornecimento de recursos específicos para todas as unidades, assegurando que o conhecimento e as ferramentas necessárias para o cumprimento das metas de sustentabilidade estejam disponíveis.)

Fontes:

- ALMEIDA, Rodrigo Pinheiro. **Sustentabilidade no Setor Público: Práticas e Desafios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

- Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 400, de 16 de junho de 2021. Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 156, p. 3-47, 18 jun. 2021. Disponível em:
- <https://atos.cnj.jus.br/files/original1235542021061860cc932a97838.pdf>. Acesso em: 8 nov 2024.
- ROCHA, Maria Helena de Souza. **Políticas Públicas de Sustentabilidade e Gestão de Recursos no Judiciário Brasileiro**. 4. ed. Brasília: Fórum, 2023.
- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Ato 610/2024 do TJRO e Anexo I - Plano de Sustentabilidade do TJRO 2024-2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As fundamentações recursais se pautam na ausência de conteúdo programático e, diante disso, pedem a consequente anulação da questão, sob argumento de que o edital não traz listadas, de maneira expressa, legislações necessárias para responder à questão, em especial a Lei nº 6.938/81, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, e sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ambos, constantes do comando da questão. Alegam, ainda, que o edital não traz, de maneira expressa, no conteúdo programático, as Resoluções do CONAMA nº 01/86, nº 9/87 e nº 237/97, assim como não traz licenciamento ambiental e Código Florestal (Lei nº 12651/2012). Há ainda alegação de ausência de informações essenciais no enunciado, necessárias para responder devidamente à questão, possibilitando múltiplas respostas e, com isto, pedido de anulação da questão. Lado outro, houve argumento favorável à manutenção do gabarito preliminar da questão, argumentando que a questão se encontra alinhada com os temas abordados no edital, como qualidade ambiental, impactos ambientais, licenciamento ambiental, Lei de educação ambiental e participação pública, todos presentes na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e em diversas normativas vinculadas à qualidade ambiental.

Inicialmente, importante destacar que a questão, ora em análise, foca abordagem no conteúdo qualidade ambiental, tema constante, de forma expressa, do conteúdo programático do certame, e que, claramente se depreende do comando da questão: “Com base na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981 - LPNMA), no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e demais legislações correlatas vinculadas à qualidade ambiental, assinale, a seguir, a decisão correta que o órgão ambiental deve adotar quanto à concessão da licença ambiental, considerando os impactos potenciais e a necessidade de garantir a qualidade do meio ambiente.” (Grifo nosso). Não há como responder uma questão cuja o foco seja qualidade ambiental sem ser com base na Lei nº 6.938/1981 (que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente), posto, conforme destacam Milaré (2018) e Fiorillo (2025), que esta Lei, traz como seu objetivo, assegurar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Sendo, assim, a qualidade do meio ambiente é o pilar fundamental da Lei 6.938/81, que disponibiliza, para tanto, os instrumentos para tornar efetiva esta qualidade ambiental. E um destes instrumentos é o licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução CONAMA 237/97 e, vinculado ao licenciamento ambiental está a possibilidade de audiência pública ambiental, enquanto efetivação do princípio da participação popular, disciplinada pela Resolução CONAMA 09/87, visando evitar ou mitigar possíveis impactos ambientais negativos, ou seja, danos ao meio ambiente. (Milaré, 2018. Fiorillo, 2025).

Sem olvidar de outras claras menções à temática qualidade ambiental trazidas no enunciado, seja utilizando expressamente o termo ou fazendo vínculos a situações que implicam em qualidade ambiental, tendo em vista que todo impacto ao meio ambiente, afeta a sua qualidade. E, a normativa que regulamenta impacto ambiental é a Resolução CONAMA 01/86.

Nota-se que o enunciado da questão, ao narrar a situação hipotética, apresenta algumas narrativas cujo foco é a qualidade ambiental, por exemplo, ao narrar que o projeto ficava próximo a uma APP, criada para garantir a qualidade ambiental da região, frente proteção à mata ciliar. A questão traz, ainda, que o estudo de impacto ambiental (EIA) realizado indica que a construção pode afetar a biodiversidade aquática, causar erosão nas margens do rio e comprometer a qualidade do ar e da água na área; ou seja, podendo afetar a qualidade ambiental.

Com isso, para responder uma questão cujo foco específico seja a qualidade ambiental, pautar-se na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981 - LPNMA), no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e demais legislações correlatas, é adequado, coerente e esperado. Não há como estudar meio ambiente, sem estudar a Política Nacional do Meio Ambiente.

Afinal, por referir-se, qualidade ambiental ao equilíbrio dos ecossistemas e à manutenção das condições ambientais adequadas à vida e o bem-estar das presentes e futuras gerações, sendo um direito coletivo que deve ser assegurado pelo poder público e pela sociedade, faz-se necessário debruçar estudos, compreensão e análise em legislações

variadas que envolvam o tema em apreço, por ser, o tema, por si só, abrangente, envolvendo gestão ambiental sobre os recursos ambientais e, consequentemente, a busca pelo equilíbrio de sua conservação e preservação, com o desenvolvimento humano.

Assim, Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), enquanto pilares fundamentais da gestão ambiental no Brasil, são essenciais para a compreensão e aplicação dos instrumentos jurídicos destinados à proteção e melhoria da qualidade ambiental, que, segundo a doutrina ambientalista, está diretamente ligada à manutenção do equilíbrio ecológico, à saúde pública e ao desenvolvimento sustentável; por isso, sua expressa menção no comando da questão a embasar um raciocínio no alcance da resposta correta sobre qualidade ambiental.

Os instrumentos previstos na Lei nº 6.938/1981, como o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental (AIA), são ferramentas essenciais para evitar danos ambientais irreversíveis ou mitigar danos que possam ser diminuídos e, em relação a estes assuntos, há outras normativas, todas vinculadas à qualidade ambiental, como as resoluções do CONAMA já mencionadas.

Pois bem, a questão aborda sobre ambos os instrumentos, uma vez que estudo de impacto ambiental (EIA) é uma espécie do gênero avaliação de impacto ambiental (AIA) e, o procedimento administrativo de licenciamento ambiental, enquanto instrumento viabilizador para a tutela preventiva do meio ambiente, em prol da qualidade ambiental, também consta na questão.

O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsável por estabelecer normas e diretrizes para a proteção do meio ambiente no Brasil, ou seja, assegurar a qualidade ambiental, quem normatizou as referidas resoluções. Ele foi instituído pela Lei nº 6.938/1981, assim como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), possuindo um papel fundamental na regulamentação ambiental do país, através, por exemplo, das Resoluções nº 01/86, nº 9/87 e nº 237/97, que abarcam sobre impacto ambiental, audiências públicas ambientais e licenciamento ambiental, respectivamente.

O SISNAMA e a PNMA (Lei nº 6.938/1981) regulam o funcionamento do licenciamento ambiental, um dos principais mecanismos de controle preventivo dos impactos ambientais e, consequentemente, do controle e manutenção da qualidade ambiental e, o Brasil, enquanto estado socioambiental de direito, busca exercício de uma cidadania participativa ambiental, que, inserido dentro do procedimento administrativo de licenciamento ambiental se concretiza por meio das audiências públicas ambientais, visando, mais uma vez, os interesses da população na qualidade ambiental, temática constante do conteúdo programático do certame. Por esta razão, estudar qualidade ambiental requer estudar e compreender tantas outras normas.

Destaca-se, novamente, que para o instrumento licenciamento ambiental, a Resolução concernente é a 237/97 e, para impacto ambiental, é a 01/86. Não há como desvincular o estudo de uma da outra, posto que o principal objetivo do licenciamento ambiental é evitar ou dirimir danos ao meio ambiente e, dano é exatamente o impacto negativo que o homem causa ao meio ambiente.

Atividade que possa causar danos ao meio ambiente está sujeita ao controle ambiental, uma função estatal de fiscalização que atua de forma preventiva para proteger os recursos naturais. Dentro desse contexto, o licenciamento ambiental se destaca como um mecanismo específico de controle, aplicado a atividades e empreendimentos que, por sua escala e natureza, possuem potencial para provocar impactos negativos ao meio ambiente, ou seja, danos ambientais. Enquanto procedimento administrativo, o empreendedor visa a concessão de licenças ambientais para constatar a viabilidade ambiental, instalar o empreendimento e colocá-lo em operação. Em cada uma destas licenças, enquanto atos administrativos, o órgão ambiental competente estabelece condicionantes, buscando assegurar a qualidade ambiental.

Acerca de audiência pública ambiental, a normativa é a Resolução CONAMA 09/87 que, necessariamente está vinculada à temática qualidade ambiental. Em determinadas circunstâncias, pode ser necessário realizar uma audiência pública, na qual a comunidade é chamada a examinar os impactos ambientais e sociais de uma atividade ou empreendimento, bem como as medidas propostas para mitigá-los. A audiência pública representa uma etapa essencial na avaliação de impacto ambiental e é o principal meio de participação da sociedade nas decisões locais, assegurando o exercício da cidadania socioambiental, conforme já abordado, e garantindo a devida transparência do processo. Esse procedimento tem como objetivo apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental, sendo, de modo geral, aplicável aos casos que envolvem o EIA/RIMA, ou seja, situações em que há potencial de significativo impacto ambiental. Destaca-se que o enunciado da questão evidencia, expressamente, tratar-se de uma situação cuja exigência de um EIA ocorreu ("Em busca da licença ambiental, a empresa realiza um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e apresenta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ao órgão competente.").

A normativa é clara ao afirmar que, dentre as hipóteses de exigência de ocorrência de audiência pública ambiental, está o requerimento ao órgão ambiental da sua realização por cinquenta ou mais cidadãos. Ora, tal requerimento foi efetuado, conforme consta do enunciado da questão, ao narrar que número superior a 70 cidadãos exigiu a sua ocorrência. Cumpre apontar que a Resolução nº 09/87 do CONAMA prevê que não havendo audiência pública, a licença ambiental concedida não terá validade. Com isso, a concessão da licença ambiental, caso possível, deveria

ocorrer após realização da audiência pública, que se faz obrigatória, conforme a situação hipotética narrada na questão.

Diante disso, o órgão ambiental até poderia conceder a licença com condicionantes para prevenir ou mitigar os danos ambientais levantados, porém, antes disso, necessária e obrigatória a ocorrência da audiência pública, sob pena de anulação da licença concedida, frente a exigência de mais de 70 cidadãos por sua ocorrência.

Quanto aos demais distratores da questão, o fato da empresa ter apresentado o EIA, não é suficiente para lhe garantir a licença ambiental. Quanto à existência de riscos para a qualidade ambiental, estes riscos podem ser prevenidos ou mitigados através de alguma medida imposta pelo órgão ambiental. Estas medidas recebem nomenclatura de condicionantes que são apostas na licença. A decisão sobre qual condicionante se adequa à prevenção ou mitigação do dano se dará com base nos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor. Destaca-se que a questão menciona que o empreendimento pode causar dano e não que, com certeza, causará dano. A existência hipotética da ocorrência de um dano futuro é que leva o órgão ambiental a impor condicionantes, no intuito de evitá-los ou mitigá-los. E, caso o empreendedor não venha a cumprir com a condicionante, causando o dano, deverá se responsabilizar por sua ocorrência, ultrapassando a esfera do licenciamento ambiental.

Assim, analisando o risco, constata-se, o órgão público, a possibilidade de se prevenir o dano, para que não ocorra, ou passível de mitigação, em prol do desenvolvimento sustentável, a licença ambiental poderá ser concedida, após verificação de todos os demais requisitos de validade do procedimento de licenciamento. O argumento de uso de outros princípios do direito ambiental, como o da Prevenção e Precaução procede, contudo, referidos princípios não almejam atingir um patamar de risco zero da atividade ou empreendimento para justificar a concessão ou não da licença, posto análise conjunta com outro princípio, o do desenvolvimento sustentável, como já mencionado. Se o dano fosse irremediável, pautado em certeza científica plena, informação não apontada na narrativa da situação hipotética da questão, utilizar-se-ia dos princípios da Prevenção para negar a licença; ou, caso houvesse dúvidas consideráveis de danos que poderiam ser causados pelo empreendimento, utilizar-se-ia do Princípio da Precaução para inviabilizar a concessão da licença, não tendo sido informado isto na questão, ora em análise. Ademais, a audiência pública antecede à concessão da licença, seja com condicionantes ou não.

Dessa forma, no caso narrado na questão, por não ter sido informado tratar-se de dano irremediável, o que, por si só, caracteriza a possibilidade de prevenir ou mitigar possíveis danos, mediante implantação das condicionantes impostas pelo órgão público, após a ocorrência da audiência pública.

Uma possível condicionante pode ser a compensação ambiental; contudo, diante da situação hipotética trazida na questão, independentemente do tipo de condicionante, necessária a realização da audiência pública, antes de se falar em concessão de licença, documento onde constam as condicionantes; ou seja, necessária a participação pública, da população interessada, derrubando, assim, o argumento apresentado com base na lei do SNUC, Lei nº. 9985/2000.

Quanto ao argumento apresentado no recurso de que a questão não informa a distância exata do empreendimento à APP, informando apenas estar próximo a uma, como justificativa à sua anulação, esta não prospera tendo em vista que as metragens trazidas no Código Florestal, art. 4º da Lei nº 12.651/2012 não são para informar a distância necessária a ser observada para desenvolvimento de atividades ou empreendimentos que possam causar impactos ambientais, mas, sim, metragens que indicam a largura de faixas marginais que configuram uma APP; na situação narrada, o empreendimento não se encontra inserido em uma APP. Com isso, o conhecimento prévio sobre Código Florestal, Lei nº 12.651/2012 não é necessário para responder à questão.

Concernente às alegações de necessário conhecimento sobre o artigo “Participação social na avaliação de impacto ambiental: lições da experiência da Bahia” para responder à questão, não há fundamento lógico, haja vista que a temática abordada na questão é pauta de normativas legais, conforme apresentado no decorrer desta resposta recursal.

Assim, é necessário e fundamental estudar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6.938/1981), o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), licenciamento ambiental e audiências públicas ambientais para compreender e garantir a qualidade ambiental, afinal, esses instrumentos jurídicos e institucionais formam a base do sistema de gestão ambiental no Brasil, conforme já explanado, estabelecendo diretrizes para a proteção dos recursos naturais, o controle da poluição (dano ambiental) e a participação social nas decisões ambientais.

Outrossim, afirmar que a questão não se encontra de acordo com o conteúdo programático do certame também não prospera por razões de se encontrarem, todos os assuntos abordados na questão, diretamente vinculados com outro tópico do mencionado conteúdo programático, qual seja, “Dano ambiental”. Frisa-se, novamente, que dano ambiental é o impacto negativo ocasionado ao meio ambiente, tendo sido causado por ações humanas e que impacta a qualidade do meio ambiente. Uma forma de buscar evitá-lo ou, ao menos mitigá-lo, dá-se pela utilização de ferramenta da LPNMA, Lei nº 6938/81, como o licenciamento ambiental, cuja normativa do CONAMA, órgão do SISNAMA, é que regulamenta. O EIA, enquanto estudo que levanta possíveis danos, é um estudo que poderá ser exigido durante o trâmite do procedimento administrativo licenciamento ambiental, a depender da situação, que, por sua vez, poderá (a depender da situação) ter realizada audiência pública visando participação da população.

Ou seja, indubitavelmente, conclui-se que temas como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - Lei nº

6.938/1981), o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o licenciamento ambiental e as audiências públicas ambientais estão abrangidos pela temática “qualidade ambiental”, assim como pela temática “dano ambiental”, ambos inseridos no edital de concurso, mesmo que não constem expressamente, em especial quando o comando da questão almeja garantir a qualidade do meio ambiente.

Há, ainda, outro tema do conteúdo programático que também se alinha à questão, qual seja, “Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999)”, tendo em vista abordar conceitos e fundamentos importantes da legislação ambiental, como informação ambiental e participação pública comunitária na prevenção e tutela ambiental. Sem se olvidar do vínculo direto e incontestável aos conteúdos “Sustentabilidade e meio ambiente”, “Princípios do Direito Ambiental” e “Meio ambiente na Constituição Federal de 1988”.

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “D” (O órgão ambiental deve realizar audiências públicas para debater o impacto ambiental do projeto, garantindo a participação da comunidade, viabilizando sua decisão com base em um processo participativo).

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 8 nov 2024.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 9, de 3 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, Brasília. DF.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília. DF.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, Brasília. DF.
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2025.
- Milaré, Édis. "Direito do Ambiente". 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	26	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorrem os candidatos afirmando que todos as afirmativas estão corretas. Razão não assiste ao candidato. Os itens estão de acordo com a Lei Complementar 68/1992, a afirmativa I (nos termos do art. 167, V), afirmativa II (168, IV) e IV (170, II C/C 170, §2º), estando em desacordo a afirmativa III (art. 168, IX, a). Sendo assim a alternativa E que deve ser a escolha do candidato. Art. 167. São infrações disciplinares puníveis com pena de repreensão, inserta nos assentamentos funcionais: ... V - deixar de atender, nos prazos legais, sem justo motivo, sindicância ou processo disciplinar. ... Art. 168. São infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 10 (dez) dias: ... IV - deixar, por condescendência, de punir subordinado que tenha cometido infração disciplinar; ... IX - deixar de atender: a) a requisição para defesa da Fazenda Pública; b) a pedido de certidões para a defesa de direito subjetivo, devidamente indicado. ... Art. 169. São infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 30 (trinta) dias: ... V - atuar, como procurador ou intermediária, junto à repartições públicas, salvo quando se tratar de parentes até segundo grau, cônjuge ou companheiro; ... Art. 170 - São infrações disciplinares puníveis com demissão: ... II - abandono de cargo ou emprego; ... § 2o Configura abandono de cargo ou emprego a ausência injustificada do servidor ao serviço por 15 (quinze) dias consecutivos. Sendo assim, improcedente o recurso, mantido o gabarito.

Fonte:

- LC 068/1992 Regime Jurídico.
<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-leis/1992>
<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC68%20-%20COMPILADA.pdf>
Art. 167. São infrações disciplinares puníveis com pena de repreensão, inserta nos assentamentos funcionais:
...

V - deixar de atender, nos prazos legais, sem justo motivo, sindicância ou processo disciplinar.

...

Art. 168. São infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 10 (dez) dias:

...

IV - deixar, por condescendência, de punir subordinado que tenha cometido infração disciplinar;

...

IX - deixar de atender:

a) a requisição para defesa da Fazenda Pública;

b) a pedido de certidões para a defesa de direito subjetivo, devidamente indicado.

...

Art. 169. São infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 30 (trinta) dias:

...

V - atuar, como procurador ou intermediária, junto à repartições públicas, salvo quando se tratar de parentes até segundo grau, cônjuge ou companheiro;

...

Art. 170 - São infrações disciplinares puníveis com demissão:

...

II - abandono de cargo ou emprego;

...

§ 2º Configura abandono de cargo ou emprego a ausência injustificada do servidor ao serviço por 15 (quinze) dias consecutivos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	26	24	26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar o comando da questão e suas afirmativas, constata-se que a sequência correta é V, V, F, V, V. Contudo não possui tal resposta correta dentre as alternativas, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	24	25	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeira instância, a questão visa avaliar estritamente o conhecimento geral de características da aplicação, sem aludir à especificidades provenientes do processo natural de defasagem de hardware. O edital do certame informa tão somente a aplicação mencionada na questão citada em submissão recursal. O enunciado da questão não invalida as alternativas, conforme o disposto a seguir:

a) Correta: O Google Meet não permite usar desfoque e plano de fundo personalizado ao mesmo tempo.

b) Correta: A gravação inclui esses elementos conforme especificado no Google Meet. Quando uma reunião no Google Meet é gravada, a gravação captura o plano de fundo personalizado utilizado pelos participantes, o áudio de todos os participantes e qualquer conteúdo que seja compartilhado durante a reunião, como apresentações ou telas. Dessa forma, todos esses elementos estarão presentes na gravação final.

c) Correta: As legendas automáticas podem ser configuradas para exibição individual. Quando um participante ativa as legendas, elas são exibidas apenas para ele, sem impactar a experiência dos demais participantes. Cada participante tem a opção de ativar ou desativar as legendas conforme sua preferência, e essa configuração não interfere na visualização dos outros participantes.

d) Incorreta: As legendas automáticas não são exibidas para todos os participantes, mas apenas para quem as ativa. No Google Meet, as legendas automáticas podem ser ativadas durante a reunião e estão disponíveis em diversos idiomas. No entanto, as legendas geradas automaticamente são exibidas apenas para o participante que as ativou, não sendo exibidas para todos os participantes. Cada participante precisa ativar as legendas manualmente em seu dispositivo, caso deseje visualizá-las.

e) Correta: Planos de fundo personalizados funcionam em dispositivos compatíveis, mas podem apresentar limitações em dispositivos antigos. O Google Meet permite que os usuários configurem planos de fundo personalizados, como o logotipo institucional, em diversos dispositivos. Para aplicar um plano de fundo personalizado, o usuário deve acessar as configurações de efeitos visuais durante a reunião e selecionar a imagem desejada. Este recurso está disponível tanto antes quanto durante a reunião, proporcionando flexibilidade na personalização do ambiente virtual. Está sendo julgado na questão o conhecimento da presença de tal funcionalidade a nível de aplicação e não de hardware.

Fontes:

- **Google LLC.** (2023). **Adicionando ou alterando planos de fundo no Google Meet.** Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/10058482>.
- **Google LLC.** (2023). **Sobre gravações no Google Meet.** Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/9308681>.
- **Google LLC.** (2023). **Ativando e utilizando legendas no Google Meet.** Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/9300310>.
- **GOOGLE.** Usar a tradução de legendas no Google Meet - Android. Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/10964115?co=GENIE.Platform%3DAndroid&hl=pt>.
- **GOOGLE.** Alterar o plano de fundo e aplicar efeitos visuais no Google Meet. Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/10058482?hl=pt-BR>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	27	27	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos as afirmativas dispostas na questão:

A afirmativa I está de acordo com o artigo 59, caput COJE “Ao Tribunal de Justiça e a seus Órgãos Judiciários cabe tratamento de “Egrégio” e a todos os magistrados o de “Excelência”. Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de “Desembargador”.”

A afirmativa II está de acordo com o artigo 5º, Parágrafo único do COJE “Parágrafo único. A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron e o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU são órgãos de apoio do Tribunal de Justiça.”. Assim, o item tem a seguinte redação “O Tribunal de Justiça, com sede na Capital, é o órgão máximo do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e compõe-se, entre outros, dos seguintes órgãos: Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça. A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron) e o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) são órgãos de apoio do Tribunal de Justiça.”. Percebe-se o uso do termo entre outros, o que nos permite inferir que há outros órgãos além do citado, o que faz do item um item correto.

A afirmativa III tem sua redação baseada no artigo 12, §1º do COJE, que informa “O Conselho reunir-se-á uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente.”

A afirmativa IV está correta e tem sua redação baseada no art. 50, do COJE que traz redação similar. “O Juiz Substituto, cargo inicial da carreira da magistratura, exercerá jurisdição na Seção Judiciária para a qual for nomeado, residirá na respectiva sede e realizará a prestação jurisdicional por designação.”.

Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas, nos termos do COJE, Lei Complementar 94/1993. A alternativa A que deve ser a escolha do candidato.

Fonte:

- **COJE Atualizado até 02/04/2024**
<https://www.tjro.jus.br/atos-normativos-2023/cat-legis-normas-coje/institucional-coje>
Art. 3º O Tribunal de Justiça, com sede na Capital, é o órgão máximo do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e compõe-se de 21 (vinte e um) Desembargadores. (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 553-A, de 6 de janeiro de 2010 - D.O.E. de 3/2/2010. Efeitos a partir da publicação)
Art. 5º São órgãos do Tribunal de Justiça:
I - o Tribunal Pleno;
II - o Conselho da Magistratura;

III - a 1a e 2a Câmaras Cíveis; (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 311, de 28 de abril de 2005 - D.O.E. de 29/04/2005 -Efeitos a partir 29/04/2005)

IV - a 1a e 2a Câmaras Especiais; (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 311, de 28 de abril de 2005 - D.O.E. de 29/04/2005 -Efeitos a partir 29/04/2005)

V – as 1a e 2a Câmaras Criminais (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 590, de 16 de novembro de 2010 - DOE de 18/11/2010 - Efeitos a partir da publicação)

VII - a Presidência e a Vice-Presidência; (renumerado pela Lei Complementar n. 311 de 28 de abril de 2005 - D.O.E. de 29/04/2005 -Efeitos a partir 29/04/2005)

VIII - a Corregedoria-Geral da Justiça; (renumerado pela Lei Complementar n. 311 de 28 de abril de 2005 - D.O.E. de 29/04/2005 -Efeitos a partir 29/04/2005)

IX - as Comissões Permanentes. (renumerado pela Lei Complementar n. 311 de 28 de abril de 2005 - D.O.E. de 29/04/2005 -Efeitos a partir 29/04/2005)

Parágrafo único. A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron e o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU são órgãos de apoio do Tribunal de Justiça.

Art. 12. O Conselho da Magistratura Estadual compõe-se:

I – do Presidente do Tribunal de Justiça;

II – do Vice-Presidente; (AC)

III – do Corregedor-Geral de Justiça;

IV – dos dois desembargadores mais antigos; e

V – de dois desembargadores eleitos na mesma data em que for realizada a eleição da administração do Tribunal.

§1o O Conselho reunir-se-á uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente.

Art. 50. O Juiz Substituto, cargo inicial da carreira da magistratura, exercerá jurisdição na Seção Judiciária para a qual for nomeado, residirá na respectiva sede e realizará a prestação jurisdicional por designação:

...

Art. 59. Ao Tribunal de Justiça e a seus Órgãos Judiciários cabe tratamento de “Egrégio” e a todos os magistrados o de “Excelência”. Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de “Desembargador”.

Art. 90. As Comarcas classificam-se em:

I - Comarcas de Terceira Entrância: Porto Velho e Ji-Paraná; (NR) (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 324, de 21 de setembro de 2005 - DOE de 30/09/2005 - Efeitos a partir da publicação)

II – Comarcas de Segunda Entrância: Ariquemes, Buritis, Cacoal, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Espigão D'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. (NR) (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 740, de 29 de outubro de 2013 – DOE de 29/10/2013 – Efeitos a partir da publicação)

III- Comarcas de Primeira Entrância: Alta Floresta D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Costa Marques, Machadinho D'Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Santa Luzia D'Oeste. (NR) (Nova redação dada pela Lei Complementar de n. 740, de 29 de outubro de 2013 – DOE de 29/10/2013 – Efeitos a partir da publicação).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	33	30	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

JUSTIFICATIVA

(F) A criação do território de Guaporé ocorreu no contexto de exploração econômica dos minérios existentes na região, a exemplo da cassiterita e do cobre.

INCORRETA, pois a criação do território federal de Guaporé ocorreu no contexto da exploração econômica a partir da coleta de borracha e havia um empenho do governo federal em transferir mão-de-obra principalmente do Nordeste, para essa região. A exploração mineral, sobretudo da cassiterita somente teria início em meados da década de 1950.

(V) A partir das mudanças ocorridas no Brasil após 1954, observa-se a alteração do nome da região de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em 1956.

CORRETO. Segundo COSTA (2015, pág. 38), “em 1956, a denominação Território Federal do Guaporé é modificada para Território Federal de Rondônia.” Este autor, baseando-se na obra “Pioneiros – ocupação humana e trajetória de Rondônia”, de Francisco Matias e escrita em 1998, afirma que o nome “Rondônia” “já havia sido sugerido no momento da sua criação, mas houve a negativa do então presidente Getúlio Vargas devido a questões ideológicas que distanciavam as duas figuras” (Vargas e Cândido Rondon).

(V) A estratégia de fixação de populações no território de Guaporé/Rondônia se articulou ainda à criação de colônias agrícolas, a exemplo das colônias de IATA (1945) e Paulo Leal (1959).

CORRETO. Uma das estratégias adotadas para fixar a população ao território de Guaporé/Rondônia correspondeu à criação de colônias agrícolas. Após 1954, “a importância econômica do Território já não é mais a mesma, mas a necessidade de ocupação por contingentes humanos parece não mudar, e ainda existe a necessidade de manter os contingentes humanos que já haviam se fixado na região. A manutenção desses grupos de pessoas na região pode ser observado com o desenvolvimento das colônias agrícolas em *Guajará-Mirim, a colônia agrícola de IATA (1945). Em Porto Velho, aparecem as colônias agrícolas de Candeias (1948), Nipo-Brasileira (1948) e Treze de Setembro (1948), e, ainda, a de Paulo Leal (1959). Foram criadas também as de Periquitos e Areia Branca, nas margens de Porto Velho.*” (MATIAS, 1998, apud COSTA, 2015, págs. 38-39).

(V) A partir da década de 1960, o projeto de abertura da atual BR-364 possibilitou a interligação das capitais de Mato Grosso, Rondônia e Acre, estimulando o desenvolvimento regional.

CORRETO. A abertura da BR-364 foi responsável pela dinamização da economia regional, uma vez que “a extração de minério na região foi importante estimulador da economia, da manutenção de pessoas e fator de atração de migrantes para a região, no entanto havia a ausência de estrutura de transporte e telecomunicação com outras regiões do país o que só passou a ser sanado a partir da década de 1960 com o projeto de abertura da BR hoje conhecida como 364. Essa rodovia tinha como objetivo interligar as capitais do Mato Grosso, Rondônia e Acre, criando assim uma alternativa de escoamento da produção de Rondônia que até então era via fluvial ou aérea.” (COSTA, 2015, pág. 39)

(V) A criação dos Territórios Federais, no contexto do governo de Getúlio Vargas, tinha como um de seus objetivos estimular a ocupação humana nas áreas subaproveitadas economicamente.

CORRETO. Observa-se que no processo de ocupação e construção do Estado de Rondônia, ao longo do século XX, a necessidade de explorar a região levou à sua inserção no contexto da política nacionalista proposta pelo governo Vargas na época. Um de seus objetivos era estimular a ocupação humana das áreas subaproveitadas economicamente, radicar o homem à terra e promover o comércio. Uma das maneiras de alcançar esse objetivo foi a criação dos Territórios Federais.

Desse modo, a ÚNICA sequência correta é: F, V, V, V, V.

Fonte:

- COSTA, F. L. A construção de Rondônia nos textos da Revista Veja durante a década de 1980. Dissertação. Mestrado em História, Direitos Humanos, Território e Cultura no Brasil e na América Latina. Universidad Pablo de Olavide, Porto Velho, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	35	32	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - A localização de muitas comunidades na região é associada à presença de afluentes dos vários rios regionais, que conferem nomes a essas localidades.

CORRETA. A localização das comunidades amazônicas, em muitos casos, não é descrita por avenidas, ruas, travessas, estradas ou bairros, mas sim pelos afluentes dos rios.

Alternativa B - A pesca artesanal em Rondônia, a despeito de suas raízes históricas e culturais, constitui-se na atualidade sobretudo em atividade de turismo e lazer.

INCORRETA. A pesca artesanal em Rondônia constitui, para além das atividades de lazer, fonte vital de alimentação, cultura, ocupação de mão-de-obra (trabalho) e geração de renda para as populações ribeirinhas.

Alternativa C - As espécies de peixes mais comuns capturadas na atividade de pesca artesanal em Rondônia correspondem ao curimatã, pacu, bagre, tambaqui e filhote.

CORRETA. Segundo os autores consultados, “em relação as espécies pesqueiras capturadas no Estado de Rondônia, segundo os dados e estatísticas oficiais mais recentes divulgadas pelo Governo Federal através de seus Setores responsáveis (Ministérios e Institutos) como o IBAMA/MMA e MPA, comprovam que os maiores percentuais das espécies capturadas são representados pelos caracóides, destacando-se as espécies curimatã, pacu, jaraqui, branquinha, jatuarana, piau, sardinha, pirapitinga e tambaqui que representam um total de 70% (por cento) da captura

comercial. Os bagres totalizam 25% (por cento) da produção, tendo na espécie dourada, a sua maior expoente, seguida pelo filhote, surubim, pirarara, jaú, piramutaba e outros bagres menores.” (CRUZ; SILVA, 2023, pág. 836)

Alternativa D - A área de atuação pesqueira artesanal em Rondônia é caracterizada pela presença de importante e rica biodiversidade, tanto em relação à floresta quanto aos rios.

CORRETA. De acordo com os autores consultados, a “área de atuação pesqueira artesanal na Amazônia é constituída por uma importante e rica biodiversidade, e a sua preservação passa pela atuação dos povos da floresta (populações amazônicas tradicionais) como indígenas, pescadores, quilombolas e extrativistas; que respeitam e sentem-se partes destes territórios. (...) A hidroquímica dos rios Madeira e Mamoré é caracterizada pela riqueza de nutrientes (Ca, Mg, K, Si, Na), formando planícies aluviais férteis em suas várzeas, oriundo dos sedimentos andinos que torna suas águas turvas e barrentas. O Rio Guaporé, de águas limpas, devido a sua conformação física é rico em baías, várzeas e lagos o que favorece a produção pesqueira. Os 03 (três) fatores que determinam a produtividade primária total nos ecossistemas fluviais da Região Amazônica são: as grandes áreas marginais (constituídas por lagos, lagoas, baías e várzeas), os nutrientes e a luz solar. A planície inundável do Rio Madeira, é um fator determinante para a produção de alimentos para os peixes. Em se tratando de produção artesanal, o rio Madeira concentra sua área de captura pesqueira, um total superior a 500 km de extensão.” (CRUZ; SILVA, 2023, págs. 821; 825)

Alternativa E - O desenvolvimento da pesca artesanal implica tanto a pesca quanto o armazenamento do pescado por curto período e sua comercialização nas cidades da região amazônica.

CORRETA. Segundo os autores consultados, “em relação as espécies pesqueiras capturadas no Estado de Rondônia, segundo os dados e estatísticas oficiais mais recentes divulgadas pelo Governo Federal através de seus Setores responsáveis (Ministérios e Institutos) como o IBAMA/MMA e MPA, comprovam que os maiores percentuais das espécies capturadas são representados pelos caracóides, destacando-se as espécies curimatã, pacu, jaraqui, branquinha, jatuarana, piaui, sardinha, pirapitinga e tambaqui que representam um total de 70% (por cento) da captura comercial. Os bagres totalizam 25% (por cento) da produção, tendo na espécie dourada, a sua maior expoente, seguida pelo filhote, surubim, pirarara, jaú, piramutaba e outros bagres menores.” (CRUZ; SILVA, 2023, pág. 836)

Fonte:

- CRUZ, S. de S. L.; SILVA, R. G. da C. Território pesqueiro artesanal no estado de Rondônia: análise e reflexões. Revista Contribuciones a las ciencias Sociales, vol 16, num 2, pp. 818-843, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/401/344>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	32	34	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) A relativa proximidade do Território Federal de Rondônia à região Centro-Sul do Brasil foi um elemento que estimulou a migração de milhares de famílias de baixa renda daquela região para Rondônia a partir de 1970.

Verdadeira. A proximidade de Rondônia com a região Centro-Sul do Brasil, aliada à abertura da BR-364, facilitou a migração de famílias de baixa renda para o território, especialmente de estados como Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

B) A distribuição de terras em Rondônia, promovida pelos governos militares, tinha como um de seus objetivos centrais, além de ocupar os vazios demográficos amazônicos, solucionar os conflitos por terras na Zona da Mata nordestina.

Falsa. A distribuição de terras em Rondônia não tinha como objetivo principal solucionar conflitos por terras na Zona da Mata nordestina. O foco era a ocupação da Amazônia e a integração nacional, conforme os planos dos governos militares. A migração de nordestinos para Rondônia ocorreu, mas não foi o principal alvo da política de colonização.

C) O PIC Ouro Preto, implantado pelo INCRA na década de 1970, correspondeu ao primeiro projeto de colonização estimulado pelos governos militares em Rondônia e destinava a cada migrante o equivalente a 100 hectares em lotes localizados inicialmente ao longo da BR-364.

Verdadeira. O Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto foi um dos primeiros projetos de colonização em Rondônia, implementado pelo INCRA na década de 1970. Ele distribuía lotes de aproximadamente 100 hectares aos migrantes, principalmente ao longo da BR-364.

D) A colonização dirigida, oficial ou particular, para o então Território Federal de Rondônia a partir da década de 1970, foi apresentada aos migrantes, assim como ao restante do Brasil, como um projeto de reforma agrária que teve muito êxito, apesar dos seus impactos socioambientais.

Verdadeira. A colonização de Rondônia foi promovida como um projeto de reforma agrária e integração nacional. Embora tenha tido êxito em atrair migrantes e ocupar a região, gerou impactos socioambientais significativos, como desmatamento e conflitos fundiários.

E) A estratégia de colonização promovida pelo estado, associada à intensa propaganda sobre as possibilidades de acesso à terra e aos ganhos econômicos oferecidas pela região, levou a um aumento expressivo da população no Território Federal de Rondônia a partir da década de 1970.

Verdadeira. A propaganda governamental destacava as oportunidades de acesso à terra e os ganhos econômicos, o que incentivou a migração em massa para Rondônia, resultando em um aumento expressivo da população.

Dessa forma, a alternativa que não corresponde às características do processo de colonização de Rondônia a partir da década de 1970 é a B) A distribuição de terras em Rondônia, promovida pelos governos militares, tinha como um de seus objetivos centrais, além de ocupar os vazios demográficos amazônicos, solucionar os conflitos por terras na Zona da Mata nordestina. Portanto, mantém-se inalterado o gabarito preliminar.

Fonte:

- MOSER, L. M.; ERNESTO, E. S. A migração para Rondônia (Brasil) pós-década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. In: Revista Histórica da UEG, vol. 5, n. 1, jan./jul. 2016, pp. 74-102.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	34	33	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito do clima em Rondônia, analise as afirmativas a seguir.

I - A amplitude térmica anual no estado de Rondônia é bastante baixa, sendo que seus valores, ao longo do ano, são inferiores a 5°C.

CORRETA. O verão é o período mais chuvoso do Estado e, nesse período os principais mecanismos dinâmicos que atuam sobre a precipitação da região são essencialmente, os de larga escala: Alta da Bolívia (AB), a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e as Linhas de Instabilidade (LIs). Durante essa estação, observa-se uma grande atividade convectiva causada pela maior incidência de radiação solar, durante o ano.

II - A média anual da precipitação pluvial varia entre 1.340 mm e 2.340 mm, sendo a média dos meses de junho, julho e agosto inferior a 50 mm/mês.

CORRETA. A média anual da precipitação pluvial varia entre 1.340 mm e 2.340 mm, sendo a média dos meses de junho, julho e agosto inferior a 50 mm/mês e a média anual da temperatura do ar entre 23,2 °C e 26,0 °C. É possível observar na região, durante alguns dias dos meses de junho, julho e agosto, fenômenos associados à influência de anticiclones, que se formam nas altas latitudes e atravessam a cordilheira dos Andes em direção ao sul do Chile.

III - O fenômeno da “friagem” pode ocorrer no estado nos meses de junho, julho e agosto, quando as temperaturas podem atingir valores inferiores a 10°C.

CORRETA. Entre os meses de junho, julho e agosto pode ocorrer no estado o fenômeno denominado “friagem”. Durante esses meses, as temperaturas mínimas absolutas do ar podem atingir valores inferiores a 10 °C, principalmente nas regiões sul e sudoeste de Rondônia.

IV - O clima do estado apresenta uma variação regional de temperatura, sendo que o Sul apresenta médias superiores a 25,7°C e o Norte, uma média em torno de 23,2°C.

INCORRETA. O norte e o oeste do Estado apresentam médias de temperaturas mais elevadas, superiores a 25,7 °C e 26,0 °C, respectivamente, enquanto a região sul do estado apresenta temperaturas médias mais amenas, com média de 23,2 °C.

V - O verão é o período mais chuvoso do estado, uma vez que durante essa estação, observa-se uma grande atividade convectiva causada pela maior incidência de radiação solar.

CORRETA. O verão é o período mais chuvoso do Estado e, nesse período os principais mecanismos dinâmicos que atuam sobre a precipitação da região são essencialmente, os de larga escala: Alta da Bolívia (AB), a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e as Linhas de Instabilidade (LIs). Durante essa estação, observa-se uma grande atividade convectiva causada pela maior incidência de radiação solar, durante o ano.

Desse modo, está correta a alternativa que apresenta os itens I, II, III e V, apenas.

Fonte:

- FONTE: SILVA, Marcelo José Gama da ; SARAIVA, Fabio Adrano Monteiro ; SILVA, A. A. G. da ; SANTOS NETO, L. A. ; QUERINO, C. A. S. . Clima. In: Alaerton Luiz Marcolan; Marcelo Curitiba Espindula. (Org.). Café na Amazônia. 21ed.Brasília - DF: EMBRAPA, 2015, p. 39-54.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	30	28	33

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A) É uma das mais importantes vias de transporte localizadas no chamado Corredor Logístico Norte, na região Amazônica.

Verdadeira. A hidrovia do rio Madeira é uma das principais vias de transporte da região Norte, integrando o Corredor Logístico Norte e facilitando o escoamento de mercadorias, especialmente grãos e minérios.

B) É responsável pelo transporte de grãos como soja e milho, assim como de açúcar, provenientes de Mato Grosso, com destino a Porto Velho.

Falsa. A hidrovia do rio Madeira não é utilizada para o transporte de grãos e açúcar provenientes de Mato Grosso com destino a Porto Velho. O transporte de grãos da região de Mato Grosso é feito principalmente pela hidrovia do rio Paraguai e pelo modal rodoviário. A hidrovia do Madeira é mais utilizada para o transporte de minérios e produtos locais.

C) Apresenta problemas de infraestrutura como a ausência de portos de ancoragem de barcos em vários distritos localizados às suas margens.

Verdadeira. A hidrovia do rio Madeira enfrenta desafios de infraestrutura, incluindo a falta de portos adequados em várias localidades ao longo de seu curso.

D) Tem uma extensão de 1.800 km, dos quais 500 km tornaram-se navegáveis a partir da construção de eclusas, que passaram a controlar a formação de bancos de areia.

Falsa. A hidrovia do rio Madeira tem cerca de 1.100 km de extensão navegável.

E) É a segunda hidrovia mais importante da região Norte, atrás apenas da hidrovia do Amazonas, rio do qual o Madeira é um dos principais afluentes da sua margem direita.

Verdadeira. A hidrovia do rio Madeira é a segunda mais importante da região Norte, ficando atrás apenas da hidrovia do Amazonas. O rio Madeira é um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas.

Dessa forma, analisando ao comando da questão, constata-se que existem duas opções falsas, a de letra B e a de letra D. Portanto, a questão foi anulada.

Fontes:

- FREITAS JR, M. de (et.al.). Transporte hidroviário, um estudo das hidrovias brasileiras e suas principais características. Revista do Observatorio de la Economía Latinoamericana. Curitiba, vo, 22, n.1, 2024, pp. 2642-2664.

Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2902/2042>

- Hidrovia do Rio Madeira. DNIT. Transporte Aquaviário. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/old/hidrovia-do-madeira>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	29	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito dos conflitos socioambientais na área do Vale do Guaporé, é INCORRETO afirmar que:

Alternativa A - No Vale do Guaporé são encontradas Reservas Extrativistas (a exemplo de Cautário), Reservas Biológicas (como Guaporé), um Parque Nacional (PARNA Pacaás Novos) e um Parque Estadual (Serra dos Reis).

CORRETA. No Vale do Guaporé existem seis Unidades de Conservação. Destas, três são Reservas Extrativistas (RESEX), uma Reserva biológica (REBIO) e dois Parques - um Nacional (PARNA) e um Estadual (PES). São RESEX no Vale do Guaporé: Cautário, Curralinho e Pedras Negras. Além disso, existem a REBIO Guaporé, um Parque Nacional (Pacaás Novos) e um Parque Estadual (Serra dos Reis).

Alternativa B - No Parque Estadual da Serra dos Reis, observa-se a presença de palmeiras como açaí, murumuru, babaçu e paxiúba, e ainda campos de várzea e terra firme, que, entretanto, têm sido alvo de extração ilegal de madeira.

CORRETA. Criado em 1995, o parque estadual Serra dos Reis, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques, possui florestas onde predominam as palmeiras, como açaí, murumuru, babaçu e paxiúba. (...) Existem campos de várzeas que periodicamente estão inundados, e campos de terra firme. Em junho de 2018, o exército juntamente com a polícia militar realizou uma operação para fiscalizar o parque que estava sendo alvo de crimes ambientais. Nesta mesma operação, cinco madeireiros em atividade ilegal foram detidos pelos militares, houve

também a apreensão de um trator, um caminhão com treze toras de Itaúba, duas motocicletas e três motosserras

Alternativa C - Na Reserva Biológica Guaporé, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, os principais conflitos socioambientais se relacionam à exploração de ouro e terras raras nas áreas de terras indígenas.

INCORRETA. Na REBIO Guaporé, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, os principais conflitos acontecem em virtude da exploração madeireira e agropecuária.

Alternativa D - No Vale do Guaporé existem quatro terras indígenas que sofrem constantes ameaças pelo avanço da agropecuária, pela extração ilegal de madeira, em decorrência da ação ilegal de garimpeiros que poluem os rios e em razão do desmatamento.

CORRETA. No Vale do Guaporé existem quatro terras indígenas e apenas uma não está oficialmente regularizada. Essas terras sofrem constantes ameaças pelo avanço da agropecuária na região. A TI Massaco, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, de acordo com informações no site da FUNAI, sofre com as invasões de madeireiros. Segundo informações extraídas do site Sociomambiental.org, nos arredores da TI Rio Branco, o desmatamento é contínuo, assim como a extração madeireira ilegal em sua área. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau abrange parte da Serra dos Pacaás Novos e sua demarcação não garantiu a proteção efetiva contra os madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, sem terras e agricultores que frequentemente invadem a TI.

Alternativa E - No PARNA Pacaás Novos, criado em 1979, observa-se, sobretudo na Serra do Onça, que integra sua área e se localiza a 30 km do município de São Miguel, processos de ocupação e impactos ambientais como desmatamento e expansão da malha viária.

CORRETA. No município de São Miguel, uma das áreas críticas no parque Pacaas Novos é a Serra da Onça, devido à grande concentração de propriedades agrícolas ao longo da BR-429. O local já foi alvo de grileiros que desmataram pequenas faixas do parque. Outro fator preocupante é a expansão da malha viária, uma vez que a sede do município fica a seis quilômetros do limite do parque.

Fonte:

- MACHADO, D. T. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas versus o avanço da agropecuária. GEONORDESTE, ano XXXI, num 1, jan/jun 2020, pp. 22-39. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/11263/10647>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	31	29	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A construção das usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira, em Rondônia, provocou os seguintes impactos socioambientais sobre as populações indígenas e tradicionais da região, EXCETO:

Alternativa A - Aumento da distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica como, por exemplo, a malária e a esquistossomose.

CORRETA. Na região alagada, ocorre aumento da distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica como, por exemplo, a malária e a esquistossomose.

Alternativa B - Ampliação do medo e da violência em torno dos empreendimentos hidrelétricos, seja em sua implantação ou a partir do seu funcionamento.

CORRETA. A instalação de grandes empreendimentos promove aumento brusco e rápido do contingente populacional na região, o que por sua vez, amplia as possibilidades de ações violentas, o que, por sua vez, aumenta o medo nas populações residentes nas proximidades desses empreendimentos.

Alternativa C - Ampliação da área de plantio, em decorrência da alteração na umidade relativa do ar que aumentou em função do tamanho dos reservatórios.

INCORRETA. Entre os principais efeitos da construção de usinas hidrelétricas destaca-se o alagamento dos territórios - o que diminui a área de plantio, embora de fato, promova alteração na umidade relativa do ar.

Alternativa D - Alterações nos cursos de água que afetaram a vida aquática e impactaram as populações ribeirinhas, sobretudo comprometendo os estoques de pesca.

CORRETA. As alterações nos cursos de água afetam a vida aquática e impactam as populações ribeirinhas, sobretudo alterando os estoques de pesca, fonte de renda e alimentação para populações ribeirinhas e indígenas em Rondônia.

Alternativa E - Aumento da insegurança alimentar nas regiões afetadas pelo empreendimento, além de ampliação do desmatamento, por exemplo, nas terras indígenas.

CORRETA. A instalação de um grande empreendimento, como o complexo UHE Madeira gerou aumento da insegurança alimentar nas regiões próximas, além ter ampliado o desmatamento das Terras Indígenas, na medida em

que houve aumento do número de empresas ligadas ao setor madeireiro e minerador na região, em função da diminuição do “custo oportunidade” para sua instalação (energia mais barata, mais estradas oficiais e endógenas, hidrovias etc.).

Fonte:

- ANDRADE, R. A. O. de (et.al.). Impactos na saúde indígena em Rondônia em decorrência das usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira. Brazilian Journal Health Review, vol. 7, n. 3, pág. 1-14, may.jun 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/69889/49339>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	28	31	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

São processos articulados à ocupação de Rondônia, EXCETO:

Alternativa A - A descoberta de ouro na região do rio Corumbiara, no século XVIII.

CORRETA. A descoberta de ouro na região do rio Corumbiara, no século XVIII, estimulou uma rápida ocupação para extração mineral que, entretanto, não teve um impacto duradouro na área.

Alternativa B - O primeiro e o segundo ciclos de exploração de cassiterita, entre 1879 e 1945.

INCORRETA. Entre 1879 e 1945, ocorreu um processo de ocupação da região a partir do “ciclo da borracha”. A exploração mineral de cassiterita se consolida a partir da década de 1950.

Alternativa C - A construção e o povoamento do Real Forte Príncipe da Beira, no período de 1776 a 1783.

CORRETA. A construção e povoamento do Real Forte Príncipe da Beira, no período de 1776 a 1783 fez parte da estratégia geopolítica da Coroa Portuguesa de ocupação da região amazônica no período colonial, e contribuiu para a expansão de territórios portugueses no que viria a ser, futuramente o território brasileiro.

Alternativa D - A comissão Rondon e a linha telegráfica que atravessou os estados de Mato Grosso e Rondônia.

CORRETA. A comissão Rondon e a linha telegráfica que atravessou os estados de Mato Grosso e Rondônia foi um fator importante para o processo de conhecimento, mapeamento e ocupação do território de Rondônia.

Alternativa E - A colonização dirigida na Amazônia nas décadas 1970 e 1980, com a ocupação de terras ao longo da BR-364.

CORRETA. A partir da lógica dos governos militares de “ocupar para não entregar”, a partir da década de 1970, ocorreu um processo de colonização dirigida para a região, sobretudo ao longo das terras mais próximas á BR 364.

Fonte:

- SANTOS, V. S. dos. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. Itabaiana: GEPIADDE, ano 8, vol 16, jul/dez 2014, pp. 197-220. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/forumidentidades/article/view/4267/3544>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	37	38	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, sobre o item II, tem-se que não se trata do significado do princípio da oficialidade. De fato, “pelo princípio da oficialidade, a Administração Pública tem o dever-poder de instaurar procedimentos administrativos de ofício. Diferentemente do que ocorre no processo judicial, no qual vigora o princípio dispositivo, ou seja, o Judiciário somente atuará nas hipóteses de provocação das partes, no caso dos processos administrativos a atuação pode se dar tanto por provocação dos administrados ou de alguma outra entidade ou órgão público, como também de ofício, já que há um dever de autotutela da própria Administração Pública” (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.308).

Veja ainda que o enunciado traz um limitador ao indicar que o processo “somente” poderia ser instaurado por requerimento de autoridades formalmente designadas para tal finalidade, o que não condiz com o alcance do princípio em tela.

Outrossim, tem-se que o item III está correto. De fato, “com uma análise mais estrita, verifica-se que procedimento constitui o rito do processo, ou seja, enquanto o processo é entendido como aquela série concatenada de atos visando a atingir uma finalidade, o procedimento traz as peculiaridades de como aquela finalidade será alcançada, constituindo o rito para a prática destes atos (prazos, forma, estrutura procedimental, sujeitos envolvidos etc.).” Além disso,

"apesar dessa diferenciação mais técnica entre processo e procedimento, a legislação, a jurisprudência e a própria doutrina não seguem esse rigor linguístico, usando de maneira intercambiável ambos os termos. Na prática, portanto, processo administrativo e procedimento administrativo são tratados como sinônimos" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.302-303). No mesmo sentido: "Quanto a nós, tendo em vista que não há pacificação sobre este tópico e que em favor de um milita a tradição ('procedimento') e em favor de outra a recente terminologia legal ('processo'), daqui por diante usaremos indiferentemente uma ou outra" (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 496).

Acrescente-se que o item III fala que procedimento "pode ser compreendido" como o rito do processo, indicando que se trata de uma interpretação possível e existente na doutrina.

Por derradeiro, ao se exigir "Processo" no conteúdo programático, pressupõe-se a compreensão sobre as semelhanças e diferenças com institutos a ele relacionados, a exemplo do procedimento. Ademais, em praticamente todos os cursos e manuais de direito administrativo, qualquer consideração sobre procedimento vem inserida dentro do estudo sobre processo administrativo. Não se deve olvidar ainda a consideração que vários autores e a própria legislação fazem ao tratar processo e procedimento como termos intercambiáveis.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p.496; CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.302-303.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	38	36	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o item "D", ele mostra-se correto. De fato, o poder de polícia manifesta-se em diversos momentos e de variadas formas. Uma maneira sistematizada de se estudar a maior parte dessas manifestações ocorre por meio da compreensão do ciclo de polícia. O ciclo seria formado por quatro atividades: a) ordem de polícia: previsão normativa a partir da qual vai ser exercida a atividade administrativa; b) consentimento de polícia: ato administrativo que manifesta a aquiescência da Administração com a conduta do particular, a ser produzido nos casos em que a lei estipula ser necessário; c) fiscalização de polícia: verificação da observância das regras de polícia administrativa bem como a manutenção das condições que determinaram a manifestação do consentimento de polícia, nos casos em que este for cabível; e d) sanção de polícia: imposição de medidas punitivas (KLEIN, Aline Lícia. Delegação de poder de polícia. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/132/edicao-1/delegacao-de-poder-de-policia>). A propósito, vide: REsp 817.534/MG ("3. As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia podem ser sumariamente divididas em quatro grupo, a saber: (i) legislação, (ii) consentimento, (iii) fiscalização e (iv) sanção"). Ademais, no tocante ao item "C", verifica-se que ele se mostra incorreto. Conforme aponta a doutrina, existem certos aspectos relacionados ao poder de polícia que comportariam o exercício pelas mãos de particulares. Costuma-se elencar que, não obstante o próprio poder de polícia não possa ser objeto de delegação ampla a particulares, os atos instrumentais ou acessórios à atividade de polícia seriam passíveis de delegação, além da sua execução material. Outrossim, segundo o STJ, as atividades de consentimento e fiscalização, por não representarem atos de coerção ou império propriamente dito, seriam compatíveis com o exercício por particulares (vide REsp 817.534/MG) (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.357). Além disso, no RE 633782, o STF fixou a tese de que "é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial".

No que concerne às alegações sobre o item "B", tem-se que o poder de polícia atribuído à autarquia é denominado de delegado e não originário. Nesse sentido: "A doutrina divide o poder de polícia em originário e delegado. Poder de polícia originário seria aquele próprio e típico do Estado, exercido pelos entes políticos (União, Estados, DF e Municípios), enquanto poder de polícia delegado seria a atividade exercida por entidades de Direito Público da Administração Indireta (autarquias e fundações), cuja previsão esteja contida em lei. É nesse sentido, por exemplo, que se observa o exercício do poder de polícia pelo IBAMA, uma autarquia federal" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI,

Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.356).

Nota-se que o RE 633.782/RS mencionado nas razões recursais não atesta que o poder de polícia das autarquias seria denominado de originário.

Por fim, quanto a se exigir conhecimento jurisprudencial sobre determinado assunto contido no edital, não há qualquer óbice quanto a isso, uma vez que a exigência se refere a conhecimentos amplos sobre os temas ali dispostos, inclusive, por certo, as posições firmadas por Tribunais Superiores, notadamente pelo STF e STJ.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- KLEIN, Aline Lícia. Delegação de poder de polícia. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/132/edicao-1/delegacao-de-poder-de-policia>; STJ - REsp 817.534/MG; CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.357; STF - RE 633782.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	36	37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o item III, tem-se que a exigência de concurso decorre do próprio artigo 37, inciso II, da Constituição (eis que essas entidades integram a Administração Pública Indireta). Além disso, sobre a exigência do regime celetista, trata-se da previsão do artigo 58, §3º, da Lei nº 9.649/98 ("§ 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta), bem como o decidido pelo STF na ADC 36 ("Constitucionalidade da legislação que permite a contratação no âmbito dos Conselhos Profissionais sob o regime celetista"). No mesmo sentido, vide Acórdão TCU nº 2569/2013 – Plenário ("Ressalto ainda que o regime celetista sempre foi utilizado pelas autarquias corporativas em face da impossibilidade fática de as entidades de pequeno porte e abrangência limitada arcarem com custos superiores de manutenção de aposentadorias e demais vantagens inerentes ao RJU próprio dos servidores da União, quando são mantidos apenas com seus próprios recursos, vedada a alocação de recursos do OGU para tais custeios (...) Pelas razões expostas, considerando que os conselhos de fiscalização profissionais são autarquias atípicas, corporativas, que não estão sujeitos ao comando constitucional constante do caput do art. 39 da Constituição Federal, e que o regime aplicável aos seus funcionários é o regime celetista, conforme disposição contida no vigente § 3º do art. 58 da Lei 9.649/1998, acolho o parecer da unidade técnica no sentido de que a presente denúncia seja conhecida e no mérito considerada improcedente").

Sobre o item II, a questão da não submissão ao regime de precatórios, trata-se do decidido pelo STF no Tema 877 - RE 938837 (decisão com caráter vinculante, portanto): "Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios". O trânsito em julgado ocorreu em 2021. As decisões eventualmente juntadas nos recursos são todas anteriores a essa decisão.

No referido julgado constou, inclusive, no voto da Ministra Rosa Weber, acompanhando o Ministro Marco Aurélio, que "embora pessoas jurídicas de direito público, constituem tais conselhos autarquias sui generis que não se subsumem, enquanto tais, no conceito de Fazenda Pública e se encontram sujeitas a regime jurídico híbrido".

Em relação à exigência no edital, tem-se que consta do conteúdo programático os assuntos: "Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada". Tendo em vista que os Conselhos são espécies de autarquias corporativas, encontram-se abarcadas pelos referidos assuntos, em particular a Administração indireta.

Além disso, quanto a se exigir conhecimento jurisprudencial sobre determinado assunto contido no edital, não há qualquer óbice quanto a isso, uma vez que a exigência se refere a conhecimentos amplos sobre os temas ali dispostos, inclusive, por certo, as posições firmadas por Tribunais Superiores, notadamente pelo STF e STJ.

Sobre a suposta falta de clareza e de informações, as razões recursais não indicam de forma objetiva onde estariam as falhas, não se identificando nenhum vício na redação do enunciado e suas alternativas.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- STF - ADC 36; Acórdão TCU nº 2569/2013 – Plenário; artigo 58, §3º, da Lei nº 9.649/98; STF - Tema 877.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	41	42	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro e somente existe uma opção correta.

Nos termos do art. 103-b (Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal)

Fonte:

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	39	41	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pedro Lenza distingue a constituição "dogmática", que é escrita e resultante de um processo formal de elaboração, da constituição "costumeira", que, por sua vez, não necessita ser formalizada em um documento escrito, sendo produto da evolução histórica e das práticas jurídicas aceitas por um povo ao longo do tempo. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 81

A - INCORRETA: a constituição de 1891, da Primeira República também foi promulgada.

B - INCORRETA: José Afonso da Silva define a constituição cesarista como aquela "... formada por um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um Imperador (plebiscitos napoleônicos) ou um Ditador (Plebiscito de Pinochet, no Chile). DA SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo, 17. ed, p. 44.

C - INCORRETA: as constituições costumeiras não trazem as regras em um único corpo normativo escrito.

D - INCORRETA: embora a distinção esteja correta, esta classificação está relacionada ao critério da extensão das constituições e não quanto à forma. Vide LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 79.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	42	40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra D trata da competência legislativa suplementar, prevista no art. 24, §§s 2º e 3º. Especificamente sobre a competência concorrente sobre responsabilidade por danos ao meio ambiente, prevista no art. 24, VIII, da CR/88, c/c art. 24, § 3º.

A - INCORRETA: art. 22, XXX. Competência administrativa exclusiva da União.

B - INCORRETA: lei complementar. Art. 21, IV: "IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;"

C - INCORRETA: A competência exclusiva da União não pode ser delegada aos Estados e Municípios. Ela é atribuída exclusivamente à União pela Constituição, conforme os artigos 21 e 22. Portanto, a delegação mencionada na alternativa não é permitida.

E - INCORRETA: o princípio vigente não é da hierarquia entre os próprios entes federados, mas o da preponderância dos interesses. Não há hierarquia entre os entes federados. "*Mesmo não havendo hierarquia entre os entes que compõem a federação, pode-se falar em hierarquia de interesses, em que os mais amplos (da União) devem preferir aos mais restritos (dos Estados).*" LENZA, 2010, p. 355-356.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	40	39	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Redação literal do art. 103-B da CR/88

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A - INCORRETA: vide art. 52, IX, a competência é privativa do Senado Federal e não do Congresso Nacional.

B - INCORRETA: O MP Eleitoral não possui estrutura própria, sendo as funções eleitorais realizadas pelo MPF e pelo MPE. Vide art. Art. 128 da CR/88:

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

C - INCORRETA: Vide julgamento da ADPF 946/MG: “É inconstitucional — à luz do dever estatal de proteção à saúde populacional (CF/1988, art. 196) — lei municipal que proíbe, em seu território, a vacinação compulsória e a respectiva imposição de restrições e sanções a pessoas não vacinadas, uma vez que desestimula a adesão à imunização e gera risco à saúde da coletividade.”

D - INCORRETA: redação alterada pela EC 103/2019: “III- receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	43	43	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com os artigos 11 e 20 do Código Civil, o direito à personalidade é intransmissível e irrenunciável, sendo possível a proibição do uso de imagem sem autorização quando houver ofensa à honra ou utilização com fins comerciais. Além disso, citam a Súmula 403 do STJ para afirmar que a indenização pelo uso não autorizado de imagem independe de prova do prejuízo. No entanto, a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça reconhece que obras biográficas literárias ou audiovisuais possuem proteção constitucional, sendo inexigível a autorização prévia da pessoa biografada. Esse entendimento também se aplica a pessoas retratadas como coadjuvantes na obra ou, em caso de falecidos, a seus familiares, conforme decidido pelo STF na ADI 4815, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/06/2015. Assim, a exigência de autorização para a exibição da imagem de Fernanda no documentário não tem fundamento jurídico, pois a jurisprudência do STF garante a liberdade de expressão e a produção cultural.

A representação da imagem de uma pessoa como coadjuvante em obra biográfica não viola o direito à imagem quando está diretamente relacionada à história do protagonista, conforme decidido pelo STJ no REsp 1.454.016-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. Acd. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 12/12/2017, Informativo 621, o qual afastou a aplicação da súmula, por conta de um distinguishing. Assim, a exibição da imagem de Fernanda não configura uso indevido, uma vez que sua presença na narrativa do documentário está diretamente ligada ao contexto da biografia da atleta retratada.

A alternativa D não representa corretamente o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pois a decisão na ADI 4815 não autoriza a indenização em casos como o da questão. A alternativa E é a que melhor traduz a posição consolidada na jurisprudência, garantindo a liberdade de expressão na produção de obras biográficas sem necessidade de autorização ou indenização.

O enunciado foi suficientemente claro ao estabelecer que a imagem de Fernanda foi utilizada em um documentário sobre a trajetória de uma atleta, ou seja, em uma obra biográfica. Como a jurisprudência do STF e do STJ já consolidou que, nesse contexto, não há necessidade de autorização prévia nem cabimento de indenização, não há falta de clareza que justifique a anulação da questão.

Ao determinar que a representação da imagem de uma pessoa como coadjuvante em obra biográfica não viola o direito à imagem quando está diretamente relacionada à história do protagonista. Assim, não há divergência jurisprudencial que justifique a anulação da questão, pois a banca utilizou corretamente o entendimento consolidado pelo STJ.

A questão foi formulada corretamente e está em conformidade com a jurisprudência pacificada dos Tribunais Superiores, razão pela qual o recurso deve ser rejeitado, mantendo-se o gabarito oficial.

Fontes:

- STF, ADI 4815, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/06/2015.
- STJ, REsp 1.454.016-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. Acd. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 12/12/2017, Informativo 621.
- Súmula 403 do STJ.
- Constituição Federal, art. 5º, X.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	46	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tratar-se de uma questão de conteúdo inserido na parte geral do direito civil, especificadamente no estudo da Lei de introdução às normas do Direito brasileiro, ao se debruçar na análise da lei do tempo e, assim, compatível com o conteúdo programático do certame. Ademais, de acordo com o art. 2º, § 3º da LINDB (Lei de introdução às normas do Direito brasileiro), a repristinação, ou seja, o retorno à vigência de uma norma anteriormente revogada, não ocorre automaticamente com a revogação de uma lei intermediária. A norma revogada volta a ter eficácia se isso for expressamente determinado pela norma revogadora, o que condiz com a afirmação de que a Lei nº 12.800/2020 não voltou a vigorar automaticamente, conforme alternativa divulgada como correta, e com todo enunciado constante da questão.

Conforme se apura do comando da questão, trata-se de necessária análise de texto de lei, qual seja, a LINDB, especificadamente, em seu art. 2º, § 3º, dispositivo legal apontado como base para se responder à questão, ora em

análise (Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta - Grifo nosso).

No caso apresentado, como a Lei nº 15.050 não trouxe previsão expressa de repristinação, a Lei nº 12.800 não volta a vigorar após a revogação da Lei nº 13.900, pois, para o caso da lei nº. 12.800 (lei foco da assertiva correta da questão em análise, do certame), seu retorno, ou seja, a repristinação, só ocorre se previsto na redação da Lei nº 15.050 tivesse, fato este, como mencionado, não aconteceu. Assim alegação de ausência de resposta correta não procede.

Em relação à afirmação contida na alternativa “E” (O princípio da irretroatividade autoriza que a Receita Federal aplique os critérios da Lei nº 12.800/2020 apenas para fatos geradores ocorridos antes de sua revogação pela Lei nº 13.900/2022), constata-se que, exatamente devido à inexistência expressa de retorno da vigência da lei inicialmente revogada, qual seja, a Lei nº 12.800 de 2020, é que seu retorno não se faz possível, mesmo almejando aplicação a fatos anteriores à sua revogação, condizente ao princípio da irretroatividade. Com isso, esta alternativa encontra-se descabida com o enunciado da questão e, conseqüentemente, a inviabiliza como resposta correta para a questão. Ademais, caso a alegação do argumento recursal se pautasse na aplicação da Lei nº 12.800/2022 a casos futuros à revogação da Lei que a revogou, também não prosperaria devido a redação constante da alternativa “E”, que induz à compreensão de fatos passados, ou seja, já acontecidos e, neste caso, não há como repristinar.

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “A” (A Lei nº 12.800/2020 não voltou a vigorar automaticamente, pois a repristinação só ocorre se expressamente prevista na norma revogadora).

Fonte:

- BRASIL. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Atualizado pela Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	46	44	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em que pese o enunciado da questão não trazer a data de publicação da lei, sendo essa data o termo inicial da *vacatio legis*, conforme disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 4657/42, Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, referida data, para análise da questão e devida resposta conforme o seu comando não é imprescindível, não afetando a conclusão pela alternativa correta.

Inicialmente, importante lembrar que, conforme Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, em análise conjunta à Lei Complementar nº 95/98, *vacatio legis* é o prazo de vacância de uma norma jurídica, compreendendo o período entre a data de sua publicação oficial e a data do início de sua vigência, ou seja, de sua entrada em vigor. Este período de vacância tem a contagem do prazo incluindo o dia de sua publicação, e, de maneira corrida, incluindo o dia final em que o prazo termina, iniciando a vigência da lei no primeiro dia subsequente (§1º do art. 8º da LC95/98). O prazo da *vacatio legis* pode ser estabelecido pelo legislador, indicada de forma expressa no próprio ato normativo, ou seja, inserido em seu próprio texto (primeira parte do art. 8º da LC95/98), ou pode a lei entrar em vigor na exata data de sua publicação, quando esta informação constar no texto da própria lei (“... reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.”. Segunda parte do art. 8º da LC95/98). Caso contrário, ou seja, apenas no silêncio do legislador na redação do texto da lei, será de 45 dias o prazo de *vacatio legis*. Assim o período de vacância trazido no art. 1º do Decreto-lei nº 4657/42 (Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro) atua de maneira supletiva, ou seja, não havendo disposição contrária:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. (Grifo nosso). (Brasil, 1998).

Por meio de leitura atenta de toda a situação hipotética narrada na questão, claramente nota-se:

- presença de informação, expressa, de que a lei que altera as regras sobre a doação de bens em caso de separação ou divórcio possuía período de *vacatio legis* de 30 dias (lei com o texto original).
- presença de informação, incontestável, de que houve correção do texto desta mencionada lei e que se referia a alteração substancial, haja vista revisão e ajustes que levaram à correção de *dispositivos substanciais da lei*, implicando em sua interpretação e aplicação futura, o que conclui pela reprodução integral do texto (art. 12, I, LC 95/98). Além disso, o uso do adjetivo “importante” destinado ao substantivo “ajustes”, enfatiza tratar-se de correção/alteração substancial. Ademais, antes de se proceder a correções de texto de lei é necessário revisá-lo e, após, caso seja constatada necessidade de ajustes, a alteração se concretizará.

- presença de informação, expressa e clara, de que a alteração/correção substancial do texto foi realizada durante o período da *vacatio legis* da lei que altera as regras sobre a doação de bens em caso de separação ou divórcio. Ou seja, durante *vacatio* de 30 dias.
- presença de informação, expressa, da data exata da publicação do texto da lei, após a alteração/correção substancial, qual seja, 31 de janeiro de 2024.
- ausência de informação de período de *vacatio legis* divergente para a lei com a alteração/correção substancial ocorrida.

Assim, considerando que a publicação do texto da lei, após sua alteração/correção substancial, se deu em 31 de janeiro de 2024 e esta alteração/correção substancial ocorreu durante a *vacatio legis* da lei original, conclui-se que o prazo para um novo período de vacância se iniciará a partir desta data, conforme §3º do art. 1º do Decreto-lei nº 4657/42 (Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro). Neste sentido:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

[...]

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação. (Brasil, 1942).

Com isso, não há que se falar que a lei já se encontrava em vigor, diante informação clara contida no enunciado da questão informando que a nova publicação ocorreu durante a *vacatio legis* da lei original, não tratando-se, pois, de outra lei, mas sim, de exigência de um novo período de vacância, frente à nova publicação (ocorrida em 31 de janeiro/24), com o mesmo prazo de vacância inicial (30 dias), por ausência de informação contrária no texto da lei, após alteração/correção substancial.

Diante disso, tendo ocorrida a publicação da lei com alteração/correção substancial durante *vacatio legis* de 30 dias, e não havendo novo período de vacância expresso neste texto da lei, esta terá exatamente o mesmo tempo de *vacatio legis*, qual seja, 30 dias, iniciando a contagem de seu prazo a partir da publicação deste texto alterado, qual seja, a partir de 31 de janeiro de 2024.

Ademais, se o enunciado não traz a data da publicação da lei, referindo-se que 1º de janeiro a lei foi sancionada, não se pode concluir que em 31 de janeiro ela já estava em vigor, o que impossibilita afirmar que, quando da publicação do texto com a alteração/correção substancial, o prazo de *vacatio legis* já havia transcorrido. Frisa-se, o que ocorreu foi publicação do texto de lei com alteração/correção substancial durante *vacatio legis*, conforme informações expressas e claras no enunciado da questão.

Quanto aos demais distratores, tem-se que a alternativa de letra “A” não logra êxito (A lei entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2024, considerando que a correção não alterou substancialmente o conteúdo da norma.), tendo em vista trazer que a correção não alterou substancialmente o conteúdo da norma, informação incondizente com as trazidas, de forma expressa, no próprio enunciado da questão, conforme apontado acima, além da impossibilidade de aferição da contagem do período de vacância. A alternativa de letra “B” (A *vacatio legis* de trinta dias deve ser contada a partir da publicação da correção do texto e a lei entra em vigor no dia 3 de fevereiro de 2024.) também não é correta, posto que em 31 de janeiro de 2024 houve a publicação de alteração/correção substancial do texto da lei e, dessa forma, o prazo da *vacatio legis* se reinicia a partir desta publicação, fazendo com que a lei entre em vigor 30 dias depois, ou seja, em 1º de março de 2024, lembrando que o ano de 2024 foi um ano bissexto e que se inclui o dia da publicação da norma, bem como o do termo final da contagem da *vacatio legis* para se estipular a data do vigor da norma. Ademais, por lógica, considerando que a contagem do prazo na nova *vacatio legis* se daria após a publicação com as devidas alterações/correções substanciais do texto da lei, o vigor jamais poderia se dar em fevereiro, conforme informação constantes da alternativa. Já a alternativa de letra “C” (A nova lei entra em vigor no dia 31 de janeiro de 2024, pois a correção do texto feita dentro do período de *vacatio legis* não altera sua vigência.) é incorreta pois a data de 31 de janeiro foi a data da nova publicação, com as devidas alterações/correções substanciais ocorridas no texto da lei e, esta publicação ocorreu durante período de *vacatio legis*, alterando, assim, sua vigência. E, a alternativa de letra “D” (A nova lei entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2024, mas os efeitos da correção do texto só terão validade a partir do dia 3 de fevereiro de 2024.) não está correta, posto que a lei não entraria em vigor no mês de fevereiro, por razões acima já explanadas.

Em vista disso, a alternativa de letra “E” da questão, gabarito oficial do certame (A nova lei entra em vigor trinta dias após a publicação da correção, considerando que a *vacatio legis* começa a contar após a publicação da correção do texto.) é condizente com os dispositivos legais vigentes acerca da temática, não havendo que se proceder à anulação da questão ou alteração de gabarito, por nenhuma das razões apresentadas.

Diante disso, a decisão é pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, mantendo o gabarito da questão, qual seja, alternativa de letra “E” (A nova lei entra em vigor trinta dias após a publicação da correção, considerando que a *vacatio legis* começa a contar após a publicação da correção do texto).

Fontes:

- BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme o disposto no § 1º do art. 59 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 fev. 1998.
- BRASIL. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Atualizado pela Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez. 2010.
- Tartuce, Flávio. *Direito civil: lei de introdução e parte geral*. 20. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	44	45	45

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

Reavaliando a questão à luz da vasta legislação, jurisprudência e doutrina majoritária aplicável ao tema, derrubando, assim, os argumentos que sustentam ausência de base doutrinária, legal e jurisprudencial acerca da temática personalidade civil do nascituro e suas teorias, tem-se que alguns dos argumentos apresentados prosperam. Afinal, em que pese o artigo 2º do Código Civil condicionar a aquisição de personalidade jurídica ao nascimento, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece ao nascituro uma categoria especial de direitos, desde a sua concepção, frente à parte final do mesmo dispositivo legal mencionado, o que lhe proporciona ser detentor de personalidade civil, mesmo que limitada. Nesse sentido, corroborando com fundamento que sustenta o pedido de alteração do gabarito da letra “D” para a letra “C”, Maria Helena Diniz, afirma:

“Conquanto comece do nascimento com vida (RJ, 172:99) a personalidade civil da pessoa, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro (CC, arts. 2º, 1.609, parágrafo único, 1.779 e parágrafo único, e 1.798; Lei n. 11.105/2005, arts. 6º, III, e 25; Pacto de São José da Costa Rica, art. 4º, I; Resolução do CFM n. 2.320/2023, Seções n. 1 a 7, V, n. 2 e 3), como o direito à vida (CF, art. 5º), à filiação (CC, arts. 1.596 e 1.597), à integridade física, a alimentos (Lei n. 11.804/2008; RT, 650:220; RJTJSP, 150:90-6), a uma adequada assistência pré-natal, à representação (CC, arts. 542, 1.630, 1.633, 1.779, parágrafo único), a um curador que o represente e zele pelos seus interesses (CC, arts. 542, 1.779 e parágrafo único) em caso de incapacidade ou impossibilidade de seus genitores de receber herança (CC, arts. 1.784, 1.798, 1.799, I, e 1.800, § 3º), a ser contemplado por doação (CC, art. 542), a ser adotado, a ser reconhecido como filho, a ter legitimidade ativa na investigação de paternidade (Lex, 150:90) etc. Poder-se-ia até mesmo afirmar que na vida intrauterina tem o nascituro e na vida extrauterina tem o embrião, concebido in vitro, personalidade jurídica formal, no que atina aos direitos da personalidade, visto ter carga genética diferenciada desde a concepção, seja ela in vivo ou in vitro, passando a ter personalidade jurídica material, alcançando os direitos patrimoniais (RT, 593:258) e obrigacionais, que se encontravam em estado potencial, somente com o nascimento com vida (CC, art. 1.800, § 3º).” (Diniz, 2025, p. 25).

Diante disso, conclui-se pela abordagem mitigada da teoria concepcionista, na qual o nascituro possui personalidade jurídica limitada, contudo, não inexistente (ou seja, a personalidade jurídica do nascituro existe), conforme redação trazida na alternativa de letra “D”, apontada, preliminarmente, como alternativa correta. Com isso, ineficazes os argumentos de ausência de clareza na redação da questão, levando à multiplicidade de alternativas corretas ou ausência de uma resposta correta. O fato trata-se de erro de gabarito, o que justifica a sua alteração. Ademais, as alegadas ambiguidades ou ausência de clareza da questão fracassam posto que, no Brasil, a personalidade jurídica plena inicia-se com o nascimento com vida, segundo os adeptos da teoria natalista, adeptos de uma interpretação literal do texto de lei, induzindo, assim, à afirmação de que o ordenamento jurídico pátrio adota esta teoria. Entretanto, a teoria concepcionista acerca da personalidade civil, tem sido, reafirma-se, majoritariamente adotada pelas doutrinas, que interpretam as normas jurídicas e apresentam ampla pesquisa, bem como pelos Tribunais brasileiros, não havendo justificativa, portanto, para anulação da questão. Além disso, diante comando da questão, que solicita análise da situação hipotética narrada conforme ordenamento jurídico brasileiro, todas estas fontes do direito (lei, jurisprudência, doutrina) devem ser equacionadas, visando interpretação sistemática, sociológica, teleológica, lógica e conforme a Constituição Federal, posto ser, o ordenamento jurídico, um conjunto uno, sistemático, coerente e completo de normas jurídicas. Nesse sentido, aduz Tartuce (2024), referenciando explanação do ministro Luis Felipe Salomão, em REsp 1.415.727/SC, de 2014, do STJ:

“O ordenamento jurídico como um todo (e não apenas o CC) alinhou-se mais à teoria concepcionista – para a qual a personalidade jurídica se inicia com a concepção, muito embora alguns direitos só possam ser plenamente exercitáveis

com o nascimento, haja vista que o nascituro é pessoa e, portanto, sujeito de direitos – para a construção da situação jurídica do nascituro, conclusão enfaticamente sufragada pela maioria doutrina contemporânea.”(Ministro Luis Felipe Salomão, citado por Tartuce, 2024, p.111).

O mal-entendido acerca da implicação do início da personalidade civil ainda persiste, para alguns, diante oportunidade perdida pelo legislador em finalizar este imbróglio, ao manter a redação do texto de lei vigente como era o revogado, perdendo, como aponta César Fiúza, citado por Flávio Tartuce (2024), a oportunidade de terminar com controvérsias sobre as teorias natalistas e concepcionistas, continuando a exigir tarefa interpretativa dos operadores do direito, com base nas vastas fontes do direito acerca da temática.

“Perdeu o legislador a oportunidade histórica de pôr fim à controvérsia entre natalistas e concepcionistas. Os natalistas entendem que a personalidade tem início com o nascimento com vida. Os concepcionistas defendem a tese de que a personalidade começa a partir da concepção. Qual seria a posição do Código Civil? Os natalistas propugnam por sua tese; afinal, esta seria a intenção literal do legislador, ao afirmar que a personalidade civil começa do nascimento com vida. Ocorre que, logo a seguir, o mesmo legislador dispõe que os direitos do nascituro serão postos a salvo. Direitos só detêm as pessoas, sendo assim, por interpretação lógica, o texto legal estaria adotando a tese concepcionista.” (Fiúza, citado por Tartuce, 2024, p.107)

Além do exposto, e como se pode notar da citação imediatamente acima, o próprio texto de lei traz, na parte final do art. 2º do Código Civil, abordagem concepcionista sobre início da personalidade civil no Brasil, haja vista que direitos são inerentes às pessoas e, “liga-se à pessoa a ideia de personalidade, que exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair” (Diniz, 2025, p. 7) deveres. Com isso, ao afirmar que “a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro (Brasil, 2002, parte final do art.2º) (Grifo nosso), destina ao sujeito nascituro, portanto dotado de personalidade, a implicação de assumir direitos.

Também não logra sucesso o pedido de anulação da questão com base na inexistência de nascituro, frente ao nascimento com vida da criança e, assim, incondizente com as alternativas apresentadas, haja vista que a narrativa do enunciado apresenta preocupação dos pais com situação de nascituro, o que justifica o comando da questão direcionar a pergunta para implicações jurídicas envolvendo personalidade jurídica de nascituros, mesmo que, ao final da situação hipotética apresentada, a criança tenha nascido com vida; esta atitude de precaução, mesmo que hipotética, condiz com abordagem preventiva do direito.

Diante disso, a decisão é pela PROCEDÊNCIA DO RECURSO, ALTERANDO O GABARITO da questão para a letra “C” (possui personalidade civil desde a concepção, mas não possui capacidade civil até o nascimento com vida, ficando limitado a exercer apenas direitos da personalidade.)

Fontes:

- BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Atualizado pela Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2021.
- Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Teoria Geral do Direito Civil – Volume 1. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.
- Tartuce, Flávio. **Direito civil**: lei de introdução e parte geral. 20. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	48	49	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção cujo conteúdo é: “caracterização de abuso de direito de defesa e manifesto propósito protelatório são motivos expressamente previstos no Código de Processo Civil, os quais autorizam o Juiz a conceder tutela de urgência antecipatória, inclusive *ex officio*.”. O Art. 311 do CPC deixa claro que o caso é de tutela de evidência e não de tutela antecipatória. Logo, a opção está errada em sua afirmativa principal. Inobstante, a regra é a impossibilidade de concessão de qualquer medida judicial *ex officio*, o que se aplica ao caso. A opção cujo conteúdo é: “Caso o Juiz conceda tutela de urgência, em qualquer momento, essa, por sua natureza, não demanda caução por parte do autor. O Juiz não pode exigir caução para a efetivação de medida de tutela de urgência, em nenhum caso, sob pena de restringir acesso à justiça.”. Art. 300, §1º. Embora a posse-se arguir que a intenção da lei seja que a caução não seja obrigatória,

a fim de não restringir o direito à eventual tutela de urgência, pela falta de capacidade financeira da parte, a afirmativa indica que a caução não poderia ser exigida EM NENHUM CASO. O que, conforme texto expresso da lei e prática dos tribunais, não é o caso. Por último, a afirmativa cujo conteúdo é: “A tutela de urgência classificada como de evidência é aquela em que o Juiz, percebendo a possibilidade de um prejuízo evidente a uma parte (*periculum in mora*), caracterizado por risco iminente ao resultado útil do processo em conjunto com a evidência de que a parte possa ter o direito, concede *inaudita altera pars*, medida satisfativa no sentido de resguardar o direito da parte.” (Art. 311)... a afirmativa diz que a justificativa para a tutela de evidência está: CARACTERIZADO POR RISCO IMINENTE AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO. O que, por nenhum critério legal ou doutrinário é o que CARACTERIZA o direito a uma tutela de evidência. Logo, perdendo a cacofonia, evidentemente, errada a afirmativa. Recursos indeferidos.

Fonte:

- CPC.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos diversos pleiteando ou a anulação da questão ou alteração do gabarito. As afirmativas indicadas:

I - Possuem competência para causas de menor complexidade, cujo valor da causa seja de até quarenta salários-mínimos, podendo a parte ser representada em juízo sem a necessidade de advogado, em todos os casos, na primeira instância.

Está incorreta, Art. 9º e 41, §2º, sem advogado até 20 salários-mínimos e não em qualquer caso até o limite de competência por valor dos JESPs. Afirmativa errada.

II - Segundo o texto expresso da Lei Federal nº 9.099/1995, não se fará citação por edital.

Afirmativa correta, Art. 18, §2º. A afirmativa indica que o texto expresso da lei diz, exatamente o que consta do texto expresso da lei. Não foi afirmado qualquer fato sobre a aplicabilidade e/ou alcance interpretativo da norma. Logo, está correta.

III - Não existe a figura da revelia. Os fatos alegados pelo autor devem sempre ser comprovados, ainda que o réu não apresente defesa.

Falso, Art. 20, bem como a doutrina do direito processual civil. A revelia pode se aplicar aos JESPs sem qualquer restrição e, conforme resultado prático da revelia, bem como da inércia na defesa, os fatos não contestados tornam-se, por regra, verdadeiros. A afirmativa está errada.

IV - Pode ser utilizado para ação de despejo para uso próprio. Entretanto, não pode ser utilizado para causas de natureza alimentar.

Correto, Art. 3º, III e seu §2º. Trata-se, novamente, de expressa indicação do texto legal. Logo, não há erro na afirmativa.

Fonte:

- Lei 9.099/95, doutrina do Direito Processual Civil.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	47	50	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O processo possui por objeto ALIMENTOS, conforme indicado no problema e, note-se, a regra do §2º do Art. 833 do CPC atesta que não se aplica a impenhorabilidade do inciso X, que dita sobre a impenhorabilidade da poupança, para os casos de alimentos. Notando que a jurisprudência pacífica dos tribunais é no sentido de que o dispositivo e sua exceção são válidos: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/25112024-Honorarios-nao-se-enquadram-como-prestacao-alimenticia-para-efeito-de-penhora-de-salarios-ou-poupanca.aspx>

Não cabe no caso, em execução e alimentos, discussão sobre se estes teriam natureza diversa, uma vez que a ação de alimentos objetiva, no caso, a execução de alimentos e não induz a qualquer compreensão de que não fosse uma prestação de alimentos, por sua natureza processual. Logo, a interpretação de que a execução e alimentos seria relativo a qualquer coisa, que não uma prestação de alimentos dependeria de informação que não está presente no problema e não se induz do que está posto na ordem.

Fonte:

- CPC e julgados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	49	47	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto à afirmativa II, o Art. 1026 do CPC é expresso no sentido de que os embargos NÃO POSSUEM EFEITO SUSPENSIVO. Logo, impossível considerar correta a afirmação que contraria de forma direta a norma vigente. No que cerne à afirmativa III, expressamente seu conteúdo indica que a afirmativa refere-se à regra, existe a expressão POR REGRA na afirmativa. Logo, a existência ou não de exceções não induz a qualquer modificação da sua veracidade. Indeferidos os recursos.

Fonte:

- CPC e hermenêutica jurídica.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	52	54	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fato típico praticado durante a vigência da lei temporária será regido pela mesma, mesmo após expirado seu prazo de vigência”, já que, com base na interpretação clara e objetiva do artigo 3º do Código Penal Brasileiro, que estabelece que tanto a lei excepcional quanto a lei temporária têm aplicabilidade irrestrita aos fatos cometidos durante sua vigência, independente de as condições excepcionais terem cessado ou o prazo da lei temporária ter expirado. A alternativa A está incorreta pois não será aplicada apenas a lei excepcional, pois os fatos praticados durante a vigência da lei temporária também são regidos por ela. A alternativa C, embora ambas as leis tenham ultratividade, a questão afirma que a lei temporária se aplicaria a "qualquer fato típico", o que não é correto. Ela se aplica apenas aos fatos praticados durante sua vigência. A alternativa D é incorreta pois a aplicação da lei excepcional não está vinculada à permanência das circunstâncias que a motivaram; ela tem ultratividade. Da mesma forma, a lei temporária não se aplica após expirado seu prazo de vigência para novos fatos. Além disso, a alternativa E está errada porque contraria a compreensão doutrinária e jurisprudencial predominante, ao confundir a continuidade da vigência das leis temporárias com suas finalidades delineadas somente para fatos ocorridos até o término estipulado, não aplicável ao caso de fato consumado na vigência da efetiva norma legal. Portanto, mantém-se o gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 74.478, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 28-06-1997. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 11 fev. 2025.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 21. ed. São Paulo: Forense, 2023.
- MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte Geral. 15. ed. São Paulo: Método, 2023.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	54	53	51

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se o gabarito oficial letra D: “O crime ocorreu em 15/04/2024, data da conduta, mas a aplicação da nova lei só poderá ser utilizada se integralmente mais favorável à ré no caso concreto”. Isto acontece com fundamento fundamentalmente na aplicação da Teoria da Atividade, que considera o crime ocorrido na data da conduta (15/04/2024). Não obstante, haja vista o caso apresentado, deve-se ainda levar em consideração a teoria da ponderação unitária ou global em que se sustenta que não é possível combinar as leis penais para se extrair os pontos favoráveis de cada uma delas, pois o Juiz estaria criando uma terceira lei (Lex tertia), o que seria uma

violação ao princípio da Separação dos Poderes, já que não cabe ao Judiciário legislar, sendo esta a teoria atualmente adotada pelos tribunais superiores, inclusive o STF, que inicialmente, adotou a TEORIA DA PONDERAÇÃO DIFERENCIADA, em que seria possível a combinação das duas leis, de forma a selecionar os institutos favoráveis de cada uma delas, sem que com isso se esteja criando uma terceira lei, pois o Juiz só estaria agindo dentro dos limites estabelecidos pelo próprio legislador. Porém, assim como o STJ o STF firmou entendimento no sentido da TEORIA DA PONDERAÇÃO UNITÁRIA, em homenagem aos princípios da reserva legal e da separação dos Poderes do Estado (Súmula 501 do STJ). Portanto, mantém-se o Gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Súmula 501. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	51	52	54

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Passando para a análise de cada alternativa de resposta:

A) Carlos não poderá ser processado no Brasil, pois a absolvição no exterior impede a instauração de novo processo penal, respeitando-se o princípio do ne bis in idem. Tal afirmativa está correta, se analisada apenas à luz da legislação penal brasileira.

B) Carlos não poderá ser processado no Brasil, uma vez que a lei penal brasileira não pode ser aplicada em caso de absolvição no estrangeiro por fatos atípicos naquele território. Tal alternativa está errada por informar que Carlos foi absolvido no estrangeiro por fato atípico. O enunciado afirma que a conduta de Carlos é tipificada pela legislação italiana.

C) Carlos somente poderá ser processado no Brasil caso exista representação da vítima, pois para aplicação da extraterritorial da lei penal brasileira, faz-se necessário esse requisito. Tal alternativa está errada, pois tal requisito não está previsto no artigo 7º, II, 'c' do Código Penal.

D) Carlos poderá ser processado no Brasil, pois a lei penal brasileira é aplicável a crimes cometidos por brasileiros no exterior em aeronaves brasileiras, sendo irrelevante a absolvição no estrangeiro para os fins de aplicação da legislação nacional. Tal alternativa está errada, visto que a AUSÊNCIA de absolvição no estrangeiro é requisito para a Extraterritorialidade Condicionada.

E) Carlos poderá ser processado no Brasil, pois a lei penal brasileira aplica-se aos crimes cometidos por brasileiros em aeronaves de bandeira nacional, ainda que em espaço aéreo estrangeiro, independentemente da decisão judicial estrangeira, desde que presentes os requisitos da extraterritorialidade condicionada. Tal alternativa está equivocada, no momento de afirmar que no caso em tela Carlos ser processado no Brasil independe da decisão judicial estrangeira, uma vez que não há indicação da natureza de tal decisão judicial. O artigo 7º, II, "c" indica que o agente não pode ter sido julgado no estrangeiro, contudo Carlos foi detido pelas autoridades locais e julgado por tais condutas.

Dessa forma, não ficou claro no enunciado a natureza da decisão judicial italiana, uma vez que indicou apenas o arquivamento, não explicando sua motivação, de maneira que a ausência de tal informação abriu margens para dúvida na manutenção do gabarito preliminar.

Portanto, a depender da interpretação da questão, a alternativa correta poderia ser tanto a letra A quanto a E, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	53	51	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, mantendo-se o gabarito oficial letra B: "A interpretação teleológica busca identificar a finalidade da norma, considerando as intenções do legislador e os objetivos sociais que ela pretende alcançar." Tal manutenção do gabarito oficial é justificada pela correta interpretação dos métodos de hermenêutica jurídica aplicada ao Direito penal e ao processo penal. A alternativa B destaca a interpretação teleológica, que essencialmente visa capturar o propósito último da norma no contexto social desejado, alinhando-se tanto às intenções do legislador quanto aos objetivos sociais pretendidos. Esse entendimento é cardinal na doutrina penal e se encontra respaldado

por autores como Cezar Roberto Bitencourt.

A interpretação literal, enquanto método, está focada exclusivamente no texto da norma e não se alinha com a adaptação aos objetivos sociais relativos à legislação incriminadora presentes na interpretação teleológica. Além disso, confundir a ênfase do significado das 'intenções do legislador' com uma abordagem subjetiva confunde o caráter inclusivo dessa análise, cujo núcleo se choca em ajustar a lei às mudanças sociais e objetivos sociais iniciais. Esses reparos quanto à precisão linguística não minimizam o mérito da alternativa correta, apenas complementam sua lógica como prática de ajuste permanente requintado pelas tendências valorativas contemporâneas aliadas às estruturas hermenêuticas. Desta forma os argumentos sustentados nos recursos não devem prosperar. A decisão da banca reflete com precisão a doutrina e prática estabelecidas na interpretação das normas penais modernas, garantindo que a aplicação da lei se mantenha justa e contemporânea sem desconsiderar o quadro jurídico global e suas múltiplas interações intra e intersistemáticas. Portanto, não há razão para modificação do gabarito ou anulação da questão.

Fontes:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	57	56	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao contrário do que sustentam as razões recursais, a resposta correta é a assertiva em que se afirma que **“A discordância quanto à tipificação penal permite que o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribua-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.”**

Como regra, em razão do princípio *pas des nullités sans grief*, as nulidades somente podem ser declaradas no processo penal quando houver ocorrência de prejuízo. No entanto, a teor da Súmula 707 do STF, “constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo”.

Em respeito às garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa, se o advogado do réu, intimado para apresentação das contrarrazões, permanece inerte, é necessário que seja oportunizado ao acusado, mediante nova intimação, a nomeação de novo defensor de sua confiança, antes da nomeação de defensor dativo, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa. A inobservância dessa cautela por parte do magistrado, de acordo com o entendimento sumulado do STF, representa um prejuízo presumido ao acusado.

Deve ser ressaltado ainda que a resposta da questão deve ser dada a partir da situação hipotética narrada no enunciado, à qual o candidato deve se ater. Eventualmente, a ausência de contrarrazões recursais pode vir a configurar mera irregularidade, mas não na hipótese retratada no enunciado, que diz respeito especificamente sobre a situação em que o acusado foi privado do direito de constituir novo defensor, dada a inércia do primeiro causídico, para apresentar suas contrarrazões recursais ao recurso em sentido estrito contra decisão que rejeita a denúncia.

Dessa forma, não é possível considerar como correta a alternativa “A”, pois ela vai de encontro ao que prevê a Súmula 707 do STF.

A alternativa “B” está correta. Trata-se da reprodução literal do artigo 383 do Código de Processo Penal, segundo o qual “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.” É dizer, a emendatio libelli pode ser realizada ainda que isso não traga ao acusado qualquer benefício, mas uma situação mais gravosa.

A redação da alternativa “B” não faz menção a nenhuma limitação temporal na aplicação do instituto. Isto é, a alternativa limitou-se a reproduzir o permissivo descrito no art. 383 do CPP, não tendo especificado o momento em que a adequação na tipificação poderia ou não ser realizada pelo magistrado.

A alternativa “C” está incorreta. No instituto da “mutatio libelli”, há alteração da base fática da imputação decorrente do aparecimento de novas elementares ou circunstâncias não apontadas na denúncia. Essa alteração deve ser feita mediante aditamento da peça acusatória pelo Ministério Público e não pelo juiz.

A alternativa “D” está incorreta. A intimação de Cláudio para constituir novo defensor e apresentar contrarrazões é medida indispensável a fim de se respeitar o contraditório e a ampla defesa no julgamento do recurso em sentido estrito que foi interposto pelo Ministério Público.

A alternativa “E” também contradiz o enunciado sumular 707, segundo o qual a nomeação de defensor dativo não supre a ausência de intimação do acusado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a decisão que rejeita a denúncia.

Fontes:

- Código de Processo Penal (arts. 383 e 384).
- Súmula 707 do Supremo Tribunal Federal.
- LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal: volume único. 8 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 1405.*

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	58	55	58

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao contrário do que sustentam as razões recursais, a resposta correta é assertiva em que se afirma que **“A decisão proferida em processo de reabilitação criminal é um exemplo de decisão de natureza não condenatória.”**

Os recursos, em sua maioria, pedem a anulação da questão sob o fundamento de que os assuntos nela cobrados não estão previstos no conteúdo programático do edital. Sem razão os candidatos recorrentes. Isso porque o conteúdo programático prevê expressamente a possibilidade de cobrança de assuntos relacionados ao tema “Atos jurisdicionais: despachos, decisões interlocutórias e sentença (conceito, publicação, efeitos)”.

Os atos jurisdicionais (ou provimentos judiciais) abrangem os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as sentenças. O estudo dos atos jurisdicionais envolve, de maneira inafastável, o conhecimento dos conceitos, das classificações e da natureza jurídica de cada ato, notadamente porque é o conhecimento dessas concepções que possibilita, por exemplo, saber se determinado ato trata-se de uma sentença absolutória própria ou imprópria, uma decisão condenatória, constitutiva, executiva ou um despacho, entre outras classificações admitidas pela doutrina prevalente e indispensáveis para a identificação da via impugnativa adequada. O estudo da natureza jurídica dos atos jurisdicionais é indissociável do estudo do seu conceito e dos seus efeitos. A título ilustrativo, é impossível conhecer quais os efeitos de determinado ato jurisdicional sem conhecer previamente a sua natureza jurídica ou em que categoria de ato jurisdicional ele se enquadra.

De acordo com o texto de apoio disponibilizado aos candidatos para a resposta da questão, no âmbito das decisões interlocutórias na seara do processo penal, para além das decisões condenatórias, isto é, aquelas resultantes de pretensões nas quais é deduzido juízo de responsabilidade penal do acusado pela prática do crime, fala-se em decisões de natureza não condenatória. São exemplos de decisões de natureza não condenatória as decisões declaratórias, constitutivas, mandamentais e executivas.

[...] “Decisões declaratórias são aquelas que se limitam a declarar uma situação jurídica preexistente (v.g. decisão judicial que extingue a punibilidade em face da morte do acusado).

A decisão constitutiva é aquela que tem como eficácia preponderante a modificação de situação jurídica, podendo ser de natureza positiva, quando faz surgir uma nova situação jurídica (v.g. decisão concessiva de reabilitação criminal, que conduz o acusado a um novo *status*, o de reabilitado, ou negativa, que importa em desconstituir um ato jurídico anterior até então válido e eficaz (v.g. revisão criminal visa à desconstituição da sentença condenatória ou absolutória imprópria transitada em julgado).

A decisão mandamental pode ser encontrada no âmbito do *habeas corpus*, quando o juiz ou Tribunal determinam a emissão de alvará de soltura ou a expedição de um salvo-conduto, retratando um provimento judicial que consubstancia a uma ordem a ser executada em prol da proteção da liberdade de locomoção do agente.

Também existe a possibilidade de sentença executiva no processo penal, ainda que em sede de processos instaurados de ofício ou a requerimento do Ministério público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial (CPP, art. 127). É o que ocorre, a título de exemplo, com a medida assecuratória de sequestro, cabível quando houver indícios veementes de que os bens foram adquiridos com os proventos da infração penal (CPP, art. 125)” [...] (LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal: volume único. 8 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 1609-1610).*

Nesse sentido, a alternativa “A” está correta. A decisão proferida em processo de reabilitação criminal não possui natureza condenatória porque não busca o reconhecimento da responsabilidade penal do acusado.

A alternativa “B” está incorreta porque a extinção de punibilidade tem natureza declaratória.

A alternativa “C” está incorreta porque as decisões que retratam uma ordem a ser executada em benefício da liberdade de locomoção do agente são as decisões mandamentais e não constitutivas. Quando o juiz ou Tribunal determinam a emissão de alvará de soltura ou a expedição de um salvo-conduto, tem-se uma decisão de natureza

mandamental e não constitutiva.

A alternativa “D” está incorreta porque a decisão proferida em medida assecuratória de sequestro não possui natureza declaratória, mas executiva.

Embora a decisão concessiva da ordem de habeas corpus tenha natureza mandamental, a alternativa “E” está incorreta porque a revisão criminal que busca desconstituir a sentença absolutória imprópria tem natureza constitutiva negativa.

Fonte:

- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal: volume único. 8 ed. rev., ampl. e atual. Salvador:Juspodivm, 2020, p. 1609-1610.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	56	58	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que deveria ser assinalada pelos candidatos na questão é aquela que afirma que “Apenas a afirmativa IV está correta” (alternativa “B”). Em razão disso, não merecem provimento os recursos tendentes à alteração de gabarito ou anulação da questão em razão da existência de outra resposta possível a não ser essa.

O item I está incorreto e retrata a discricionariedade da autoridade policial na condução das atividades investigativas, sobretudo nos casos em que constatado risco para eficácia da medida. Nos termos do art. 20 do CPP, “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”. Demais disso, a exigência prevista no enunciado da súmula vinculante 14, que prevê que “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”, excepciona da regra as diligências em andamento ou ainda não documentadas. Dessa forma, não há obrigação imposta à autoridade policial para que “tão logo colhidos e diligenciados”, os elementos de prova sejam colocados à disposição dos defensores dos investigados.

O item II está incorreto. Nos termos do art. 5º, §2º do CPP, “Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia”. É irrelevante o fato de o recurso ter natureza administrativa ou processual, haja vista que o erro do item está em afirmar que trata-se de decisão irrecorrível.

O item III está incorreto. A despeito de a oficiosidade ser uma característica dos inquéritos policiais, se os crimes foram de ação penal privada ou de ação penal pública condicionada à representação, a instauração do inquérito depende de manifestação do ofendido ou de seu representante legal. É o que prevê o art. 5º, II e §§4º e 5º do CPP.

O item IV está correto. Trata-se da reprodução literal do art. 18 do CPP, que prevê: “Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.”

A despeito das alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 na sistemática do arquivamento, o artigo 18 do CPP permanece vigente e aplicável, não tendo havido alteração na sua redação ou revogação expressa ou tácita do seu conteúdo pela lei nova. Dessa forma, à vista das modificações introduzidas pela Lei nº 13.964/2019, cabe os candidatos realizar uma interpretação sistemática, interdependente e harmônica entre os dispositivos do CPP. É dizer, a despeito de o legislador não ter se preocupado em alterar a redação de todos os dispositivos do CPP que tratavam, mesmo que indiretamente, do arquivamento do inquérito policial, o art. 18 do CPP deve ser lido e interpretado à luz da atual sistemática imposta pelo caput do art. 28 do mesmo diploma legal.

Além disso, o cerne da questão não é a (im)possibilidade de ordenamento do arquivamento pela autoridade judiciária, mas a possibilidade de reabertura das investigações depois de já ordenado o arquivamento dos autos do inquérito policial. É esse o conhecimento que a questão busca do candidato.

No ponto, é importante destacar que o disposto na afirmativa trata-se da possibilidade de reabertura de investigações em razão do surgimento de notícias de outras provas (art. 18 do CPP) e não da possibilidade de oferecimento de peça acusatória em razão do surgimento de notícia de prova nova.

Além disso, o recurso interposto pelo(a) candidato(a) defende ainda que o item I da questão exige conhecimentos que extrapolam o conteúdo programático do edital. No entanto, a questão não trata sobre o tema das organizações criminosas ou da técnica de ação controlada. A questão exige o conhecimento da súmula vinculante 14 e dos dispositivos do Código de Processo Penal que evidenciam a natureza discricionária do inquérito policial e das diligências investigativas empreendidas pela autoridade policial, a exemplo do art. 20.

Fontes:

- Código de Processo Penal (artigos 5º, 2º; art. 5º, II e §§4º e 5º ;art. 20 e art. 18).
- Súmula vinculante 14 do STF.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	55	57	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao contrário do que sustentam as razões recursais, a resposta correta é assertiva em que se afirma que “A ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções pode ser intentada tanto pelo ofendido, mediante queixa, quanto pelo Ministério Público, em ação penal pública condicionada à representação do ofendido” (alternativa “D”).

A alternativa “C” está incorreta e a alternativa “D” está correta. Ambas exigem o conhecimento do entendimento consolidado no enunciado da Súmula nº 714 do STF, segundo a qual “É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções”. A legitimidade concorrente abrange todos os crimes praticados contra a honra do servidor no exercício das funções, não se resumindo aos crimes de calúnia.

A alternativa “B” está incorreta porque não houve o transcurso do prazo decadencial de 6 (seis) meses desde o conhecimento da autoria para o oferecimento da representação (art. 38, CPP). O Código de Processo Penal estabelece limite temporal para o exercício do direito de queixa ou de representação, mas não para o oferecimento de denúncia nos crimes de ação penal condicionada à representação.

As alternativas “A” e “E” estão incorretas. Tomando como base as informações fornecidas no enunciado, é possível afirmar que tanto a transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/95) quanto a suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95) são cabíveis. Embora os crimes tenham sido praticados contra funcionário público no exercício de suas funções, atraindo, portanto, a majorante prevista no art. 141, inciso II, do Código Penal e a regra do concurso de crimes, não haverá pena máxima superior a 2 (dois) anos. A competência para o julgamento do feito recairia sobre o Juizado Especial Criminal. A suspensão condicional do processo é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano. A transação penal é cabível nos casos submetidos a processo e julgamento perante os Juizados Especiais Criminais, desde que haja representação ou trate-se de crime de ação penal pública incondicionada.

Fontes:

- Súmula 714 do STF.
- Código de Processo Penal (art. 38). Lei nº 9.099/95 (arts. 76 e 89).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	60	59	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi construída de forma a verificar conhecimentos gerais sobre o seguinte conteúdo programático: “7. *Conhecimentos de Gestão de Pessoas e de Gestão Pública: Modelos de gestão de pessoas - evolução dos modelos de gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas. Gestão por competências. Gestão de processos de mudança organizacional: conceito de mudança. Mudança e inovação organizacional.*”

Portanto, argumentos que se baseiem em exigência de conhecimentos não expressamente contidos no conteúdo programático do edital não merecem prosperar.

Não foram observados problemas na construção do enunciado da questão ou quaisquer outros equívocos nas afirmativas a serem julgadas que possam justificar alteração do gabarito ou anulação da questão, haja vista que todas elas estão corretas e se basearam em bibliografias amplamente respeitadas em território nacional. Decerto, as afirmativas se apresentam de forma a deixar claro que os modelos de gestão de pessoas não surgem do dia para a noite e não são implementados de forma impetuosa e irresponsável. Ao contrário, são processos evolutivos, aperfeiçoados ao longo do tempo, razão pela qual nelas não são encontradas datas fixas ou ano determinado, mas expressões como; “no período compreendido...”; “Nessa época...”; “A partir de...”

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.

- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	59	60	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi construída de forma a verificar conhecimentos gerais sobre o seguinte conteúdo programático: “7. *Conhecimentos de Gestão de Pessoas e de Gestão Pública: Modelos de gestão de pessoas - evolução dos modelos de gestão de pessoas. Gestão estratégica de pessoas. Gestão por competências. Gestão de processos de mudança organizacional: conceito de mudança. Mudança e inovação organizacional.*”

Portanto, argumentos que se baseiem em exigência de conhecimentos não expressamente contidos no conteúdo programático do edital não merecem prosperar.

Não foram observados problemas na construção do enunciado da questão ou quaisquer outros equívocos nas afirmativas a serem julgadas que possam justificar alteração do gabarito ou anulação da questão, haja vista que nem todas elas estão corretas, pois a afirmativa “D” contém equívocos que não podem ser negligenciados, pois ao contrário do que se afirma, somente no surgimento das primeiras teorias sobre gestão de pessoas é que se observa uma conotação administrativa, as quais se relacionavam a questões burocráticas nas empresas, a exemplo de folha de pagamento, banco de horas, etc. No processo de evolução e no aprimoramento dos aspectos de liderança ficou claro que na administração do capital humano se faz necessária a aplicação de estratégias que levem ao investimento no desenvolvimento e na melhoria contínua da performance dos trabalhadores (colaboradores). Por isso, o modelo de gestão estratégica de pessoas se caracteriza pela vinculação de práticas de gestão de pessoas (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, remuneração, gestão de desempenho, etc.) a estratégias e à missão da entidade. Importa ainda lembrar, que organizações não são sistemas fechados. Ao contrário, são sistemas abertos e, por isso, operam em sistema de cooperação.

Fontes:

- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Administração nos novos tempos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 8ª reimpressão.
- Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas. São Paulo: Campus, 2012.
- DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,